



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS**

RENATA DA SILVA MOREIRA

**A SOCIEDADE CIVIL NO JORNALISMO POLÍTICO IMPRESSO:
UM ESTUDO DE CASO DA *FOLHA DE S. PAULO***

Salvador
2012

RENATA DA SILVA MOREIRA

**A SOCIEDADE CIVIL NO JORNALISMO POLÍTICO IMPRESSO:
UM ESTUDO DE CASO DA *FOLHA DE S. PAULO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Wildberger de Almeida

Salvador
2012

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Moreira, Renata da Silva.
A sociedade civil no jornalismo político impresso : um estudo de caso da Folha de S. Paulo /
Renata da Silva Moreira. - 2012.
205 p.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Wildberger de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação,
Salvador, 2012.

1. Folha de S. Paulo (Jornal) - Estudo de caso. 2. Jornalismo - Aspectos políticos.
I. Almeida, Gilberto Wildberger de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação.
III. Título.

CDD - 070.4
CDU - 070

RENATA DA SILVA MOREIRA

A SOCIEDADE CIVIL NO JORNALISMO POLÍTICO IMPRESSO:

um estudo de caso da *Folha de S. Paulo*

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 05 de julho de 2012.

Banca Examinadora

Gilberto Wildberger de Almeida - Orientador _____

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal da Bahia

Othon Jambeiro _____

Doutor em Comunicação pela Politécnica Central de Londres, atual University Of
Westminster, Londres.
Universidade Federal da Bahia

Sergio Mattos _____

Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela existência, pela saúde, disposição e por colocar frequentemente desafios em minha vida, com os quais me deparo e sinto-me no dever de superar, mas que sempre proporcionam crescimento.

Aos meus pais e minha irmã, que além de serem a base de minha existência, minha referência de valores, sempre me oferecem o apoio necessário – de todas as possíveis maneiras – em minhas decisões e apesar das diversas privações geradas pela vida acadêmica, dentre elas a abstenção de minha convivência por algumas vezes, sempre respeitaram minhas escolhas.

Ao querido e admirável Daniel Vital que, com grande brilhantismo, contribuiu de diversas maneiras com este trabalho. Discussões, comentários e a sua participação em parte da pesquisa trouxeram para este trabalho uma perspectiva mais ampla e rica.

Ao professor Othon Jambeiro, aos professores e colegas do grupo de estudos de Comunicação, Política e Redes Digitais (CP-Redes) do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que em constantes trocas de conhecimento colaboraram de forma intensa para o meu crescimento acadêmico e para a construção dessa dissertação, desde o seu projeto.

À Clarissa Amaral que, em momentos-chave, contribuiu de forma extremamente paciente e solidária com seus conhecimentos, trazendo clareza para este trabalho.

Às amigas Suzana Andrade e Neuma Dantas, que desde quando alunas especiais compartilharam as glórias e as dificuldades do meu processo de aprendizado.

Ao orientador Gilberto Almeida, por acreditar e confiar no meu trabalho, apesar da minha inexperiência acadêmica, apoiando e direcionando as decisões tomadas neste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Universidade Federal da Bahia, por acreditar nesta pesquisa.

O apoio de vocês contribuiu para a realização de um sonho. Obrigada!

Tudo vale a pena quando a alma não é pequena.

Fernando Pessoa

A notícia é uma janela para o mundo.

Gaye Tuchman

MOREIRA, Renata da Silva. *A sociedade civil no jornalismo político impresso: um estudo de caso da Folha de S. Paulo*. 205 p. il. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RESUMO

Partindo da premissa de que na contemporaneidade os veículos de comunicação são responsáveis pela visibilidade dos assuntos políticos que são conhecidos e discutidos pela sociedade, o objetivo do presente trabalho é investigar o papel oferecido à sociedade civil cotidianamente nesse cenário e, nessa perspectiva, analisar se o jornal *Folha de S. Paulo* cumpre ao que se propôs no Projeto Folha a partir da década de 1980: ser plural, servir e atender aos interesses do cidadão. Considera-se, na contemporaneidade, um quadro contraditório que instigou a presente pesquisa. Desde a década de 1990, a sociedade civil tem se tornado cada vez mais organizada e tem se manifestando na luta por direitos de grupos ou de toda a sociedade (GOHN, 2005). Em contrapartida, há diversas críticas de acadêmicos e dos próprios jornalistas referentes à falta de pluralidade e de participação da sociedade civil no noticiário político brasileiro (GOMES, 2008; GOMES, 2009; MAIA, 2008; MIGUEL, 2002; WAISBORD, 2009a; WAISBORD, 2009b entre outros). Para investigar essa questão é realizado um estudo do noticiário político cotidiano do jornal impresso de maior audiência no Brasil dentre os não populares. Nas notícias da *Folha de S. Paulo*, busca-se compreender quais os valores-notícia presentes nas informações e acontecimentos são usados como referência para a seleção das notícias que incluem a sociedade civil, assim como se investiga os enquadramentos utilizados nesse conteúdo, para conhecer os enfoques oferecidos pelo jornal aos assuntos que incluem a sociedade civil. Ao fim do trabalho, compara-se o resultado obtido na pesquisa com as proposições do jornal no Projeto Folha com o propósito de identificar coerência ou não entre o documento e o que é realizado na prática atualmente. Dessa forma, a contribuição deste trabalho está em levantar a discussão sobre a distribuição dos espaços entre atores políticos no noticiário político, focando na participação da sociedade civil no noticiário de uma das principais referências em jornalismo impresso do Brasil. Como alicerce teórico, optou-se pela teoria do *newsmaking*, com referência em Gaye Tuchman; pelos conceitos de enquadramento, com referência em Robert Entman; e pelos conceitos de sociedade civil, com base nos conceitos de Young e Gohn. Como referência metodológica, a pesquisa se baseia em uma análise de conteúdo do noticiário publicado na editoria Poder do jornal no período de três meses consecutivos. Conta com características qualitativas, embora buscando dados quantificáveis. Os resultados apresentados revelam que a sociedade civil recebe um espaço bastante reduzido no noticiário político da *Folha de S. Paulo*, o que significa que o jornal cumpre apenas parcialmente a própria proposta de ser plural e de defender os interesses da sociedade civil no universo da editoria Poder.

Palavras-chave: *Folha de S. Paulo*. Jornalismo político. Sociedade civil. *Newsmaking*. Enquadramento.

MOREIRA, Renata da Silva. *The civil society in the political journalism printed: a study of Folha de S. Paulo*. 205 p. il. 2012. Thesis (Master's degree in Communication and Contemporary Culture) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ABSTRACT

Assuming that in contemporary communication vehicles are responsible for the visibility of political issues that are known and discussed by the society, the aim of this work is to investigate the role of civil society offered daily in this scenario and will, therefore, seeks to know whether the newspaper *Folha de S. Paulo* falls to that proposed in the Folha Project from the 1980's: to be plural, and to serve the interests of citizens. It is, nowadays, a conflicting picture that prompted this research. Since the 1990s, civil society has become increasingly organized and is manifesting itself in the struggle for rights of groups or of whole society (GOHN, 2005). In contrast, there are several criticisms of academics and journalists regarding the lack of plurality and of civil society participation in political news in Brazil (GOMES, 2008; GOMES, 2009; MAIA, 2008; MIGUEL, 2002; WAISBORD, 2009a; WAISBORD, 2009b, entre outros). With the proposal to investigate this question, it was done a study of the political news of the daily newspaper with the largest audience in Brazil (between the no popular newspapers). On the news of the *Folha de S. Paulo*, we seek to understand what news values present in the information and events are used as reference for the selection of stories that include civil society, as well as investigating the frameworks used in this content, to find the approaches offered by the newspaper to the themes that include civil society. Finally, we compare the results obtained in research with the propositions of this work with the purpose of Folha Project, identifying consistency or otherwise between the document and what is done in practice today. Thus, the contribution of this work is in on the discussion of the distribution of space among political actors in political news, focusing on civil society participation at the news of a major reference in newspaper journalism in Brazil. As a theoretical foundation, it was decided by the theory of newsmaking, with reference to Gaye Tuchman, the concepts of framework, with reference to Robert Entman, and the concepts of civil society, based on the concepts of Young and Gohn. As a methodological argument, the research is based on a content analysis of news published in the newspaper with major audience in three consecutive months. It has quality characteristics, while seeking quantifiable data. The results presented show that civil society receives a very small space in the political news of the *Folha de S. Paulo*, which means that the newspaper meets only partially the proposal itself to be plural and defend the interests of civil society in the universe of Poder section.

Keywords: *Folha de S. Paulo*. Political Journalism. Civil society. *Newsmaking*. Framing.

LISTA DE QUADROS

1	Definição das temáticas do noticiário que inclui a sociedade civil	132
2	Relação entre as temáticas e os principais valores-notícia	134
3	As dez fontes mais frequentes das notícias que incluem a sociedade civil	144
4	As dez fontes mais frequentes das notícias que incluem a sociedade civil sem a temática Política econômica	145

LISTA DE GRÁFICOS

1	Presença da sociedade civil no noticiário. Total de notícias = 1141	131
2	Presença da sociedade civil no noticiário político, sem considerar os especialistas. Total de notícias = 1141	146
3	Distribuição do espaço ocupado pelos três poderes no conteúdo que inclui a sociedade civil (n=193 notícias) na editoria Poder em cm x col.	148
4	Número de fontes em cada notícia da editoria Poder que inclui a sociedade civil	149
5	Pluralidade no conteúdo que inclui a sociedade civil (n= 193 notícias) em cm x col.	150
6	Espaço (cm x col.) ocupado pelas notícias de acordo com a procedência dos assuntos	151

LISTA DE TABELAS

1	Espaço ocupado pelas temáticas que incluem a sociedade civil na editoria Poder	133
2	Presença dos <i>frames</i> Episódico e Temático no conteúdo	153
3	Presença dos <i>frames</i> Conflito, Interesse Humano, Consequência Econômica, Moralidade e Responsabilidade	153
4	Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Episódico. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col.	154
5	Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Temático. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col.	158
6	Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Conflito. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col.	160
7	Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Interesse Humano. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col.	162
8	Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Consequência Econômica. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col.	164
9	Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Moralidade. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col.	166
10	Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Responsabilidade. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col.	168

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	23
1	OS ESTUDOS DO JORNALISMO	29
1.1	CONCEITOS E TEORIAS DO JORNALISMO	29
1.1.1	O que é jornalismo?	30
1.1.2	Conceitos relevantes	32
1.1.3	Teorias do jornalismo	37
1.1.4	O processo de produção da notícia	47
1.2	CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE E OS VALORES NOTÍCIA	52
1.3	ENQUADRAMENTO	57
1.3.1	Conceito de <i>framing</i>	57
1.3.2	Modelos de <i>frames</i>	63
1.4	A SOCIEDADE CIVIL	66
1.4.1	Sociedade civil no noticiário jornalístico	69
2	FOLHA DE S. PAULO E IMPRENSA BRASILEIRA EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO	75
2.1	O NASCIMENTO DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i> E DO JORNALISMO NO BRASIL	75
2.2	OS ANOS 1950: A INDUSTRIALIZAÇÃO MUDA OS VEÍCULOS	83
2.3	JORNALISMO NO REGIME MILITAR: TEMPOS DE RESISTÊNCIA	88
2.4	O RETORNO À DEMOCRACIA E AS TRANSFORMAÇÕES LIDERADAS PELA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	93
2.4.1	O Projeto Folha	95
2.4.2	Outros marcos da década	101
2.5	JORNALISMO DOS ANOS 1990	106
2.5.1	<i>Civic journalism</i>	107
2.5.2	Jornalismo investigativo	112
2.5.3	Jornalismo político	116
2.6	JORNALISMO NOS ANOS 2000	121
3	ESTUDO DO NOTICIÁRIO POLÍTICO DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	126
3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	126

3.2	RESULTADOS DA PESQUISA	130
3.2.1	Perfil das notícias	131
3.2.2	Enquadramentos da sociedade civil	152
4	DISCUSSÃO DO PERFIL NOTICIOSO ESTUDADO	172
4.1	VALORES-NOTÍCIA DO CONTEÚDO	172
4.2	ENQUADRAMENTOS DAS NOTÍCIAS	180
5	CONCLUSÃO	186
	REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

As discussões sobre política na sociedade contemporânea são bastante centradas no que divulgam os meios de comunicação. Dessa maneira, ganham visibilidade os aspectos da política que são considerados importantes pelas empresas jornalísticas, os quais ganham as manchetes de revistas, jornais e telejornais e consequentemente a atenção do público.

Dentre os assuntos que protagonizam o noticiário político brasileiro estão os casos relativos à corrupção. Diversos autores, inclusive muitos jornalistas, criticam o excessivo enfoque dos veículos de comunicação nesse assunto, assim como a maneira como as notícias sobre corrupção são divulgadas: de forma episódica, sem contexto, discussão, nem continuidade dos acontecimentos. Outra característica do noticiário político contemporâneo é a centralidade das discussões nos políticos profissionais, sem ampliá-la para outras instâncias da política, como a sociedade civil. Viciados na rotina jornalística da política profissional, os veículos de comunicação esquecem que a sociedade é plural e que perspectivas diversas oferecem uma avaliação mais ampla sobre os acontecimentos (GOMES, 2008a; MAIA, 2008; MIGUEL, 2002; WAISBORD, 2009a; WAISBORD, 2009b).

Em contrapartida, a atuação da sociedade civil nas políticas do país tem sido crescente após a Constituição de 1988, quando os direitos democráticos da sociedade brasileira foram garantidos. Ao considerar esse marco, observa-se que há mais de 20 anos as Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de classe e de bairro, fóruns, dentre outras instituições cívicas, têm desenvolvido importante atuação na luta pelos direitos dos cidadãos, seja a favor de um grupo específico ou da sociedade como um todo (GOHN, 2005). Contudo, esse papel da sociedade civil nem sempre é proporcionalmente explicitado pelos veículos de comunicação. Uma vez que esses podem ser considerados a “janela” (TUCHMAN, 1978) do público para os assuntos políticos, a falta de cobertura das ações sociais pelos *media* pode levar as pessoas ao desconhecimento da importância da sociedade civil no desenvolvimento de ações políticas. Esse perfil do noticiário político tem sido criticado não por divulgar questões de corrupção ou por recorrer a fontes oficiais, mas por resumir a política aos políticos profissionais e à corrupção.

É importante considerar que a sociedade civil também deve buscar seu espaço perante os *media*, por meio de ações organizadas que chamem a atenção dos veículos de comunicação para aquilo que considere importante. E isso tem ocorrido. Segundo Silva (2002), algumas organizações informam os veículos de comunicação sobre as ações sociais e mobilizações

desenvolvidas ou a serem realizadas por elas. Algumas mais organizadas contam com assessoria de imprensa para realizar a função de interação com os veículos de comunicação. Entretanto, a decisão de cobrir ou não determinados acontecimentos é sempre dos *media*.

O presente trabalho observa que na década de 1980, o jornal *Folha de S. Paulo* – em uma grande reestruturação técnica, de equipe e de conteúdo – propôs-se, por meio do Projeto Folha, a oferecer um jornalismo plural, visando servir e atender às necessidades do cidadão, dentre outros compromissos. Na questão plural, comprometeu-se em oferecer diversas perspectivas nas notícias com o objetivo de não servir a interesses específicos e oferecer ao cidadão um conteúdo democrático. Quanto ao entendimento das necessidades do cidadão, propôs-se a incluir no noticiário os assuntos que são importantes à vida cotidiana dele, também identificado como leitor.

As proposições do Projeto Folha visavam oferecer um jornalismo de qualidade diferenciada aos leitores. Representou um dos marcos da história do jornalismo brasileiro, construindo uma nova forma de fazer e pensar jornalismo, e se tornou um modelo para alguns veículos de comunicação impressos do país. Dessa forma, nascia uma empresa jornalística com definidos propósitos, diretrizes e padrões editoriais, compromissada com o leitor por meio de um documento público (SILVA, 1988; NASSIF, 2003).

Nesse contexto, a escolha da temática deste trabalho é reflexo das questões apresentadas: uma preocupação quanto a distribuição dos espaços entre os atores políticos nas notícias de política e a tendência da cobertura desses temas serem voltadas para as instituições governamentais e aos políticos profissionais. Além disso, considerou-se a importância do jornal para a sociedade brasileira a partir da década de 1980, quando foi instituído o Projeto Folha no veículo de comunicação.

É importante ressaltar, ainda, que essa pesquisa é baseada nos estudos de Comunicação Política, que segundo Correia, Ferreira e Espírito Santo (2010), é uma vasta área em expansão tanto pela perspectiva da reflexão teórica desenvolvida na academia quanto pela perspectiva da prática em diversos âmbitos da vida cívica. Os autores explicam que tem havido uma intensificação na adequação dos discursos tradicionais a respeito de assuntos públicos às necessidades das organizações e às convenções narrativas dos *mass media*. Dessa maneira, passou a haver uma dependência entre ambiente político e meios de comunicação. Afirmam ainda que a comunicação mediatizada tornou-se parte da cultura política e essa, por sua vez, é “orientada de forma crescente pelos ritmos e exigências estéticas dos *mass media*” (CORREIA; FERREIRA; ESPÍRITO SANTO, 2010, p. 2).

Como consequência, o objeto de estudo deste trabalho é a participação da sociedade civil no noticiário político cotidiano da *Folha de S. Paulo*. Diante dessa questão, o presente trabalho tem como objetivo verificar como o jornal cobre a sociedade civil cotidianamente na política e com isso saber se jornal cumpre aquilo que se propôs no Projeto Folha. Para isso, por meio da abordagem da análise de conteúdo, buscou-se: 1) conhecer os valores-notícia utilizados na seleção das notícias nas quais a sociedade civil está presente e; 2) levantar os enquadramentos que o jornal oferece à sociedade civil na editoria Poder.

Dessa maneira, o trabalho realiza uma análise de conteúdo das notícias presentes na editoria Poder da *Folha de S. Paulo* no período de três meses – publicadas entre os dias 1º de Abril e 30 de Junho de 2011 – que resulta em um *corpus* de 1.141 notícias. A unidade de análise da pesquisa são as notícias individuais, compostas pelos textos escritos e as informações contidas nos infográficos presentes na editoria intitulada de Poder do jornal *Folha de S. Paulo*, onde estão concentradas as notícias de política.

Nesse contexto, a principal contribuição que este trabalho se propõe é levantar a discussão sobre a reduzida participação da sociedade civil no noticiário político de uma das principais referências em jornalismo impresso do Brasil. Considera-se, ainda, que o pequeno espaço oferecido à sociedade civil no noticiário político contraria o compromisso do jornal com seus leitores de proporcionar um conteúdo com perspectivas plurais e que atendam aos interesses do cidadão, documentado por meio do Projeto Folha.

Esta dissertação é estruturada em quatro capítulos que abordam: os conceitos utilizados como referência para este trabalho, a contextualização da *Folha de S. Paulo* e da imprensa brasileira, os resultados da pesquisa empírica realizada a partir das notícias publicadas pelo jornal e a discussão dos resultados, respectivamente.

A proposta do primeiro capítulo é desenvolver os principais conceitos utilizados neste trabalho. Parte da definição de jornalismo e de aspectos essenciais à sua existência como a liberdade, verdade e a notícia, mas aborda também aspectos importantes na maneira de fazer jornalismo, como as questões da parcialidade e objetividade a serem discutidas no primeiro capítulo. Em seguida, discute as teorias do jornalismo, apresentando as diferenças na maneira de estudar a produção jornalística ao longo do século XX. São apresentadas as teorias do espelho, *gatekeeper*, organizacional, da ação política ou instrumentalista, construcionista, estruturalista e interacionista. De forma complementar, também são discutidos os processo de produção das notícias, enfocando as dificuldades da rotina jornalística, como os jornalistas classificam as notícias em grau de importância, assim como se relacionam com as fontes e com o escasso tempo de produção.

Em seguida, são abordados os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia das informações. A partir deles, são discutidos os aspectos que geram relevância aos acontecimentos e que dessa forma selecionam o que deve ser notícia em um universo ilimitado de fatos que ocorrem todos os dias concomitantemente. É relevante discutir os valores-notícia porque eles compõem um critério de seleção das informações que se tornarão notícia, os quais são conhecidos e compartilhados de forma ampla pelos profissionais da área.

O conceito de enquadramento ou *framing* também é discutido no primeiro capítulo. As definições nele apresentadas demonstram a amplitude de entendimento e de pesquisas que o conceito adquiriu a partir das últimas décadas do século XX. Também são apresentados alguns modelos de enquadramentos que são utilizados na pesquisa empírica, que tem seu resultado apresentado no terceiro capítulo deste trabalho. Por fim, o capítulo apresenta o conceito de sociedade civil que é adotado neste trabalho e a importância da atuação dela no Brasil a partir da década de 1990. Em seguida, discute a desigual participação da sociedade civil nas coberturas jornalísticas e as estratégias que ela tem assumido para agendar os *media* com suas demandas e para gerar visibilidade a sua existência.

O histórico da *Folha de S. Paulo* é abordado no segundo capítulo permeado à história do jornalismo brasileiro. Essa parte é focada no jornal, desde seu nascimento até os dias atuais, contemplando as principais alterações vividas pelo veículo ao longo de sua história. Ao mesmo tempo, são contextualizados os acontecimentos importantes na história do Brasil e na história do jornalismo brasileiro. Com isso, essa parte do estudo aborda também as mudanças sofridas no papel do jornalismo na sociedade, assim como na forma de produção das notícias. Um dos principais pontos tratados neste trabalho é a profissionalização do jornalismo.

A postura de empresa jornalística foi publicamente assumida pela *Folha de S. Paulo* na década de 1980. Em função disso, o jornal se transformou em um veículo de referência e liderança no Brasil. Nesse período nasceu o Projeto Folha, a partir do qual o periódico passou por inúmeras mudanças estruturais, técnicas e de conteúdo. A partir dele, o jornal se comprometeu a oferecer um conteúdo diferenciado para a sociedade brasileira, com foco na defesa dos interesses do leitor, também consumidor, contribuinte e cidadão. Avaliar essas questões é relevante porque o conjunto delas impacta no perfil do jornal e das notícias que são produzidas atualmente pela *Folha de S. Paulo* e por outros veículos de comunicação.

Os resultados da investigação realizada nas notícias de política do jornal são apresentados no terceiro capítulo. Nessa parte, desenha-se um perfil do noticiário da editoria Poder do veículo em estudo a partir das notícias que contenham a sociedade civil como fonte ou como objeto. Primeiramente são apresentadas informações quantitativas obtidas na análise

da presença da sociedade civil no noticiário. Em seguida, são apresentadas as temáticas, as fontes mais utilizadas, o número de fontes das notícias e as regiões mais cobertas pelo jornal. Esses dados são abordados qualitativamente e relacionados com os valores-notícia de Lage (1982), Wolf (1987) e Hall e colaboradores (1993). Na segunda parte da pesquisa, são apresentados os enquadramentos utilizados pelo jornal no conteúdo em estudo, a partir dos modelos de *frames* de Iyengar (1991), Semetko e Valkenburg (2000) e Porto (2004) com o propósito de evidenciar os enfoques presentes nas notícias que incluem a sociedade civil. É realizada ainda uma relação entre as temáticas do conteúdo e os enquadramentos presentes em cada uma delas.

No quarto capítulo são discutidos os resultados obtidos nas duas fases da pesquisa. Dentre os principais aspectos da discussão, destaca-se a reduzida participação da sociedade civil no noticiário político da *Folha de S. Paulo*, confirmando prognósticos oferecidos por outros estudos acadêmicos (GOMES, W., 2009; MIGUEL; BIROLI, 2008). O oficialismo do jornal, que recorre frequentemente às fontes institucionais, especialmente vinculadas ao governo, também ganha espaço na discussão. Em relação ao recorte oferecido às notícias em estudo, elas essencialmente são focadas no acontecimento, buscam responsabilizar o governo pelos problemas sociais e exploram a contraposição de pontos de vista e a discussão.

Ao considerar a importância da sociedade civil na democracia (HABERMAS, 1997; YOUNG, 2000; GOHN, 2005) e a relevância histórica do jornalismo em seu papel de informar a sociedade, entende-se que é necessário que se realize uma cobertura política com espaços bem distribuídos entre os diversos atores políticos no noticiário. A partir da seleção, por parte do veículo de comunicação, dos assuntos que são mais importantes e dos recortes utilizados por eles nas notícias, é apresentado ao leitor o que é política. Mais do que qualquer compromisso assumido ao longo de sua história, ao fazer essas escolhas em sua rotina jornalística diária, o veículo de comunicação apresenta ao público o que realmente acredita ser importante saber e a partir de quais perspectivas o jornal acredita ser importante ao público entender as questões abordadas.

OS ESTUDOS DO JORNALISMO

Neste capítulo serão apresentados as teorias e conceitos utilizados como base para o desenvolvimento da pesquisa empírica deste trabalho que investiga a maneira como a sociedade civil é incluída cotidianamente no noticiário político da *Folha de S. Paulo* e a partir dessa perspectiva, se o jornal cumpre ao que se propôs no Projeto Folha. As teorias e conceitos são essenciais para a compreensão da pesquisa que será desenvolvida no terceiro capítulo deste trabalho.

Primeiramente, serão apresentados os conceitos de jornalismo, algumas teorias utilizadas para estudá-lo, o processo de produção das notícias, assim como os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia das informações que influenciam na produção jornalística. Os valores-notícia são utilizados como referência para a pesquisa apresentada no terceiro capítulo deste estudo, uma vez que apontam aspectos levados em conta na seleção daquilo que se torna notícia.

Em seguida, será discutido o conceito de enquadramento das notícias – que faz parte das teorias dos efeitos da mídia – como forma de análise do conteúdo produzido pelos jornalistas e que também é uma das bases da investigação deste trabalho. Identificar os enquadramentos possibilita conhecer os recortes e enfoques oferecidos pelo veículo de comunicação às notícias. Por meio dele, é possível apreender os aspectos que o jornal acredita ser mais importante nas notícias.

Por fim, será discutido o conceito de sociedade civil e a forma como se dá a sua participação no noticiário jornalístico cotidianamente. O conceito e a discussão da presença da sociedade civil especificamente no noticiário político também são relevantes para a pesquisa empírica presente neste estudo.

1.1 CONCEITOS E TEORIAS DO JORNALISMO

Nesta seção, são discutidos alguns conceitos essenciais para a compreensão do presente trabalho. A definição de jornalismo é apresentada, assim como as teorias que foram desenvolvidas e estudadas a respeito dessa área do conhecimento entre o final do século XX e

o início do século XXI. A partir desses fundamentos é possível compreender melhor os resultados da pesquisa que são apresentados no terceiro capítulo deste trabalho.

1.1.1 O que é jornalismo?

Antes de abordar as teorias que envolvem os estudos do jornalismo, é necessário conceituá-lo para compreender melhor os temas tratados neste trabalho e para que seja possível realizar uma posterior discussão sobre as teorias que envolvem o assunto. O jornalismo é conceituado de diversas maneiras. Há conceitos focados nos aspectos mais estereotipados no papel “heróico” da profissão, outros em pontos mais técnicos e funcionalistas, mas a maioria deles tem o sentido muito próximo e voltado para sua função essencial que é de informar. Algumas das definições foram selecionadas e são apresentados neste trabalho com o intuito de chegar a um conceito que reúna o que seria o ideal e o que é real na profissão.

Ao apresentar um conceito romantizado do jornalismo, Soloski (1993, p. 91) afirma:

A visão romântica do jornalismo é a de um repórter em cruzada que, para grande espanto de um rbugento mas benévolo editor, investiga um dos mais infames políticos da cidade, e depois de árduo trabalho e um pouco de sorte, apanha o político em flagrante, ajuda a mandá-lo para prisão e melhora as vidas dos oprimidos e desprotegidos.

Essa imagem do jornalista como herói ou representante da verdade foi e ainda é difundida na sociedade por meio de inúmeros livros e filmes. Bons exemplos dessa imagem mítica são os filmes (oriundos de histórias em quadrinhos) *Superman* e *Homem Aranha*, em que os personagens principais têm dupla personalidade e quando não estão representando o super-herói, são jornalistas. Sobre essa visão mítica que envolve o jornalismo, Traquina (2005, p. 202-203) afirma que o “*ethos* jornalístico tem sido determinante na elaboração de toda uma mitologia que encobre a atividade jornalística e que marca não só os próprios profissionais do campo jornalístico como também tem sido projetado no imaginário coletivo”.

A visão romantizada do papel social do jornalismo vai além do imaginário da sociedade. Em muitos casos faz parte da missão que o jornalista assume para si ao exercer a profissão, ainda que tenha consciência que outras questões, especialmente as econômicas, influenciam em sua atividade. Rossi (1980, p. 7) tem uma imagem do jornalismo extraída da experiência profissional, porém não menos romântica que a anterior. Ele o define como:

uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar de veículos de comunicação de massa.

De maneira complementar às definições apresentadas, Hudec (1980, p. 36-37) afirma que o jornalismo é um conjunto de materiais que descrevem a realidade social atual de forma documental e que devido à multiplicação do conteúdo pelos diversos meios de comunicação, têm impacto de massas sobre um diversificado público. Para o autor, o jornalismo:

orienta socialmente esse público, formula e exprime as suas definições as suas diferentes opiniões, atitudes e ações sociais, as suas concepções de mundo, dá uma ideia de múltiplos fenômenos, processos, e tendências contemporâneos em toda sua complexidade, das leis que determinam a função e o desenvolvimento da vida econômica, sociopolítica, intelectual e ideológica da sociedade, a partir de posições partidárias e de classes. [...] O objeto abordado e refletido pelo jornalismo é a realidade social atual, a história de hoje e seu conjunto, que o jornalismo descreve e divulga maciçamente como informação social com uma certa intenção propagandística.

Para Bucci (2009, p. 115) o jornalismo deve estar à serviço do direito à informação para ter sentido, de maneira que, caso sirva a qualquer outro interesse, ele se corrompe. O autor afirma que o jornalismo conseguiu demarcar um campo fora do Estado, onde está situado, e com isso se tornou independente do governo. Como consequência, assumiu a função de “vigiar o poder por meio da investigação e disseminação das notícias e das ideias de interesse público, promovendo o diálogo entre os integrantes do espaço público”.

Voltado para os aspectos técnicos, Amaral (2001, p. 16) afirma que, ao assumir a condição de ciência, o jornalismo pode ser definido como “o estudo do processo de transmissão de informações, através de veículos de difusão coletiva, com características específicas de atualidade, periodicidade e recepção coletiva”.

Ao caracterizar cientificamente o jornalismo Marques de Melo (1973), afirma que jornalismo é a ciência que estuda o processo da transmissão oportuna de informações da atualidade, através dos veículos de informações coletiva.

De maneira sucinta, Hackett (1993, p. 111) afirma que o jornalismo, para alguns propósitos, pode ser avaliado como “expressão teórica de relações concretas”. Por sua vez, Traquina (2005, p. 205) apresenta uma definição atual e também técnica, a qual será bastante explorada neste capítulo. Para o autor, o jornalismo é

uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico 1) e as diversas fontes, concebidas essencialmente como agentes sociais que querem utilizar o produto essencial do campo jornalístico – as notícias – como recurso social para suas estratégias de comunicação; 2) e outros jornalistas membros de uma comunidade interpretativa, em que partilham como referência de toda ideologia representada no pólo ideológico do campo jornalístico; e 3) a própria sociedade, devido ao fato de que toda sua cultura profissional aponta para um papel fundamental dos valores-notícia que têm uma ‘estrutura profunda’ (Hall, 1984) que esboça um mapa do mundo jornalístico em que há esferas do ‘consenso’, da ‘controvérsia legítima’ e do ‘desvio’.¹

Embora as questões técnicas e científicas sejam importantes para a realização deste trabalho, as características românticas da profissão também serão consideradas, uma vez que fazem parte da cultura do jornalismo e ainda podem, segundo o autor, influenciar jovens jornalistas a entrarem na profissão e veteranos a se dedicarem com empenho a ela.

1.1.2 Conceitos relevantes

A verdade, a liberdade, a notícia, a parcialidade e a objetividade são valores que têm grande importância para o jornalismo. No caso do primeiro, é uma das bases do jornalismo, algo que, em geral, o jornalista tem a função de buscar. A liberdade é uma espécie de ideal de muitos jornalistas, tanto a liberdade da sociedade por meio de direitos a serem conquistados, quanto a liberdade de expressão, necessária àqueles que exercem a profissão. Os demais valores citados acima ganham enfoque na maneira como o jornalismo é produzido.

A liberdade é um conceito muito importante ao jornalismo. A história do jornalismo é marcada por diversos jornalistas que estiveram e estão à frente da luta pela liberdade, a qual propicia a independência e a autonomia dos produtores de notícias diante dos outros atores sociais, afirma Traquina (2005). O jornalismo pode existir em um ambiente sem liberdade, ainda que sua prática se torne mais difícil, restrita ou, ainda, perigosa.

Mesmo sem considerar a liberdade de imprensa como algo completamente bom, visto que a aprecia mais pelos males que ela evita do que pelos bens que faz, Aléxis Dé Tocqueville (2005, p. 204) afirma:

¹ De acordo com Wolf (1987), os valores-notícia são critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos na notícia, a partir de todo o material disponível à redação. Dessa maneira, funcionam como referência para a apresentação do conteúdo, sugerindo aquilo que deve ser prioritário e salientado na notícia, assim como o que não deve receber tanta atenção. São entendidos como regras práticas que orientam o conhecimento profissional do jornalista e guiam os mesmos em suas atividades diárias de seleção do que é noticiável e o que não é.

A soberania do povo e a liberdade de imprensa são, pois duas coisas inteiramente correlativas. A censura e o voto universal são ao contrário, duas coisas que se contradizem e não podem encontrar por muito tempo nas instituições políticas de um mesmo povo.

No Brasil, a liberdade como um bem social é garantida na Constituição Federal de 1988,² assim como a liberdade de expressão e de comunicação (BRASIL, 1988). Da mesma maneira, a liberdade de imprensa e também a verdade fazem parte dos fundamentos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros da Federação Nacional dos Jornalistas (2007):

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas;

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, deve ser considerada uma obrigação social;

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Como pode ser observado, o Código de Ética da Fenaj vincula a liberdade de imprensa à função social do jornalista brasileiro, colocando-a como um direito e um dever a ser cumprido no exercício da profissão. É um valor que deve ser compartilhado entre os jornalistas e deve estar acima dos interesses das empresas de comunicação.

No Brasil alguns jornalistas foram grandes defensores da liberdade nos momentos em que a ditadura e a censura foram instaladas no país. Muitos, como o jornalista Vladimir Herzog – morto na década de 1970 ao ser torturado pela ditadura militar –, perderam a vida ao resistir a um sistema que cerceava a liberdade de imprensa e dos cidadãos (SODRÉ, 1983; BAHIA, 1990; ALVES, 1989).

De acordo com McQuail (1987) no nível de uma sociedade, a liberdade deve significar uma ausência de leis ou controles que limitem ou ofereçam direcionamento às atividades dos *media*. O autor afirma que a maior parte da imprensa comercial é livre neste aspecto, mas não necessariamente em outros. Ressalva que no nível da organização jornalística, a liberdade é geralmente limitada pelo controle exercido por proprietários e gerentes sobre os editores e

² Sobretudo nos artigos 3º, inciso I; 5º, inciso IV, V, X, XIII e XIV; e 220º, parágrafo 1.

destes sobre os seus subordinados – jornalistas, fotógrafos, escritores, artistas etc. – no que, muitas vezes, são organizações burocráticas e hierárquicas.

Ao trazer o conceito para as demandas atuais e capitalistas do jornalismo, Traquina (2005) ressalta ainda que a liberdade propicia a independência e autonomia dos veículos de comunicação, essenciais para garantir outra característica importante no jornalismo: a credibilidade. A credibilidade é essencial para a sobrevivência ideológica e econômica dos veículos de comunicação, pois é baseado nela que as empresas jornalísticas conquistam seu público.

Por sua vez, a notícia é o principal produto do jornalismo. É em função de conseguir boas notícias que o jornalista trabalha, contudo existem outros valores que a envolvem. Para Tuchman (1978, p. 1), “a notícia é uma janela para o mundo”. Segundo a autora, a notícia tem para nos dizer o que queremos, precisamos e devemos saber. Molotch e Lester (1993) acreditam que as notícias são responsáveis por nos contar aquilo a que não assistimos diretamente e oferecem existência e relevância a acontecimentos que seriam remotos em outras circunstâncias. De acordo com esse conceito, Lage (1982, p. 36) afirma que a notícia é “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”. O autor afirma, ainda, que a notícia é composta de uma organização relativamente estável (componente lógico) e elementos escolhidos de acordo com critérios de valor essencialmente cambiáveis que se organizam na notícia (componente ideológico).

Segundo Almeida (1998), a notícia resulta da seleção de informações que estão disponíveis, por meio de “um processo instruído pela cultura, bem como por objetivos estratégicos de lucro e poder político, censurados explicitamente pelo Estado através de leis, e pela ética socialmente aceita pelos meios de comunicação” (ALMEIDA, 1988, p. 32).

De forma parecida, as notícias também são definidas como “o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 1993, p. 169). Nesse contexto, os acontecimentos representam a diversidade de matérias-primas e a estratificação dele consiste na seleção daquilo que será tratado, ou melhor, do que é noticiável, explica o autor.

A notícia, assim como ajuda a contextualizar a cultura, depende dela para fazer sentido. Segundo Schudson (1993) as notícias são convencionais. As convenções, segundo o autor, ajudam a tornar as mensagens compreensíveis, de forma que se adapta ao mundo social dos leitores e escritores, pois as convenções de uma sociedade ou tempo não são aplicáveis a outra em diferente período. De uma maneira mais mercadológica, Schlesinger (1993, p. 177)

afirma que “a estrutura competitiva que define a notícia como uma mercadoria perecível exige uma estrutura de produção baseada no valor do imediatismo (*immediacy*) e nos horizontes temporais de um ciclo diário”.

Ao abordar a questão da parcialidade, Hackett (1993) afirma que a opinião subjetiva do repórter ou de uma organização jornalística em um relato factual constitui a parcialidade noticiosa. O conceito de parcialidade é desenvolvido como o oposto da objetividade, que será apresentado em seguida neste capítulo. A parcialidade era uma prática comum nos periódicos até o século XIX, quando eram muito usados para apoiar partidos e ideologias políticas. A partir do surgimento de um novo jornalismo, em que se passou a separar os fatos das opiniões, e da industrialização da imprensa (TRAQUINA, 2005), com a qual as empresas jornalísticas passaram a buscar um público mais amplo e diversificado – ambos no século XIX –, a parcialidade passou a ser criticada e evitada pelos jornais. No Brasil, essa prática ocorre até meados do século XX, conforme será discutido no próximo capítulo.

Hackett (1993) aponta quatro pressupostos ligados à investigação de parcialidade jornalística: 1) a notícia pode e deve ser objetiva, equilibrada e refletir a realidade social; 2) as atitudes políticas dos jornalistas e editores são fatores determinantes da parcialidade jornalística; 3) a parcialidade do conteúdo noticioso pode ser percebida através de métodos de leitura; 4) a forma mais importante de parcialidade é o favorecimento, propositado ou não, em relação a um candidato, partido, posição política ou grupos de interesses, em detrimento de outros. O autor afirma que o conceito de parcialidade tem dois momentos: um deles é a falta de equilíbrio entre os pontos de vistas diferentes e o outro é a distorção tendenciosa e partidária da realidade. Por isso argumenta que ela pode ser evitada com o uso equilibrado de pontos de vistas antagônicos nas notícias.

Contudo, a maior crítica aos estudos baseados na parcialidade é que alguns autores (TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1993; HALL et al., 1993; HACKETT, 1993) dentre outros afirmam que não é possível produzir uma notícia completamente imparcial, que reflita fielmente a realidade. O ritmo de trabalho, as interações dentro das organizações (TUCHMAN, 1978), as demandas organizacionais (EPSTEIN, 1974) dentre outras questões podem contribuir com algum grau de parcialidade da informação. Os caminhos propostos para diminuir a parcialidade das notícias e torná-las o mais equilibradas possível, é que se busque aplicar alguns pressupostos da objetividade.

Nesse sentido, é importante discutir o conceito de objetividade. Ele surgiu entre os anos 1920 e 1930, num momento em que a credibilidade jornalística estava abalada em função da ação persuasiva da propaganda durante a Primeira Guerra Mundial e devido ao

surgimento das relações públicas como profissão, relata Traquina (2005). O conceito está baseado na necessidade de separação dos fatos e opinião, que ocorreu ainda no século XIX com o surgimento do novo jornalismo. A partir da década de 1930, os jornalistas passaram a utilizar as regras e procedimentos criados para cumprir a objetividade como uma forma de fugir da dúvida e da incerteza existentes naquele período no mundo, afirma o autor.

De acordo com Soloski (1993), para os produtores de notícia a objetividade não significa que eles são observadores imparciais dos acontecimentos, mas que buscam e relatam os fatos da maneira mais imparcial e equilibrada possível. Hackett (1993, p. 105) afirma que o ideal da objetividade propõe que

os fatos possam ser separados das opiniões ou juízo de valor e que os jornalistas consigam uma distanciação relativamente aos acontecimentos do mundo real cujo significado e verdade eles transmitem ao público através de uma linguagem neutra e competentes técnicas de reportagem. Assim, os *media* noticiosos ofereceriam o resumo fiel dos acontecimentos mais noticiáveis do dia – os mais relevantes e interessantes para o público.

Traquina (2005) critica o uso do conceito da objetividade apenas como uma negação da subjetividade. Ao considerar essa bivalência, o valor é criticado, pois, conforme afirmado anteriormente, diversos autores desacreditam na possibilidade de se produzir notícias completamente imparciais, sem alguma subjetividade seja do jornalista, da organização ou das fontes. Dessa maneira, para o autor, a objetividade é “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas a seu trabalho” (TRAQUINA, 2005, p. 139). Ainda de acordo com o autor, a objetividade também é relevante como uma forma do jornalista reivindicar legitimidade.

Para Tuchman (1993, p. 74), a objetividade pode ser vista “como um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos da profissão”. Segundo a autora, ao seguir os procedimentos da objetividade, os jornalistas podem neutralizar as críticas. Em casos de procedimentos incorretos em uma notícia que gerem processos, a organização jornalística também terá sua reputação comprometida, ressalva a autora. Dessa maneira, por proporcionar mais cuidados na produção da notícia, a objetividade é vista como vantagem para as organizações empresariais.

Para realizar o ritual da objetividade, o jornalista deve utilizar alguns procedimentos, evitando processos e contestações das informações publicadas. Tuchman (1993) destaca os principais procedimentos: verificação das informações obtidas, apresentação de possibilidades

de conflito, ao trabalhar com ao menos duas fontes que representem lados (ou opiniões) opostos sobre uma questão; apresentação de provas auxiliares para fortalecer uma afirmação; uso das aspas para a declaração dos entrevistados, tirando a responsabilidade do repórter sobre as afirmações entre aspas; e a estruturação da informação em uma sequência apropriada, procedimento que inclui o uso da pirâmide invertida³ e do *lead*.

Com o uso de tais procedimentos, os acontecimentos podem ser publicados de maneira segura como fatos que não requerem explicações sobre seu significado, afirma Soloski (1993). Traquina (2005) ressalta que a objetividade está relacionada ao papel do jornalista de manter certa distância dos agentes sociais, trabalhar de maneira honesta e sempre em busca do equilíbrio nas notícias e é referência às bases do comportamento dos profissionais seja nas empresas de comunicação, seja no setor público.

1.1.3 Teorias do jornalismo

Os estudos sobre o jornalismo têm ganhado espaço no campo científico. De acordo com Traquina (2005), há diversas teorias desenvolvidas desde a criação dos cursos de mestrado e doutorado em jornalismo, na década de 1930 nos Estados Unidos, que buscam explicar como as notícias são produzidas e porque resultam no que são.

Segundo Wolf (1987), por meio das teorias é possível avaliar os processos pelos quais a comunicação de massa é produzida e o tipo de organização do trabalho dentro da qual se efetua a construção das mensagens. Para o autor, essas determinações "parecem" decisivas quanto ao produto acabado. Com o propósito de explorar os processos jornalísticos e os diversos entendimentos desses processos, elas serão discutidas a seguir.

Sobre a teoria do espelho, estudiosos afirmam que as notícias refletem pura e simplesmente a realidade, como um espelho, sem qualquer interferência do jornalista. O papel do jornalista é definido como um observador que deve contar os fatos de forma honesta e equilibrada, segundo Traquina (2005). O autor afirma que essa concepção surge após os meios de comunicação social terem crescido como indústria, a comercialização do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas, entre os séculos XIX e XX, e pontua dois momentos históricos importantes. Um deles foi o surgimento do novo jornalismo ou jornalismo de informações, no século XIX, em que se buscou separar fatos de opiniões. E o outro momento

³ Procedimento em que as informações mais importantes a respeito de um acontecimento são apresentadas no primeiro parágrafo, ou *lead*. As demais informações seguem nos parágrafos seguintes.

ocorreu no século XX, com o surgimento do conceito de objetividade, discutido anteriormente neste capítulo.

Ao realizar um estudo da parcialidade e da objetividade no jornalismo, Hackett (1993) aborda a teoria do espelho ao afirmar que, ao serem utilizados como padrão de avaliação, tais conceitos pressupõem que os *media* podem refletir a realidade com exatidão de maneira justa e equilibrada. De acordo com o autor, a concepção de objetividade jornalística numa visão imparcial dos fatos implica que:

o jornalista e os *media* noticiosos sejam observadores separáveis da realidade social que eles noticiam: que a verdade ou o conhecimento dependem da neutralidade do observador/jornalista em relação ao objecto de estudo; que o meio noticioso, quando utilizado correctamente, é neutral e destituído de juízos de valor, podendo, assim garantir a veracidade da mensagem (HACKETT, 1993, p. 106).

Contudo, no decorrer do estudo o autor reconhece as críticas realizadas aos conceitos de parcialidade e objetividade como padrões de avaliação e chega à conclusão de que os suportes teóricos deles são frágeis, uma vez que não se pode ignorar que há diversos fatores que “moldam o funcionamento dos *media* enquanto instituição ideológica” (HACKETT, 1993, p. 128), o que contraria a teoria do espelho. O autor não desconsidera a importância dos dois conceitos para o jornalismo, por isso propõe que deixem de ser vistos como um padrão a ser seguido, mas passem a ser objeto de investigação.

A teoria do gatekeeper surge da expressão *gatekeeper*, que está relacionada à pessoa que toma uma decisão, a partir de regras imparciais ou por um grupo no poder, de “deixar entrar” ou “rejeitar” alguma coisa. A expressão foi utilizada primeiramente pelo cientista social Kurt Lewin, afirma White (1993). Por sua vez, White desenvolveu o conceito nos estudos jornalísticos. White (1993) afirma que determinadas áreas dentro dos canais de comunicação funcionam como *gates* (portões) e os *gatekeepers* são aqueles que selecionam as informações a passarem ou não por eles. O autor explica que na cadeia de comunicações uma notícia é passada de um *gatekeeper* para outro, em um longo processo de escolha e rejeição até chegar ao editor responsável pelo fechamento de todo o jornal.

Em seu estudo, o autor avalia as razões que levam um editor de fechamento de um jornal médio norte-americano a excluir as notícias de agência noticiosas propostas para a edição do periódico. Uma das observações feitas por White (1993) é que quanto mais tarde chega a notícia, menor a chance dela entrar no noticiário. Dois motivos para rejeição se destacaram: pouca importância do tema e o fato de haver muitos relatos sobre o mesmo tema.

Traquina (2005) critica a teoria do *gatekeeper* por acreditar que ela se baseia no nível do jornalista, o que a leva a ter uma abordagem “microsociológica” e exclui aspectos “macrossociológicos”, como a empresa jornalística, que possam influir na seleção das notícias. Dessa maneira, afirma que a teoria apresenta uma visão limitada do processo de produção do jornalismo.

A teoria organizacional foi amplamente estudada por Breed (1993), com isso investigou a influência da política empresarial sobre a produção da notícia. Em sua pesquisa, o autor detectou que a orientação política implantada pelo proprietário da empresa é geralmente seguida pelos funcionários da redação, ainda que a aceitação não ocorra de maneira automática. A resistência inicial dos jornalistas à política empresarial ocorre, principalmente, por três razões, segundo aponta Breed (1993, p. 152): a existência de normas éticas no jornalismo; ao fato dos funcionários serem propícios a terem atitudes mais liberais do que o dono da empresa e com isso questionarem as políticas por meio das normas éticas; e o “tabu ético” que impede o dono da empresa de obrigar os jornalistas a seguirem as orientações políticas.

Para ilustrar a influência da orientação política organizacional no conteúdo jornalístico, o autor explica que o jornal pode ser a favor de algum partido político ou contra alguma organização da sociedade e a política editorial será manifestada por meio da parcialidade. E essa parcialidade pode ser colocada em prática por meio da omissão de alguma informação na notícia, seleção diferencial de outras, como o destaque para aspectos favoráveis à orientação política do veículo de comunicação. Segundo Breed (1993) as políticas editoriais são absorvidas pelos repórteres no decorrer de sua rotina, sem que elas sejam expostas de maneira clara aos novatos. Ele “descobre e interioriza” os direitos, as obrigações, normas e os valores da empresa. O autor destaca seis razões que evitam os desvios dos repórteres quanto às orientações políticas da empresa e o levam ao conformismo:

- 1) Autoridade institucional e sanções – os jornalistas têm medo do editor retirá-los de uma editoria de maior importância ou visibilidade para outra considerada por eles menos importantes. Outra possível sanção é a alteração do conteúdo de uma matéria;
- 2) Sentimento de obrigação e de estima diante dos superiores – uma relação fraterna pode ser estabelecida entre repórter e editores ou entre o repórter e a empresa;
- 3) Aspiração de mobilidade – o desejo de crescer na empresa e na profissão é visto como um aspecto que evita que os jornalistas lutem contra as orientações da empresa;

- 4) Ausência de grupos de lealdade em conflito – segundo Breed, organizações representantes dos jornalistas não costumam interferir em assuntos internos à redação e também não possuem registros de conspirações contra orientação política das empresas;
- 5) O prazer da atividade – o autor afirma que em geral os jornalistas têm um ambiente de trabalho favorável e amistoso, têm orgulho do que fazem e entendem as experiências que vivem como jornalistas. a exemplo de “gratificações não financeiras”;
- 6) A notícia torna-se um valor – os jornalistas tendem a voltar suas energias a buscar notícias, por isso se mobilizam menos para questionar a política editorial da empresa.

Por outro lado, Breed (1993) afirma que diante das diversas escolhas que tem que fazer no processo de produção da notícia, o jornalista tem também maneiras de iludir a orientação política organizacional. São elas: 1) o jornalista pode se aproveitar da imprecisão da política editorial para desviar um pouco dela; 2) tem a oportunidade de escolhas em diversos momentos da produção da notícia, podendo escolher as fontes para entrevistas, as perguntas, os pontos a destacar e omitir na notícia; 3) para a publicação de um conteúdo, os jornalistas podem tanto explorar a ignorância dos editores para alguns assuntos, quanto utilizar o que Breed chama de “prova forjada”, em que o repórter publica uma notícia na qual tem interesse de produzir em outro jornal, por meio de um amigo e apresenta ao editor como algo importante; 4) o autor seleciona quatro tipos de notícias de acordo com seu tipo de origem e apresenta a autonomia que o profissional tem nelas. Segundo Breed, o repórter tem menos autonomia nas notícias de reportagem política ou de campanha e na reportagem atribuída, porque elas partem do editor. No caso do furo jornalístico (ou *beat story*), contudo, ganha-se muita autonomia de escolhas para a produção da notícia e o papel do repórter é comparável ao do editor. Por fim, há também grande autonomia do repórter no caso da reportagem iniciada a partir de sugestão do próprio jornalista, mas, em geral, os profissionais têm poucas oportunidades de desenvolvê-las, afirma o autor; 5) funcionários de destaque na empresa, as “estrelas”, podem mais facilmente desviar da política editorial, afirma Breed.

Apesar da possibilidade do jornalista conseguir se desviar das políticas editoriais, o autor chega à conclusão de que elas são geralmente seguidas por conformismo dos profissionais. Estes, por sua vez, seguem as orientações devido a recompensas que obtêm dentro das redações e do reconhecimento dos colegas, e oferecem menos atenção a ideias sociais e profissionais, afirma Breed (1993).

Dessa maneira, é mantido para a sociedade o sistema de relações de poder existente, uma vez que em geral a política do jornal protege as propriedades e os interesses de classes, afirma o autor. Com isso, a maior parte da sociedade acredita que o conteúdo apresentado pelos veículos de comunicação é objetivo e imparcial, porém “as notícias que envolvem a política editorial podem ser influenciadas ou enterradas, de modo que algumas informações importantes são negadas ao cidadão” (BREED, 1993, p. 164).

Traquina (2005) afirma que na teoria organizacional as notícias são resultado do processo de interação social que ocorre na redação, uma vez que o trabalho do repórter passa por diversos editores, que avaliam se o conteúdo está de acordo com a política editorial. E como consequência dela, o fator econômico assume importante papel na produção da notícia, acredita o autor. Essa relação entre o fator econômico e o jornalismo fica evidente ao se destacar que o jornalismo na contemporaneidade é um negócio, as empresas jornalísticas privadas têm interesses econômicos, têm receitas oriundas da publicidade e custos, gerados até pela produção das notícias e contratação de jornalistas, conclui o autor.

A teoria da ação política, por sua vez, “implica uma visão instrumentalista da produção jornalística, que vê os jornalistas como autores da sua própria prática” (ADAMS, 1978, apud HACKETT, 1993, p. 111). Ou seja, podem servir a interesses políticos, especialmente aos seus próprios. Hackett (1993) explica melhor a definição ao afirmar que nessa teoria, os jornalistas têm valores políticos estáveis, têm controle pessoal sobre o conteúdo produzido, e podem depositar suas preferências nas notícias.

Traquina (2005) afirma que na versão esquerdista de Chomsky e Herman (1979), os *media* são vistos como “instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista”, já na avaliação da direita, defendida por estudos de Kristol (1975) e Efron (1971), “servem como instrumentos que põe em causa o capitalismo”. De uma forma ou de outra, as teorias de ação política “defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias como projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc.” (TRAQUINA, 2005, p. 163). Ainda segundo o autor, nesse novo momento de investigação, o estudo do jornalismo passa a se preocupar com os efeitos políticos e sociais da atividade, o papel da notícia e a correspondência do Quarto Poder às expectativas nele depositadas. Com, isso, a partir da década de 1970 os estudos de parcialidade ganham espaço na academia.

Em um estudo sobre parcialidade e objetividade, abordadas no início deste capítulo, Hackett (1993) apresenta conceitos da versão da direita ao afirmar que o partidarismo do dono do jornal, anunciantes e editores é o obstáculo central que se impõe à informação objetiva.

Contudo, o autor reconhece que as provas de que a cobertura noticiosa é tendenciosa ainda são “tênuas” (HACKETT, 1993, p. 111). Nessa versão, os valores da classe dos jornalistas são considerados diferentes daqueles da população em geral, afirma o autor.

Na versão da esquerda da teoria, Herman (1993) afirma que há uma interligação entre os meios de comunicação de massas, o mundo dos negócios e o governo, que podem gerar “influências ideológicas sutis” nas notícias. O autor afirma, ainda, que a credibilidade dos veículos de comunicação está atrelada ao seu comportamento homogêneo, no qual exerce uma espécie de “autocensura”. Nela são utilizadas fontes convencionais, fontes do governo, que influenciam a noticiabilidade e os enquadramentos dos discursos, assim como o patriotismo e uma ideologia já aceita, explica Herman (1993). Outra característica que torna os *media* propício às influências econômicas no noticiário é que as grandes empresas jornalísticas dependem financeiramente de publicidade e são ligadas ao setor privado por relações comerciais e pessoais, de acordo com o autor.

A teoria construcionista, por sua vez, é contrária à teoria do espelho, em que as notícias são consideradas apenas reflexos dos fatos. Nas teorias construtivistas as notícias são “o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 1993, p. 169). De acordo com o autor, os acontecimentos compõem o universo de matéria-prima; a estratificação do acontecimento consiste na seleção do que será tratado como noticiável pelo jornalista. Este, por sua vez, não é considerado apenas observador passivo, mas um participante ativo no processo de construção da realidade.

Em um estudo de observação sobre a produção jornalística na BBC, durante as eleições gerais de abril e maio de 1979, Gurevitch e Blumber (1993, p. 192) identificaram que aquilo que os telespectadores veem “depende do modo como a arena é construída pelos profissionais dos *media* que são responsáveis pela reportagem e cobertura da campanha”. Os autores afirmam que a maneira como os editores e repórteres produzem as notícias influencia tanto na forma que eles se tornam parte da campanha eleitoral.

Gurevitch e Blumber (1993) observaram ainda na investigação que, de maneira conveniente aos radiodifusores, a cobertura eleitoral pelo noticiário da televisão tornou-se uma atividade bastante rotinizada. Dessa maneira, concluem que o processo editorial molda a campanha, “se não através da composição independente da agenda, mas no sentido duplo de: a) expurgar a campanha eliminando o material que não pode ser encaixado numa estória concisa, e b) cristalizar a campanha, trazendo-a para um ponto convergente” (GUREVITCH; BLUMBER, 1993, p. 207).

Traquina (2005, p. 174) afirma que as notícias, nas teorias construtivistas, assinalam as formas literárias e as narrativas usadas para “enquadrar o acontecimento”. Citando Carey (1986), o autor explica ainda que a pirâmide invertida, assim como a seleção, exclusão e ênfase a aspectos do acontecimento são alguns exemplos de como a notícia constrói o acontecimento e a realidade.

A partir de “inovações metodológicas” surgiram as teorias estruturalista e interacionista, de acordo com Traquina (2005). As inovações metodológicas que ocorreram nos estudos de jornalismo a partir da década de 1970 proporcionaram maior riqueza das investigações, segundo o autor. Os estudiosos aderiram a uma abordagem etnometodológica e entraram no local de trabalho dos jornalistas para observar de perto o processo de produção de notícias, técnica que ficou conhecida como *newsmaking*, que será mais detalhadamente tratada adiante neste capítulo (TUCHMAN, 1978).

Ambas, assim como a teoria abordada anteriormente, conceituam as notícias como uma construção. O autor ressalva, por isso, que ambas rejeitam a teoria do espelho, uma vez que para aquelas teorias as notícias são resultado de interação social entre agentes da sociedade, como: “os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2005, p. 173). As teorias estruturalista e interacionista são complementares, mas divergem em alguns pontos relevantes que serão explicitados.

O autor afirma também que as duas teorias são micro e macrosociológicas. Isso porque ao mesmo tempo em que reconhecem a teoria organizacional – em que a importância dos constrangimentos organizacionais são considerados –, levam em conta a importância da comunidade profissional na produção da notícia. A cultura do jornalista – ou os valores-notícia – também são relevantes para as teorias. Com isso, rejeitam as teorias instrumentalistas (ou conspiratórias) e entendem os jornalistas como participantes da construção da realidade. Em ambas as teorias as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiais dos acontecimentos, mas diferentemente das teorias conspiratórias, sem propósitos pessoais dos jornalistas ou meios de comunicação, segundo Traquina (2005). Como ambas as teorias têm muito em comum, primeiramente serão apresentados os aspectos que compõe a teoria estruturalista, comuns à interacionista, e em seguida a teoria interacionista, destacando os pontos de divergência entre ambas.

Na teoria estruturalista, Hall e colaboradores (1993, p. 224) afirmam que os acontecimentos que são noticiáveis não são relatados de maneira pura, simples e transparente pelos *media*. Para os autores, “as notícias são o produto final de um processo complexo que se

inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas”. Três aspectos da produção social das notícias são apontados pelos autores como influentes na produção das notícias: 1) a organização burocrática dos *media* que produzem as notícias em tipos específicos ou categorias; 2) a estrutura de valores-notícia, que organiza a seleção e posição das informações dentro das categorias; 3) o momento da construção da notícia.

No primeiro caso, os autores afirmam que a organização de rotina do jornal – como os departamentos especializados, os correspondentes e a relação com as fontes institucionais – podem afetar na seleção de notícias. Dessa forma, um jornal com foco em notícias locais, por exemplo, deve oferecer menos espaço a fatos internacionais. O segundo aspecto trata da influência dos valores-notícia, que serão detalhados adiante neste capítulo, usados na seleção das notícias. De acordo com Hall e colaboradores (1993), os valores-notícia propiciam critérios para as práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas decidirem cotidianamente sobre as informações que merecem destaque no noticiário, aquelas que entram e as que são excluídas dele. Os autores salientam que apesar de não serem formalmente codificados ou transmitidos, eles parecem ser amplamente difundidos entre os diversos meios de comunicação. O terceiro aspecto, da construção da notícia, está relacionado ao processo de identificação e contextualização dos acontecimentos. Hall e colaboradores (1993, p. 226) explicam que os jornalistas possuem “mapas culturais” do mundo social que os possibilitam oferecer sentido aos fatos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constitui o que é noticiável. Ou seja, oferecem “significados sociais aos acontecimentos”. Por sua vez, esse processo de significação, colabora com a construção do consenso na sociedade.

Os autores explicam que na sociedade os cidadãos partilham conhecimentos culturais, o que os leva a ter acesso aos mesmos “mapas de significados”. A partir deles, é possível compreender os acontecimentos. Segundo Hall e colaboradores (1993, p. 226), tem-se suposto que porque as pessoas possuem mesmos “mapas de significados” idênticos, partilham de uma única perspectiva dos fatos, o que as leva ao consenso. Essa perspectiva é reforçada pelos *media*, em especial em sociedades capitalistas organizadas, afirmam os autores.

Quando os acontecimentos são delineados pelos *media* em enquadramentos de significado e interpretação, supõe-se que todos nós possuímos e sabemos igualmente como utilizar esses enquadramentos, que eles são extraídos fundamentalmente das mesmas estruturas de compreensão para todos os grupos sociais e públicos.

Ainda segundo os autores, os fatos, que aparecem em formato de notícias, são interpretados regularmente dentro dos enquadramentos oriundos da perspectiva de consenso como característica básica da vida cotidiana. Uma das razões que leva essa influência ser ainda mais intensa nas sociedades é que em diversas situações os *media* apresentam um fato que está fora da vivência direta da maioria dos cidadãos. Dessa forma, os meios de comunicação são a primeira ou mesmo a única fonte de informação sobre esses assuntos, o que os levam a oferecer interpretações poderosas sobre como entender esses acontecimentos, afirmam Hall e colaboradores (1993).

Outra questão levantada pelos autores é que os meios de comunicação tendem a reproduzir a estrutura de poder existente na sociedade, mas ao contrário das teorias instrumentalistas, não de maneira intencional ou por apoiar setores mais fortes da sociedade. Para os autores, trata-se de uma consequência do processo produtivo do jornalismo. Segundo Hall e colaboradores (1993), as noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade, apresentadas anteriormente neste capítulo, levam os jornalistas a escolherem as fontes que oferecem mais credibilidade às notícias. Por isso, representantes de instituições sociais importantes, assim como os peritos, que apresentem poder, autoridade em algum assunto ou uma posição institucional de destaque, são frequentemente fontes das informações divulgadas pelos *media*. O resultado dessa preferência aos poderosos como fonte é que elas acabam se tornando referência – ou os definidores primários, como são denominados pelos autores – para determinados tópicos e a interpretação apresentada por eles em determinados acontecimentos nortearão as futuras coberturas.

Contudo, os veículos de comunicação não se restringem apenas a reproduzir as ideologias do poder. De acordo com Hall e colaboradores (1993), eles também transformam os fatos e interpretações que os definidores primários fornecem em notícia. Dessa forma, ao realizar a seleção de informações, destacar alguns aspectos, aplicar a organização e estrutura técnica do jornal, assim como sua linguagem, os *media* impõem os próprios critérios aos fatos e informações. Nessas circunstâncias, os autores afirmam que os veículos de comunicação podem reforçar as ações dos controladores ou incitar a opinião pública contra esses controladores a partir de opiniões próprias dos veículos.

Ao fazer uma avaliação geral do papel dos *media* na sociedade, os autores afirmam que em sociedades em que a maior parte da população não tem acesso nem poder sobre as decisões centrais, em que a política oficial está centrada e a opinião popular é dispersa “os *media* desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos”. Dessa

maneira, acreditam que “os *media* não só possuem um monopólio do conhecimento social, como são fonte primária de informação daquilo que acontece – também dirigem a passagem entre aqueles que estão ‘no saber’ e a ignorância estruturada do público em geral” (HALL et al., 1993, p. 234).

Traquina (2005) critica alguns pontos da teoria estruturalista porque considera que nela as fontes oficiais são apresentadas como um bloco unido e uniforme, a disputa entre membros das fontes oficiais é minimizada, a estrutura dos definidores primários é apresentada de forma atemporal e imutável, a relação entre os definidores primários e os jornalistas é apresentada como uma relação unidirecional, em que os primeiros comandam a ação. Por esse motivo, considera que na teoria há um excessivo determinismo.

A discussão passa, agora, a ser focada nos pontos de divergência entre as teorias interacionista e estruturalista. A teoria interacionista também acredita que as notícias são aliadas das instituições legitimadas, tornando-se uma ferramenta importante do governo a autoridades estabelecidas, contudo, para a primeira, a participação dominante das fontes oficiais não é algo automático, mas resultado de uma “ação estratégica”, argumenta Traquina (2005, p. 200).

O autor explica que na teoria interacionista as fontes disputam espaço nos meios de comunicação e aponta alguns recursos dominantes que podem favorecer as fontes na agenda dos jornalistas. São eles: o capital econômico da fonte; o capital institucional, ou grau de institucionalização da fonte; o capital sociocultural, na forma de autoridade, “saber” e credibilidade; e a estratégia e técnicas de comunicação da fonte. O jornalismo é reconhecido como uma força conservadora na teoria interacionista, “mas também reconhece que pode constituir um recurso para os agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes” (TRAQUINA, 2005, p. 200). Dessa maneira, apesar da preponderância de instituições legitimadas como fontes do noticiário, a teoria considera que os jornalistas têm uma “relativa autonomia”, o que possibilita que haja periodicamente como um contrapoder, explica o autor.

As notícias, para a teoria interacionista, resultam da interação entre jornalistas e as fontes, da mesma forma que entre os próprios jornalistas, considerando que fazem parte de uma comunidade profissional, segundo Traquina (2005). Essa interação faz parte de um processo de formação de consenso, porque quando os colegas validam e examinam um trabalho, interferem no trabalho do outro. O processo é composto pela leitura de outros jornais, consulta a outros jornalistas e a concorrência entre os veículos.

1.1.4 O processo de produção da notícia

Conforme abordado anteriormente, os estudos de jornalismo avançaram a partir da década de 1970, tanto em termos de quantidade de investigações quanto em relação a inovações metodológicas, de acordo com Traquina (1993, 2005). Conforme afirmado anteriormente, o autor explica que a partir desse período, estudiosos do jornalismo passaram a utilizar uma abordagem etnometodológica em suas investigações, na qual foram às redações para conhecer o processo de produção da notícia, técnica que também ficou conhecida como *newsmaking* (TUCHMAN, 1978).

Para Traquina (2005), essa nova abordagem contribui para a compreensão do jornalismo de três maneiras: ao permitir que se percebesse a relevância da dimensão transorganizacional – a influência da comunidade jornalística – ao produzir a notícia; ao possibilitar reconhecer que as rotinas constituem um elemento essencial no processo de produção; ao rebater as teorias instrumentalistas que surgiram entre as décadas de 1970 e 80, as quais afirmam que há conspiração entre agentes sociais na produção da notícia e que há consciente intenção de distorção das informações na elaboração da notícia.

De acordo com Wolf (1987), a pesquisa sobre a produção da notícia (*newsmaking*) possibilita explicar adequada e aprofundadamente a distorção informativa que os fatores organizativos e estruturais constantemente produzem e reproduzem. Dessa maneira, serão apresentados alguns aspectos que fazem parte do processo de produção da notícia, que influenciam na sua composição e que muito contribuíram com os estudos acadêmicos do jornalismo.

O autor afirma que existem ao menos dois aspectos a serem observados na rotina jornalística. O primeiro é a maneira como o jornalista trabalha em relação às atividades práticas e desafios que enfrenta para realizar sua atividade. O segundo aspecto é como o jornalista realiza seu trabalho e quais as técnicas utiliza para a composição da notícia. Ambas as perspectivas estão interligadas, mas foram destacadas apenas para uma melhor compreensão.

Segundo Tuchman (1993), geralmente o jornalista tem ao menos um dia de trabalho para recolher informações e compor uma notícia. A exceção ocorre se estiver trabalhando em uma investigação prolongada. Por isso, é importante ressaltar que um dos grandes desafios na produção da notícia dentro da rotina prática do jornalista é o tempo. De acordo com Traquina (1993, p. 175), “o trabalho jornalístico é uma atividade prática onde os profissionais lutam contra a tirania da hora do fecho”. Porém, o tempo está ainda inserido no conceito de

atualidade e novidade, aspectos perseguidos pelos repórteres para compor as notícias, destaca o autor.

A partir de um estudo realizado na BBC, Corporação Britânica de Radiodifusão, Schlesinger (1993) afirma que o dia noticioso começa com uma reunião dos editores por volta das 9h30 da manhã. É quando as perspectivas de notícia são analisadas, em uma primeira fase de seleção. A próxima fase de seleção de notícias começa quando outro editor começa a escrever a pauta para o boletim seguinte. Em função do centro do estudo ser focado em uma emissora, são apresentados três horários de fechamento para as notícias.

Grande parte dessa corrida dos jornalistas contra o *deadline* ocorre no ciclo do dia noticioso, como as *hard news* ou notícias factuais, e as *spot news*, uma subclassificação da anterior, relativas a fatos inesperados como desastres naturais, grandes acidentes, incêndios, golpes de estado, dentre outras que exigem imediatismo dos jornalistas (SCHLESINGER, 1993; TUCHMAN, 1978). Contudo, há também a cobertura noticiosa que é planejada antes do dia dos acontecimentos, como a *soft news*, o que possibilita fazer reportagens mais maleáveis quanto ao fator tempo e são mais trabalhadas, ressalvam os autores. Tuchman (1978) apresenta uma clássica diferenciação entre *hard news* e *soft news*. A primeira é importante para o ser humano e a segunda é interessante porque lida com a vida de dos seres humanos, afirma a autora. A autora destaca, ainda, outros dois tipos de notícias: a *developing news* e a *continuing news*. No primeiro caso, é uma subclassificação da *hard news* em que os eventos acontecem e seguem em desenvolvimento. No segundo caso, trata-se das notícias que contam com continuidade, como a discussão de uma Lei, campanhas eleitorais, guerras, dentre outros.

De forma similar, Molotch e Lester (1993) classificam os acontecimentos de quatro maneiras: 1) de rotina, quando o acontecimento é intencional e as pessoas que se encarregam do acontecimento são as mesmas que promovem o evento; 2) acidentes, quando o fato não é intencional e quem o promove como acontecimento público não é a mesma que o originou; 3) escândalos, quando ocorre a partir da atividade intencional de um indivíduo, que não participa do processo de produção da notícia; 4) *serendipity*,⁴ quando o acontecimento não é planejado, mas é promovido pelo próprio jornalista, os fatos surgem a partir da descoberta do repórter. O primeiro, segundo os autores, é o que ocorre mais comumente.

⁴ *Serendipity*, significa a faculdade ou talento para fazer uma descoberta por acaso, involuntariamente (MOLOTOCH; LESTER, 1993, p. 49).

Sobre a distribuição da rotina jornalística no tempo, Traquina (2005) destaca que as empresas jornalísticas esperam que os acontecimentos julgados com valor-notícia ocorram nas horas normais de trabalho, quando há um número maior de repórteres e fotógrafos disponíveis para produzir notícias. Acontecimentos antes ou depois dos horários previstos devem apresentar importância que justifique o deslocamento de um jornalista para cobri-los.

O texto pronto do repórter, necessariamente passa por uma “cadeia organizacional” que é composta por vários editores e assistentes, de acordo com Breed (1993). Cada um deles faz ressalvas ao texto até que ele se aproxime das preferências da linha editorial do jornal e seja publicado. Caso o texto esteja inadequado ao que é esperado pelos editores, o repórter vai saber, porque ele será publicado com alterações ou não será publicado. Após a publicação, todos criticam a notícia. Segundo o autor, todo jornal tem uma política editorial que é determinada pelo dono da empresa. Quando o repórter infringe essa política – que não é claramente exposta aos novatos, o jornalista tem de aprender por “osmose” – sofre algum tipo de sanção, como ser passado para uma categoria inferior na carreira. Para entender o sistema de recompensas, Darnton (1990) afirma que o repórter tem que aprender a “ler o sistema hierárquico” da redação. A partir da avaliação da dinâmica da redação, o autor afirma que o repórter que recebe boas coberturas durante semanas tende a se mudar para uma mesa próxima do editor, contudo, se o jornalista faz constantes matérias ruins, ficará estagnado em sua posição atual ou será “exilado”. Ao ler o “mapa”, o repórter pode saber onde está e para onde está indo, afirma o autor. Conforme apresentado na discussão de teoria organizacional, esse é um dos motivos que, segundo Breed (1993), os jornalistas acabam cedendo às políticas editoriais do jornal sem grandes contestações, desde que elas não infrinjam os códigos de ética da profissão.

Além de tentar impor ordem ao tempo, as empresas jornalísticas tentam impor ordem ao espaço, acredita Tuchman (1978). A autora afirma que baseado no interesse do leitor pelas notícias, os veículos de comunicação usam três estratégias para conseguir ordenar o espaço: a territorialidade geográfica, quando as empresas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; a especialização organizacional, quando trabalham com correspondentes em organizações que acreditam que possam produzir acontecimentos que gerem noticiabilidade; e a especialização em relação aos temas, uma vez que as empresas jornalísticas se dividem em seções que preenchem algumas rubricas do jornal. Com isso, a depender do enfoque do jornal e da intensidade do fato, acontecimentos considerados notícia devem ocorrer em algumas regiões, mas não em outras, afirma.

É possível entender ainda melhor a rotina do jornalista ao se apresentar a maneira como produzem as notícias. Para a construção da notícia, o jornalista considera alguns critérios que o protegem das críticas, os quais Tuchman (1993) chama de “ritual estratégico da objetividade”. Conforme explicado anteriormente neste capítulo, ao realizá-lo, o jornalista utiliza alguns procedimentos para ser o mais objetivo possível nas notícias, uma vez que a total objetividade não é considerada possível pela autora e diversos outros pesquisadores. Outro critério importante que é adotado na produção das notícias é o senso comum. Trata-se de uma referência ao conhecimento que pertence a todos e é tomado como adquirido. Segundo Tuchman (1993, p. 87), o senso comum determina se uma informação pode ser aceita como fato e acrescenta que “os jornalistas não publicam fatos com informações que contradigam o senso comum”. Ainda de acordo com a autora, a seleção das notícias que entram ou não no jornal são baseadas no *newjudgement*, que é a capacidade do jornalista de fazer julgamentos a partir de sua experiência com as relações interorganizacionais, com a organização onde trabalha e com outras organizações buscando critérios que enfatizem sua objetividade.

A busca pela objetividade como ritual estratégico (TUCHMAN, 1993) é também uma maneira do jornalista manifestar seu profissionalismo, afirma Soloski (1993). Baseado em Roscho (1975), o autor acredita que nesse caso, a objetividade não está nas notícias, mas no comportamento dos jornalistas na produção das notícias. Dessa maneira, ao buscar a objetividade os jornalistas estariam buscando relatar os fatos da maneira mais imparcial e equilibrada possível.

O profissionalismo é utilizado como um método através do qual as empresas jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores, afirma Soloski, (1993). Para o autor, é um mecanismo de controle transorganizacional que oferece liberdade ao jornalista, e para limitar ainda mais o comportamento dos funcionários, as empresas implantam as próprias políticas editoriais que devem ser seguidas por todos. Como consequência, o profissionalismo possibilita o controle do comportamento dos jornalistas ao estabelecer padrões e normas e ao determinar o sistema de recompensa profissional, aspecto já abordado anteriormente neste capítulo.

Para as empresas o controle sobre os jornalistas é importante porque a sua credibilidade está relacionada com a sua “capacidade de manter a integridade da sua operação jornalística” (SOLOSKI, 1993, p. 96). Por outro lado, ao serem considerados os controles interorganizacionais, o profissionalismo jornalístico protege os jornalistas da intervenção da

direção do jornal, permitindo a ele desviar de alguns desejos da direção sem se comprometer, destaca ainda o autor.

O uso criterioso das fontes pelos jornalistas é um dos procedimentos cobertos pelas regras do profissionalismo e da política editorial de diversos veículos de comunicação. “Uma fonte é uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto” (TRAQUINA, 2005, p. 190).

Segundo Tuchman (1993, p. 85), ao selecionar a fonte o jornalista faz algumas generalizações, como: precisa saber se ela tem credibilidade, uma vez que entende que a maioria dos indivíduos tem interesses pessoais a defender; os presidentes das comissões estão em uma posição em que sabem mais que as outras pessoas em uma organização e por terem fatos à disposição deles devem ter informações mais precisas; as instituições e organizações têm procedimentos destinados a proteger tanto a instituição como as pessoas que estão em contato com ela, por isso as afirmações devem ser avaliadas com cautela.

Traquina (2005) simplifica os critérios utilizados para seleção de fontes pelos jornalistas em três aspectos: a autoridade, a produtividade, a credibilidade da fonte. Quanto à autoridade, assim como Tuchman, o autor afirma que os jornalistas preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam cargos institucionais de autoridade. A produtividade diz respeito às fontes que fornecem materiais suficientes para a produção da notícia, sem que o jornalista precise buscar muito mais informações. O autor acredita que a produtividade é uma das razões para o jornalista preferir fontes institucionais. E a credibilidade da fonte está relacionada à necessidade que tem o jornalista de ter acesso a informações que possa confiar, sem ter que investigar muito para comprová-las.

Diante dessas generalizações, Traquina (1993) conclui que, para os jornalistas, quanto maior a autoridade da fonte, mais credibilidade ela tem, o que leva as fontes oficiais a corresponderem mais às expectativas dos jornalistas que as demais. Com isso, elas tendem a ter maior contato com o campo jornalístico e por isso são favorecidas no processo de produção de notícias. Também por essa razão, conforme afirma Hall e colaboradores (1993, p. 229), os *media* tendem “a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade”. Traquina (1993) destaca, ainda, que situação inversa é também verdadeira uma vez que outros agentes sociais não têm acesso regular aos veículos de comunicação.

Molotch e Lester (1993) distinguem o acesso da sociedade aos *media* de três maneiras: acesso habitual, disruptivo e direto. O primeiro caso ocorre quando as necessidades

de acontecimento de um indivíduo ou grupo normalmente coincidem com as demandas de produção jornalística. Os funcionários do governo com cargos de relevância são um exemplo disso. Os autores afirmam que o “acesso de rotina é uma das importantes fontes e sustentáculos das relações existentes de poder” (MOLOTOCH; LESTER, 1993, p. 44).

O acesso disruptivo ocorre quando um indivíduo ou grupo que apresenta pouco poder tem de fazer notícia gerando a surpresa, o choque ou uma forma de agitação do mundo social gerando acontecimentos antirrotina e estimulando a cobertura dos veículos de comunicação. Um exemplo disso são as manifestações nas cidades que param o trânsito, intervêm no plano diário de uma localidade, em busca de atenção de um problema ou causa de um grupo. Por fim, o acesso direto ocorre quando o próprio jornalista descobre algo, investiga e a informação obtida se torna notícia. A avaliação dos autores quanto à preferência dos jornalistas pelas fontes oficiais será reforçada pelos resultados de uma análise de conteúdo realizada no noticiário político do jornal *Folha de S. Paulo* e que será apresentada no capítulo 3 deste trabalho.

O propósito desta parte do capítulo foi contextualizar o jornalismo a partir de seus valores, das teorias utilizadas para os estudos de seu conteúdo e do seu modo de produção. Como afirma Darnton (1990, p. 96), “o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma, sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias”. Dessa maneira, entende-se que é possível compreender melhor o noticiário atual, assim como porque as notícias têm o perfil que têm na contemporaneidade e ainda apreender quais aspectos podem ser melhorados. A seguir, serão apresentados aspectos considerados importantes na seleção do que deve ser noticiável.

1.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE E OS VALORES NOTÍCIA

Conforme Tuchman (1978), a rede de notícias produz mais histórias do que podem ser processadas. Dessa maneira, para que uma ocorrência seja peculiar e ganhe relevância em relação às demais, dependerá do conjunto de forças sociais, econômicas, políticas e psicológicas que compõem a ocorrência, segundo a autora.

Garbarino (1982 apud WOLF, 1987, p. 168) afirma que a composição do “produto-notícia” é baseada em diversas “retóricas de fachada e astúcia tática, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos *mass media* e dos jornalistas na sociedade”. De forma complementar, Wolf (1987) afirma que a vinculação entre as características da organização do trabalho nas

empresas jornalísticas e os elementos da cultura profissional definem o conjunto de características que os acontecimentos devem possuir. Dessa forma, é possível estabelecer um conjunto de critérios de relevância que define a noticiabilidade de cada acontecimento, afirma o autor. “A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e dos pontos de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência” (WOLF, 1987, p. 168).

O autor explica que a noticiabilidade está relacionada com o processo de “rotinização” e “standardização” das práticas produtivas. Com isso, a informação é transformada em notícia se for considerada pertinente pela cultura profissional dos jornalistas e se for possível ser produzida sem alterar muito o ciclo produtivo da empresa jornalística. Contudo, há flexibilidade e variação nos parâmetros que definem os critérios de relevância das notícias, ressalva o pesquisador. Dessa forma, acredita que a notícia pode ser resultado de “uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que tem por objecto o que é publicado, e o modo que é publicado, no jornal e o que é transmitido, e o modo como é transmitido, no noticiário ou no telejornal” (WOLF, 1987, p. 171).

A noticiabilidade, por sua vez, é composta pelos valores-notícia, que, segundo o autor, buscam responder à seguinte pergunta: “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?” (WOLF, 1987, p. 173).

O autor explica que ao selecionar os acontecimentos que devem se tornar notícias, os critérios de relevância funcionam de forma complementar, em pacotes. Dessa maneira, o pesquisador chega à conclusão de que são as diversas relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores-notícia que levam à seleção de uma informação. Os valores-notícia têm, então, a função de facilitar e racionalizar o processo de seleção para torná-lo mais rotinizado e gerível, afirma.

De forma semelhante, Hall e colaboradores (1993) afirmam que os valores-notícias tendem a funcionar em conjunto. Eles fornecem critérios à rotina jornalística que possibilitam que os profissionais da área decidam sobre quais fatos são noticiáveis, os que merecem destaque e aqueles insignificantes, afirmam os autores. Ressaltam que os valores-notícia não são formalmente estabelecidos, mas são partilhados entre os meios de comunicação e representam “um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas” (HALL et al., 1993, p. 225).

Wolf (1987) destaca ainda que os valores-notícia mudam no tempo e não permanecem sempre os mesmos. Isso pode ser percebido porque alguns assuntos no passado não existiam, e atualmente passam a ganhar relevância tornando-se notícias. Alguns chegam a ganhar cobertura especial, com entrevistas diferenciadas, especialistas. O autor também chama atenção para os movimentos da sociedade civil sobre assuntos comuns que passam a ganhar importância até obterem importância para serem noticiados. Com isso, é estabelecida uma integração entre as estratégias de noticiabilidade adotadas pelos movimentos e os valores-notícia aplicados pelos órgãos de comunicação, explica o pesquisador. Outra questão que autor ressalva é que a forma como uma redação é organizada indica os critérios de noticiabilidade que vigoram na empresa jornalística. Isso porque o número de correspondentes, as editorias que têm mais repórteres e estrutura, o número de correspondentes vai influenciar na produção da notícia.

Wolf (1987) afirma que as principais origens dos valores-notícia são relevantes para avaliar a possibilidade de uma informação ser noticiada. Segundo o autor, os valores-notícia derivam de considerações relacionadas: às características substantivas das notícias, ao seu conteúdo; à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público; e à concorrência. Dentre os valores substantivos, o autor destaca quatro importantes aspectos: grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento noticiável, seja referente às instituições governamentais, seja em relação aos outros organismos e hierarquias sociais; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional, com base nos valores significatividade e proximidade; número de pessoas que o acontecimento, de fato ou potencialmente, envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

No caso dos valores-notícia relativos à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo, Wolf (1987) destaca que as possibilidades técnicas e organizativas representam uma característica de seleção das notícias. Por isso são importantes as questões da brevidade da notícia, da atualidade, da qualidade da história e do equilíbrio no conjunto do noticiário. Em relação ao meio de comunicação, o autor destaca alguns aspectos importantes para a noticiabilidade de uma informação, dentre eles: um bom material visual; a frequência de um acontecimento adequada à do veículo de comunicação; o formato ou limites espaço-temporais.

No caso dos valores relativos ao público, Wolf (1987) afirma que está relacionado a imagem que os jornalistas têm do público, uma vez que o autor parte do pressuposto de que o jornalista não conhece, apenas deduz o perfil de sua audiência. Dessa maneira, cita os valores

notícia apontados por Golding e Elliott (1979) e por Gans (1979). Os primeiros destacam: a estrutura narrativa, a capacidade de atração do material, o entretenimento e importância da notícia. No segundo caso, Gans (1979) destaca três categorias: as notícias que permitem uma identificação por parte do espectador; as notícias de serviço e as notícias ligeiras.

Por fim, em relação à concorrência, o autor cita novamente Gans ao apontar três tendências que refletem alguns valores-notícia. Um deles é que a disputa pelo furo ficou mais difícil uma vez que os veículos de comunicação de massas têm correspondentes nos mesmos lugares, dessa forma é o enfoque da notícia, com uso de por menores, que a tornará exclusiva. Outra tendência é que a expectativa da cobertura do concorrente leva um jornal a selecionar uma notícia por achar que os concorrentes também o farão. Finalmente, segundo Wolf (1987), as expectativas recíprocas desencorajam as inovações na seleção das notícias.

Hall e colaboradores (1993) destacam outras características que consideram essenciais às notícias. Segundo o autor, o jornalismo tende a realçar aspectos extraordinários, dramáticos, trágicos etc., numa história ao determinar sua noticiabilidade. O autor afirma ainda que os acontecimentos que apresentarem maior número de valores-notícias terão potencial noticioso maior que os outros.

Lage (1982) aponta seis valores-notícia que oferecem relevância à informação. São eles: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana. Explica, contudo, que dentro das empresas jornalísticas esses fatores influenciam de acordo com os interesses da classe dominante e operam segundo preferências individuais de pessoas que possuem poder, ainda que momentaneamente, ou avaliações dos efeitos e consequências de um fato noticiado.

Quanto à proximidade, o autor afirma que o ser humano se interessa especialmente por assuntos que estão próximos deles. Entretanto, essa proximidade pode variar de acordo com as trocas comerciais ou com as trocas culturais ou populacionais. Lage (1982) afirma que é por essa razão que se obtém mais público quando os assuntos locais são colocados no noticiário como prioridade. O autor analisa ainda que as relações culturais ou comerciais estabelecidas como dependência propiciam a difusão de informações oriundas de “produtores hegemônicos”.

Em relação à atualidade, o autor argumenta que o homem se interessa especialmente pelos fatos mais recentes. Ressalta que o que é considerado novidade pode ser também algo ainda desconhecido, embora de existência remota. Outro aspecto relevante destacado por Lage (1982) é que certos instantes históricos podem ganhar importância no noticiário por sua semelhança com uma situação presente.

O pesquisador afirma que a identificação social ocorre das classes de mais baixa renda para cima a de maior renda na sociedade dividida em classes. O autor explica que na sociedade de consumo, novos produtos são apresentados primeiramente às classes mais altas e depois passam a ser popularizados quando caem no desuso dos primeiros. Esse processo ocorre de forma gradual e é aplicado também ao jornalismo como produto, afirma o autor.

A intensidade, especialmente aferida em números, oferece destaque a acontecimentos cotidianos, afirma Lage (1982). Os números muito grandes e os muito pequenos em relação à experiência cotidiana do público apresentam grande valor porque as pessoas não conseguem dimensioná-los. O autor atenta, ainda, para as distorções de algumas notícias econômicas que apresentam crescimentos proporcionais importantes, mas os números em absoluto têm pequena representatividade. O mesmo ocorre com notícias de esporte, em que um segundo pode levar à diferença entre vencedores e derrotados.

O ineditismo de uma questão é considerado essencial pelo autor para o interesse que pode despertar. Entretanto, a probabilidade do fato a ser selecionado ocorrer e o conhecimento que o público possui sobre aquele acontecimento vai influenciar em sua noticiabilidade. Dessa forma, Lage (1982) sugere algumas faixas de quantificação a probabilidade dos fatos: fato inevitável; fato provável; fato improvável; fato extremamente improvável. A improbabilidade está sempre relacionada à perspectiva humana de quem está envolvido nas questões em discussão, explica o autor. A história parte da pessoa para o ambiente. Ressalta, ainda, que a improbabilidade pode ocorrer entre duas circunstâncias presentes na mesma notícia, como uma coincidência berrante ou uma casualidade inusitada, que geralmente ocorrem na notícia sensacionalista. Em relação a identificação humana, o autor destaca que pessoas notáveis se tornam a concretização de um ideal humano, não apenas desportivo ou artístico e por isso geram identificação. Contudo, a identificação pode ocorrer também por semelhança em alguma circunstância, ou por semelhança entre o real proposto e as aspirações, desejos de consumo, afirma Lage (1982).

Conhecer os valores notícia de um veículo de comunicação permite compreender o que é considerado importante quando seleciona o que será notícia em seu conteúdo. Neste capítulo foram apresentados alguns critérios que serão desenvolvidos no capítulo 3 e 4 deste trabalho durante investigação e discussão do conteúdo político do jornal *Folha de S. Paulo*. Com o objetivo de ampliar as perspectivas dos estudos e da compreensão do jornalismo, no próximo item deste capítulo será apresentada outra possibilidade de investigação do perfil dos noticiários dos veículos de comunicação.

1.3 ENQUADRAMENTO

Ainda no início do século XX, foi creditado aos *media* o poder de formar opiniões e crenças, mudar hábitos de vida, moldar comportamentos rapidamente de acordo com os desejos de quem pudesse controlar os veículos de comunicação e seus conteúdos (BAUER; BAUER, 1960 apud MCQUAIL, 1987). Entretanto, foi a partir da década de 1930 que os estudos dos efeitos da mídia ganharam volume e diversidade no conteúdo, métodos e veículos de comunicação. A partir da década de 1950, com o surgimento da televisão e poder de atração ainda maior que os outros meios de comunicação até então existentes, novos estudos ganharam força (MCQUAIL, 1987). Neste capítulo, será apresentado o conceito de enquadramento e o desenvolvimento desses estudos entre o final do século XX e em especial no início do século XXI.

1.3.1 Conceito de *framing*

Os estudos de enquadramento ou *framing* têm origem no sociólogo Erving Goffman. De acordo com o autor “um frame primário é visto como algo que poderia, de outra forma, ser um inexpressivo aspecto de uma cena que é transformado em algo que seja significativo”⁵ (GOFFMAN, 1986, p. 21, tradução nossa). Em outras palavras, de acordo com o autor, o frame é o recorte da realidade que se torna a referência a qual as pessoas dão sentido e percebem o mundo ao seu redor. Ainda segundo o pesquisador, “os frames permitem que as pessoas localizem, percebam, identifiquem e rotulem um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas em seus limites”⁶ (GOFFMAN, 1986, p. 21, tradução nossa).

O conceito de enquadramento gerado pelos veículos de comunicação surgiu a partir do chamado segundo nível de *agenda setting*, no qual Gitlin (1980), Entnam (1993), McCombs e colaboradores (1997), dentre outros autores, sentiram necessidade de compreender não apenas como os veículos de comunicação de massas influenciam sobre o que o público pensa – conceito de agendamento desenvolvido por McCombs e Shaw (1972) –, mas também como a audiência pensa sobre os temas agendados.

Em seus estudos sobre a cobertura americana de movimentos contra a guerra do Vietnã, Gitlin (1980, p. 7, tradução nossa) afirma que enquadramentos “em grande parte não

⁵ “a primary framework or perspective is seen as rendering what would otherwise be a meaningless aspect of the scene into something that is meaningful”.

⁶ “each primary framework allows its user to locate, perceive, identify, and label a seemingly infinite number of concrete occurrences defined in its terms”.

ditos e não identificados, organizam o mundo para os jornalistas que o relatam, em grau de importância, para nós que confiamos em suas notícias”.⁷ Ainda segundo o autor, “enquadramentos são padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, pelos quais quem trabalha os símbolos organizam o discurso, tanto verbal como visual”.⁸

Dedicado às pesquisas sobre enquadramento das notícias, Entman (1993, p. 52, tradução nossa) define enquadramento como

selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de tal maneira a promover uma definição particular de um problema, a interpretação causal, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento para o item descrito.⁹

O autor afirma que os *frames* são criados pelos comunicadores de forma consciente ou inconsciente ao decidir o que dizer, guiados por enquadramentos que organizam o próprio sistema de crença deles. Dessa maneira, os enquadramentos podem ser manifestados pela presença ou ausência de palavras-chaves, frases de efeito, imagens estereotipadas, fontes de informação escolhidas e sentenças que forneçam ou reforcem julgamentos, afirma Entman (1993). Porém, o autor ressalva que os enquadramentos apresentados pela audiência podem ou não refletir aqueles presentes no texto, pois os *frames* de grupos e a própria cultura influenciam os indivíduos.

Para exemplificar os efeitos do enquadramento ao destacar alguns aspectos de uma realidade e omitir outros, Entman (1993) cita um conhecido experimento de Kahneman e Tversky (1984). Nele, os autores supõem que os Estados Unidos estavam se preparando para enfrentar um surto de uma doença incomum oriunda da Ásia que poderia matar 600 pessoas. Diante disso, o governo tinha apenas duas opções de programa: um deles (A) poderia salvar 200 pessoas e no outro (B) provavelmente um terço das 600 pessoas seriam salvas e dois terços não seriam salvos. Embora os dois programas consistam nas mesmas consequências, os autores perceberam que a maneira de perguntar influenciou nas respostas dos entrevistados, uma vez que 72% dos deles optaram pelo programa A e 28% optaram pelo programa B.

⁷ “Media frames, largely unspoken and unacknowledge, organize the word both for journalism who report it and, in some important degree, for us who rely on their reports”.

⁸ “Media frames are persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation of selection, emphasis, and exclusion, by wich symbol handlers routinely organize discourse wether verbal or visual”.

⁹ “to select some aspects of aperceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote aparticularproblem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation” (ENTMAN, 1993, p. 52).

Diante dos resultados, Entman (1993, p. 54, tradução nossa) conclui que o “enquadramento determina se a maior parte das pessoas percebe como elas entendem e se lembram de um problema, assim como a forma que elas avaliam e escolhem agir a respeito da questão”.¹⁰ O autor alerta, porém, que o frame tem um efeito em grande parte da audiência receptora, mas que esse efeito não é universal.

Seguindo a compreensão de Entman, Druckman (2001, p. 1042, tradução nossa), ao investigar os limites do enquadramento, afirma que eles “ocorrem quando, ao descrever uma questão ou evento, o comunicador enfatiza um grupo de considerações potencialmente relevantes, o que leva indivíduos a focar nessas considerações quando constroem suas opiniões”.¹¹ Entretanto, Soloski (1993) ressalva que o enquadramento não é necessariamente criado a partir de um processo consciente por parte dos jornalistas. O autor acredita que o frame pode ser resultado da absorção inconsciente de pressuposições sobre o mundo social em que a notícia deve ser publicada de forma a ser compreensível para o seu público.

De forma complementar, Hall e colaboradores (1993, p. 227) afirmam que “quando os acontecimentos são delineado pelos *media* em enquadramentos de significado e interpretação, supõe-se que todos nós possuímos e sabemos igualmente como utilizar esses enquadramentos”. Segundo os autores, tal suposição ocorre porque os *frames* são extraídos das mesmas estruturas de compreensão utilizadas para todos os públicos. Os argumentos dos pesquisadores estão baseados na “natureza consensual da sociedade”, em que o processo de significação tanto assume o consenso, quanto contribui para sua construção na sociedade.

Ainda sobre a relação entre o meio e os enquadramentos, Schudson (1993) sugere que o poder dos veículos de comunicação não se restringe a declarar as coisas como verdadeiras, mas tem também o potencial de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem. O autor explica que as notícias têm uma relação com o “mundo real” tanto no conteúdo quanto na forma. “Isto é, no modo como o mundo é incorporado em convenções narrativas, inquestionáveis e despercebidas, sendo então transfigurado deixando de ser um tema de discussão para se tornar uma premissa de qualquer possível conversa” (SCHUDSON, 1993, p. 279).

¹⁰ “the frame determines whether most people notice and how they understand and remember a problem, as well as how they evaluate and choose to act upon it” (ENTMAN, 1993, p. 54).

¹¹ “a framing effect is said to occur when, in the course of describing an issue or event, a speaker’s emphasis on a subset of potentially relevant considerations causes individuals to focus on these considerations when constructing their opinions” (DRUCKMAN, 2001, 1042).

McQuail (1987, p. 243, tradução nossa) apresenta alguns aspectos que considera que fazem parte do processo de produção dos *frames* e que dividem com a audiência a responsabilidade do comunicador na formação dos enquadramentos:

- membros da audiência trazem, de suas próprias experiências, frames pré-formados de interpretação de sua experiência com a mídia;
- esses frames têm uma estrutura estável, assim como uma existência coletiva sobre a variação individual deles;
- frames podem ser gerados pela mídia ou desenhados pela audiência a partir de suas próprias necessidades e experiências;
- o mesmo conteúdo pode receber diferentes sentidos (comparado com a dedução do texto ou a intenção do remetente) e pode ter diferentes sentidos em diferentes configurações culturais.¹²

Gamson e Modigliani (1989) estudam a relação entre o discurso dos *media* e a opinião pública, geralmente tratados como dois sistemas paralelos de construção de significados. Os autores afirmam que os jornalistas poderão tirar as suas ideias e linguagem a partir de fóruns da sociedade, frequentemente parafraseando ou citando suas fontes. Contudo, ao mesmo tempo, eles contribuem com seus próprios enquadramentos ao inventar seus próprios bordões ou expressões, desenhando uma cultura popular que eles compartilham com o público.

Com a mesma perspectiva dos autores de que as notícias são uma construção da realidade, Tuchman (1978) afirma que os *frames* das notícias organizam a realidade cotidiana ao mesmo tempo em que são parte integrante dela, pois, a autora considera que o caráter público da notícia é uma característica essencial. Dessa forma, o papel dos *frames* é transformar acontecimentos irreconhecíveis ou uma conversa sem importância em um evento discernível. Em outro trabalho, Tuchman (1993, p. 259) afirma que os relatos noticiosos são mais uma realidade seletiva do que sintética e existem por si só. A autora os entende como documentos públicos que colocam um mundo à frente de todos. E resume: “Como frames, as histórias oferecem definições da realidade social”.

Em uma avaliação um pouco mais complexa, ao conceituar *framing*, Scheufele (2000) afirma que o enquadramento influencia como as audiências pensam sobre questões, não fazendo aspectos de uma questão mais saliente, mas trazendo esquemas interpretativos que influenciam a interpretação de informações recebidas. O autor explica que o enquadramento é baseado nas nuances sutis da formulação e sintaxe do conteúdo que têm mais prováveis

¹² - audience members bring, from their own experience, pre-formed frames of interpretation to their media experience;
 - these frames have a stable structure, thus some collective existence over and above their individual variation;
 - frames can be taken over from the media or shaped by the audience itself out of its own needs and experiences;
 - the same content can be given different meaning (compared with deduction from text or sender intention) and can have different meanings in different cultural settings (MCQUAIL, 1987, p. 243).

efeitos não-intencionais ou ao menos efeitos que são difíceis de prever e controlar pelos jornalistas.

Dessa forma, Scheufele (1999) separa os enquadramentos em dois conceitos: enquadramentos da mídia e individuais. De acordo com o autor, enquadramentos da mídia tornam eventos inexpressivos ou não reconhecidos em um evento perceptível quando o jornalista seleciona e classifica informações para sua audiência. Para o autor, o enquadramento e a apresentação de eventos e notícias nos meios de comunicação de massas podem afetar como a audiência entende esses eventos. Ao conceituar o segundo tipo de enquadramento, o autor recorre à definição de Entman que afirma que os *frames* individuais são como um “grupo de idéias mentalmente armazenado que direciona o processamento individual de informações” (ENTMAN, 1993 apud SCHEUFELE, 1999, p. 107). No presente trabalho, contudo, a pesquisa é focada nos enquadramentos da mídia, visando compreender como a sociedade civil é enquadrada no noticiário político do jornal em estudo.

Menos otimista quanto ao efeito do *framing*, Druckman (2001), em seu estudo sobre as implicações dos efeitos do enquadramento para competências dos cidadãos, argumenta que esses efeitos ocorrem, mas apenas em específicas circunstâncias. Dentre elas, “o nível individual de variáveis, características dos procedimentos e dos problemas, e o contexto das circunstâncias”¹³ (DRUCKMAN, 2001, p. 236, tradução nossa). O autor questiona as pesquisas que colocam o cidadão como um ser manipulado pelos veículos de comunicação e pelo discurso da elite e, dessa maneira, sem capacidade de fazer suas próprias escolhas políticas.

Em seu estudo, no qual trabalhou com enquadramentos de equivalência – em que duas circunstâncias iguais são apresentadas de maneiras diferentes aos entrevistados – e de equivalência de ênfase – em que uma questão oferece ênfases diferentes aos temas tratados –, o autor chegou à conclusão de que às vezes, os efeitos de enquadramento servem como prova de incompetência do cidadão em fazer suas próprias escolhas políticas e outras vezes não.

Ao fazer uma revisão do conceito de enquadramento, Reese (2007, p. 150, tradução nossa) afirma que “frames são estruturas que desenham limites, definem categorias, definem algumas ideias para fora e outras para dentro, e geralmente operam para fixar ideias relacionadas a sua rede em um processo ativo”.¹⁴ O autor acredita que o frame capta a maneira como o significado pode ser incorporado em histórias, mídia e no tempo. Ainda de

¹³ “individual level variables, procedural and problem characteristics, and contextual circumstances”.

¹⁴ “frames as structures that draw boundaries, set up categories, define some ideas as out and others in, and generally operate to snag related ideas in their net in an active process”.

acordo com o autor, ao se observar os *frames* espalhados por todo o discurso, percebe-se que mais do que estar contido estritamente dentro dos pacotes individuais da mensagem/história, é possível perceber que os *frames* estão encaixados no ambiente simbólico.

Para Gamson e colaboradores (1992, p. 391, tradução nossa), o enquadramento é um princípio organizador central que une e dá coerência e significado a um diversificado leque de símbolos. Ao fazer uma relação entre as imagens dos veículos de comunicação e a construção da realidade, o autor chegou à conclusão de que “um sistema de mídia adequada para uma democracia deveria proporcionar aos seus leitores, com algum sentido coerente, as forças sociais mais amplas que afetam as condições de suas vidas cotidianas”.¹⁵ Afirmam, porém, que não é isso que o público percebe nos *media* dos Estados Unidos, onde desenvolvem seus estudos. A notícia boa é que, segundo a conclusão dos autores, a natureza subdeterminada do discurso dos *media* oferece muito espaço para novos desafios, como os movimentos sociais. Dessa forma esses, podem possibilitar construções concorrentes da realidade e buscar suporte para eles a partir do público cuja vida diária pode levá-los para a construção de significado em formas que vão além de imagens da mídia.

Ao aplicar o conceito em estudos de comunicação e política, Porto (1999, p. 14-15) afirma que o conceito de enquadramento é importante para compreender como as pessoas pensam o mundo da política. Ele acredita que “enquadramentos são elementos constitutivos importantes das narrativas e do processo pelo qual fazemos sentido do mundo da política”. O autor explica que uma vez que os efeitos causados por uma questão articulada de maneira diferente ou tendenciosa pode influir nas respostas das pessoas, na forma pela qual elas entendem a questão, os enquadramentos podem ser considerados “importantes instrumentos de poder”.

Ao avaliar o papel da televisão, o autor afirma que esse é um importante difusor de enquadramentos que são incorporados aos discursos dos cidadãos a respeito do mundo da política. Com isso, avalia que os veículos de comunicação passam “a ser vistos não mais como condutores neutros de informação, mas sim como instituições que contribuem para dar significado e interpretar eventos e temas políticos” (PORTO, 1999, p. 20).

Como é possível perceber e conforme analisam Porto (2004) e Vimieiro e Maia (2011), não há consenso na definição de enquadramentos e uma grande variedade de pesquisas e aplicações do conceito foi realizada nos últimos anos, o que tem ampliadas as possibilidades de aplicação de conceitos.

¹⁵ “a media system suitable for a democracy ought to provide its readers with some coherent sense of the broader social forces that affect the conditions of their everyday lives”.

1.3.2 Modelos de *frames*

Da mesma maneira que há uma grande diversidade de conceitos de enquadramento para a realização de estudos de *framing*, há também diversas possibilidades de investigações. Segundo Vimieiro e Maia (2011, p. 236), nos anos 1990 e início dos anos 2000 diversos autores buscaram estruturar *frame* conceitualmente e dessa maneira visaram estabelecer uma diferenciação de modelos e conceitos de enquadramento. Dessa maneira, o campo passou a contar com “diferentes perspectivas fundamentadas em noções distintas de enquadramento ou em paradigmas diferenciados”.

Dessa forma, Porto (2004) afirma que em função do forte indeterminismo conceitual do enquadramento, ao realizar uma pesquisa é necessário especificar os níveis de análise do conceito e definir mais claramente os enquadramentos a serem utilizados.

Os estudos de enquadramento partem do que Matthes e Kohring (2008) chamam de abordagem metodológica dedutiva e indutiva. Segundo Semetko e Valkenburg (2000), a abordagem indutiva envolve a análise de uma nova história com uma visão aberta para tentar revelar a matriz de quadros possíveis, começando com conceitos muito vagamente definidos desses *frames*. De forma oposta, a dedutiva envolve certos *frames* predefinidos como variáveis do conteúdo analítico para verificar a incidência desses *frames* na imprensa. Essa abordagem se faz necessária para se ter uma clara ideia de quais tipos de enquadramentos são susceptíveis a estarem presentes nas notícias uma vez que os *frames* não predefinidos podem ser negligenciados. O presente trabalho se focará em alguns modelos de *frames* da abordagem dedutiva.

Diversos autores desenvolveram estudos que criaram modelos de enquadramentos. Ao investigar como o tema responsabilidade aparece na televisão e qual o enquadramento utilizado para o tema, Iyengar (1991) propõe dois tipos de enquadramentos: os “enquadramentos episódicos”, que são focados em eventos específicos, e os “enquadramentos temáticos”, que destacam um contexto analítico mais geral das notícias, que não se restringe apenas aos fatos. A partir de um estudo de experimentos controlados e de *surveys* o autor chega à conclusão de que os enquadramentos episódicos levam as pessoas a atribuírem a responsabilidade por problemas políticos e sociais a indivíduos ao invés de considerar questões sociais mais amplas. Dessa forma, o autor acredita que perde visibilidade a relação entre os problemas apresentados e o papel de líderes políticos. Como os enquadramentos episódico e temático têm sentido opostos, a presença de um, exclui a do outro.

Para realizar sua investigação, Semetko e Valkenburg (2000) usaram como base o trabalho de Neuman e colaboradores (1992), que pesquisaram a ocorrência de diversos *frames* comuns nas coberturas noticiosas dos Estados Unidos em meio a uma série de questões. Dessa maneira, Semetko e Valkenburg (2000) trabalharam com cinco modelos de *frames* concomitantes em uma investigação do noticiário televisivo e impresso holandês durante a cobertura da reunião entre líderes europeus para finalizar um acordo sobre a união monetária, em 1997, na Holanda. Os autores trabalharam com os *frames* conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Eles são descritos pelos pesquisadores da seguinte forma:

Conflito - enfatiza o conflito entre indivíduos, grupos ou instituições com o objetivo de captar interesse da audiência. Baseados em trabalhos de Cappella e Jamieson (1997), os autores afirmam que em função da ênfase no conflito, as notícias têm sido criticadas por induzirem o cinismo público e a falta de confiança nos líderes políticos.

Interesse humano - este enquadramento traz uma face humana e um ângulo emocional para apresentar um evento, questão ou problema. Refere-se a um esforço para personalizar as notícias, dramatizar ou tornar as notícias emocionais com o objetivo de capturar e reter o interesse da audiência.

Consequências econômicas - retrata um evento, problema ou questão em termos da consequência econômica que causará a um indivíduo, grupo, instituição, região ou país.

Moralidade - coloca o evento, problema ou questão no contexto de doutrinas religiosas ou prescrições morais. Em função das regras profissionais de objetividade, jornalistas frequentemente fazem referências a enquadramentos morais indiretamente – por citação, tendo alguém (alguma fonte) que levante a questão. Um jornal pode, por exemplo, usar os pontos de vista de um grupo de interesse para levantar questões sobre a transmissão sexual de doenças, por exemplo. A notícia pode conter mensagens morais ou oferecer uma prescrição moral específica sobre como se comportar.

Responsabilidade - este enquadramento apresenta uma questão ou problema de forma a atribuir responsabilidade para a sua causa ou soluções ao governo, a um indivíduo ou grupo. Embora a existência de enquadramento de responsabilidade nas notícias não tenha sido mensurada explicitamente, os veículos de comunicação americanos têm sido responsabilizados por moldar o entendimento público quanto a quem é o responsável por causar ou resolver importantes problemas sociais, como a pobreza (IYENGAR, 1987).

Como um de seus resultados, os autores detectaram que o frame mais comum no noticiário estudado foi o de atribuição de responsabilidade, seguido de conflito, consequência econômica, interesse humano e por fim moralidade. Além disso, os três primeiros eram mais comuns aos noticiários impressos, sérios e sóbrios e os dois últimos mais comuns à televisão, especialmente aos programas sensacionalistas.

Com o objetivo de especificar os diferentes níveis de estudos, Porto (2004) propõe dois modelos de enquadramento para análise de conteúdo: os “enquadramentos noticiosos” e os “enquadramentos interpretativos”. Segundo o autor, enquadramentos noticiosos – “são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos” (PORTO, 2004, p. 91-92). Seria, o “ângulo da notícia”. Em geral os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e são resultado das escolhas deles quanto ao formato das matérias, que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade. Enquadramentos interpretativos – operam em um nível mais específico e têm uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. São “padrões de interpretação que geram uma avaliação particular de temas e /ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc.”. O autor afirma que os enquadramentos interpretativos têm origem, em geral, em atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Destaca, ainda que os jornalistas citam outros autores para promover interpretações específicas da realidade política.

O autor destaca que a diferença entre os dois enquadramentos está, principalmente na fonte da informação. Ressalva que é possível trabalhar com os dois modelos de enquadramentos simultaneamente em uma pesquisa, mas em níveis diferentes de análises, como o próprio Porto (2001) realizou ao investigar a cobertura da *Folha de S. Paulo* das Eleições dos Estados Unidos em 2000. Em um primeiro momento o autor analisou os enquadramentos noticiosos presentes no conteúdo do período eleitoral daquele país. Em um segundo momento, analisou os enquadramentos interpretativos presentes em um evento em específico das eleições: a cobertura dos conflitos da apuração dos votos.

Os modelos de enquadramentos discutidos neste capítulo serão desenvolvidos em pesquisa empírica do capítulo 3 deste trabalho. Outros modelos de enquadramentos que são bastante conhecidos são: enquadramento de cavalos, muito utilizado em estudos que abordam disputas eleitorais, em que o foco das notícias recaem em quem está na frente em termos de intenções de votos; e o enquadramento dramático, no qual as notícias contam com elementos de violência, conflito e perigo (PORTO, 2004). Contudo, por não corresponderem ao perfil da pesquisa esses não serão usados como base da investigação deste trabalho.

1.4 A SOCIEDADE CIVIL

A existência de uma esfera pública (HABERMAS, 1984) que inclua a sociedade civil nas discussões e deliberação de temas políticos é um assunto que faz parte dos estudos de inúmeros autores nos últimos anos. Diversos deles (DAGNINO, 2004; GOHN, 2005; PEREIRA, 1995; YOUNG, 2000, dentre outros) destacam em seus estudos a importância da participação da sociedade civil nas várias instâncias político-sociais. Baseado nessa premissa, o espaço desproporcional que é oferecido para a sociedade civil se manifestar nos veículos de comunicação chamou a atenção de alguns pesquisadores (GOMES, 2008a; MAIA, 2008; MIGUEL, 2002; SILVA, 2002; WAISBORD, 2009a, 2009b) e tornou-se alvo de pesquisa e discussão, as quais este estudo também se propõe a fazer.

Partindo da definição de política do dicionário político de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 954) em que o termo é definido como “derivado do adjetivo originado de pólis (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”, neste estudo entende-se que a sociedade civil faz parte da política.

Dessa maneira, esta seção se propõe discutir o que se entende como sociedade civil no presente trabalho. De acordo com Habermas (1997, p. 99), após inúmeras transformações em seu significado ao longo dos anos, “a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para esfera pública política”.

Para Young (2000) a sociedade civil está em uma instância separada do estado e da economia, e cada um desses aspectos sociais pode limitar e suportar os demais. A partir dessa premissa, a autora afirma que sociedade civil corresponde a atividades associativas nas quais as pessoas coordenam suas ações mais por meio de discussões e trabalhando em projetos, do que checando preços ou cuidando das leis. Dessa forma, a pesquisadora acredita que a sociedade civil inclui “uma vasta gama de atividades, instituições, e redes sociais fora do estado e economia, de clubes informais, organizações religiosas, prestações de serviços sem fins lucrativos, produtores culturais, grupos de ação política”¹⁶ (YOUNG, 2000, p. 159, tradução nossa). A autora diz, ainda, que a sociedade civil tem um papel vital em uma sociedade ao promover inclusão, expressão e crítica a uma democracia forte.

¹⁶ “Civil society includes a vast array of activities, institutions, and social network outside state and economy, from informal clubs, to religious organizations, to non-profit services providers, to cultural producers, to political action groups”

De forma parecida com Habermas e Young, Gohn (2005, p. 107) detalha quais são, em sua avaliação, os principais protagonistas da sociedade civil na atualidade:

as ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de direito humanos e de defesa dos excluídos por causas econômicas, de gênero, raça, etnia, religião, portadores de necessidades físicas especiais; associações e cooperativas autogestionárias de redes de economia popular solidária; inúmeras associações e entidades com perfis variados do Terceiro Setor; fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais de debate e lutas para o encaminhamento de questões sociais; entidades ambientalistas e de defesa do patrimônio histórico e arquitetônico; redes comunitárias de bairros, conselhos populares e setores organizados que atuam nos conselhos institucionalizados das áreas sociais. Mas a sociedade civil inclui também algumas empresas e fundações que atuam segundo critérios de responsabilidade social.

Como pode ser percebido, ao contrário de Young (2000), Gohn (2005) não exclui representantes do setor econômico do conceito de sociedade civil, desde que essas apresentem responsabilidade social em suas atividades. Da mesma forma, Pereira (1995, p. 91) não exclui a instância econômica de sua definição ao afirmar que “a sociedade civil engloba todas as relações sociais que estão à margem do Estado, mas que exercem algum tipo de influência sobre ele”. O autor faz, ainda, uma distinção entre povo e sociedade civil. O autor afirma que o povo pode ser considerado como o conjunto de cidadãos que possuem os mesmos direitos. Já a sociedade civil é entendida pelo autor como constituída pelos cidadãos organizados e classificados segundo o poder de grupos ou associações dos quais fazem parte.

Diante da diversidade de instituições que podem representar a sociedade civil, Young (2000) afirma que há três níveis de atividades associativas: associações privadas, associações cívicas e associações políticas. As primeiras, de acordo com a autora, prezam por atividades voltadas para associados ou participantes dela e que geralmente são introspectivas e particularistas, uma vez que pessoas estranhas ao grupo não fazem parte. Como exemplos há as organizações religiosas. Associações cívicas, por outro lado, não servem apenas a membros conhecidos, mas a uma ampla comunidade. Elas são voltadas para realizar contribuições para a vida coletiva da vizinhança, cidade, país ou mundo. Alguns dos beneficiários das ações dessas associações são pessoas estranhas ao grupo. Por servirem a todos, tendem a ser inclusivas.

No caso das associações políticas, as atividades consistem em destacar questões para o debate público sobre o que é preciso ser feito, quais prioridades deveriam orientar a sociedade, as políticas que deveriam ser adotadas, como os poderosos deveriam ser responsabilizados e quais as responsabilidades que o cidadão carrega. De acordo com Young (2000), muitas associações políticas visam até mesmo influenciar a formação política do

estado. Dessa forma, a autora acredita que as associações criam uma esfera pública¹⁷ (HABERMAS, 1984) na qual uma diversificada, complexa sociedade de massa pode resolver os problemas sociais através da ação pública que é desenvolvida a partir da discussão e construção junto à comunidade. Para a pesquisadora, “a esfera pública é o conector primário entre as pessoas e o poder. Nós deveríamos julgar a saúde de uma esfera pública a partir de quão bem ela funciona como um espaço de oposição e prestação de contas, por um lado, e influência em políticas, por outro”¹⁸ (YOUNG, 2000, p. 173, tradução nossa).

No contexto da realidade social brasileira, Gohn (2005) afirma que o campo da sociedade civil se ampliou ao longo dos anos 1990. Isso porque questões relacionadas à cidadania já circulavam na sociedade na década anterior, em função da luta pela redemocratização da cidadania e da criação da Constituição de 1988, em que os direitos civis e políticos foram destacados. Dessa forma, conforme a autora, a sociedade civil se amplia e entrelaça com o que chama de sociedade política, e se desenvolve um espaço público não-estatal – que pode também ser identificado como esfera pública – onde se estabelecem os conselhos, fóruns, redes e as relações entre a sociedade civil e representantes do poder público.

Segundo Dagnino (2004), no mesmo período ocorre uma “confluência perversa” entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal, estabelecido como meta na política brasileira do início da década de 1990, e que marcam a busca por um aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. A autora aponta que se por um lado, a instituição dos espaços públicos é um resultado positivo das décadas de luta pela democratização, por outro lado, houve um processo de encolhimento do Estado e uma progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, por meio de ONGs e outras instituições, que passaram a receber verbas do Estado para realizar ações voltadas para a sociedade civil. A pesquisadora explica que a perversidade aparece na confusão que gera nas próprias instituições sobre o papel que exercem. Questionam-se, segundo Dagnino (2004), se não ganhariam mais com estratégias que priorizassem a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de contar com verbas do Estado para sua atuação.

¹⁷ A esfera pública de Habermas (1984) pode ser brevemente resumida como um ambiente intermediário onde questões referentes à política são publicamente discutidas e deliberadas, sem a presença do Estado e visando os interesses sociais. O conceito será melhor abordado adiante, neste capítulo. Para mais informações ver Habermans (1984).

¹⁸ “The public sphere is the primary connector between people and power. We should judge the health of a public sphere by how well it functions as a space of opposition and accountability, on the one hand, and policy influence, on the other”.

A autora ressalva, ainda, que existe uma tendência do mercado de também assumir papel social, aproximando suas atividades da sociedade civil, por meio do chamado terceiro setor,¹⁹ uma vez que no contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado acaba sendo oferecido como uma instância substituta para a cidadania. Dentre as questões levantadas pela autora, destaca-se a preocupação com a independência da sociedade civil na luta por seus direitos e no alerta para que essa evite representar, de forma indireta e “perversa”, interesses de outras instâncias como do Estado ou do mercado.

Gohn (2005) também considera as questões apresentadas por Dagnino (2004) e acredita que as práticas de algumas instituições que têm sua função social comprometida por atuar junto ao Governo devem ser revistas. Contudo, destaca a importância das organizações sociais na sociedade na contemporaneidade ao seguir com o papel de atender as demandas da sociedade civil, assim como para contribuir com a organização e participação dela em questões políticas. Ao fazer um balanço das ações sociais do início do século XXI, a autora comemora o aumento da participação da sociedade civil organizada em alguns fóruns, assim como o fato dos movimentos sociais voltarem a ter visibilidade e centralidade.

Nesse contexto, Gohn (2005) afirma que a participação da sociedade civil nas questões político-sociais se faz necessária para democratizar a gestão daquilo que é público, assim como para inverter as prioridades dos governos em busca de políticas que atendam não somente problemas emergenciais das áreas sociais.

1.4.1 Sociedade civil no noticiário jornalístico

Considerando que a sociedade civil é capaz de se organizar e de apresentar demandas à esfera pública política, como afirmam os autores supracitados, no presente trabalho entende-se que ela é um ator político²⁰ e por isso também deve ter representatividade no noticiário de política.

¹⁹ De acordo com Montaña (2003), terceiro setor é o conjunto de entidades públicas não estatais e regidas pelo direito civil privado.

²⁰ A utilização do termo ator político neste trabalho segue a definição de Gomes (2008a, p. 4): Por “atores políticos” entendo qualquer sujeito que goza do reconhecimento social de que cumpre um papel político. Em maior número, estão, naturalmente, os políticos profissionais, tanto os portadores de mandatos populares e de cargos públicos políticos quanto os quadros de profissionais políticos sem mandato dos partidos e de outras agências políticas. Naturalmente, aqui também podem ser incluídos os cidadãos que não são políticos profissionais nem exercem cargos públicos, mas representam forças ou interesses precipuamente políticos da sociedade ou grupos particulares, desde que sejam socialmente reconhecidos como tal.

Ao discutir a esfera pública de Habermas (1984), Gomes (2008a) apresenta a adaptação das dimensões fundamentais da noção que se tem daquela. A discursividade e discutibilidade, a publicidade como visibilidade, a publicidade como qualidade das razões permanecem como antes, mas o que era considerado privacidade, passa a ser compreendida como sociedade ou esfera civil, enfatizando a igualdade de direitos e liberdades do indivíduo perante o Estado. Dessa maneira, o debate passa a ser conduzido não pelo governo nem por particularidades, mas pelos cidadãos comuns, segundo o autor.

Gomes (2008a) argumenta, ainda que na contemporaneidade a visibilidade depende muito da comunicação de massas e a discutibilidade depende essencialmente do sistema político e da esfera civil. Nessa inter-relação, o campo da comunicação ainda tem o poder de levar temas políticos para a esfera da visibilidade ou de iniciar discussões de temas políticos. Diante dessa dependência intrínseca, a esfera pública torna-se midiática.

O autor ressalva que Habermas discorda da esfera pública midiática atuar como esfera pública por não possibilitar os debates – interação de pontos de vistas dos indivíduos – e por ser “encenada, espetacular, um espaço de exibição, uma vitrine de opiniões em disputa pela atenção e adesão” (GOMES, 2008a, p. 124). Ao argumento de Habermas, o autor pondera que a esfera da visibilidade pública sempre incluiu essas características, e nunca somente os debates. Além disso, acredita ser difícil imaginar, ainda que em plena modernidade, uma publicidade social constituída apenas pelo debate. O pesquisador concorda com Habermas quando diz que a argumentação pública possui requisitos que a esfera midiática não é completamente capaz de abraçar, mas reconhece a importância dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas atuarem como uma esfera pública para todos. “É a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (GOMES, 2008a, p. 162).

De forma similar, Maia (2008) afirma que embora existam profundas assimetrias na estruturação da comunicação dos atores sociais, o espaço de visibilidade gerado pelos meios de comunicação contribui para a existência de um diálogo público generalizado. A autora acredita que “a esfera de visibilidade midiática promove uma complexa relação entre os atores das instâncias formais do sistema político e aqueles da sociedade civil, bem como entre a política e a cultura” (MAIA, 2008, p. 165).

Como afirma Almeida (1998), a comunicação face a face na contemporaneidade está restrita à esfera privada, ao ambiente de trabalho e a algumas instâncias de esfera pública onde ocorrem debates em torno de assuntos de interesse público. Uma vez que considera que os emissores e receptores das informações estão separados pela distância e que os temas

sociais que proporcionam o debate político são colocados à distância, o autor afirma que os meios de comunicação têm o papel de conectar os dois extremos da comunicação.

Para Waisbord (2009b), a partir de uma perspectiva de esfera pública, a mídia que apresente diversidade é essencial para preservar os ambientes comunicativos que limitam a influência de governos e empresas. Ao avaliar a visibilidade dos meios de comunicação nas sociedades latino-americanas em outro artigo, Waisbord (2009a, p. 1) afirma que “para que a imprensa funcione eficazmente como uma plataforma para a manifestação dos interesses dos cidadãos, ela precisa cultivar e manter vínculos fortes com a sociedade civil”. O autor diz ainda que esta é uma condição essencial para que os veículos de comunicação possam nutrir a cidadania, sejam capazes de atender perspectivas múltiplas, relatem questões que afetem públicos diversos, assim como facilitem o diálogo civil e a participação cidadã. Embora esse seja o ideal, o próprio autor relata que esses objetivos ficam comprometidos nas democracias latino-americanas porque os estados e os mercados exercem mais influência sobre a imprensa do que a sociedade civil.

No contexto da política, Miguel (2002, p. 169) afirma que nas sociedades contemporâneas os *media* são os principais difusores de visões de mundo e de projetos políticos, onde também as representações do mundo social são expostas. Com isso, o autor afirma que a visibilidade proporcionada pelos veículos de comunicação se tornou também “componente essencial da produção do capital político”. O pesquisador relaciona a influência dos meios de comunicação na política também à sua capacidade de agendar preocupações públicas, o que interfere tanto o comportamento do cidadão comum, quando dos líderes políticos e funcionários públicos que, a depender das circunstâncias, sentem-se obrigados a oferecer uma resposta para a sociedade. De acordo com Miguel e Biroli (2008, p. 2),

A visibilidade na mídia compõe de várias maneiras o capital político: tem efeitos sobre as relações entre os líderes e os cidadãos comuns; tem efeitos sobre os processos de valorização, reconhecimento e desgaste público do político diante dos cidadãos comuns e dos seus pares; pode significar um acréscimo de visibilidade e relevância ao político no próprio campo político (na política parlamentar e/ou partidária, por exemplo).

Para Miguel (2002), há uma concentração do foco do noticiário naqueles que ocupam posições centrais no contexto do campo político.²¹ Segundo o autor, esses contam com uma

²¹ De forma resumida, Miguel (2002) utiliza o conceito de campo de Pierre Bourdieu como a imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial pela fixação de objetivos que se apresentam como “naturais” para aqueles que deles participam. E define campo político como “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas,

atenção mais ou menos constante dos meios de comunicação para seus atos e palavras, o que significa a possibilidade de ganhar espaço se esforçando menos. O autor destaca, ainda, que todas as grandes empresas de mídia compartilham a mesma visão de mundo, inclusive o compromisso com a ordem capitalista. De acordo com Maia (2008, p. 175), “o jogo da política acaba por ficar restrito àqueles que já dispõem de recursos políticos para se fazer ouvir na esfera pública ou interferir nas instâncias formais de política”.

Como observado anteriormente neste capítulo, Traquina (2005) afirma que as teorias estruturalista e interacionista do jornalismo reconhecem que há uma preponderância de instituições legitimadas como fontes do noticiário, apesar de a segunda considerar que os jornalistas têm certa autonomia, o que possibilita que haja periodicamente como um contrapoder como fonte no noticiário. Waisbord (2009a) afirma que a justificativa para prevalência de questões de relevância para as instituições econômicas e estatais no noticiário, assim como para elas protagonizarem as notícias como fontes são os interesses econômicos das empresas jornalísticas. O autor aponta que na América Latina muitos governos representam os maiores anunciantes dos jornais, seguidos pelo mercado, que também obtém privilégios nessa relação.

Ainda sobre essa questão, Waisbord (2009b) afirma que apenas esporadicamente a imprensa oferece um amplo conjunto de perspectivas sobre questões de interesse público, assim como examina segredos oficiais e as injustiças. Para o autor, a fraqueza contínua de diversidade da mídia somada à primazia de notícias oficiais eliminam oportunidades potenciais de a imprensa contribuir mais intensamente para a expressão democrática. Diante disso, o autor acredita que o pluralismo dos meios de comunicação pode servir de referência para avaliar se eles realmente ampliam as opções de questões a serem discutidas e suas perspectivas na esfera pública. Para Waisbord (2009b), um sistema de mídia plural deve combinar princípios cívicos, políticos e comerciais. Gomes e Maia (2008) destaca que o pluralismo contribui para uma distribuição melhor de custos e riscos entre os poderes oficiais e aqueles extraoficiais do sistema político, o que a autora considera que possibilita um ambiente informativo policêntrico, plural e controverso à sociedade.

Segundo a autora, os grupos cívicos são vistos como atores que podem modificar a maneira como os problemas sociais são percebidos na sociedade. Podem, também, articular projetos alternativos de políticas públicas dissipando o interesse por suas causas em outros grupos da população. Dessa maneira, a autora acredita que incluir a perspectiva dos atores da

análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher”, segundo Bourdieu (1989).

sociedade civil no debate público pode ser favorável porque amplia a definição dos problemas sociais. “Quando o debate é ampliado, há maiores chances para se alcançar um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem cooperação coletiva” (MAIA, 2008, p. 191).

Contudo, esses grupos – denominados de públicos fracos pela autora – enfrentam dificuldades de acessar os canais dos *media* para divulgar suas propostas e ideias, uma vez que nem sempre contam com organização suficiente ou recursos financeiros para “transacionar” com agentes dos veículos de comunicação, segundo a pesquisadora.

Miguel (2002) afirma que na tentativa de driblar a falta de espaço e visibilidade aqueles que estão situados na periferia, como os movimentos populares, necessitam trabalhar com critérios midiáticos nos fatos e buscar o espetacular nas ações para tentar vencer a indiferença dos meios de comunicação e entrar na agenda pública. Em função disso, afirma Waisbord (2009a), algumas instituições da sociedade civil passaram a se organizar para realizar o que ele chama de Jornalismo de Defesa Civil (JDC).

O autor explica que desde a redemocratização da América Latina diversas associações civis têm se engajado na defesa de algumas questões sociais ao promover melhor qualidade na cobertura das questões civis em toda a região. Exemplos de organizações do gênero no Brasil são a Agência Notícias de Direitos da Infância – que já instituiu um prêmio a coberturas especiais sobre direitos das crianças, com o propósito de chamar atenção para a temática – e a Agência AIDS do Brasil.

Ao tratar de jornalismo público – que será mais discutido no próximo capítulo deste trabalho – Silva (2002) afirma que em alguns casos os movimentos da sociedade civil precisam “criar factoides” para que obtenham espaço no noticiário jornalístico. Segundo o autor, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a organização não governamental *Greenpeace* costumam fazer ações que chamam a atenção da sociedade e acabam por agendar os veículos de comunicação. De acordo com Gomes e Maia (2008), são criadas datas especiais, como a parada do orgulho gay, e eventos de grande apelo, com o objetivo de lembrar a sociedade de algumas preocupações consideradas importantes por esses grupos. Champagne (1996) denomina essas ações de “manifestações midiáticas”, em que as organizações dos movimentos e instituições enviam até comunicados para os veículos de comunicação anunciando o horário e local da ação que é voltada para os *media*.

De acordo com Maia (2008), ainda que essas ações ocorram com alto grau de teatralidade, elas rompem com a invisibilidade no contexto dos veículos de comunicação e criam novas oportunidades de expressão. A autora ressalva, entretanto, que isso não

representa muito na perspectiva pluralista porque esses atores continuam a ocupar um espaço mínimo, esporádico e sempre desigual nos meios de comunicação. Para a autora, os *media* não oferecem um espaço equânime aos atores sociais ao divulgarem suas causas e esse espaço é restrito porque sofre forte pressão dos anunciantes, segue regras do mercado e está sob controle dos profissionais dos meios de comunicação.

De forma muito semelhante, Miguel (2002, p. 164) afirma que “a democratização da esfera política implica, portanto, tornar mais equânime o acesso aos meios de difusão das representações do mundo social”. Para isso, seria necessário que os veículos de comunicação oferecessem espaço para diferentes vozes da sociedade e que elas pudessem expressar as próprias interpretações sobre o que precisam e se interessam, afirma o autor. Por compartilhar dessa perspectiva, Maia (2008, p. 194) acredita que pesquisas empíricas precisam ser realizadas para “investigar se a comunicação dos *media* se mostra *accountable* diante do conjunto de cidadãos, ou se ao invés, solapa as condições de publicidade que ela deveria fortalecer”.

Neste capítulo foram apresentados os principais conceitos e teorias que são utilizados neste trabalho: as teorias do jornalismo – oferecendo relevância ao papel dos valores-notícias no cotidiano do jornalista para definir do que deve se tornar notícia –, os enquadramentos e como são utilizados rotineiramente no noticiário dos veículos de comunicação e, por fim, o conceito de sociedade civil que se aplica neste trabalho e a discussão de como os veículos de comunicação oferecem espaços restritos à sociedade civil em seu noticiário.

A partir dos conceitos e teorias discutidos nesta seção, este trabalho apresenta, no terceiro capítulo, uma investigação do espaço, enfoque e enquadramentos oferecidos à sociedade civil em um contexto específico: na editoria Poder do jornal *Folha de S. Paulo*, atualmente o impresso diário de maior circulação no país – sem considerar os impressos populares – que tem sido, em alguns casos, adotado como modelo por outros jornais brasileiros (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003; CHAPARRO, 2007). No próximo capítulo, é apresentado um contexto histórico do jornalismo brasileiro, a partir da perspectiva também histórica do veículo de comunicação em estudo.

FOLHA DE S. PAULO E IMPRENSA BRASILEIRA EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Para compreender melhor a temática deste trabalho que investiga a presença da sociedade civil no jornalismo político praticado pela *Folha de S. Paulo* na atualidade, é importante compreender o contexto jornalístico em que o veículo nasceu e as transformações pelas quais o setor passou para chegar ao jornalismo que se tem no século XXI no Brasil. A história da *Folha de S. Paulo* se tornou um dos marcos do jornalismo brasileiro, especialmente a partir da década de 1980, contribuindo para uma mudança na forma de pensar e fazer jornalismo no país. Dessa maneira, este capítulo aborda a história dos veículos impressos brasileiros de grande circulação, com foco na história daquele jornal.

Outros aspectos que são trazidos para esta parte do estudo são as mudanças sofridas no papel do jornalismo na sociedade, assim como na maneira de fazer jornalismo ao longo da história. Um dos principais pontos tratados aqui é transformação dos veículos de comunicação em empresas, a profissionalização do jornalismo, postura publicamente assumida pela *Folha de S. Paulo* na década de 1980, e que em função disso, dentre outros aspectos, transformou-se em um veículo de referência e liderança no Brasil. É relevante avaliar essas questões porque o conjunto delas impacta no perfil dos jornais e das notícias que são produzidas atualmente por esse veículo.

2.1 O NASCIMENTO DA *FOLHA DE S. PAULO* E DO JORNALISMO NO BRASIL

O vespertino *Folha da Noite*, que futuramente viria a compor a *Folha de S. Paulo*, nasceu em 19 de fevereiro de 1921, fundado por Olival Costa, Pedro Cunha e outros jornalistas que haviam deixado o jornal *Estado de S. Paulo*, conta Silva (1988). Ao detalhar a história da *Folha de S. Paulo*, Taschner (1992) afirma que o surgimento do jornal está relacionado com a extinção do *Estadinho*, vespertino editado pelo *O Estado de S. Paulo*. Além disso, a autora relata que esse jornal custeou temporariamente a impressão das primeiras edições da *Folha da Noite* em um acordo fechado entre os novos fundadores e o Dr. Armando Salles de Oliveira, superintendente do já estabelecido jornal. A autora revela, ainda,

que o artigo de apresentação do novo vespertino foi escrito por Júlio de Mesquita Filho – jornalista herdeiro do *O Estado de S. Paulo*.

Segundo Taschner (1992), Antonio dos Santos Figueiredo, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Olival Costa e Pedro Cunha constam como os oficiais fundadores do *Folha da Noite*. Porém, apenas os dois últimos seguiriam à frente do vespertino por mais tempo. Ainda segundo a autora, o periódico nasceu como de oposição, mas não defendia uma causa em específico. A ideia de missão da imprensa, contudo, não estava ausente do conceito que os proprietários tinham do jornal. Em sua primeira edição, apresentava notícias de política, internacional e de esporte. Possuía uma feição leve e graciosa, que a pesquisadora classificou como uma forma inicial de preocupação em cativar o leitor. Outro exemplo disso é que pouco depois do lançamento, o jornal passou a publicar a seção semanal *Figurinos*, voltada ao público feminino, conta a autora.

Mota e Capelato (1981) afirmam que o objetivo dos fundadores do jornal era torná-lo popular, diferente dos outros criados na mesma época. Contudo, para isso não pretendiam usar o sensacionalismo, mas oferecer um jornal leve, informativo e crítico, com notícias rápidas. Dessa forma, aproveitou-se do clima de insatisfação política presente no período para representar os interesses das classes populares. Os autores atribuem, ainda, o contexto de desenvolvimento urbano acelerado após a Primeira Guerra Mundial ao sucesso do jornal.

Em 1925, foi lançado o matutino *Folha da Manhã*, dirigido a um público diferente, composto por comerciantes, profissionais liberais, pequenos proprietários em geral e definido como um jornal local e urbano, segundo Mota e Capelato (1981). Os autores afirmam que ao longo da década os jornais mudaram suas linhas editoriais, começando com uma postura crítica à política dominante e terminando os anos 1920 ao lado do Estado, por medo que as disputas políticas de 1929 entre a oligarquia e os revolucionários gerassem transformações radicais na sociedade brasileira.

Paralelamente, *O Globo* é criado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho em sociedade com Hebert Moses e Justo Morais. Segundo Abreu, Lattman-Weltman e Rocha (2003) Irineu já havia criado *A Noite*, em 1911 e levou a experiência para o novo jornal, que passa a compor o cenário de grandes veículos de imprensa no início do século. Morais (1994) afirma que outro importante veículo da época foi *O Jornal*, fundado em 1919 por Renato de Toledo Lopes, foi adquirido por Assis Chateaubriand em 1924, sendo o princípio da construção da cadeia de diários do jornalista. Por sua vez, o *Diário Carioca*, que mais tarde colaborou com importantes mudanças à imprensa, nasceu em 1928.

Segundo Bahia (1990) e Taschner (1992), a sociedade brasileira vivia um momento de transformações, especialmente na política, com o esgotamento da República do Café com Leite, dando espaço a uma maior centralização de poderes pelo Estado. A economia baseada no café caminharia, no final da década, para a acumulação a partir do crescimento industrial. A partir de 1922, ocorrem no país a Semana de Arte Moderna; alguns levantes militares, como a Revolta dos Oficiais pelo fechamento do Clube Militar; nasce o tenentismo; e o presidente Artur Bernardes assume e preside sob estado de sítio. O período conta ainda com a Coluna Prestes, que irrompe em 1925 em peregrinação pelo interior do país até 1926. Nesse cenário, muitos dos impressos eram utilizados por políticos e seus aliados como representantes de lutas políticas e partidárias, havia um forte romantismo e engajamento no exercício da profissão, que segundo o autor, nesse período, era um mais um “bico”, um subemprego, no qual o prestígio de escrever nos jornais compensava a baixa remuneração. Embora a imprensa estivesse sob estado de sítio, os veículos se transformavam.

Nesse período já existiam alguns dos jornais que, assim como a *Folha de S. Paulo*, se tornariam a grande imprensa brasileira no século XX. Contudo, é importante resgatar que o jornalismo impresso diário brasileiro teve início ainda no século XIX, com a fundação do jornal *Correio Brasiliense* em 1º de Junho de 1808, ano que a família real se transferiu para o Brasil, segundo Bahia (1990) e Sodré (1983). Era um jornal mensal que se impôs pela opinião e pela informação política. Durou por quase 15 anos. E até meados do século XIX, os jornais tinham estilo panfletário, apresentavam periodicidade inconstante e poucos redatores. Os pasquins e panfletos eram os exemplos mais comuns, afirma Taschner (1992).

Dessa forma, surgiram, no final do século XIX, alguns dos veículos da grande imprensa conhecida na sociedade contemporânea. O *Estado de S. Paulo* nasce, por exemplo, em 1875 quando ainda se chamava *Província de S. Paulo*. Júlio César Ferreira Mesquita assumiu o jornal em 1885 no período anterior à Abolição da Escravatura e a instauração do sistema republicano de governo, causas que passaram a ser defendidas pelo veículo. O nome atual surgiu com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003).

Era formado por uma grande soma de recursos para a época, afirma Taschner (1992), viveria de anúncios, como alguns jornais já começavam a fazer, de assinatura e venda avulsa. Contudo, segundo a autora, o processo de composição era artesanal e precário, o que era de se esperar para a época no país.

O *Jornal do Brasil* nasce em 1891, fundado por Rodolfo Sousa Dantas, Joaquim Nabuco, Sancho Pimentel e José Veríssimo. Ele chegou a ser dirigido, em 1893, por Rui

Barbosa, assim como foi sua propriedade. O veículo teve diversos donos até que em 1918, foi comprado pelo empresário Ernesto Pereira Carneiro, e com sua morte, a esposa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, assumiria a direção do jornal, em 1956. E é sob o comando de Maurina que ocorrem as mudanças que influem na “fisionomia do jornalismo brasileiro contemporâneo” que serão abordadas mais adiante neste capítulo (BAHIA, 1990, p. 114, 118).

O jornal impresso, nesse período, era uma das poucas fontes de informações dos cidadãos sobre o que ocorria na sociedade, em especial assuntos que não eram de conhecimento público, algo mais recorrente em temáticas referente à economia e política do país.

O conhecimento, antes da imprensa, era privilégio das minorias alfabetizadas e dos grupos fechados das universidades, das cortes, dos meios intelectualizados. Havia, é certo, um conhecimento oral que passava nos ambientes públicos e familiares. Havia, é claro, uma necessidade interativa que está à base do desenvolvimento da imprensa (MEDINA, 1982, p. 100).

Esse quadro tende a mudar ao longo do século XX, com o avanço das tecnologias e aparecimento de novas plataformas de comunicação como o rádio, em 1920, a televisão, em 1950 e mais tarde com a popularização da internet, em 1990.

Com a mudança de século, somadas às transformações as quais vivia a sociedade brasileira e o fortalecimento do jornalismo e de seu papel no país, Sodré (1983, p. 275) afirma que ficou estabelecido o que seria a grande imprensa do século XX:

A passagem do século, assim assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço: o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte.

A afirmação de Sodré apenas anuncia um século que seria marcado pela industrialização e pelo capitalismo. A produção jornalística do início do século, contudo, ainda era bastante arcaica e desestruturada em termos de organização empresarial, conforme Taschner (1992). A autora destaca que foi nesse período que surgiu a primeira agência brasileira de notícias, a Agência Americana, fundada por Cásper Líbero.

Nesse período é fundado *O Correio da Manhã*, por Edmundo Bittencourt, em 15 de junho de 1901. Contra oligarquias e politizado, ao longo do tempo se estabeleceu como um dos jornais brasileiros mais combativos e mais lidos no século XX, de acordo com Mattos (2005). O veículo se manteve dentro da família Bittencourt até ser arrendado pelos empreiteiros Maurício e Marcelo Alencar, em 1969. Poucos anos depois, em função da postura de oposição à ditadura, o veículo desaparece.

Para Bahia (1990), é no curso da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) que a imprensa absorve as consequências das mudanças que ocorriam na sociedade. O autor conta que a notícia e o repórter que vai atrás da informação passam a se valer dos novos veículos de transporte para viajar: bonde, trem, navio. O jornal também deixa o estilo literário e passa a ser mais noticioso. Por sua vez, nas oficinas gráficas a linotipo passa a utilizar o motor elétrico, deixando para trás o motor a gás. “De 1910 a 1920 são mais visíveis os sinais de evolução no conteúdo e na produção dos jornais e das revistas. Um estágio que irá se aperfeiçoar” (BAHIA, 1990, p. 131-132).

Dessa maneira, na década de 1920, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* já era um jornal experiente e começou a comprar serviços de agência internacional United Press, ainda em 1922. Antes dele, apenas o *Rio-Jornal* dispunha desse serviço, conta Sodré (1983). Em 1929, surge o cinema falado e o *Jornal do Brasil* destina uma página inteira ao tema.

Em São Paulo, de acordo com o autor, nascem diversos outros periódicos, dentre eles o *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*, do jornalista Assis Chateaubriand, que contribuiu com a implantação de novas técnicas de impressão e veiculação dos impressos. Isso porque em 1938, de acordo com Jambeiro e colaboradores (2004), Chateaubriand criou o primeiro conglomerado brasileiro de veículos de comunicação de massas: uma corporação, organizada como condomínio fechado, Emissoras e Diários Associados. Segundo os autores, a cadeia de comunicação durou cerca de 40 anos e chegou a contabilizar, em seu período de auge, 36 emissoras de rádio, 34 jornais diários, 18 emissoras de televisão e várias revistas, dentre elas *O Cruzeiro*, de maior circulação no país no período.

O país passava pela Revolução de 1930, chefiada por Getúlio Vargas e Juarez Távora. Esse fato, para Bahia (1990), tem identidade comum com a imprensa daquela época por buscar o avanço da sociedade por meio da melhora das instituições e a renovação do processo em busca da ordem e do progresso. Segundo Sodré (1983), na transição entre o fim da Velha República e a chegada Getúlio Vargas ao poder, muitos jornais foram liquidados, outros invadidos, mas alguns, como o *Jornal do Brasil* e *A Gazeta* conseguiram se recuperar.

A primeira fase de existência das Folhas se encerra nesse período, com a vitória da Aliança Liberal no Movimento de 1930, quando elas são empasteladas, têm a circulação suspensa e são, em seguida, vendidas a Octaviano Alves de Lima (TASCHNER, 1992). Em 1931, as Folhas da Noite e da Manhã passaram a ter nova diretoria: Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida. A nova organização muda a razão social para Empresa Folha da Manhã Limitada, mantendo o nome dos jornais (SILVA, 1988, p. 41).

Os novos donos dos jornais, segundo Mota e Capelato (1981, p. 64), representavam os interesses dos cafeicultores e falavam aos fazendeiros e “sitiantes do interior”. Nesse segundo período a *Folha da Noite* perdeu a importância, uma vez que a nova direção não tinha interesse em fazer um jornal popular. Pelo contrário, segundo os autores, o debate político e econômico será voltado para a classe dominante e para o campo, ao contrário da primeira fase do jornal. Dessa forma, os jornais passam a ter uma visão “agrarista, defensora da divisão internacional do trabalho então prevalecente e de um projeto de desenvolvimento capitalista para o campo, anti-industrialista e especificamente contrária a qualquer tipo de protecionismo estatal às indústrias”, afirma Taschner (1992, p. 51). Dessa maneira, a linha editorial deles passa a ser de um jornal de causa, que defende interesses de um setor de classe, que tinham como maior preocupação dos jornais no período o café, conclui a autora.

Na década de 1930, a imprensa seguiu em fase de grande desenvolvimento, em especial no sentido de formar uma estrutura empresarial. Esse progresso é gerado por diversos fatores, mas principalmente pelo “redimensionamento industrial e cultural do país”, afirma Bahia (1990, p. 213). Assim como a economia ampliava suas fontes de produção e renda, deixando de ser essencialmente agrária, a sociedade se tornava mais complexa, com uma classe operária mais participativa e organizada, além de uma classe média que começava a se estabelecer.

Bahia (1990) aponta que os novos veículos que nasceram nesse período de transição política e econômica passam a dividir o prestígio com os diários que se estabeleceram no Império e na Primeira República. Contudo, estavam mais voltados a uma sociedade que descobria a industrialização. Dessa forma, os veículos passavam a ter novas máquinas de impressão dos jornais, aperfeiçoavam a distribuição, dinamizavam as assinaturas e agilizavam a venda avulsa.

O cerco da censura se fechava. Em 1934, Getúlio Vargas baixou o Decreto n. 24.776, que instituiu a Nova Lei de Imprensa, pela qual a polícia poderia apreender veículos de comunicação mesmo sem mandato judicial, conforme Mattos (2005). Em 10 de novembro de

1937, foi implantada a ditadura do Estado Novo, a partir de uma aliança entre Getúlio Vargas e os militares, afirmam Jambeiro e colaboradores (2004).

Segundo Sodré (1983), com a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, a imprensa entra em um período de forte censura. E o regime totalitário se fortalece com o início da 2ª Guerra Mundial, em 1939. Jornais e revistas voltam a ser fechados e jornalistas são presos por exigência do governo executivo. As Folhas se calaram, pois a censura impedia que abordassem questões políticas, com isso apenas os assuntos econômicos passam a ser discutidos nas páginas delas, segundo Mota e Capelato (1981).

A redação do *Estado de S. Paulo* foi ocupada pela polícia militar em março de 1940. Os proprietários e diretores foram acusados de terem armas escondidas e por isso o veículo foi tomado e subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo, criado para fiscalizar e censurar o conteúdo publicado pelos veículos de comunicação. Foi nesse período que a imprensa clandestina se desenvolveu no país, pois era a única que conseguia fugir da censura, relata Mattos (2005). “Ninguém podia escrever livremente, nem nos jornais, nem nas revistas, nem mesmo em livros; fogueiras deles encheram as ruas e praças, bibliotecas foram vasculhadas e expurgadas sob clima de terror que abafava tudo” (SODRÉ, 1983, p. 385).

Por outro lado, Bahia (1990) ressalta que a Guerra também impulsionou os jornais e revistas a duplicarem a circulação em função do interesse do público em notícias sobre os acontecimentos, principalmente em busca das mudanças políticas, econômicas e sociais geradas pelas transformações ocorridas dentro e fora do país. Somado a isso, com a entrada do Brasil na Guerra, pouco depois da entrada dos Estados Unidos, em 1942, o Estado Novo ficou rapidamente enfraquecido, afirma Sodré (1983). De acordo com Jambeiro e colaboradores (2004), em 1945, com a vitória sobre o nazi-fascismo na Europa, as tropas brasileiras voltaram ao país com ideias democráticas e por isso se uniram aos opositores ao regime de Getúlio Vargas, que chegou ao fim naquele ano. Os autores ressaltam que apesar da censura e das imposições do regime ditatorial no período do Estado Novo, a economia apresentou grande crescimento, especialmente do setor industrial, que os efeitos do período continuaram a repercutir o desenvolvimento industrial, mesmo após o fim do regime de Getúlio Vargas. Foi iniciado um processo de redemocratização do país e a imprensa passou a ter mais espaço para se manifestar. Em 6 de dezembro de 1945, o *Estado de S. Paulo* foi restituído a Júlio de Mesquita Filho, segundo Sodré (1983).

No mesmo período uma nova mudança ocorreria às Folhas. Como se propôs, ao comprar os jornais, fazer deles uma tribuna de luta por uma causa já determinada (as

lavouras), e após 15 anos não conquistou os resultados que almejava, Octaviano Alves de Lima desistiu da aventura jornalística e decidiu vender os periódicos (TASCHNER, 1992). Dessa maneira, em 1945, as Folhas foram vendidas de novo e o grupo passou a ser *Folha da Manhã S/A*, com diretoria composta por José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clovis Medeiros Queiroga (SILVA, 1988). Os dois primeiros representavam os interesses do capitalismo agrário, de setores da oligarquia rural. Clovis Queiroga, por sua vez, representava Francisco Matarazzo e dessa forma traduzindo os interesses de setores do capital industrial.

De acordo com Taschner (1992, p. 63), essa terceira fase das Folhas foi composta de transformações aceleradas em todos os níveis, que ofereceu aos periódicos uma base empresarial, a qual seria o embrião da consolidação do grupo na sua quarta fase. Nesse período se destacou o “dinamismo e disposição inovadora de Nabantino como empresário e administrador”, sempre preocupado com a eficiência.

Nabantino se dedicou a modernizar e organizar a empresa, diminuindo a improvisação nos processos jornalísticos, firmando-a nos marcos da ordem liberal burguesa, de forma justa, sem paternalismo elitista nem populismo, afirmam Mota e Capelato (1981). Talvez por isso, a história das Folhas se misturava com as ações e personalidade dele, conforme os autores. Coube a Alcides Meirelles a função de defender a neutralidade política por meio da isenção ante os partidos políticos.

Com o tempo, as origens agrárias dos jornais perderam força e o aspecto urbano se estabeleceu, traduzindo a ideologia das classes médias urbanas do Estado de São Paulo, relatam os autores. Dedicado, Nabantino criou, em 1948, o Programa de Ação das Folhas, que seria um roteiro de trabalho para que a missão jornalística fosse bem cumprida, definindo a filosofia de trabalho dos jornais, sua concepção de imprensa e sua doutrina política. Por meio da proposta do Programa, os jornais deixam de ser o representante de um setor em específico, como ocorria na fase anterior, para passarem a representar a classe dominante (a burguesia) em seu conjunto e o modo de produção capitalista não selvagem, segundo Taschner (1992).

A principal característica do Programa era a imparcialidade em relação aos partidos e a defesa do interesse público, destaca a autora. Contudo, outro ponto importante é que, como apontam Mota e Capelato (1981, p. 137), pela primeira vez o jornal era tratado como empresa jornalística e teria, como fonte de receitas a atividade jornalística que seria baseada na venda avulsa e assinatura do jornal, assim como na publicidade presente em suas páginas. Após o lançamento do Programa de Ação, em 1º de julho de 1949, foi fundada a *Folha da Tarde*, com a proposta de ser um jornal local e que acabou substituindo a então primeira versão da

Folha da Noite. Dez anos mais tarde, outro importante documento seria criado por Nabantino, o qual será abordado mais adiante.

2.2 OS ANOS 1950: A INDUSTRIALIZAÇÃO MUDA OS VEÍCULOS

A cultura norte-americana passa a ter crescente influência no noticiário brasileiro, que até o início do século XX era marcado por influências europeias, e as técnicas do jornalismo americano passam a ser adotadas no Brasil. De acordo com Medina (1988, p. 140), ações estratégicas das agências de notícias implantaram o modelo de consumo norte-americano no Brasil, tornando a “notícia como um produto de venda no mercado urbano industrial”. Com isso, o jornalismo brasileiro deixa, gradativamente, de ter características de “tribuna” e assume um perfil “noticioso”.

Silva (1988) afirma que o *Diário Carioca* esteve entre os primeiros a tentar racionalizar o processo de produção da notícia no país. O jornal foi o primeiro, a partir de 1951, a adotar o *lead*, uma tendência do jornalismo americano, como norma e a empregar uma equipe de copidesques na redação. Isso ocorreu após os diretores do jornal decidirem, em uma visita aos Estados Unidos, que adotariam algumas técnicas americanas no Brasil. Sodré (1983, p. 394) define bem o que seria a novidade americana, utilizada no primeiro parágrafo dos textos:

O jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o *lead*, cujos princípios se fundaram na regra dos cinco *W* e um *H*; qualquer foca americano sabe que toda notícia deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos: *who*, quem; *what*, o que; *when*, quando; *where*, onde; *why*, por que; e *how*, como.

Nesse período, a estrutura da indústria cultural americana invadiu os centros urbanos brasileiros em desenvolvimento. Segundo Medina (1988), o *lead*, as fotos, os títulos, subtítulos passaram a ser usados por constituir um traço importante de motivação para a venda da notícia, ao atrair o leitor no primeiro contato. Nas Folhas, Nabantino Ramos era um defensor da notícia direta, pouco adjetivada, fria, segundo Mota e Capelato (1981). O diretor tecia sérias críticas aos textos prolixos, não objetivos – também conhecido como nariz-de-cera no jargão jornalístico –, afirmam os autores.

De acordo com Medina (1988), entre 1947 e 1956, o país passou por intenso ritmo de crescimento industrial, superior ao ritmo de crescimento médio do mundo capitalista. Dessa forma, o país apresentava equilíbrio das contas externas, o que levou o governo Getúlio Vargas – de volta à Presidência a partir de 1951 – a lançar um programa de fomento à

atividade industrial. Alguns decretos governamentais autorizaram a importação de equipamentos e matérias-primas. Com isso, a imprensa brasileira recebeu rotativas que permitiram ampliar a capacidade de produção, conta Medina (1988).

O início da década de 1950 foi também um momento político inquieto. Muitos jornais estavam morrendo, mas dois nasciam para polemizar o período já conturbado pelo qual passava o país. Vinculado à imagem de Getúlio Vargas, em 12 de junho de 1951, nasceu o vespertino *Última Hora*, de Samuel Wainer. Um veículo que trouxe importantes mudanças para o jornalismo da época. Também influenciado pelo jornalismo americano, era graficamente modelar, apresentava uma grande foto na capa do jornal – algo não usual na época no Brasil –, também usava notícias esportivas e policiais na capa, e foi o primeiro veículo a publicar foto colorida em suas páginas. “A ousadia era uma característica da *Última Hora* tanto no plano da redação, quanto na parte técnica” (WAINER, 2006, p. 180-181). A *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, inimigo declarado de Wainer, surge no mesmo período.

Uma das brigas entre os dois jornalistas, transposta para os jornais, foi gerada pelo apoio de Getúlio Vargas à Samuel Wainer para a criação da *Última Hora*, relatam Jambeiro e colaboradores (2004). Lacerda questionou em denúncias em seu jornal a origem da verba que criou o jornal de Wainer e ganhou apoio de outros veículos de comunicação, criando uma campanha que também recebeu o apoio de deputados udenistas no Congresso, segundo os autores. Essa campanha agravou a crise política por qual já passava Getúlio Vargas, que apoiou o aumento em 100% no salário mínimo dos trabalhadores em maio de 1954 e motivou a publicação do *Manifesto dos Coronéis*, contrários à medida. O manifesto também ganhou o apoio dos congressistas do partido UDN, que passaram a exigir a saída de Getúlio da presidência. Essas pressões, dentre outras, levaram ao suicídio de Vargas, de acordo com os autores.

Outro jornal que implementou importantes mudanças no período, especialmente a partir de 1952, foi o *Jornal do Brasil*, quando a condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro assumiu a direção dele, logo após ter ficado viúva de Pereira Carneiro. “O boletim de anúncios em que se transformara o *Jornal do Brasil* iria desaparecer para dar lugar a um órgão de grande destaque, que teria forte influência nas transformações posteriores da imprensa” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 70).

De acordo com Dines (1986), dentre as mudanças, o veículo comprou um novo equipamento gráfico, o que possibilitaria a expansão; a condessa viajou à Europa e aos Estados Unidos para acompanhar as mudanças na imprensa; foi criado, em 1956, o

Suplemento Dominical, o SDJB, com o público alvo feminino; aumentou o número de páginas e noticiários; houve mudanças na diagramação, inclusive na primeira página, que passou a contar com uma fotografia, alteração que ocorreu em 1957. Aos poucos, especialmente na editoria de esportes, até as matérias mudaram. Esse processo também foi acompanhado por uma definição mais clara da linha editorial.

O autor afirma que em 1959, o jornal passou por grandes mudanças gráficas, como a primeira página que passou a ser composta quase que totalmente pelo noticiário, quase sem anúncio, lembra o autor. Em 1960, surgiram os cadernos de classificados e o caderno voltado para artes, como cinema e teatro. Dois anos depois, com a entrada do jornalista Alberto Dines na equipe, houve uma reestruturação da redação, que passou a ter reuniões de pauta regulares, arquivo e departamento de pesquisa do jornal. Também foi nesse período, entre 1963 e 64, que o *JB* implantou e desenvolveu o primeiro Departamento de Pesquisa. “Estes padrões de coordenação do material, iniciados pelo JB, foram prontamente adotados pela maioria dos jornais brasileiros” (DINES, 1986, p. 70).

Essas mudanças influenciaram as Folhas, especialmente em 1959, algumas começaram pouco antes. Segundo Taschner (1992), as matérias passaram a ser organizadas por assuntos e temáticas comuns. Essa técnica foi primeiramente aplicada pelo jornal *Diário da Noite*, afirma Dines (1986), o que o *Jornal do Brasil* aprimorou, somando recursos gráficos e editoriais que tornaram o veículo mais fácil e atraente de ler, e as Folhas também passaram a usar.

A capa dos jornais, que antes continha matérias inteiras, passou a ter – de forma ainda inicial – algo parecido com as “chamadas” presentes nas capas dos jornais atuais, tornando-se uma espécie de vitrine do conteúdo interno, relata Taschner (1992). Outra novidade para a época foi o uso de diagramação prévia no jornal, estabelecido por Nabantino. Com um planejamento do tamanho da notícia, os *copydesk* passaram a produzir a notícia de acordo com os tamanhos delas. Antes as notícias eram simplesmente cortadas ao fim, uma vez que deveria ser escrita apresentando as informações mais importantes no início, relata a autora. A *Folha da Manhã*, assim como o *Jornal do Brasil*, também adotou o caderno feminino, publicado em formato tabloide, aos domingos.

Foi, também, nesse período, especificamente em 1959, que Nabantino criou, nas Folhas, o documento *Normas de Trabalho da Divisão de Redação*, estabelecendo critérios para as funções de repórter e de editor, dentre outras determinações. Ele, mais tarde seria transformado em livro, divulgado para conhecimento de todos e inclusive debatido pelo seu criador, afirmam Mota e Capelato (1981). Esse seria um precursor do que viria a ser o *Manual*

Geral de Redação da Folha, adotado pelo jornal em 1984. Ações como estas contribuíram para uma maior profissionalização do veículo (SILVA, 1988, p. 41).

No ano seguinte, de acordo com Taschner (1992), Nabantino percebeu que a estratégia de diferenciar as três Folhas não havia sido muito positiva porque os três não eram igualmente bem-sucedidos, por isso os jornais foram unificados e passaram a se chamar *Folha de S. Paulo*, que continuaria a ter três edições, mas uma única linha editorial. O novo nome do jornal estava relacionado à maneira pela qual o veículo era conhecido no interior, afirma a autora. Em 1962, contudo, a *Folha de S. Paulo* deixou de ter três edições ao dia e passa para apenas duas, uma pela manhã e outra pela tarde.

As mudanças demonstram uma preocupação dos impressos com o mercado, assim como em se apresentarem melhor esteticamente para se tornarem mais atraentes aos leitores. A entrada da televisão no mercado jornalístico levou os veículos impressos a buscarem melhorias no produto que vendiam para se adaptar ao regime de concorrência. Sobre a influência da televisão nos impressos, Medina (1988, p. 66) afirma: “Os jornais brasileiros começam sua competição/complementação com essa nova força. Isso é decisivo para que a mensagem encontre manifestações variadas”. Os investimentos realizados no período citado foram apoiados no crescimento industrial da economia brasileira ocorrido entre 1956 e 1961, baseado nos bens de produção e de consumo duráveis. A partir de 1960, a formação de uma indústria cultural no país começa a se tornar perceptível e o país passa a ter “um sistema de complexos empresariais ligados ao setor da chamada comunicação de massas” (TASCHNER, 1992, p. 103).

Medina (1982) destaca que com a instituição da cultura de massas no Brasil, impulsionada pelos efeitos da televisão e do rádio, a produção de conteúdo passou a ser voltada para atingir uma audiência cada vez maior, o que gerou uma padronização do jornalismo. Dessa forma, a imprensa passa a valorizar sua atuação de instituição pública como uma empresa e não mais vinculada ao nome dos proprietários. Bahia (1990) afirma que os investimentos, a partir desse momento, são voltados para a reforma de seus métodos administrativos, reaparelhamento dos sistemas gráficos e para enfrentar a concorrência agora também dos meios eletrônicos.

Após um período (1956-61) de crescimento industrial, na virada para os anos 1960 a economia do país enfrentou a inflação, e depois a recessão que se prolongou de 1962 a 1967, segundo Taschner (1992). Nesse período, Nabantino teve de lidar também com a alta dos preços do papel, iniciada em 1958 e que permaneceria até 1963. Em função da crise econômica, os jornalistas começaram a reivindicar melhores salários, o que resultou na greve

de 1961, a qual pegou o diretor de surpresa e o fez sentir atingido de forma pessoal, relatam Mota e Capelato (1981). A desilusão e a inflação levaram Nabantino a se afastar da presidência da empresa e a vender os jornais. Com isso, viajou para Londres com o propósito de estudar economia e psicanálise, relatam os autores.

O jornal foi comprado em 13 de agosto de 1962 por Otávio Frias de Oliveira, ligado ao capital financeiro, e Carlos Caldeira Filho, vinculado à construção civil. A empresa que foi comprada possuía dívidas desde 1961 e seria transformada em um grande complexo empresarial da indústria cultural (TASCHNER, 1992). A autora destaca que, com capital, os novos donos investiram na compra de outros veículos realizando o que chama de “binômio centralização operacional e diversificação de produtos”. A pesquisadora sugere que o grupo decidiu manter vários jornais porque com a centralização de produção, distribuição e venda, o custo de cada produto seria pequeno em relação à receita que cada um poderia gerar. Isso porque, uma vez que os veículos não concorriam entre si, poderiam atender a públicos mais amplos que apenas um título. Dessa maneira, ao longo da década de 1960, os novos proprietários da *Folha de S. Paulo* compraram o jornal *Última Hora, Notícias Populares* (ambos em 1965) e a Fundação Cásper Líbero (em 1968), formando o que Taschner (1992) chama de conglomerado.

Bahia (1990) afirma que esse foi um período de expansão para o jornalismo. Segundo o autor, desde 1956 um arrojado espírito criador definia novos caminhos para os jornais diários, revistas de informação dentre outras publicações. Em 1965, a Editora Abril lançou a revista *Realidade*, trazendo inovação em qualidade editorial e em recursos visuais e se afirmando rapidamente como revista mensal. Em 1966, O jornal *Estado de S. Paulo* reage ao crescimento da *Folha de S. Paulo* lançando o *Jornal da Tarde* com o propósito de ser vespertino como era o *Estadinho* no passado, mas acaba se tornando um matutino, afirma o autor. Com o novo jornal, o grupo Estado aumentou bastante seu público e faturamento. O sucesso alcançado está relacionado com a modernização pela qual passavam os dois jornais.

De acordo com Bahia (1990), o *Jornal da Tarde* se torna um laboratório de criatividade, com repórteres e editores jovens em sua composição. Mino Carta, primeiro, e em seguida Murilo Felisberto como editores-chefes realizaram o que o autor chama de “revolução” na forma no jornal, dando continuidade às mudanças iniciadas pelo *Jornal do Brasil* uma década antes. “A uma beleza gráfica tão criativa quanto original soma-se um estilo de redação descomprometido, ágil, fácil de ser visto e lido, que rejeita obsessivamente os jargões da época” (BAHIA, 1990, p. 386).

Ainda nesse período, mais precisamente em 1968, e também contando com a criatividade de Mino Carta, a Editora Abril lança a revista *Veja*, ainda segundo Bahia (1990). Nesse momento a editora representava o maior parque gráfico da América Latina. Em função disso, a revista conta no período com a maior equipe de redação de uma revista brasileira, profissionais bem-sucedidos, com bons salários. Os periódicos já estabelecidos como *Jornal do Brasil* e o *Globo* se fortalecem com o espírito de mudanças e passam a concorrer mais fortemente por fatias maiores do bolo publicitário, relata o autor.

Em relação às disputas políticas do período, como apontado anteriormente, elas não somente influenciaram como englobaram o jornalismo nas décadas de 1950 e 1960. Bahia (1990) afirma que o apoio dos veículos de comunicação à tentativa de golpe de Estado em 1961 por parte dos militares – ao tentar evitar que o vice-presidente João Goulart assumisse o governo – e à renúncia do presidente Jânio Quadros ocorreram como um tiro pela culatra às empresas jornalísticas e gerou, mais uma vez, forte censura aos veículos de comunicação.

2.3 JORNALISMO NO REGIME MILITAR: TEMPOS DE RESISTÊNCIA

Até 1964 as disputas políticas pelo poder se intensificaram e os militares ganharam o apoio da imprensa na campanha contra João Goulart, afirma Abreu (2002). Em março daquele ano tudo já estava articulado no exterior e interior do Brasil, com isso ações de publicidade começaram a anunciar as ações militares. De acordo com Sodré (1983, p. 410), toda a grande imprensa, além do rádio e da televisão, participou da preparação psicológica motivada pela intensificação das reivindicações populares e pelo medo da ascensão dos comunistas ao poder, representados por João Goulart.

Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março, – aqui à guisa de exemplo – foram esclarecedores até nos títulos: “Basta!” e “Fora!”, indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empregado relapso.

Com a ditadura instalada, a imprensa entrou em um período em que a censura se torna cada vez mais intensa até o final do regime militar, em 1985. A opinião passa a ser controlada por meio de avisos escritos levados aos editores dos veículos de comunicação e até por telefones, decretos, dentre outros meios, segundo Bahia (1990). Com a promessa do “milagre” econômico, baseada numa política liberal de créditos na qual o PIB chega a crescer 10% ao ano, o novo regime anula direitos essenciais do cidadão e restringe a liberdade à informação.

Dentre outros acontecimentos, Sodré (1983) relata que a *Última Hora* foi depredada, jornais e revistas nacionalistas ou de esquerda foram fechados, foi instaurada uma rigorosa censura no rádio e na televisão, numerosos jornalistas, escritores, professores, dirigentes partidários, parlamentares, dentre outros, foram presos, torturados e exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados.

Bahia (1990) destaca que a Lei de Imprensa, Decreto n. 2.083, foi criada em 1953, na qual delitos de jornalismo passam a ter situação especial. Contudo, em 1967, durante o regime militar, uma nova Lei de Imprensa, a Lei n. 5.250,²² passa a valer, submetida a severas limitações à liberdade de informação. Mattos (2005) destaca que ela admitia a apreensão de jornais e revistas pelo Ministério da Justiça. Promulgada em 1969 a Lei de Segurança Nacional²³ passou a ser mais uma ferramenta de censura e coerção do regime, visto que a partir dela jornalistas foram presos e enquadrados em processos.

As restrições cresceram gradualmente, até a instalação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), através do qual o presidente da República teve seus poderes ampliados e pôde impor a censura prévia aos meios de comunicação, desde que o procedimento fosse considerado necessário à defesa do regime, relata Abreu (2002). Com o AI-5, é decretado, ainda, o recesso do Congresso Nacional.

Esse foi um período em que os editores dos jornais tiveram que ser muito criativos para driblar a censura e ao mesmo tempo, deixar claro aos leitores que estavam sob restrições. Revoltado, *O Estado de S. Paulo* passou a publicar espaços em branco em suas edições para demonstrar a presença dos censores. Quando proibido de deixar os espaços em branco, passou a publicar, assim como o *Jornal da Tarde*, receitas de bolos erradas e poemas de Camões no lugar das matérias censuradas. Apesar de ter defendido a instauração da ditadura militar em um primeiro momento, o *Correio da Manhã* também a combateu muito, defendeu as liberdades individuais e devido às diversas restrições, tanto de ordem política quanto econômica, deixou de circular em junho de 1974. Na mesma linha combativa, o *Jornal do Brasil* driblou as determinações da censura mudando os padrões de chamada da capa quando preciso. Em outros momentos, enfrentou a censura ao fazer denúncias de pressões econômicas

²² No dia 30 de abril de 2009 a Lei de Imprensa foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal por juízes concluírem que ela era incompatível com a democracia e com a atual Constituição Federal (GALLUCCI, 2009).

²³ A lei de crimes contra a Segurança Nacional, Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969, atinge os jornalistas de forma mais direta no Artigo 16. De acordo com Bahia (1990), nele a Lei de Segurança Nacional pune com prisão de seis meses a dois anos quem “divulgar por qualquer meio de comunicação social notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas”. A punição prevista é de dois a cinco anos de detenção.

sofridas – ou cortes de publicidade – por empresas governamentais devido a críticas realizadas pelo jornal (BAHIA, 1990).

A *Folha de S. Paulo*, porém, não enfrentou o Regime Militar. Boris Casoy – que foi editor-chefe do jornal no período – reconhece, em entrevista à Taschner (1992), que o periódico foi atrelado à ditadura, até um certo momento em função de dívidas que possuía. Também em entrevista à autora, Octávio Frias Filho afirma que o jornal lutou pouco contra a ditadura e que não sofreu censura.

Abramo (1988), que foi contratado pela Folha de S. Paulo em 1965, afirma que entre 1969 e 1972 o jornal enfrentou um período “negro” no qual não havia espaço político, porque ele não tinha condições de resistir às pressões do governo, caso contrário seria cobrado. Devido a isso, o jornal não provocava, afirma o jornalista.

Em Abreu, Lattman-Weltman e Rocha (2003) Otávio Frias Filho reconhece, em outra entrevista, que ao contrário do *Estado de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo* foi um dos veículos que, durante o governo do General Médici (1969-74), na Ditadura Militar, acatou as instruções de censura. Como justificativa, ele afirma que na década de 1960 quando Otávio Frias e Caldeira assumiram o jornal, a empresa estava muito fragilizada financeiramente. Afirma, ainda, que para reestruturá-la foi necessário realizar um trabalho de reorganização na empresa, quando foram feitos investimentos nos parques gráficos e com essas mudanças o veículo ficou financeiramente bastante vulnerável, impedindo que tivesse uma posição política mais marcante no período. Segundo Silva (1988), entre 1962 e 67 os novos donos da empresa só pensavam em recuperar o jornal economicamente.

Embora Otávio Frias Filho não tenha abordado esse assunto, Taschner (1992) afirma que entre 1966 e 1970 o governo investiu na indústria gráfica por meio de incentivos e projetos industriais de empresas, o que gerou uma revolução técnica no setor, dobrando a capacidade instalada dessa indústria. Mattos (2005) relata que inúmeros veículos impressos se beneficiaram dos programas do governo para a modernização, principalmente das máquinas de impressão, o que acabou atraindo mais publicidade para os mesmos. O autor ressalta que, por outro lado, essa modernização aumentou a dependência da mídia impressa em relação ao governo por que esse passou a utilizar a permissão para importação de papel e outras matérias-primas essenciais para a impressão *offset* (então moderna e novíssima técnica de impressão no Brasil) como forma de controle sobre os veículos. “Controlando as cotas ou concedendo licenças para importação desses materiais, o governo pôde limitar ou favorecer o crescimento da circulação de um jornal ou grupo de jornais e revistas” (MATTOS, 2005, p. 137).

Segundo Taschner (1992), a *Folha de S. Paulo* foi um dos veículos de comunicação que foi beneficiado pelos incentivos oferecidos pelo regime militar entre 1968-69. Os investimentos no parque gráfico do jornal são classificados por Mota e Capelato (1981, p. 198) como “o grande salto tecnológico” do jornal. Os autores afirmam que com a compra e instalação de um novo parque gráfico, com rotativas mais modernas e técnicas de impressão de referência no Brasil, o jornal entrou em uma nova era jornalística, ao avaliar sua produção material. A fase entre 1968 e 74 era chamada de “revolução tecnológica”, segundo Silva (1988), no qual foi reformulado o sistema de distribuição e introduzida nova e moderna máquina de impressão, o *off set*. O avanço estrutural da *Folha de S. Paulo* se consolidou nesse período. Em contrapartida, o jornal foi menos crítico ao regime militar.

Apesar de não ter contado com um censor dentro da redação e se apoiado mais na autocensura, conforme apontam Mota e Capelato (1981), um episódio de censura ficou marcado na *Folha de S. Paulo*. Os autores afirmam que após o Caso Herzog (1975), o jornal passou a lutar informalmente pela democratização do país, entrando na “mira” da atenção do Governo. Com isso, a publicação de uma crônica de Lourenço Diaféria – *Herói. Morto. Nós.* – no dia 1º de setembro de 1977 foi considerada ofensiva pelas Forças Armadas. Como consequência, o autor foi preso. No dia seguinte, a coluna foi publicada em branco com nota explicativa aos leitores. Como consequência, o jornal foi ameaçado de receber um mês de suspensão – o que foi considerado como mortal ao periódico. Como resposta, o jornal cedeu, afastou Cláudio Abramo – uma das principais forças de resistência no jornal – da chefia da redação e Otávio Frias decidiu tirar seu nome do expediente e deixou a presidência da empresa formalmente. Boris Casoy assumiu a redação (MOTA; CAPELATO, 1981; SILVA, 1988).

Outras formas de pressão também ocorriam. Mattos (2005) afirma que além das imposições políticas do regime militar, impostas aos jornais por meio da censura, havia também o controle dos veículos por meio da publicidade, visto que o governo era o maior anunciante dos veículos de comunicação. Também havia interferência por meio da não liberação de empréstimos, para a compra de papel, por exemplo, com preços cada vez mais altos, o que levou diversos veículos, em especial de oposição, ao desaparecimento.

Conforme aponta Abreu (2002), a resistência à repressão foi o principal papel da imprensa alternativa na ditadura militar e acabou sendo um dos principais alvos de perseguição. Vendidos em bancas, com circulação entre os membros de partidos políticos e movimentos de esquerda, eram os mais perseguidos pela ditadura. Dentre os mais conhecidos

estão *O Paquim, Opinião, Movimentos*. Charges, ironias, sarcasmos e sátiras políticas eram comuns ao conteúdo.

Um dos casos de perseguição e tortura que mais chocou a sociedade e se tornou símbolo da luta pelo fim da ditadura foi a morte do jornalista da TV Cultura de São Paulo Wladimir Herzog, no dia 26 de outubro de 1975, nas dependências do II Exército em São Paulo. Sob acusações de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o jornalista foi convocado a depor no Departamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI),²⁴ onde compareceu espontaneamente. Porém, Herzog não retornou mais para casa. Segundo a versão oficial dos militares, ele foi encontrado morto na cela, onde teria cometido suicídio ao se enforcar com a própria gravata. “O corpo foi enviado à viúva lacrado, sem explicações e ela foi advertida a não abrir o caixão” (ALVES, 1989, p. 204). O caso gerou grandes protestos e até um ato ecumênico na Praça da Sé, em São Paulo, onde compareceram milhares de pessoas em apoio ao fim da tortura. Ainda segundo a autora, três anos depois o Governo Federal foi responsabilizado pela morte de Herzog.

Diante da pressão popular por liberdade e da economia brasileira – que tem o “milagre” do crescimento abalado – começa a haver um processo de abertura lenta e gradual do regime militar, no governo do General Ernesto Geisel. Contudo, nesse período ocorrem ainda diversos atentados com bombas, como a explosão do Instituto de Pesquisas CEBRAP, em 1976. A autoria era sempre relacionada à Aliança Anticomunista do Brasil (AAB), mas os atentados sempre apresentavam fortes indícios de participação de militares, relata Alves (1989).

Cinco anos depois ocorreu o atentado ao Riocentro, onde ocorria um show comemorativo ao 1º de Maio. Dois militares do Exército são apontados como autores de uma tentativa de atentado terrorista, uma vez que eles foram surpreendidos quando uma das duas bombas explode no colo de um deles antecipadamente, levando o sargento Guilherme Pereira do Rosário à morte e gerando graves ferimentos ao capitão Wilson Luís Chaves Machado. Nesse contexto, algumas ações no sentido da abertura ocorrem bem gradualmente. Uma delas é o fim da censura prévia aos jornais em 1978. Entretanto, a autocensura permaneceu em muitos veículos (BAHIA, 1990).

O clima seguia tenso entre regime militar e sociedade, conseqüentemente também dentro das redações, até que em dezembro de 1978 o AI-5 foi revogado a pedido de Geisel

²⁴ Para onde ocorriam eram destinados os presos políticos e onde ocorria grande parte das torturas (ALVES, 1989, p. 175).

(BAHIA, 1990). Segundo Mattos (2005), os meios de comunicação continuaram a sofrer pressões, com o intuito de que o governo mantivesse o controle sobre o conteúdo divulgado, mas um novo caminho começava a ser traçado. Com a missão de dar sequência à abertura, em 1985 o general João Batista Figueiredo deixou o governo após ter presidido as eleições indiretas para a Presidência da República e Vice-Presidência com a vitória de Tancredo Neves e José Sarney. Ele também devolveu aos cidadãos a liberdade de opinião. Porém, de acordo com Abreu (2002), apenas após a promulgação da nova Constituição, em 1988, é que a imprensa recuperou a livre expressão. “Até a promulgação da Constituição de 1988 o Serviço de Censura da Polícia Federal chegou a ter 250 censores responsáveis pelos cortes e jornais, revistas, livros, canções, filmes e propagandas de televisão”, afirma Mattos (2005, p. 125).

2.4 O RETORNO À DEMOCRACIA E AS TRANSFORMAÇÕES LIDERADAS PELA FOLHA DE S. PAULO

Com tantas mudanças intensas ocorrendo na sociedade brasileira entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, os jornais tiveram que inovar mais uma vez, não somente na aparência, mas também no conteúdo oferecido ao leitor. Com a abertura política do país, os tempos de resistência e combate político davam espaço a um país cada vez mais industrial, consumista e com perspectivas democráticas. Seria preciso mudar para atender o leitor desse novo contexto (SILVA, 1988). Esse motivo, atrelado às restrições ainda existentes aos veículos de comunicação no final da ditadura, foram as principais razões que levaram alguns periódicos a desaparecerem nesse período.

Como descrito anteriormente, o *Jornal do Brasil*, e em especial o *Estado de S. Paulo*, tiveram um papel de destaque na luta contra o regime militar, o que gerou a eles grande prestígio na imprensa brasileira (BAHIA, 1990). Contudo, ambos os veículos acabaram passando uma prolongada crise financeira a partir de 1976, gerada por investimentos feitos na construção de suas sedes, o que impossibilitou que se firmassem como líderes da imprensa nacional nos anos seguintes. Essa, na realidade, foi uma crise político-financeira. Alberto Dines conta, em entrevista a Abreu, Lattman-weltman e Rocha (2003, p. 120), que o *Estado de S. Paulo* havia solicitado empréstimos ao BNDES e teve que pagar a “operação diária”. Isso porque os dois jornais não receberam os incentivos do governo como ocorreu com a *Folha de S. Paulo*. Pelo contrário, tiveram dificuldades em obter o empréstimo, por atuarem como oposição ao regime militar.

Por sua vez, *O Globo* ficou diante da necessidade de mudança no início da década de 1970, após a formação e consolidação da Rede Globo. Elas ocorreram na parte gráfica e até administrativa, sob a direção do jornalista Evandro Carlos de Andrade. Isso possibilitou o crescimento do jornal que, em 1979, passou a ser líder em termos de circulação no Rio de Janeiro, posição ocupada antes pelo *Jornal do Brasil* (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003).

Nesse contexto, segundo Nassif (2003), o veículo que mais cresceu foi a *Folha de S. Paulo*, que além de ter recebido incentivos para inovar seu parque gráfico entre 1968-69 – como apontado anteriormente – percebeu uma mudança nas necessidades dessa nova sociedade civil, mais organizada e realizou transformações na sua forma, conteúdo e maneira de fazer jornal. Consolidado financeiramente no início da década de 1980, o jornal investiu na campanha “Diretas-já”, o que lhe proporcionou grande popularidade. Chaparro (2007) afirma que para a opinião pública, nesse período, o jornal se converteu no vínculo mais importante no movimento pela democracia, uma vez que oferecia informações e opiniões à discussão política sobre o tema.

Bahia (1990) afirma que na década de 1970, a *Folha* passou por mudanças administrativas, econômicas, tecnológicas e financeiras. A redação foi renovada e ampliada. Em 1977, o veículo já liderava a renovação tecnológica do jornalismo brasileiro, com o uso do equipamento de impressão obtidos no fim da década de 1960. De forma resumida, Taschner (1992), afirma que durante a abertura as atenções da direção do jornal se voltaram para as redações e durante a recessão do início dos anos 1980, cuidaram mais do marketing e publicidade do jornal.

Um pouco antes, por volta de 1967, surgiu a Agência Folha, como uma estratégia de centralização de operações dos jornais, considerando *Notícias Populares* e *Última Hora*, de acordo com Taschner (1992). O objetivo, segundo relatou Boris Casoy em entrevista à autora citada, foi racionalizar os eventos conhecidos como obrigatórios e postos fixos, evitando que vários jornalistas fossem destinados a cobrir a mesma coisa. Além disso, também coordenava os correspondentes e sucursais, além de unificar a fotografia. Contudo, as mudanças não se resumiram a tecnologia, estratégia de trabalho e estética, elas buscaram criar um novo leitor, com seu objeto de consumo bem definido, que se tornou a estratégia editorial do jornal, de acordo com Abreu, Lattman-Weltman e Rocha (2003). Essa era também uma maneira do jornal mudar a imagem que tinha perante o público.

O público delimitado pelo veículo foi a burguesia e seus interesses. Segundo Nassif (2003), o slogan da *Folha* nas décadas de 1970/80 era “de rabo preso com o leitor”. De acordo

com o autor, a proposta afirmava que todo leitor tem três pontos em comum: é cidadão, contribuinte e consumidor e esses eram os direitos a serem defendidos pelo jornal. O objetivo era o jornal mostrar que não poderia se submeter a nenhuma forma de interesse, seja financeiro, político ou corporativista. A mensagem que passava era que o único compromisso do veículo era com os direitos do cidadão, que nesse caso era seu público leitor, afirma o autor. Nassif (2003, p. 16) destaca, ainda, que com as mudanças a *Folha* assumiu “um estilo editorial provocativo, com matérias não - convencionais, um apelo jovem e desafiador, que, em pouco tempo, conferiu à ‘Folha’ a liderança do mercado de opinião no país”.

2.4.1 O projeto Folha

Em meio a essas mudanças foi desenvolvido o “Projeto Folha”. Ele começou a ser pensado em 1974, quando o jornal ainda contava com o jornalista Claudio Abramo como parte da equipe. Segundo Mota e Capelato (1981), o jornalista colaborou com a renovação do jornal em 1968 e muito contribuiu com as discussões do que viria a ser o Projeto Folha, até 1978, afirmam os autores. Contudo, o jornalista não participou das mudanças na prática, uma vez que deixou o jornal em 1979. Foi também em 1974 que Otávio Frias Filho, ainda bem jovem, passou a frequentar a redação mais intensamente, o que o preparou para assumir o posto de diretor de redação dez anos mais tarde.

De acordo com Silva (1988), o Projeto Folha era um documento criado pela direção do jornal e desenvolvido ao longo dos anos, com o propósito de sistematizar as práticas do veículo, tornando-o mais profissional, com maior qualidade técnica e com uma linha editorial bem definida.

O autor aponta que o projeto, hoje ainda em prática, era composto de seis documentos básicos (até o fim da década de 1980): *Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político* (1978), *A Folha e alguns passos que é preciso dar* (1981), *A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo* (1982), *A Folha depois da campanha das diretas-já* (1984), *Projeto editorial da Folha – 1985-1986* (1985) e *Projeto Editorial da Folha – 1986-1987* (1986). Uma última versão do projeto foi divulgada em 17 de agosto de 1997 e denominada de *Projeto Editorial 1997* (GRUPO FOLHA, 2010).²⁵

²⁵ No site da Folha.Com é possível ter acesso a versões do projeto que marcam mudanças importantes. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml. Acesso em: 05 abr. 2011.

Silva (1988) destaca que o projeto era inovador por si, uma vez que era raro, naquele período no Brasil, um veículo de comunicação que explicitasse em um documento seus projetos ideológicos, políticos e ou técnicos, fazendo-os circular entre os jornalistas. Algo parecido havia ocorrido na própria *Folha de S. Paulo*, na gestão de Nabantino, conforme abordado anteriormente. Uma vez que o “Projeto Folha” explicita os novos caminhos que o jornal deveria seguir e é objeto de estudo deste trabalho, alguns aspectos das versões citadas serão destacados a seguir.

Segundo o autor, o primeiro documento, de 1978, aborda uma tendência editorial, mas exige que o Conselho Editorial defina a linha do jornal com mais detalhes a partir das discussões que vinham sendo realizadas nos últimos quatro anos. Por sua vez, o Projeto de 1981 é, segundo o Silva (1988, p. 70), uma análise de conjuntura, seguida de várias intenções. Dentre elas, defende a

organização de um regime democrático, que assegure a estrita observação dos direitos do homem e do cidadão e que atenda aos interesses da maioria da população, por meio da participação política de todos os setores da sociedade e de todas as tendências de opinião.

Como apontado por Nassif (2003), a busca por atender a sociedade civil, essa representada por meio do leitor do jornal, está bastante presente em diversas versões do Projeto. Nesse documento, consta, ainda, alguns importantes aspectos da linha editorial: “O objetivo de um jornal como a *Folha* é, antes de mais nada, oferecer três coisas ao seu público leitor: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos” (GRUPO FOLHA, 1980a).

De acordo com o Projeto de 1981, informação correta é a “descrição de tudo aquilo capaz de afetar a vida e os interesses que se acredita serem os dos leitores”. Por outro lado, a pluralidade significa que “a publicação de textos, artigos, depoimentos, entrevistas etc. que, tomadas em seu conjunto, funcionem como uma reprodução mais ou menos fiel da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade” (GRUPO FOLHA, 1980a).

Na versão de 1982, o Projeto busca definir melhor as posições jornalísticas, reforçando o foco no apartidarismo, e oferece ainda mais relevância às questões técnicas e profissionais que o projeto anterior, afirma Silva (1988). O projeto, conforme Silva (1988, p. 74-75) esclarece que o apartidarismo significa a independência e o profissionalismo do jornal e afirma:

A *Folha* prestará serviços mais relevantes à opinião pública se continuar abordando problemas, tomando posições e abrindo espaço para pontos de vista divergentes sem atrelar-se, no todo ou em parte, a partidos políticos. É da autonomia da instituição jornalística e de sua preservação que se trata. Graus diferentes de profissionalismo são requeridos em tipos diferentes de material jornalístico. O apartidarismo contudo é uma exigência presente em todos eles – não o apartidarismo dos autores das matérias e artigos, mas o apartidarismo de seus textos.

Nessa versão, o documento detalha os estilos e o comportamento jornalístico esperado pela empresa jornalística de seus profissionais, anunciando o que viria a ser o *Manual Geral da Redação*, relata o autor.

A versão de 1984 é classificada por Silva (1988) como a mais importante de todo o processo de definição do projeto. Ela festeja o momento da empresa que afirma estar “economicamente sólida, financeiramente saudável e que vem adotando uma atitude crescentemente agressiva no setor publicitário e comercial”. Também celebra o crescimento do prestígio, credibilidade e influência do jornal na sociedade. Contudo, destaca algumas dificuldades de rotina de trabalho ainda não totalmente ajustadas aos padrões esperados e que ainda devem ser superadas, como os cronogramas impostos pelas exigências industriais e de circulação (GRUPO FOLHA, 1980b).

Essa versão do Projeto reafirma o objetivo de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. Para o termo crítico, afirma que “não basta relatar os fatos, é preciso expô-los à crítica”. Com isso afirma que a crítica pode surgir por meio da comparação de pontos de vista. Destaca que “todo fato comporta mais de uma versão; a verdade pode emergir da contradição entre diferentes versões”. Afirma ainda que “não é errado publicar versões contraditórias”, mas “impedir uma ou várias versões de chegar ao leitor” (GRUPO FOLHA, 1980b).

Quanto a pluralista, essa versão do projeto afirma que a sociedade é plural e por isso sempre haverá interesses e ponto de vista em conflito. “O melhor serviço público que um jornal não partidário pode fazer é tornar essa realidade transparente; é reproduzir, em suas páginas, e na proporção mais exata possível, a forma pela qual as divergências se distribuem no interior da opinião pública”. Afirma ainda que o pluralismo deve estar presente em todo o jornal, considerando que as reportagens devem contar com os vários pontos de vista das pessoas envolvidas com o fato, artigos, entrevistas e debates devem contar com tendências diferentes e se possível opostas (GRUPO FOLHA, 1980b).

Taschner (1992) afirma que, por meio do Projeto Folha, a *Folha de S. Paulo* adotou uma lógica empresarial, padronizou a qualidade de seu conteúdo, passou a ter um controle simultâneo sobre o processo de produção da mensagem e sobre o desempenho de cada

jornalista, ao implantar programas de metas e avaliações. Como consequência, nasceu, em 1984, o *Manual Geral de Redação da Folha de S. Paulo*, que teve a função de definir métodos e procedimentos práticos que editores e repórteres deveriam se apropriar na construção da notícia naquele veículo. Silva (1988, p. 93) cita um trecho da versão de 1985/1986 do Projeto que traz claramente esse objetivo

O Projeto *Folha*, em suas sucessivas versões, indica o jornal que queremos fazer; o Manual Geral da Redação define o método e os procedimentos práticos que consideramos apropriados para atingir esse objetivo; o programa de metas registra periódica e quantitativamente o quanto estamos avançados nessa direção. São instrumentos fundamentais na realização desse trabalho coletivo que deverá conduzir à institucionalização de um tipo novo de jornalismo diário, com perspectivas profissionais ainda pouco exploradas e que pode reservar um papel de significação maior para o jornalismo e, nele, para os jornalistas da *Folha*.

Ainda de acordo com o autor, a linha editorial do veículo passou a ser bastante clara e se tornou referência para os concorrentes, a maioria em período de crise ou reestruturação. Ao convidar a equipe ao desafio de superar a concorrência que despertou para o modelo implantado pela *Folha de S. Paulo*, a versão de 1985 do Projeto afirma que o “jornalismo não é mais artesanato, mas uma atividade industrial que reivindica método, planejamento, organização e controle” (GRUPO FOLHA, 1980c). Por isso, defende também a necessidade de planejamento do trabalho, pois não se deve usar as pressões de horário e as dificuldades encontradas na rotina jornalística para justificar as falhas.

O leitor é ainda mais destacado como a referência do jornal. O Projeto de 1985 afirma que é preciso que as edições ofereçam informações úteis para esclarecer o leitor, assim como para a vida prática dele. Dessa maneira, as notícias devem abordar temas que tenham relação com a vida real e imediata de quem lê o jornal, com exemplos do cotidiano do leitor/consumidor. Exigente, a versão afirma que os profissionais devem tentar ousar, usar a sensibilidade e a vontade editorial para buscar caminhos diferentes dos convencionais.

O Projeto Folha 1986 comemora os avanços obtidos na implantação dos projetos anteriores. A equipe e os processos técnicos parecem mais estabilizados. Reconhece o esforço dos funcionários e destaca a liderança do jornal em termos de vendas. Comemora que o *Manual Geral da Redação* está incorporado aos hábitos do trabalho jornalístico e que a rotatividade de profissionais diminuiu, dentre outros pontos considerados como avanços. Destaca, ainda, a preocupação com a informação exclusiva e pede mais esforços voltados para ela, assim como para que a notícia seja inédita, completa, exata, escrita de modo despojado e conciso, editada com inteligência, rapidez e audácia. Atenta para a necessidade de se

preocupar com os “furos” tomados, assim como com os erros cometidos, buscando a excelência no trabalho. E, dentre outras questões, exige, mais uma vez, que o pluralismo seja usado como uma característica marcante da Folha.

Com um tom menos impositivo e autoritário, a última versão (1997) traz uma realidade mais atual do Projeto Folha, contendo novos dilemas do jornal e do jornalismo, apontando perspectivas para o futuro do setor no Brasil, em um contexto em que a internet já faz parte. Discute o impacto da revolução tecnológica e da expansão da economia de mercado sobre a imprensa. Apresenta algumas diretrizes que objetivam aumentar a qualidade do conteúdo dos jornais, enfatizando uma abordagem mais compreensiva e criteriosa dos fatos. Também reforça a necessidade do jornal investir cada vez mais e melhor no uso do pluralismo, sem se acomodar em apenas utilizar o "outro lado" (ou direito de resposta) como se fosse pluralismo (GRUPO FOLHA, 1997).

A partir desses princípios, dentre outros, o jornal alcançou e manteve um perfil editorial muito definido e próprio até a atualidade. A justificativa para a busca dessas características, segundo Silva (1988), é a lógica mercadológica, uma vez que não era pretensão do jornal falar em nome de toda a sociedade, mas aos grupos que constituem seu leitorado. O objetivo, segundo o pesquisador, era transformar o jornal em um produto de primeira necessidade e que atendesse a um público diverso, porém burguês e ávido ao consumo em uma realidade nova para o momento, que era a democracia.

Implantar o “Projeto Folha”, contudo, não foi fácil. O jornal enfrentou resistências de seus próprios jornalistas que não se ajustavam às exigências e padrões que passavam a ser cobrados, relata Silva (1988). Os profissionais chegaram a fazer uma greve em 1979, quando muitos foram demitidos. Como consequências, a rotatividade de mão de obra cresceu no jornal até que a equipe se ajustasse às novas regras. Os editores foram convocados à missão de defender o projeto diariamente com afinco para que continuassem a desenvolver as funções de chefia.

Além das resistências enfrentadas internamente, o jornal incitou algumas polêmicas com o público nas abordagens de algumas reportagens, como por exemplo, quando trouxe, em suas matérias, um conteúdo pouco esperançoso a respeito da saúde do recém-eleito presidente da República, Tancredo Neves, em 1985, destaca o autor. Apesar disso, os números do jornal só cresciam, demonstrando à direção da empresa a aceitação do público quanto ao novo projeto. Naquele mesmo ano, dentre o total de publicidade publicada em jornais diários em São Paulo, a *Folha* recebeu 18,7% da fatia e no ano seguinte passou a receber 21,2% (SILVA, 1988).

Como resultado do Projeto Folha, foi lançado, em 1985, o *Manual de Redação da Folha* (1984), elaborado durante a gestão de Boris Casoy à frente da redação, afirma Silva (1988). Segundo o autor, é função do manual “definir o método e procedimentos práticos que sua direção considera apropriados para atingir os objetivos especificados através do projeto” (SILVA, 1988, p. 117).

O autor afirma que o Manual foi bastante discutido e criticado internamente ao jornal antes de ser lançado. Apesar disso, assim como o Projeto Folha, enfrentou resistência dos jornalistas que o consideraram como uma camisa de força, após ter recebido uma cópia com a exigência de adaptação em 30 dias. A resistência estava relacionada a diferença de conceitos que se tinha do jornalismo. Enquanto alguns profissionais o entendiam como arte criadora, o jornal o apresentava como técnica, analisa o autor. Outro problema é que os jornalistas pensaram, inicialmente, que essa seria uma regra que seria esquecida com o tempo, por isso a exigência do cumprimento também gerou conflitos, relata o pesquisador.

A versão de 1984 foi atualizada com as críticas consideradas contundentes que surgiram ao Manual. Dessa maneira, foram lançadas mais tarde as versões de 1987, 1992 e 2001. A primeira apresenta um texto impositivo e autoritário, de acordo com Chaparro (2007). A segunda versão, elaborada sob a coordenação do jornalista e professor Eduardo Lins e Silva, apresenta textos de conceitos, rotinas de produção, no qual foi definido e imposto um modelo de jornalismo crítico, apartidário e pluralista, afirma o autor. A versão de 1997 tem o tom autoritário amenizado. O texto é suavizado, usando abordagens filosóficas e culturais, assim como conceitos e conselhos em jornalismo de maneira mais detalhada, afirma o pesquisador. O mais novo manual apresenta uma flexibilização progressiva das antigas normas. Reafirma os princípios do Projeto Folha de 1997 e busca orientar a aplicação daquele pelos jornalistas (GRUPO FOLHA, 2010).

Segundo Chaparro (2007, p. 109), ao criar o primeiro Manual Geral da Redação o que interessava à Folha não era a Linguística, mas as profundas mudanças nos métodos de produção que seriam impostas por ele. “O Manual era um documento autoritário, destinado ao estabelecimento de uma ordem burocrática e não à definição de um conceito de jornal ou jornalismo”, afirma o autor.

Desde sua primeira versão, o Manual Geral da Redação foi colocado à venda no mercado editorial como um livro acessível a todos (SILVA, 1988). Dessa forma o leitor também poderia conhecer os procedimentos que o jornal orienta seus profissionais a seguir na rotina jornalística e a linha editorial da *Folha de S. Paulo*.

2.4.2 Outros marcos da década

Abreu (2002, p. 29) afirma que esse período data também a entrada do marketing no jornalismo brasileiro. Segundo a autora, dentre as consequências, obteve-se uma melhora na apresentação dos jornais aos leitores e exigiu-se que se tornassem mais atraentes à publicidade, principal fonte de renda dos veículos. A estratégia segue em uso até hoje pelos principais veículos de comunicação do país. “Criou-se, portanto, uma relação estreita entre as exigências mercadológicas e as redações”.

As pesquisas de opinião também passaram a ser usadas cotidianamente pelos impressos. O objetivo era compreender o que e como pensa o público consumidor leitor. A *Folha de S. Paulo* começou a realizar esse tipo de pesquisa em 1982, com a “Pesquisa Folha”, que dois anos depois se tornou o *DataFolha*, de acordo com Silva (1988). O instituto de pesquisa se tornou um dos principais fornecedores de serviço e informação para a redação do veículo, com inúmeras abordagens. Realiza, até a atualidade, pesquisas sobre intenções de voto, de preços, acompanhamento de salários de mercado, dentre outras temáticas que, a partir dos dados obtidos, possibilitam a criação de matérias. Assim como o *DataFolha* tem também a missão de traçar o perfil anual do leitor do jornal. Por meio dessa pesquisa, o veículo conhece mais seu leitor ao averiguar a classe social deles, as notícias que mais agradam, os hábitos de seu público, os temas que satisfazem e os que desagradam, assim como as preferências, dentre outras possibilidades (SILVA, 1988). Há que se destacar que essa é uma pesquisa muito estratégica porque permite à *Folha* apostar nas principais características de seu leitor na hora de produzir notícias, investir em coberturas, decidir o foco da manchete, ou mesmo quando decide mudar algumas características do jornal.

Silva (1988, p. 170) ilustra a complexidade da pesquisa sobre o leitor, ao apresentar alguns dados obtidos em 1986:

52% dos leitores são casados, 50% têm até 35 anos de idade, 26,2% são profissionais liberais, (14% executivos, 13,6% são autônomos, 12,1% funcionários públicos, 11,% empregadores), 40% ganham mais do que vinte salários mínimos por mês (34% ganham entre dez e vinte salários e 26% ganham até dez salários), 42% são de classe A (37% de classe B, 18% de classe C e 3% de classe D), 61% dos leitores são católicos (20% não têm religião e 4% são ateus).

Essas são apenas algumas das muitas características que podem ser adquiridas. Desde a década de 1980 até a atualidade foram realizadas nove pesquisas sobre o leitor. A edição de 2011 do perfil do leitor foi divulgada em 16 de outubro como a mais ampla já feita

(LEITOR..., 2011). Durante três meses, cerca de 400 pesquisadores foram às ruas entrevistar mais de 7.000 pessoas, em sete diferentes estudos estatísticos, segundo notícia publicada. Diferentemente do passado, a última pesquisa avalia quem é o público da *Folha* nas diversas plataformas: impressa, on-line, em vídeo, rádio, *tablets* e *smartphones*.

Dentre as diversas informações obtidas na pesquisa, chegou-se a conclusão de que a maior parte dos atuais leitores da *Folha* são mulheres (51%). A idade média é 47 anos, sendo que 46% têm 50 anos ou mais, 31% têm 30 a 49 anos, 12% 23 a 29 anos e 11% até 22 anos. Quanto ao estado civil, 59% dos leitores são casados, 32% solteiros, 5% separados e 4% viúvos. Além disso, 65% dos leitores têm filhos. A maior parte tem nível superior (72%), 24% têm ensino médio e 4% ensino fundamental. Os católicos são maioria (56%), os espíritas são 12%, 12% não têm religião, evangélicos não pentecostais são 6%, 5% são evangélicos pentecostais, 5% pertencem a outras religiões e 3% são ateus.

A cidade de São Paulo concentra o maior número de leitores (38%), 30,5% moram no interior do Estado de São Paulo, 22,3% em outros estados e 8,2% na Grande São Paulo. Quanto à classe social, 46% são da classe B, 41% são da classe A e 12% são da classe C. A pesquisa informou, ainda, que 70% dos leitores da *Folha* acreditam que o veículo é mais moderno que os concorrentes, 62% acreditam que é polêmico, 41% que é tendencioso, 34% que é pouco crítico em relação ao governo e 23% creem que só destaca notícias ruins.

Percebe-se, dessa maneira, que a pesquisa tornou-se muito importante para o veículo como empresa, uma vez que é também uma forma da *Folha* conhecer melhor que é o seu público, assim como a própria imagem diante do leitor. Ao fazer uma breve comparação entre os perfis do leitor da *Folha de S. Paulo* do passado e atual é possível perceber uma leve mudança na classe social de quem lê o jornal. Atualmente a classe B passou a conter o maior número de leitores, o que pode ser resultado de uma migração dos leitores da classe C para B. Essas informações orientam o jornal quanto às mudanças sofridas pelo seu público – o que influencia na aceitação do jornal no mercado –, possibilitam conhecer os próprios pontos fracos e fortes diante do leitor, assim como permitem minimizar erros na hora de fazer investimentos. Atualmente a maioria dos grandes veículos realiza esse tipo de estudo de mercado.

A pesquisa, contudo, também pode ser prejudicial se o veículo se utilizar do resultado para direcionar totalmente o conteúdo oferecido ao público, segundo Nassif (2003). O autor critica essa prática dos meios de comunicação por acreditar que se instaurou uma submissão ao leitor, na qual os veículos ficaram passivos e passaram a publicar somente aquilo que é

esperado pelo público, deixando de surpreendê-lo com pontos de vista ou temáticas diferentes do esperado.

Sérgio Dávila (informação verbal),²⁶ editor chefe da *Folha de S. Paulo*, enxerga as pesquisas de maneira diferente. Acredita que é importante conhecer o leitor para que o jornalista saiba com quem está falando, quem lê o jornal e quais os interesses dessas pessoas. O editor ressalva, contudo, que as informações obtidas a respeito do perfil do público não são utilizadas pela *Folha de S. Paulo* para moldar o comportamento do periódico porque segundo ele, é também função do jornal tirar as pessoas da zona de conforto. Por isso, acredita que “o jornal não pode ser uma reafirmação diária do que o leitor pensa, acredita”. Ainda de acordo com o editor: “a *Folha* tem essa tradição – se a gente pode chamar assim – de estar ou à frente do leitor, procurando puxá-lo para outros mundos, universos e opiniões que ele desconhecia, ou de certa maneira se chocar com o público em alguns aspectos”.

Além do surgimento do marketing no jornalismo e da pesquisa, a partir da década de 1980, a forma de noticiar também mudou. Barbosa (2007) afirma que os jornais adotam um estilo entrecortado, com matérias mais curtas e subdivididas, uso de notas, infográficos refletindo a maior aceleração da nova sociedade. Surgem os cadernos de informática, de vestibular, assim como complementos dos jornais voltados às mulheres e aos jovens ganham mais espaço. Alguns veículos, como a *Folha de S. Paulo*, enfocam num perfil apartidário. Em um trecho de um editorial publicado na primeira página do jornal, o veículo deixa isso claro: “Esta **Folha** procura manter uma orientação de independência, pluralidade e apartidarismo editoriais, o que redundará em questionamentos incisivos durante períodos de polarização eleitoral”.²⁷

Embora seja apartidário, por não defender claramente um partido ou ideologia, o veículo, assim como diversos outros não é totalmente objetivo, pois sempre demonstra algum posicionamento político ou ideológico, seja do veículo, seja do profissional. Essa questão está relacionada com a objetividade, levantada por Tuchman (1993) e abordada no capítulo anterior. A objetividade jornalística, de acordo com a autora, transforma-se em procedimentos utilizados pelos profissionais, como um ritual estratégico, para se defenderem de possíveis críticas ou julgamentos a partir das notícias publicadas. Contudo, a completa objetividade não seria possível de alcançar. Para o jornalista Mino Carta (2011) não há como o jornalista ser completamente isento ao escrever seus textos:

²⁶ Entrevista concedida à autora em 25 de maio de 2011. Entrevista utilizada de forma ilustrativa neste trabalho.

²⁷ “Todo Poder tem limite”, *Folha de S. Paulo*, 26 set. 2010, grifo do autor.

A subjetividade é natural no trabalho do jornalista. O que é importante, fundamental, é que o jornalismo seja honesto. Eu creio ter praticado ao longo da minha vida um jornalismo extremamente honesto, não objetivo. Aliás, me irritam as publicações que se declaram objetivas.

Para Albuquerque (1998), se é verdade que a *Folha de S. Paulo* tem direcionado seu discurso pela defesa intransigente da objetividade e a “sua prática pela distância de uma rigidez ideológica”, isso ocorre mais em função de uma estratégia comercial do jornal do que em função da conformidade do jornal a um *ethos* da objetividade jornalística. Mattos (2001) afirma que a “imparcialidade é um mito”. Segundo o autor cabe ao jornalista atuar com ética e oferecer diversos lados de uma questão ao leitor, contudo isso não implica que o profissional não pode ter uma opinião. Pelo contrário, o jornalista deve fundamentar seu ponto de vista com argumentos e fatos, defende autor.

Dessa maneira, a opinião ou a defesa de partidos por parte do editor ou do dono da empresa, que até a década de 1950 e 60 eram comuns nos textos, deixou de ser evidente na maioria dos grandes veículos impressos diários. Contudo, a linha editorial de cada empresa jornalística fica bem clara nas manchetes, abordagens e enquadramentos²⁸ oferecidos aos textos, nem sempre de maneira direta.

Para Abreu (2002), as opiniões existem nesse período nos jornais, mas ganham espaço nas colunas, que interpretam os acontecimentos para o leitor, e nos artigos assinados. Paralelamente, o público passa a ser valorizado dentro dos veículos, com as seções de cartas do leitor, reclamações e serviços, destaca a autora.

Os investimentos em tecnologias nos veículos de comunicação foi outro fator importante de mudança do jornalismo brasileiro. Elas foram adotadas para diminuir os custos e agilizar o trabalho nas redações e gráficas de impressão dos jornais. Entretanto, segundo Abreu (2002), a coleta, a produção e a distribuição da notícia foram afetadas pelo desenvolvimento das telecomunicações, difusão da informática nos anos 1980 e as novas possibilidades de impressão. As tarefas passam a ser executadas de maneira mais rápida, entretanto os fechamentos dos jornais passaram a ser feitos cada vez mais cedo, influenciando a rotina dos jornalistas, afirma a autora. Em redações cada vez mais enxutas, os repórteres passaram a trabalhar mais. Se antes apenas escreviam o texto e o entregavam para o editor, agora têm que indicar foto, infográficos, discutir diagramação, desenhos e o que mais possa constar na matéria.

²⁸ A questão dos enquadramentos (ou *framing*) é discutida no capítulo 1 deste trabalho.

Abreu (2002, p. 34-35) pondera, ainda, que as inovações e tecnologias também foram responsáveis por uma “uniformização ou uma homogeneidade” das notícias, fazendo com que os impressos concorrentes se tornassem cada vez mais parecidos. A questão da intensificação da homogeneidade do conteúdo ao longo do tempo será mais discutida adiante neste capítulo, ao tratar do jornalismo dos anos 2000.

A *Folha* foi um dos primeiros veículos a adotar a maior parte das mudanças citadas e logo ganhou espaço na preferência dos leitores, o que levou outros veículos a seguirem os passos dela. Segundo Chaparro (2007, p. 110), “tornou-se o paradigma mais copiado do jornalismo brasileiro, nos anos 1980”. Em 1984, o veículo ultrapassou o *Estado de S. Paulo* em termos de circulação²⁹ e a partir daí se tornou o jornal líder em vendas no país. “O número de assinantes passou de 116.960 em 30 de abril de 1984 para 206.135 em 19 de fevereiro de 1987, um aumento de 78,5%” (SILVA, 1988, p. 85).

O *Estado de S. Paulo* acabou ficando para trás porque com a crise financeira pela qual passou as reformas editoriais, administrativas e tecnológicas ocorreram tardiamente. Até 1988, o jornal não era informatizado e até 1991 não usava cores nas páginas. Alberto Dines conta, em entrevista, que o veículo se deixou liderar pelo seu principal concorrente. “O *Estadão*, que era o dono da imprensa paulista, começou a copiar a *Folha*, porque a *Folha* começou a dar as cartas. Durante 10 anos, o *Estadão* foi na onda da *Folha*, fazendo tudo que a *Folha* fazia. Embora competissem”. As mudanças no *O Estado de S. Paulo* viriam apenas entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, sob a direção do jornalista Augusto Nunes (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 129).

O sucesso da *Folha de S. Paulo*, em especial a partir da década de 1980, está vinculado à lógica empresarial que o jornal adotou – em um contexto propício – e que por ter funcionado bem foi replicado, ao longo dos anos, pelos outros veículos impressos, tornando-se um modelo. Tratar a notícia como um produto, exigir qualidade dela e dos jornalistas que a produzem, ter uma linha editorial bem definida, trabalhar de forma conjunta os departamentos de redação, comercial e administrativo do jornal, investir em tecnologia e ter um público

²⁹ É importante ressaltar que a circulação do jornal não equivale ao número de leitores. A circulação do jornal, também conhecida como tiragem, equivale ao número de exemplares vendidos. Segundo o editor-chefe da *Folha de S. Paulo*, Sérgio Dávila, o mercado publicitário calcula que cada exemplar seja lido por três a cinco pessoas. Dessa forma, o número de leitores de um periódico é sempre maior que a circulação dele e pode ser calculado a partir da relação entre a circulação do jornal e a expectativa do número de leitores de cada exemplar. Para mais informações, ver Dávila... (2011).

publicitário e leitor bem definidos foram decisões essenciais para que o veículo se mantivesse como o maior jornal do Brasil em termos de circulação até 2009.³⁰

2.5. JORNALISMO DOS ANOS 1990

Com o fim da ditadura, em 1985, e a promulgação da Constituição de 1988, o jornalismo brasileiro passou pelas transformações citadas no capítulo anterior e, sem uma causa específica pela qual lutar, saiu em defesa da liberdade e dos direitos dos cidadãos no cotidiano. “Da redemocratização aos anos 90, o papel do jornalismo foi o de submeter o estado ao controle da opinião pública, defendê-lo contra toda sorte de demandas corporativistas” (NASSIF, 2003, p. 31). Para o autor, apesar de alguns exageros, que serão relatados a seguir, e do denunciamento, muitas vezes irresponsável, o jornalismo cumpriu o seu papel nesse período. E, como consequência, delineou o jornalismo do século XXI.

Para Mattos (2005, p. 143), a década de 1990 foi positiva para a mídia impressa porque os veículos se modernizaram no aspecto tecnológico e editorial. O autor explica, ainda, que o contexto econômico favoreceu a formação de conglomerados de mídia por parte dos jornais e revistas. A inauguração, por parte do grupo *Folha*, do provedor de acesso à internet Universo On Line (UOL) e criação da gráfica comercial Plural, parceria com gráfica americana Quad Graphics, é um dos exemplos citados pelo autor. O mesmo ocorreu com as Organizações Globo, que lançaram o jornal *Extra* e a Revista *Exame*, dentre outros casos.

Outra mudança positiva foi a instituição do profissionalismo, que já vinha sendo implantada nas redações. Com ele, a atividade passou a ser reconhecida, a ter procedimentos a serem cumpridos e grande parte dos jornalistas passaram a ser melhor remunerados, até mesmo porque algumas empresas passaram a exigir exclusividade do profissional, conforme avaliam alguns jornalistas como Evandro Carlos de Andrade, que dirigiu o *Globo*, e Augusto Nunes, ex-diretor de *O Estado de S. Paulo* (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003).

Conforme Silva (2002), diversos assuntos adquiriram especializações, como o jornalismo esportivo, político, econômico e científico. Aquelas consideradas mais relevantes para este trabalho são apresentadas a seguir.

³⁰ De acordo com dados do Instituto de Verificação de Circulação (IVC), a *Folha de S. Paulo* perdeu a liderança em 2010 para o jornal popular *Super Notícia*, de Minas Gerais, que diferentemente da *Folha*, é um jornal popular voltado às classes C, D e E.

2.5.1 *Civic journalism*

Após a redemocratização surgiu também o que Abreu (2003) chama de jornalismo cidadão. A autora explica que essa foi uma prática jornalística que passou a ser adotada por alguns veículos de comunicação no Brasil, quando passaram a abrir espaço para as reivindicações dos leitores, oferecendo utilidade social. A pesquisadora explica que esse conceito de “utilidade social” está relacionado à ação jornalística quando serve aos interesses dos cidadãos e respondem às preocupações dos leitores ou da audiência referentes a emprego, habitação, educação, segurança, qualidade de vida etc., buscando representar os direitos dos cidadãos, uma vez que a Justiça e o poder público se demonstraram ineficientes em diversos aspectos.

Abreu (2003) afirma, ainda, que outra forma de exercer o jornalismo de utilidade pública é a imprensa se posicionar como fiscalizadora do poder público. Nesse caso, ela se volta mais para as denúncias de corrupção, buscando descobrir negócios ou ações ilícitas envolvendo personalidades públicas, seja da política, do meio artístico, empresarial e/ou esportivo. Segundo a autora, isso ocorre porque os veículos de comunicação, ao mesmo tempo em que informam os cidadãos, oferecem à sociedade a oportunidade de apresentar suas demandas aos responsáveis pelas decisões que afetam toda a sociedade, em função da capacidade de oferecer visibilidade aos temas que abordam. O jornalismo cidadão é originário do *public* e do *civic journalism* que surgiu nos Estados Unidos e que tinha o objetivo de “se tornar o intérprete dos cidadãos quanto à hierarquia dos problemas e às escolhas das soluções pela comunidade” (ABREU, 2003, p. 30).

De acordo com Silva (2002), o conceito “jornalismo público” ou “jornalismo cívico” surgiu nos Estados Unidos, na década de 1990, criado por David Merrit, editor-chefe do jornal *Wichita Eagle*, da cidade de Wichita (Kansas). Quadros (2005) afirma que o movimento surgiu após uma cobertura frustrada das eleições presidenciais de 1988, em que os jornais não consideraram questões importantes para os eleitores.

Segundo Silva (2002), o declínio da leitura de jornais foi um dos motivos que contribuíram para o desenvolvimento do jornalismo público, mas os seus objetivos principais não estavam relacionados a problemas econômicos, mas sociais e comunitários. Ainda segundo o autor, Merrit e outros desbravadores dessa prática acreditavam que os leitores estavam desencantados com a imprensa pela forma como, às vezes, ela ignorava suas aflições. Com investimentos de uma fundação da Filadélfia, a *Pew Charitable Trust*, a partir de 1994, o jornalismo público ganhou força nos Estados Unidos.

Para Silva (2002), no Brasil o jornalismo público, até o início do século XXI, ainda não possuía nem uma tradução definitiva nem um entendimento de qual a sua função, área de cobertura e campo profissional. O autor afirma, porém, que naquele momento algumas práticas jornalísticas realizadas pela chamada “grande imprensa” brasileira começavam a apresentar indícios do que poderia vir a ser o que consideram como jornalismo público. Por isso, o autor afirma que o jornalismo público no Brasil ainda estava, no início do novo milênio, em um momento de surgimento. E diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, não foi percebida a intenção dos veículos de comunicação transformá-lo em uma categoria.

Entretanto, fica o questionamento: o que é jornalismo público? Silva (2002, p. 4) afirma que tem sido caracterizado, como a proposta de não apenas se servir da parte dramática dos fatos sociais, mas também somar aos padrões de noticiabilidade tradicionais dos veículos de comunicação com “elementos de análise e de orientação do público quanto a soluções dos problemas, organizações neles especializadas e indicações de serviços à disposição da comunidade: endereços, telefones úteis, faxes, e-mails, sites etc.”.

Para o autor, no Brasil, não houve uma adesão específica ao jornalismo público, mas também não houve rejeição. Ele afirma que houve, na realidade, uma grande simpatia em relação aos projetos com impactos sociais. Segundo ele, a maioria dos projetos ganha repercussão por meio de publicidade, mas as empresas de mídia no Brasil têm-se mostrado significativamente abertas aos projetos de “cidadania empresarial” e em função disso têm concedido espaços às “boas notícias”, às coberturas de ações sociais relacionadas com o voluntariado, o combate à fome, ao analfabetismo e à proteção da criança.

De acordo com Silva (2002), a maioria dos meios de comunicação de massa do Brasil não se reconhece como praticante do jornalismo público, o que, para o autor, revela desconhecimento da categoria como um campo específico ou a inexistência de algo programático, que faça parte de suas políticas editoriais. A exceção ocorre por conta da TV Cultura, de São Paulo, que tem programas específicos de jornalismo público.

O autor aponta alguns exemplos de ações de jornalismo público das empresas jornalísticas, embora não sejam classificados como tal: 1) jornalismo público de patrocínio, quando são realizados prêmios por empresas de comunicação para coberturas em áreas de interesse da empresa que premia; 2) jornalismo público de campanhas, quando as empresas jornalísticas fazem coberturas longas de um tema específico que julgam importante; 3) jornalismo público institucional, quando alguns veículos de comunicação fazem coberturas específicas quanto a assuntos relativos a solidariedade, voluntariado, projetos sociais ou

terceiro setor como um todo; 4) jornalismo promocional, quando instituições que não atuam diretamente com comunicação promovem premiação de coberturas de responsabilidade social.

O pesquisador afirma, ainda, que uma vez que nem sempre agentes da sociedade civil conseguem cobertura para as causas que defendem, acabam optando por maneira antiga de pautar a mídia: a produção de factoides. As manifestações e ações dos movimentos sociais como MST e *Greenpeace* são exemplos comuns desses casos. Como afirmado no capítulo anterior, segundo Champagne (1996) esse também foi um comportamento adotado por camponeses na França em protestos em que lutavam por seus direitos. O autor denomina as ações de “manifestações midiáticas”.

Silva (2002, p. 2) destaca que em alguns casos o jornalismo público pode ter seu sentido confundido e ter sua função relacionada com o “setor público”. Dessa forma, o jornalismo público seria aquele praticado desde as redações a serviço dos governos Federal e Estadual ou por emissoras estatais. O autor considera essa confusão “uma imprecisão”, pois o jornalismo público pode ser realizado por empresas privadas ou públicas. Sua definição está relacionada à prática de uma abordagem ou perfil de noticiário e não a instituição que noticia.

Por outro lado, Amaral (2004) acredita que o jornalismo público tem sido aplicado cotidianamente no Brasil. Para a autora, os jornais populares, voltados para o público das classes C, D e E, passaram a fazer jornalismo público. Ao se juntarem com os seus departamentos de marketing, passaram a priorizar as necessidades dos leitores das classes sociais que até então não recebiam a atenção dos jornais da grande mídia voltados para as classes A / B. Com isso, servir o leitor, além de uma função social – característica do jornalismo público –, passou a ser uma atividade lucrativa, acredita a autora.

Amaral (2004) destaca que diversos grupos de comunicação tradicionais proprietários de rede de jornais, rádio e televisão têm investido no jornalismo popular nos últimos anos, dentre eles *Folha de S. Paulo (Agora)*, das Organizações Globo (*Extra*) e da RBS (*Diário Gaúcho*). A autora destaca ainda que há um expressivo crescimento nas vendas das publicações populares nos últimos anos. A autora cita um estudo da consultoria McKinsey & Co. apresentado no 3º Congresso da Associação Nacional de Jornais (ANJ), em que foi constatado que as vendas de jornais no Brasil cresceram 5% entre 1996 a 2000. A justificativa para crescimento, de acordo com o estudo, está no aumento das vendas dos jornais populares. Ainda de acordo com o estudo, naquele período, as vendas de jornais passaram de 6,4 milhões para 7,8 milhões de exemplares por dia. E o que chamou mais atenção é que enquanto a

participação dos líderes caiu de 25% para 20% do mercado, a participação dos jornais populares passou de 11%, em 1996, para 17% do mercado no ano 2000.

Outro reflexo do crescimento dos populares é que de acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) publicados no site da Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 2010, após anos de liderança, a *Folha de S. Paulo* perdeu o posto de maior circulação diária dentre os jornais com maior tiragem do país para o jornal popular mineiro *Super Notícia* (ANJ, 2010). Naquele ano, o jornal paulista teve uma média de circulação diária de 294.498 exemplares, com crescimento negativo de 0,3%, enquanto o mineiro teve média diária de 295.701 exemplares, com crescimento positivo de 2,2%. Em 2011, o *Supernotícia* manteve a liderança e outros quatro populares – *Extra* (3º) do RJ, *Daqui* (7º) de GO, *Diário Gaúcho* (8º) do RS e *Meia Hora* (10º) do RJ – estiveram entre os dez jornais de maior circulação no país.

Amaral (2004) afirma que embora os jornais populares sejam mais voltados para os leitores, não quer dizer que passam a aderir a uma lógica externa. Ou seja: eles têm interesses comerciais. Entretanto, eles precisam se tornar mais didáticos, interessantes e vinculados às demandas do universo popular para atender ao seu público. Em um estudo dos modos de endereçamento do jornal *Diário Gaúcho* (DG), do Rio Grande do Sul, ao leitor popular, a autora percebeu que cidadãos comuns ocupam o posto de fonte principal, enquanto resta um papel secundário às fontes oficiais, pois são buscadas apenas para responder às necessidades dos leitores. Segundo a autora, isso ocorre porque o jornal oferece prioridade às vozes dos cidadãos e seus problemas cotidianos.

O jornalista Augusto Nunes, ex-diretor de *O Estado de S. Paulo*, também acredita que os jornais populares assumiram parte do papel do jornalismo popular ou cidadão. Abreu, Lattman-weltman e Rocha (2003, p. 240) afirmam que os outros jornais esqueceram de oferecer o serviço aos seus leitores, assim como politizaram o noticiário.

A cobertura impressa em áreas como previdência, saúde ou educação é sempre política e oficialista. Algum problema com hospitais? O repórter vai atrás do ministro da Saúde, do secretário, do presidente da associação dos médicos da área e por aí a fora. Não procura gente comum. A mesma coisa acontece no setor da educação. O texto sempre tem um viés político.

Passou a ser comum os veículos de comunicação populares visitarem comunidades e exporem os problemas de atendimento de saúde, saneamento básico ou mesmo falta de asfaltamento de bairros cobrando dos governos um posicionamento. Dessa maneira, ao

desenvolver esse papel a imprensa popular exerce o jornalismo cívico e se torna uma espécie de porta-voz da sociedade (AMARAL, 2004).

Entretanto, o conteúdo dramático e a incidência forte do *marketing* nos jornais populares acabam atraindo críticas, como a de serem sensacionalistas. “Essa imprensa é muito vulnerável ao mercado publicitário e, portanto, busca agradar os leitores a qualquer custo” (AMARAL, 2003, p. 138). Dessa maneira, o uso da imagem dos cidadãos – muitos deles leitores dos jornais – por parte da imprensa e de algumas emissoras de televisão para resolver problemas individuais se tornou fonte de fortes críticas de jornalistas dos veículos de comunicação tradicionais. Em artigo publicado no *Observatório da Imprensa*, a crítica de Monteiro (2007) reflete exatamente essa visão. A autora afirma que atualmente tem-se um jornalismo popular que busca atrair o cidadão comum e o leitor como fonte por meio do sensacionalismo, que desperta a curiosidade do público e como consequência gera receita para o jornal. Com isso, as reportagens acabam sendo colocados em uma situação de mercadoria.

Amaral (2003, 2006) pondera que o jornalismo popular é necessário para oferecer a pluralidade de perspectivas à sociedade, de acordo com sua classe social e origem cultural. Aponta que para atrair seus leitores e gerarem identificação com o jornal, a imprensa popular precisa conhecer o universo cultural de seu leitor, incluindo seus hábitos, gostos e estilos, assim como usar sua linguagem e tais características podem divergir daquilo que a imprensa tradicional está acostumada a difundir, gerando estranhamento aos adeptos do jornalismo tradicional. Para a autora, os jornais populares cresceram, mudaram e o termo sensacionalista não esclarece mais suas estratégias. Com o propósito de atrair os leitores, oferecem uma cobertura da inoperância do Poder Público, da vida das celebridades e do cotidiano das pessoas do povo. Em sua crítica à crítica, afirma: “algumas abordagens baseadas na ideia de sensacionalismo também revelam uma ideia unívoca do jornalismo, como se a atividade jornalística só assumisse uma forma de legitimidade” (AMARAL, 2003, p. 141).

Apesar de alguns pontos negativos em sua prática mercadológica – quando aplicado no jornalismo popular –, o jornalismo cívico pode servir de exemplo aos jornais tradicionais no que se refere ao cuidado que tem com as necessidades do leitor na busca por oferecer serviço, pluralismo e ao incluir as demandas do cidadão nas notícias.

Como afirmado anteriormente, na década de 1980 a *Folha de S. Paulo* se propôs a servir ao leitor oferecendo um maior uso do pluralismo e inclusão das demandas sociedade civil nas notícias. Inspirar-se no jornalismo público poderia ser um dos caminhos para o jornal atender as necessidades do cidadão / leitor, ainda que não seja nos moldes do jornalismo popular.

2.5.2 Jornalismo investigativo

Uma das práticas que ganha espaço no Brasil a partir da década de 1970, e se destaca nas décadas seguintes, é o jornalismo investigativo. Isso ocorre em função da necessidade de exclusividade das matérias que passou a existir no jornalismo, o que se tornou também uma estratégia de ganhar mercado, de acordo com Barbosa (2007). A autora afirma que o momento político daquele período foi “fundamental para a construção de um cenário no campo jornalístico, no qual os próprios atores irão se autoconstruir como descortinadores de assuntos envoltos em silêncio pela sua carga de conflito” (BARBOSA, 2007, p. 227).

O termo jornalismo investigativo é criticado por diversos jornalistas porque entendem que a prática do jornalismo necessariamente exige a investigação, segundo Sequeira (2005). Contudo, a autora afirma que essa não é uma verdade absoluta, pois muitos textos presentes nos jornais são apenas ajustes dos textos prontos dos *press-releases* que chegam às redações diariamente. A autora defende que o jornalismo investigativo exige práticas e métodos específicos dos jornalistas, o que necessariamente o diferencia do jornalismo de rotina.

Lage (2001) define o jornalismo investigativo como uma forma extremada da reportagem em que se empenha um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças, relatar como as coisas são ou deveriam ter sido. Como resultado, tem-se a produção de textos longos que muitas vezes não cabe nos veículos de comunicação tradicionais e acabam se tornando livros e/ou filmes.

Complementarmente, Sequeira (2005, p. 62) afirma que o jornalismo investigativo é uma categoria que surgiu com a transformação das empresas jornalísticas em indústrias da comunicação, “quando o leitor/consumidor passa a ser o fim e o objetivo do produto jornal”. A autora explica que a diferença entre essa categoria e o jornalismo interpretativo está nas estratégias de apuração do jornalista, assim como no propósito do primeiro em mais que informar o factual, detalhar os acontecimentos e denunciar situações que prejudiquem a sociedade.

De acordo com Abreu (2002), a investigação dos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, do jornal americano *The Washington Post*, que levou o presidente dos Estados Unidos Richard Nixon à renúncia – caso conhecido como Watergate (1972-1974) – tornou-se um marco e o modelo de jornalismo investigativo para diversos países, dentre eles o Brasil, fazendo com que o método de trabalho passasse a ser mais utilizado e valorizado. Os jornalistas americanos investigaram a prisão de cinco homens após serem flagrados tentando instalar aparelhos de espionagem no Comitê do partido Democratas no edifício Watergate, em

Washington, relata Sequeira (2005). Com a investigação, os jornalistas descobriram que a ordem havia surgido do coordenador de segurança do comitê para a reeleição do então presidente Nixon. A investigação ganhou força e Nixon renunciou ao cargo.

A partir desse caso, Barbosa (2007) afirma que ao jornalista coube a função de investigar e descobrir novos fatos, não apenas revelar o que estava oculto. Essa passava a ser exigência dos veículos de comunicação, uma vez que quanto mais exclusividade nos temas, mais se impulsionava as vendas dos impressos. Gomes (2004) afirma que existe uma demanda grande de produção, até mesmo “industrial”, que obriga o profissional da comunicação a estar sempre em busca de conteúdos interessantes e relevantes. Contudo, atenta que as informações exclusivas não são apenas exigências dos veículos, mas também um motivador individual dos jornalistas. “A exclusividade da informação, o fato de ser o único veículo a oferecer uma informação relevante no âmbito político gera audiência, assinante e, sobretudo, prestígio interno no campo”, ressalta Gomes (2004, p. 145-146).

Segundo o editor-chefe da *Folha de S. Paulo*, Sérgio Dávila (informação verbal),³¹ as informações exclusiva, o chamado furo no jargão jornalístico, é essencial para o jornal:

Isso para a gente, ter uma informação que só o jornal tem, é o ganha pão do jornal, é o sangue do jornal, a gente vive para buscar essa informação exclusiva. Então, ainda que não seja institucionalmente importante, nem afete o dia a dia do leitor, mas seja uma informação exclusiva relevante, aí você também pode ter certeza que vai entrar no caderno Poder.

Alguns procedimentos ou métodos são necessários para a prática do jornalismo investigativo, aponta Sequeira (2005). Ao entrevistar jornalistas dessa categoria, a autora constatou algumas de suas estratégias para obtenção de informações. São elas: 1) infiltração do profissional do centro dos acontecimentos; 2) o uso de câmaras ocultas e grampos; 3) a necessidade de ter e manter fontes confiáveis com acesso a informações exclusivas e reveladoras; 4) fontes anônimas que passam informações *off the record*, ou seja, não querem que seus nomes estejam relacionados com as informações fornecidas.

De acordo com a autora, o uso de grampos e câmaras ocultas gera grande polêmica no meio jornalístico. Diversos jornalistas são contra porque acreditam ser uma prática antiética, mas outros acreditam ser uma fonte de informação legítima quando necessária. Da mesma maneira o uso de informações *off the record* é uma prática que gera polêmica. Nesse caso, o jornalista investigativo torna-se responsável pelas informações que são divulgadas, por isso é

³¹ Entrevista concedida à autora em 25 de maio de 2011. Entrevista utilizada de forma ilustrativa neste trabalho.

essencial que a fonte seja confiável ou o jornalista pode divulgar informações a favor de interesses alheios.

Abreu (2002) afirma que, embora já existisse antes, foi durante o regime militar que o uso do *off* se tornou comum no jornalismo brasileiro para a divulgação de informações fornecidas por informantes que não poderiam ter seus nomes relacionados às notícias publicadas. Isso ocorreu em função da censura e violência do período. Por esse motivo, o *off* se justificava. Contudo, a prática se estabeleceu no jornalismo brasileiro, continua a ser usada no século XXI e foi banalizada por alguns profissionais. Por isso, há jornalistas que acreditam que essa é uma técnica perigosa, pois possibilita a publicação de fofocas e mentiras caso não haja uma apuração séria antes da publicação das informações. O jornalista Roberto Müller Filho, ex-diretor da Gazeta Mercantil, é um dos críticos: “Os políticos falam em *off* o que não podem falar em *on* e, como não dá tempo de checar, muitas vezes sai bobagens, sai jogada de político. Você vai dizer que o Watergate foi feito quase todo em *off*. Mas eles ouviam três, quatro, cinco pessoas” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 265).

Por sua vez, o jornalista Augusto Nunes acredita que a prática pode ser evitada se o jornalista fizer mais investigações antes de publicar as notícias.

Admito a informação em *off* que sirva de base para investigações, que oriente, que evite tomar rumos equivocados. Isso é uma coisa. Outra coisa é a ‘declaração em *off*, com o que foi dito entre aspas e a omissão do nome do declarante. Isso deveria ser abolido (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 331).

Ainda que a pesquisa seja bem detalhada e elaborada, no jornalismo investigativo, o jornalista corre o risco de sobrepor-se a outras instituições como a polícia e o Poder Judiciário, afirma Barbosa (2007). A autora cita o caso da morte do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, como exemplo. Ele foi assassinado no alto da favela da Grota, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, enquanto desenvolvia uma reportagem investigativa na perigosa região sem nenhum tipo de proteção. Segundo a autora, o jornalista assumiu o papel de polícia ao realizar a investigação e acabou assassinado por traficantes locais. Da mesma maneira, *O Globo*, impresso vinculado à *Rede Globo*, assumiu o papel de Justiça ao tratar da morte de Tim Lopes, uma vez que o veículo liderou uma campanha pela elucidação do caso e cobrou a prisão imediata dos responsáveis pelo crime, afirma a autora.

Segundo Nassif (2003) essa cobrança por exclusividade nas notícias, que passou a ser comum por parte dos veículos aos repórteres, criou, em Brasília, profissionais especializados em escândalos que mantinham uma relação perigosa com lobistas. Os meios de comunicação também passaram a publicar casos de suspeitas de crimes e aberturas de inquéritos como se

fossem sentenças judiciais, qualquer rumor de ilegalidade era aceito como verdade, afirma o autor. Dessa maneira, perderam-se os critérios de noticiabilidade da informação devido ao foco no “furo de reportagem” e nas tiragens cada vez maiores dos impressos. Essa facilidade de se fazer denúncias sem evidências suficientes é denominada por Abreu (2002) como “denuncismo”.

Crítico dessa prática, Nassif (2003) cita alguns exemplos de coberturas sem os devidos critérios de checagem e responsabilidade jornalística, dentre elas o caso Escola Base, em que os professores, os perueiros e os donos de uma escola foram acusados injustamente de abusar sexualmente de crianças. O caso se tornou referência de um jornalismo ruim, pois quando se constatou a inocência dos acusados, já era tarde demais, pois a cobertura da imprensa havia sido tão intensa e severa com os acusados que a vida daquelas pessoas já estava destruída. Outro exemplo, dentre vários, citado pelo autor é a CPI dos precatórios, em que o Senado teria autorizado emissão de precatórios para pagamento de dívidas de estados e municípios de maneira irregular. O autor não questiona a divulgação das informações. Deixa claro que acredita que uma vez que se trata de um fato e há nele evidências e critérios de noticiabilidade, deve ser publicado. Porém, questiona a forma que os grandes veículos de comunicação cobriram esses e outros fatos: sem a devida apuração das informações e responsabilidade com a verdade, acusando e envolvendo pessoas sem que houvesse provas definitivas e acatando indícios como fatos, os quais eram transformados em manchetes. “O rigor jornalístico não é apenas uma questão de oferecer um produto de qualidade aos leitores, mas um ato que tem implicações institucionais relevantes” (NASSIF, 2003, p. 29).

Um caso bastante relevante citado pelo autor é a campanha realizada pelos meios de comunicação pelo impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, ocorrida em 1992. Assim como nos casos anteriores, Nassif (2003, p. 65) não critica a apuração da rede de propinas montada por esquemas que envolviam o ex-presidente. Porém, faz críticas ao “clima de linchamento, que desarmou os critérios de avaliação jornalística, permitindo que qualquer exibicionista se habilitasse ao campeonato nacional de escândalos”. Como exemplo de exageros dos veículos de comunicação, o autor afirma que a imprensa afirmou que Collor usava supositórios de cocaína e matava galinhas pretas em rituais de macumba.

Da mesma forma, Lima (2006) critica a maneira como os veículos de comunicação noticiam os casos. Em uma investigação sobre os enquadramentos utilizados na cobertura da crise política de 2005 e 2006 no Governo Lula, caso que ficou conhecido como Mensalão, o autor detectou que os principais veículos de comunicação brasileiros televisionados e impressos – inclusive a *Folha de S. Paulo* – presumiram a culpa dos envolvidos antes mesmo

deles terem sido condenados culpados. Segundo o autor, “é no contexto do jornalismo investigativo, aliado ao crescimento da mídia de massas e a disseminação das tecnologias de informação e comunicação que surgem os escândalos midiáticos” (LIMA, 2006, p. 12).

Nesse cenário, é possível perceber que no decorrer das duas últimas décadas o “denuncismo” tornou-se cada vez mais comum, com incontáveis casos que viravam capa das revistas *Veja*, *Isto É* e *Época*. Os principais jornais impressos do país, como *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo* e mesmo a maior emissora de televisão do Brasil, a *TV Globo*, passaram a concorrer por temas relacionados a mesma prática, com ênfase a casos de corrupção na política.

É importante destacar que o jornalismo investigativo bem empregado é benéfico à sociedade, uma vez que traz à público assuntos que estão sendo escondidos por interesses que, em geral, são particulares e vão de encontro ao bem social. Conforme afirmado no início dessa seção, nos anos 1990 essa prática se difundiu intensamente, aproveitando-se da nova realidade democrática, e levou o jornalismo a submeter o Estado a uma situação permanente de fiscalização. Nesse aspecto, o próprio Nassif (2003) – autor de diversas críticas – acredita que o jornalismo cumpriu seu papel no período, adquirindo grande prestígio, influência e prestando um importante serviço à sociedade.

Contudo, o que se destaca a partir das observações dos autores citados é que também nesse período se perdeu o controle e os critérios do que seria o jornalismo investigativo e a seriedade de tais métodos passou a ser questionada pelos próprios jornalistas. A consequência disso é que o jornalismo da grande imprensa passou a ser baseado no show, no espetáculo, no escândalo. Segundo Thompson (2002, p. 40) “escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. Essas circunstâncias são aprofundadas a seguir, no contexto do noticiário político.

2.5.3 Jornalismo político

O jornalismo político surge junto com o nascimento do jornalismo. Como foi relatado em grande parte deste capítulo, o jornalismo sempre acompanhou e relatou os acontecimentos políticos, assim como foi transformado por eles. Segundo Bahia (1990), foi no período da Independência do Brasil e da consolidação institucional que jornal e política se vincularam e assim permaneceram até a década de 1970. Sobre esse longo período, em que os jornais eram bastante partidários, o autor afirma: “A imprensa é mais um instrumento de ideias políticas do

que de informação geral. Os jornais são políticos e os jornalistas também. A ação de comunicar é, antes de tudo, uma ação política” (BAHIA, 1990, p. 218).

Com a forte censura que o país passava na década de 1970, o noticiário político sofreu muitas restrições e perdeu espaço nos jornais impressos. Questões relacionadas à economia ganharam mais relevância e atenção do público. Segundo Bahia (1990), com o fim do regime militar, o jornalismo político voltou a ganhar espaço, mas em outro contexto, mais empresarial, objetivo e menos partidário – no sentido de deixar de defender partidos políticos no noticiário, como ocorria até a década de 1950 no Brasil. Uma vez que a história do jornalismo já foi abordada anteriormente em paralelo aos acontecimentos políticos do país, nesse momento o foco do presente trabalho se volta para o jornalismo político contemporâneo, que é também objeto de estudo dele.

Em função de um contexto social novo, em que a democracia já estava reestabelecida, a partir da década de 1990, o jornalismo político assume também novas características. Uma delas foi a prática do jornalismo investigativo, abordada anteriormente, que passou a ser frequente no jornalismo político. Segundo Albuquerque (2008, 2009), após o regime militar os meios de comunicação brasileiros passaram a chamar para si a responsabilidade com a manutenção do equilíbrio do sistema democrático, desempenhando o papel de poder moderador, ao fiscalizar das funções do Estado. O jornalismo investigativo foi uma das formas que os veículos de comunicação encontraram para desempenhar esse papel.

Embora inicialmente fosse uma prática positiva que fiscalizava o governo, a intensa busca por matérias exclusivas – exigência de muitos veículos de comunicação –, levou os jornalistas ao “denuncismo” de casos de corrupção que passaram a estampar capa de jornais e revistas. Em diversos casos, eram matérias repletas de acusações, suspeitas, entrevistas “bombásticas”, mas com poucas provas como apontado na seção anterior – prática que permanece no jornalismo do século XXI.

Gomes (2004) define a prática também como o jornalismo-espetáculo. Segundo o autor, é baseada em uma lógica mercadológica e busca gerar emoções ao leitor, seja o riso, a raiva, o horror, o importante é que o leitor não se sinta indiferente às informações. O pesquisador compara as narrativas dos casos de corrupção com os dramas, que envolvem o espectador. Por isso, acredita que essa é uma das razões porque as narrativas de denúncias de corrupção geram grandes audiências, e como consequência do jornalismo-espetáculo, obtém-se o escândalo político. “O jornalismo investigativo é um perigoso adversário do segredo na esfera política e um potencial sabotador das iniciativas de administração da reserva-exibição dos agentes políticos”, afirma Gomes (2004, p. 121).

De acordo com Thompson (2002), o escândalo político ocorre a partir da natureza da transgressão realizada por um político. Dessa forma, segundo o autor, um escândalo político implica necessariamente uma violação de regras e procedimentos legalmente obrigatórios e institucionalizados que governam o exercício do poder político e eles são propensos a ocorrer nas democracias liberais. Eles podem ocorrer em algumas formas, como de abuso de poder, transgressões sexuais ou irregularidades financeiras. O autor afirma que a maioria dos escândalos políticos nas sociedades democráticas atuais são midiáticos, ou seja, ocorrem no meio político, mas uma vez descoberto pelos *media*, é amplamente divulgado. Ainda segundo o autor, os escândalos políticos podem minar a acumulação de formas de capital do qual o poder simbólico depende, por isso se tornaram tão importantes dentro do jogo político das sociedades democráticas liberais.

De acordo com Lima (2006), o escândalo político midiático “é o evento que implica revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores”. O autor explica que o controle dos acontecimentos, em princípio pertencente aos atores envolvidos, passa a ser dos jornalistas e dos veículos de comunicação. Com isso, os jornalistas passam a disputar a publicação de novas denúncias sobre o assunto.

Ao exemplificar circunstâncias em que ocorreram escândalos políticos, Martins (2005) destaca que o Ministério Público ganhou poderes mais amplos e independentes com a Constituição de 1988 e passou a ter um papel importante na defesa dos interesses da sociedade. Com isso, por meio de investigações muitos casos de corrupção foram divulgados e quadrilhas desarticuladas no meio político. Nesse período, entretanto, instituiu-se também uma parceria poderosa e perigosa entre o Ministério Público Federal e o jornalista, que para Fortes (2005) foi capaz de modificar o caráter investigativo da reportagem no país. As práticas continuam a ocorrer na atualidade, conforme constatado por Nassif (2003) e Lima (2006).

Martins (2005) afirma que alguns procuradores, ao suspeitar da existência de corrupção em um órgão público, passavam a denúncia em *off* para jornalistas renomados ao invés de investigá-la. Dessa maneira, os casos ganhavam visibilidade, mas não eram embasados por provas, nem por investigações. Como consequência desses escândalos, ocorreu, em diversos casos, a perda do mandato eletivo de alguns políticos, antes mesmo que houvesse uma investigação e confirmação de qualquer ilegalidade. Muitas vezes a punição era baseada em indícios, nas acusações e na pressão dos meios de comunicação por uma resposta, com o apoio da sociedade, como ocorreu no Caso Escola Base. Segundo Martins (2005, p.

96), “os suspeitos eram expostos à execração pública, sem qualquer ônus para os acusadores e procedia-se a um julgamento sumário do caso na opinião pública. É evidente que, nessas condições poucos conseguiam escapar da condenação pública”.

Muitos dos casos denunciados não tinham continuidade nas páginas das revistas e jornais após o escândalo deflagrado, como ocorre até os dias atuais. Eram frequentes os casos em que a sociedade não era informada se os acusados foram ou não condenados e quando essa informação era divulgada, ganhava espaços desproporcionais aos recebidos para a acusação.

O afã do furo, o dever de superar a concorrência (que são dois critérios de noticiabilidade da cultura profissional do jornalismo) levou a que muito material fosse publicado sem o devido controle. Evidentemente, algumas vezes, o material era verdadeiro, outras, falso, exagerado. Quando se dava conta do ocorrido o dano já estava feito, pois não há bilhete publicado em ‘coluna do leitor’ que supere o estrago de uma manchete em páginas centrais (GOMES, 2004, p. 338).

Para Nassif (2003), no jornalismo dos anos 1990 ficou caracterizado o ataque a problemas isolados, em que os escândalos não tinham acompanhamento dos veículos de comunicação. Em que cada dia havia um novo, que substituíam o antecessor como se aquele já não existisse mais. Essa fórmula, contudo, continua a ser replicada no jornalismo político do século XXI, uma vez que continua a gerar audiência, repercussão e grandes lucros aos veículos de comunicação.

Apesar do “denuncismo” e do escândalo político terem se tornado fortes características do jornalismo político a partir da década de 1990, há outros aspectos importantes a destacar que começaram a ser aplicados naquele período. Uma delas é a cobertura da política muito baseada no conflito entre partidos, líderes no Congresso, Justiça e Governo. Muitas vezes o tema que está em discussão nos parlamentos do país – seja uma proposta de lei, uma medida provisória, uma decisão judicial – ganha menor relevância no noticiário em relação às disputas entre políticos ou instituições, conforme apontado pelo enquadramento Conflito de Semetko e Valkenburg (2000), apresentado no capítulo 1 deste trabalho. A explicação de como o tema interfere na vida das pessoas, na sociedade, ganha menos relevância. Gomes (2004) chama essa prática de jornalismo de declaração, em que a capacidade de um assunto ser noticiado aumenta de acordo com seu potencial de conflito. Não há necessidade de um fato, as declarações dos políticos e adversários são suficientes para a notícia, segundo o pesquisador.

O autor atenta, ainda, que os jornalistas também costumam destacar nas matérias e colunas de opinião os interesses políticos que estão em jogo em cada proposta do governo ou

votação no Congresso. Dessa forma, o jogo político costuma ter relevância nas principais chamadas dos jornais, também acima dos interesses da sociedade na aprovação dos temas abordados. Para Gomes (2004) essa abordagem é conveniente para o repórter, que não precisa entender e explicar do que se trata o tema em discussão, foca-se apenas no jogo político e não nos projetos em discussão. Ao mesmo tempo transmite a mensagem ao público de que política é baseada apenas em interesses pessoais de obter alguma vantagem, derrotar adversários. O interesse público e o bem social não teriam espaço na política.

Outro aspecto presente no jornalismo é a restrição de pontos de vista nas matérias. Miguel (2002) afirma que embora a mídia represente as vozes da sociedade, carrega consigo um viés na apresentação delas. Dessa maneira, diz que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que gera consequências para a democracia. Essa característica é ainda mais comum ao se tratar do noticiário político brasileiro. Os meios de comunicação viciam-se em recorrer às mesmas fontes de informação a cada tema abordado. Presidentes de partidos, líderes de partidos no Congresso, chefes do Executivo e do Judiciário, candidatos a cargos políticos, e acusados de corrupção são as fontes mais comuns para as notícias, como retrata Miguel (2002).

Como consequência, grande parte do noticiário dos veículos de comunicação de massas passou a ser centrado no relato de fatos a partir de fontes já pré-estabelecidas deixando menos espaço para a discussão dos temas com perspectivas diversas. Segundo Miguel (2002, p. 174) os veículos de comunicação não ousam desafiar o “recorte dominante do que é política” e dessa forma a ampliação do foco para além dos políticos profissionais, em especial naqueles com cargo eletivo, em direção a outros atores políticos ocorre com menos frequência.

A diversidade de personagens na política proposta neste trabalho vale-se da definição de atores políticos de Gomes (2008b, p. 4):

Por ‘atores políticos’ entendo qualquer sujeito que goza do reconhecimento social de que cumpre um papel político. Em maior número, estão, naturalmente, os políticos profissionais, tanto os portadores de mandatos populares e de cargos públicos políticos quanto os quadros de profissionais políticos sem mandato dos partidos e de outras agências políticas. Naturalmente, aqui também podem ser incluídos os cidadãos que não são políticos profissionais nem exercem cargos públicos, mas representam forças ou interesses precipuamente políticos da sociedade ou grupos particulares, desde que sejam socialmente reconhecidos como tal.

2.6 JORNALISMO NOS ANOS 2000

Nassif (2003, p. 42) prevê que o jornalismo dos anos 2000 exigiria uma postura mais continuada e profissionalizada de acompanhamento das notícias. O planejamento da cobertura se tornaria essencial para um conteúdo de qualidade. Dessa maneira, o jornalismo teria de ser “mais sofisticado e plural, capaz de julgar situações, não personagens, ser contra ou a favor de atos de governos – não contra ou a favor de governos –, de aceitar e compreender que interesses setoriais podem ser legítimos”.

Contudo não é bem isso que ocorre. Os casos de denunciamento continuam a acontecer, sem que haja uma continuidade dos temas nas páginas dos jornais. Dentre os impressos, as revistas *Veja* e *Isto É*, assim como os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* continuam a replicar a mesma fórmula de jornalismo dos anos 1990. Em entrevista a Abreu, Lattman-Weltman e Rocha (2003), Alberto Dines afirma que o jornalismo atual está raso, sem reflexão nem continuidade dos assuntos. Para ele, a rotina corrida do jornalista de hoje, que tem de fazer diversas matérias em um só dia, contribui para que o conteúdo seja feito com menos qualidade do que no passado.

Outra característica forte do jornalismo moderno é a homogeneidade do noticiário. Essa característica ganhou força ainda na década de 1980, quando a *Folha de S. Paulo* passou por transformações e os concorrentes, ao perceber a aceitação do público e para não perdê-lo, passou a adotar as mesmas mudanças. O mesmo ocorreu com o sucesso da *Revista Veja*, muito copiada pela *Isto É* e *Época*. Com isso, o enfoque, o noticiário tonou-se muito parecido. “O que acontece é que em situações muito competitivas, as pessoas começam a ter medo de arriscar”, afirma, em entrevista, Otávio Frias Filho (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 373).

Para Abreu (2002), outro elemento que leva à homogeneidade do conteúdo é a maneira de trabalhar dos jornalistas. A autora afirma que uma forma comum de unificação das notícias é o *press release* – que os jornalistas recebem diariamente em grande quantidade. As instituições públicas e privadas divulgam informações em massa para os veículos de comunicação, que ao replicar, divulga o mesmo conteúdo que o concorrente. Outro aspecto que favorece o noticiário semelhante em toda grande imprensa é que na rotina da jornalística os profissionais cobrem as mesmas pautas, com mesmos personagens, se encontram na sala de imprensa e trocam informações. No dia seguinte, leem o conteúdo do concorrente e se comparam o tempo todo.

Roberto Müller Filho afirma que a homogeneidade dos jornais tem a ver com a necessidade de reduzir custos, produzir depressa e competir. O jornalista destaca que o número de fontes consultadas pelo jornalista é muito pequena, não possibilitando a realização de um conteúdo diferenciado. Com isso, o profissional acaba consultando sempre as mesmas fontes para as matérias (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003). Na mesma obra, o jornalista Alberto Dines destaca que com a compra de colunas de opinião e de notícias, por meio de agência de notícias, de maneira generalizada, está se “desregionalizando” a imprensa, uma vez que jornais em todo país passam a ter o noticiário parecido com o do eixo Rio-São Paulo, onde as agências de notícias se centralizam (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003).

Barbosa (2007) aponta outros aspectos do jornalismo dos anos 2000. A tensão, o sensacionalismo e, por consequência, o medo parecem dominar as narrativas, em especial no Rio de Janeiro, devido à cobertura da violência urbana, que leva o leitor à constante sensação de insegurança, afirma a autora. Contudo, estimula o consumo, uma vez que as pessoas querem ter informações sobre a situação de segurança de seu bairro, cidade, estado ou país.

Mattos (2005, p. 146), ao abordar a estrutura empresarial da mídia impressa brasileira, afirma que na primeira década do século XXI as empresas de mídia continuariam em “processo de reestruturação interna a fim de se adaptarem a um modelo de negócio conveniente à realidade do mercado globalizado”. Apesar da primeira década já ter sido ultrapassada, esse processo continua a ocorrer.

Ao contrário de diversos jornalistas e autores, o jornalista e escritor Zuenir Ventura, avalia, em entrevista à Sousa (2010), que apesar da precariedade do texto jornalístico, o jornalismo atual representa uma evolução em relação ao que se tinha no passado, nas décadas de 1950-60, em função da complexidade do mundo atual e da necessidade de se produzir informação em tempo real. O autor questiona também a falta de ética existente no passado e contrapõe esse cenário com a preocupação existente atualmente nas redações com a ética jornalística. Quanto à visão romantizada que alguns autores apresentam do passado, Zuenir afirma: “Teve muita coisa boa, mas não era tudo isso não”.

Apesar de bastante crítico ao jornalismo atual, Alberto Dines também faz uma ponderação, em entrevista à Abreu, Lattman-weltman e Rocha (2003). O jornalista afirma que atualmente a opinião do dono do jornal conta muito menos nas publicações do que no passado. Segundo Dines, em questões de princípio a opinião do dono sobre o veículo de comunicação ainda é importante, mas atualmente há uma flexibilidade maior, há uma abertura maior dos veículos em relação ao passado.

Em 2010, a *Folha de S. Paulo* realizou uma grande reforma gráfica, na qual renovou todos os cadernos e suplementos. De acordo Haddad (2010) as mudanças, essas não seriam apenas reformulações estéticas. As mudanças visuais seriam fundamentais para amparar as mudanças editoriais da Folha que se propôs a fazer um jornal mais sintético na forma, porém mais analítico e interpretativo no conteúdo. Como objetivos da reforma, foram destacados: 1) aumentar a legibilidade de textos e de infografias; 2) aperfeiçoar a organização dos elementos que integram uma página, hierarquizando melhor o noticiário; 3) reforçar a unidade entre cadernos e páginas de modo que a identidade do jornal prevaleça.

De acordo Dávila (2010) que aborda as alterações, houve também mudanças editoriais. Com isso o nome das editorias teria sido alterado e o noticiário político passa a fazer parte da editoria Poder, antes Brasil; o caderno de economia, antes Dinheiro, é rebatizado como Mercado; Esporte ganha formato tabloide, menor; o caderno Tec, publicado às quartas-feiras, aborda assuntos sobre as tendências do mundo digital. O jornal inaugurava no período também um novo suplemento, a Ilustríssima, sobre cultura, que seria publicado aos domingos. A notícia afirma, ainda, que as transformações acontecem em um momento em que o Grupo Folha realizava a “fusão orgânica” entre suas equipes de jornalistas do meio online e do impresso, e, segundo a notícia, esse seria o primeiro grande jornal brasileiro a realmente fazer isso.

A justificativa apresentada para as mudanças em todas as notícias sobre o assunto e nas campanhas publicitárias foi a “tradicional” inquietude do jornal, acostumado a se reinventar e não se acomodar. O foco das mudanças, porém, foi realmente gráfico. O conteúdo das notícias não se altera em relação às críticas presentes neste capítulo. Essa questão será apresentada e discutida nos próximos capítulos.

O jornalista Augusto Nunes, que já dirigiu o jornal *O Estado de S. Paulo*, é um dos críticos do jornalismo político atual:

Política pode ser interessante, claro. Reportagens sobre reuniões de comissões da Câmara adormecem qualquer leitor, qualquer espectador. Mas, quando pintam certas CPIs, a TV Senado faz o maior sucesso. Ela mostra o que é o Congresso, o que um parlamentar faz exatamente, os poderes de cada cargo. As comissões, aliás, têm coisas muito atraentes, que os jornalistas não acompanham por preguiça, porque dá trabalho (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003, p. 334).

Por sua vez, o jornalista Roberto Müller Filho afirma, na mesma obra, que por ser difícil escrever sobre política, todos escrevem parecido e as colunas acabam abordando mais ou menos a mesma coisa.

Esse foi o enfoque do artigo *Rolex de Huck dá lição de jornalismo* do colunista Gilberto Dimenstein publicado em sua coluna Pensata, no site Folha On line. Dimenstein escreveu sobre a repercussão que ocorreu na mídia em outubro de 2007 em função de um artigo publicado pelo apresentador do programa de televisão Caldeirão do Huck, da Rede Globo, Luciano Huck, protestando contra o roubo de seu relógio Rolex. Dimenstein aproveita a situação para criticar, em um trecho do texto, o jornalismo atual:

Tirando o fato de Huck ser uma celebridade, há uma tendência, visível em todo o mundo, de maior valorização do local, do cotidiano, do que está mais próximo do consumidor de notícias. Talvez, quem sabe, seja até uma reação à impessoalidade da globalização. No caso do Brasil, ainda temos uma agravante: o noticiário de política está insuportável, limitado, essencialmente, a denúncias de corrupção e articulações sucessórias distantes. É como se fosse uma mesma novela sem fim, na qual já confundimos todos os personagens.

O relógio de Huck é, neste caso, mais do que um relógio. Traduz a insegurança, o caos urbano, a desigualdade social, o desemprego, a impunidade, a educação, a falta de democracia e a miséria. Os leitores estão sedentos para discutir esses temas, mas menos pelo que vem embolado de Brasília e mais pelo que sai das ruas (DIMENSTEIN, 2007).

Em entrevista à autora deste trabalho, Ricardo Balthazar (informação verbal),³² editor de Política da *Folha de S. Paulo*, reconhece que o noticiário político há um desinteresse do público em relação à política e que a editoria de Poder é a menos lida, segundo as pesquisas realizadas pelo jornal na atualidade.

As pesquisas, eu não perco nenhuma... as pesquisas dizem que uma das últimas coisas que as pessoas lêem, as pessoas vêem pouco, acham chato noticiário político, não tem nem graça. Quer dizer a gente acaba escrevendo muito para o pessoal do ramo, para os outros jornalistas e para os políticos. Então eles lêem, aí fofocam do rival e tal, os jornalistas (seu colega) vêem se você está mais bem informado, se deu furo se não deu furo e etc. E os editores dos outros jornais, vão te convidar para trabalhar, enfim, todo o leitor é um pouco isso, né? Mas o leitor mesmo, o sujeito que paga pelo jornal e tal, muitas vezes acha tudo isso muito chato, não entende o significa para sua vida e tal. Se comunicar com essas pessoas, explicar para elas porque que aquilo é interessante, importante, é um desafio bem difícil de fazer. Vale para outros, mas como política, as pessoas estão saco cheio de política e descrentes e desinteressadas pela política, é diferente ler. Economia também é uma coisa chata, hermética, difícil para as pessoas, mas todo mundo precisa saber o que fazer com o dinheiro. Então tende a ir para esse noticiário com um olhar mais "não, isso aqui é preciso". Política é diferente, a não ser que o sujeito seja muito interessado na coisa, não vê utilidade para ele, para aquilo.

Para Alberto Dines, uma das razões para o jornalismo raso, sem profundidade, gerando pouco interesse do leitor da atualidade é que a profissão está “burocratizada”. Ele afirma que o jornalista ao chegar na redação recebe uma sobrecarga de trabalho, levando-o a

³² Entrevista concedida à autora em 25 de maio de 2011. Entrevista é utilizada de forma ilustrativa neste trabalho.

fazer matérias picotadas, sem conexões com o que foi publicado anteriormente sobre o mesmo assunto, sem contexto, como um “catálogo de notícias”. Dines compara o fazer jornalismo da atualidade com a época em que era repórter, na qual tinha tempo de analisar o que já havia sido publicado e o que deveria apurar a mais, e afirma que antes era possível ser mais complexo nas abordagens (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003).

Por outro lado, ao considerar a realidade da internet na atualidade, o então editor executivo da Veja, Fábio Altman (2011), afirma que concorda que a qualidade das reportagens caiu bastante na atualidade. Porém, acredita que a quantidade, a variedade e a velocidade de informações que circulam pelos jornais televisão, rádios, internet e redes sociais nos dias atuais é muito maior e mais rico que no passado, o que o leva a ser um pouco mais otimista com o jornalismo atual.

Como apontado por Altman, somadas às diversas mudanças apontadas nesse capítulo, ocorre no jornalismo moderno a implantação da internet a partir da década de 1990 e a adequação dos impressos a essa nova plataforma, muitas vezes encarada como concorrente dentro do próprio veículo. A abordagem dessas questões, devido a sua ampla complexidade, poderia gerar um novo estudo por isso, ainda que sejam importantes, não serão trazidas para este trabalho, mas fica como sugestão para futuras investigações.

Este capítulo abordou o histórico da imprensa brasileira atrelado à história da *Folha de S. Paulo* com o propósito de apontar as transformações ocorridas em ambos, especialmente nos séculos XX e XXI. Dessa maneira, buscou-se apresentar a importância das mudanças ocorridas naquele jornal a partir da década de 1980 – por meio do chamado Projeto Folha – para o jornalismo impresso brasileiro. Esses aspectos são relevantes para este trabalho porque possibilitam compreender porque a *Folha de S. Paulo* assumiu alguns compromissos com seu público naquele momento. Além disso, a partir do histórico apresentado nessa seção e da pesquisa que será apresentada no próximo capítulo deste trabalho será possível avaliar se ainda hoje o jornal cumpre com o que se propôs naquele documento.

No próximo capítulo será apresentada uma investigação desses aspectos. Por meio de uma pesquisa empírica no conteúdo publicado pela *Folha de S. Paulo*, será apresentado o perfil do jornalismo político oferecido pelo veículo ao leitor.

ESTUDO DO NOTICIÁRIO POLÍTICO DA *FOLHA DE S. PAULO*

Este capítulo é focado na pesquisa que investiga a participação da sociedade civil no noticiário político do jornal *Folha de S. Paulo*. Nele serão apresentados a metodologia utilizada para a realização da investigação e os resultados da pesquisa.

As notícias da editoria Poder do jornal foram estudadas com o objetivo de avaliar como o jornal cobre a sociedade civil nas notícias de política. A pesquisa é dividida em duas partes. Na primeira é investigado o perfil do noticiário político que contém a sociedade civil com o objetivo de conhecer os valores-notícia utilizados para a seleção das notícias. Na segunda fase, são investigados os enquadramentos oferecidos às notícias da editoria Poder que incluem a sociedade civil com o propósito de oferecer o enfoque oferecido pelo jornal a esse conteúdo, pois além de conhecer o que é publicado, busca-se saber como esse é publicado.

No capítulo, primeiramente será apresentada a metodologia que estrutura toda a pesquisa. E, em seguida, será apresentado o resultado obtido na pesquisa empírica. A discussão dos dados obtidos é apresentada no próximo capítulo.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este é um estudo exploratório com características qualitativas, embora buscando dados quantificáveis. Creswell (2010) denomina essa combinação de métodos quantitativo e qualitativo como misto.

De acordo com o autor, a primeira visão geral ampla dessa estratégia de investigação foi apresentada em 2003, na obra *Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research* (TASHAKKORI; TEDDLIE, 2003). Contudo, a origem estaria relacionada com o trabalho sobre matriz de multitraços-multimétodos de Campbell e Fiske (1959), seguido da convergência de diferentes fontes de dados quantitativas e qualitativas de Jick (1979).

Ao defender o método de investigação, Creswell (2010, p. 238) afirma que é possível obter mais “*insights*” ao combinar as pesquisas qualitativa e quantitativa do que com cada uma das formas isoladas, pois a combinação permitiria uma compreensão maior dos problemas de pesquisa. Outra questão importante para a escolha do método, é que, de acordo com o autor, é possível estender a discussão sobre problemas de pesquisa que englobam a

“necessidade de explorar” e a “necessidade de explicar”, o que ocorre no presente estudo. Ao discutir os procedimentos de pesquisas de enquadramento, Porto (2004) também acredita que a melhor solução é optar por um enfoque integrado entre análise de conteúdo quantitativa e análise textual mais qualitativa.

Essa pesquisa³³ trabalha com três objetivos. O primeiro é conhecer o porcentual de notícias que incluem a sociedade civil utilizado nas notícias da editoria Poder e os principais valores-notícia desse conteúdo. Em seguida, objetiva-se conhecer os enquadramentos que a *Folha de S. Paulo* oferece à sociedade civil no noticiário daquela editoria. Por meio dessa investigação e a partir dessa perspectiva, busca-se examinar se o jornal cumpre o que se propõe no Projeto Folha, no qual afirma defender os interesses do cidadão e propõe um conteúdo plural.

Para analisar como os aspectos supracitados são apresentados no noticiário cotidiano do impresso, optou-se por fazer uma análise do noticiário de política do jornal *Folha de S. Paulo*. De acordo com Bauer (2008), a análise de conteúdo é um método de análise de texto desenvolvido dentro das Ciências Sociais empíricas o qual proporciona uma ligação entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. “No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2008, p. 190).

Ainda segundo o autor, a validade da análise de conteúdo deve considerar sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, avaliando o objetivo de pesquisa e não somente contra o que ele chama de “uma leitura verdadeira” do texto. Sobre as possibilidades do uso da análise de conteúdo, Bauer (2008) afirma que essa técnica permite traçar o perfil ou comparar perfis para identificar um contexto. E esse é um dos motivos pelo qual se optou pela análise de conteúdo neste estudo, considerando que se busca conhecer o perfil do conteúdo daquele jornal para compreender em que contexto os aspectos a serem estudados surgem no periódico.

De acordo com Herscovitz (2005, p. 5), aplicada ao jornalismo, a análise de conteúdo pode investigar:

o que diz a mídia para o público em que medida e com que efeito? Obviamente os trabalhos de pesquisa podem isolar um ou mais aspectos do modelo em questão e

³³ Durante o levantamento de dados da primeira fase da pesquisa e a revisão deles, a pesquisa contou com o assistente Daniel Vital dos Santos Silva, aluno da graduação do curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Ele contribuiu não apenas com aquelas funções, mas também com a discussão e definição das categorias e temáticas. Com isso, acredita-se que foi possível torná-las mais claras ao leitor, uma vez que a elaboração contou com mais de uma perspectiva.

podem propor inúmeras variações para testar as diferentes teorias que orientam a compreensão do que é o jornalismo.

Em função de possuir uma maior frequência e conseqüentemente um maior espaço para publicação de notícias do que as revistas semanais e mensais, optou-se por um jornal diário para o estudo. A *Folha de S. Paulo* foi o veículo escolhido para o estudo de caso por ser atualmente o maior jornal impresso diário entre os tradicionais – também conhecidos como “quality papers” – do Brasil³⁴ (ou seja, exclui os jornais populares). Por isso, é um importante difusor de informação tanto sobre uma ampla audiência própria quanto tem grande potencial de influência sobre os demais noticiários, que atinge um público maior do que o do próprio jornal (CERVI; MASSUCHIN, 2011).

Com o propósito de realizar uma pesquisa atual, escolheu-se o ano de 2011 para estudo do noticiário político do jornal e estudou-se o período de três meses consecutivos (1º de abril a 30 de junho de 2011) das notícias presentes na editoria Poder, designada a dar cobertura ao conteúdo político publicado pelo jornal. Este foi também o ano seguinte ao período em que o veículo passou por diversas mudanças em sua forma e conteúdo, o que torna o contexto ainda mais atual – conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho.

Para a escolha do período, o presente trabalho se baseou na pesquisa de Gomes (2009), que faz uma análise cotidiana do Jornal Nacional (JN) com o propósito de examinar as características do noticiário que têm um maior impacto no modo como a política se apresenta e é representada para os cidadãos. Embora o estudo do autor seja voltada para o meio televisão, investiga quem é visível no noticiário político e qual a visibilidade cada agente e cada tipo de agente obtém no noticiário do JN, questão que se assemelha à investigação do presente trabalho, por isso foi utilizado como referência para algumas questões de pesquisa.

Não houve razões para a escolha do período exceto pelo fato de que atendesse a uma questão importante à pesquisa: o recorte temporal deveria refletir, ao máximo, um período de cobertura política “normal”, e sem campanhas eleitorais. Escolheu-se o período de normalidade política por considerar que esses permitem maiores generalizações do que os intervalos eleitorais. De acordo com o autor, “o fato de tratar-se de um período contínuo e relativamente longo evita a seleção aleatória de períodos muito peculiares na agenda política” (GOMES, 2009, p. 188).

³⁴ Segundo a ANJ (2010) e o IVC, o Jornal Folha de São Paulo teve a segunda maior média de circulação em 2011, perdendo apenas para o jornal popular *Super Notícia*, de Minas Gerais.

De forma semelhante ao que ocorreu na pesquisa do autor, houve a cobertura de um escândalo no período: o caso Palocci,³⁵ que obteve relevante atenção da cobertura política do jornal. Acompanhar a cobertura pode ter gerado perdas em termos de variedade de temáticas cotidianas que poderiam ter sido detectadas em outros períodos, contudo possibilitou um ganho qualitativo da pesquisa em um aspecto importante: permitiu saber se o jornal inclui a sociedade civil nas discussões dos temas também ao longo da cobertura do caso de escândalo político, o que exigiu o acompanhamento diário dessas coberturas. Dessa forma, foi possível acompanhar a cobertura do jornal quanto a assuntos genéricos de política e de um caso de corrupção concomitantemente.

Outro aspecto a ser considerado, é que, como avaliou Gomes (2009), casos de escândalos políticos estão incorporados ao noticiário político brasileiro, o que torna difícil evitá-los. Conforme pode ser conferido no noticiário geral do ano de 2011, somente naquele ano, o então recém-eleito Governo Dilma Rousseff contou com seis escândalos políticos entre junho e dezembro quando seis de seus ministros foram acusados de estarem envolvidos em casos de corrupção, e em função disso perderam seus cargos.³⁶ Além desses casos, embora não tenha perdido o cargo, a ministra da Cultura Ana de Hollanda recebeu uma série de contestações e acusações dos veículos de comunicação logo no início de seu mandato – entre janeiro e maio de 2011 –, dentre elas de que usava verbas do governo em diárias de programações pessoais (RETROSPECTIVA..., 2011).

Ainda em relação à metodologia, a unidade de análise da pesquisa são as notícias individuais, compostas pelos textos escritos e as informações contidas nos infográficos presentes na editoria intitulada de Poder do jornal *Folha de S. Paulo*, onde estão concentradas as notícias de política. Ou seja, não foram considerados as imagens, os textos opinativos – editoriais, *ombudsman*, colunas de opinião e análises –, nem o conteúdo presente em outras editorias. Dessa maneira, foram lidas, fichadas e tabuladas todas as notícias publicadas na editoria de Poder do jornal entre 1º de abril e 30 de junho de 2011, representando um *corpus* de 1.141 notícias.

³⁵ O Caso Palocci é como ficou conhecido o escândalo político em que o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci foi acusado de enriquecimento ilícito em função de tráfico de influência a favor de uma consultoria e que ganhou repercussão nos veículos de comunicação brasileiros entre maio e junho de 2011 (OS MINISTROS... 2011).

³⁶ Em 2011, o Governo Dilma perdeu seis ministros por serem acusados pelos veículos de comunicação de estarem envolvidos em casos de corrupção entre junho e dezembro. Foram eles: Antonio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Ministério dos Transportes), Wagner Rossi (Ministério da Agricultura), Pedro Novaes (Ministério do Turismo), Orlando Silva (Ministério dos Esportes), Carlos Luppi (Ministério do Trabalho) (OS MINISTROS..., 2011).

O fichamento foi realizado por meio do programa de computador Windows Excel, o que facilitou o processo de cruzamento dos dados obtidos e das observações analíticas feitas em cada notícia. Por meio do programa, quando necessário foi possível isolar os dados referentes às notícias que incluíam a sociedade civil, o que facilitou a análise do conteúdo e composição dos gráficos, também realizada por meio do programa.

A análise do conteúdo foi dividida em duas fases. Na primeira buscou-se conhecer o espaço que a sociedade civil ocupa no noticiário e características desse conteúdo. A sociedade civil é representada por meio de especialistas, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), líderes comunitários, especialistas (professores, economistas, analistas, estudiosos e pesquisadores não representantes do governo), movimentos sociais e cidadãos comuns, dentre outros (GOHN, 2005; HABERMAS, 1997; PEREIRA, 1995; YOUNG, 2000), conforme apresentando no capítulo 1 deste trabalho. Apenas as notícias que continham a sociedade civil como fonte ou centro da notícia foram selecionadas, com o objetivo de responder à seguinte questão:

Q1: Quais os principais valores-notícia utilizados cotidianamente na editoria Poder para seleção das notícias?

Em um segundo momento, buscou-se conhecer o recorte oferecido às notícias de política que incluem a sociedade civil, baseado nos modelos de enquadramento apresentados por Iyengar (1991), Semetko e Valkenburg (2000) e Porto (2004) com o propósito de responder à seguinte questão:

Q2: Quais tipos de enquadramento são mais recorrentes no noticiário político cotidiano da *Folha de S. Paulo* vinculado à sociedade civil?

A partir dessas duas questões, buscou-se responder ao principal problema de pesquisa deste estudo:

Q3: O noticiário político da *Folha de S. Paulo* vinculado à Sociedade Civil continua alinhado com os postulados previstos no Projeto Folha?

3.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Na primeira fase da pesquisa, a partir de dados quantitativos, após a leitura e classificação do conteúdo, é apresentado o percentual de notícias que incluem a sociedade civil e algumas características das notícias com o objetivo de conhecer os valores notícia utilizados na seleção do conteúdo em estudo segundo os conceitos de Hall e colaboradores (1993), Lage (1982) e Wolf (1987). A análise das notícias foi feita usando como referência

trabalhos que investigam características do noticiário dos meios de comunicação (CERVI; MASSUCHIN, 2011; GOMES, 2009; MAIA, 2009; MIGUEL; BIROLI, 2008; PORTO, 2007).

Na segunda fase, são destacados os enquadramentos mais comuns às notícias de política do jornal que incluem a sociedade civil, usando como base os modelos de *frames* de Iyengar (1991), Semetko e Valkenburg (2000) e Porto (2004).

3.2.1 Perfil das notícias

Na primeira fase da pesquisa buscou-se conhecer os valores das notícias que incluem a sociedade civil na editoria Poder do jornal *Folha de S. Paulo*. Para isso, primeiro destacou-se do universo das 1.141 notícias o percentual que incluem a sociedade civil. Em seguida, centrou-se em estudar esse conteúdo, quando foram destacadas algumas características presentes nele como as temáticas, as fontes mais presentes no noticiário, o número de fontes das notícias, a pluralidade presente nas notícias, a incidência dos três poderes no conteúdo e as regiões que apresentam maior número de notícias no jornal. Contou-se, nessa fase, com as definições de valores-notícia apresentados no primeiro capítulo.

Segundo Hall e colaboradores (1993), o jornalismo tende a realçar aspectos extraordinários, dramáticos, trágicos etc., numa história ao determinar sua noticiabilidade. O autor afirma ainda que os acontecimentos que apresentarem maior número de valores-notícias terão potencial noticioso maior que os outros.

Lage (1982) aponta seis valores-notícia que oferecem relevância à informação. São eles: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e oportunidade. Dessa maneira, os fatos mais próximos em relação à localização e tempo ganham relevância, assim como aqueles que tenham possibilidade de gerar maior identificação entre as diferentes classes sociais, ou que apresentem grandes números, raridade, ou ainda que envolva alguém que tenha imagem pública (artistas, esportistas etc.).

De forma complementar e mais ampla, Wolf (1987) aponta as principais origens dos valores-notícia que são relevantes para avaliar a relevância da informação. Segundo o autor, os valores-notícia derivam de considerações relacionadas às:

- 1) às características substantivas das notícias, ao seu conteúdo: a) Grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento noticiável, seja referente às instituições governamentais, seja aos outros organismos e hierarquias sociais; b)

Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; c) Número de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; d) Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

2) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo: a) brevidade da notícia; b) atualidade; c) qualidade da história; d) equilíbrio no conjunto do noticiário.

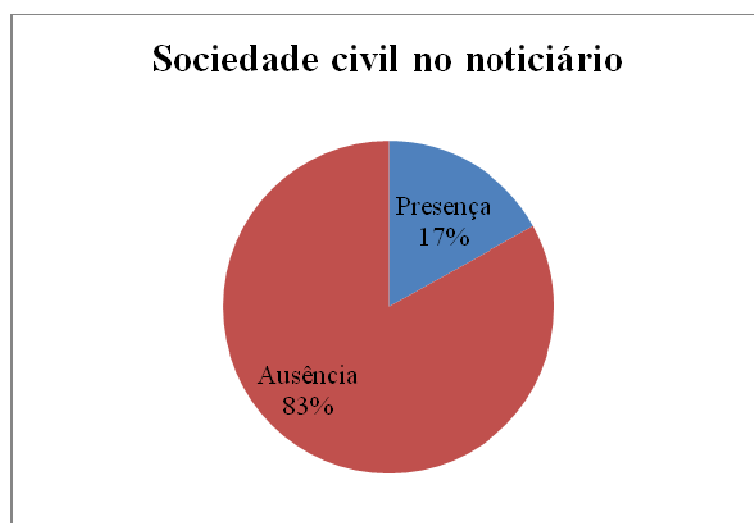
3) ao meio de comunicação: a) bom material visual; b) frequência (tempo necessário para tomar forma e adquirir significado); c) formato (os limites-espaco-temporais);

4) ao público: a) as notícias que permitem uma identificação por parte do espectador; b) as notícias de serviço; c) notícias ligeiras.

5) à concorrência: a) enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva; b) expectativa em relação a cobertura do concorrente.

Diante desse contexto, ao destacar o percentual de notícias que incluem a sociedade civil dentre das 1.141 analisadas no período de três meses do noticiário da editoria Poder da *Folha de S. Paulo*, chegou-se ao resultado de que a sociedade civil está presente no noticiário de maneira restrita, conforme já apontavam trabalhos de Gomes (2009) e Porto (2007). Verificou-se, neste trabalho, que 193 notícias do total analisado (17%) continham a sociedade civil como fonte e/ou como ator político, conforme aponta Gráfico 1.

Gráfico 1 - Presença da sociedade civil no noticiário. Total de notícias = 1141



A partir desse resultado buscou-se estudar esse conteúdo para conhecer em que contexto a sociedade é representada no noticiário político do jornal e quem a representa normalmente. Na análise percebeu-se que conhecer as temáticas abordadas no período

estudado seria essencial para compreender quais abordagens são relevantes para o noticiário político do jornal.

As temáticas apresentadas neste trabalho são adaptadas das categorias de classificação das reportagens presentes na pesquisa Gênero e política no jornalismo Brasileiro de Miguel e Biroli (2008). Da mesma forma, a apresentação das fontes também utiliza o trabalho citado como referência, pela necessidade de conhecer quem tem espaço no noticiário e como é distribuído esse espaço.

As temáticas são adaptadas porque tratam dos temas em torno dos quais os debates se organizam no conteúdo estudado. Eles foram estabelecidos ainda em uma avaliação prévia, mas alguns foram acrescentados ao longo da pesquisa em função da dissonância de alguns temas encontrados em relação ao todo. Ao incluir uma nova temática, todo o conteúdo já categorizado era revisto, para avaliar a necessidade de uma mudança na categorização de alguma notícia. As definições de cada temática trabalhada neste estudo são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Definição das temáticas do noticiário que inclui a sociedade civil

Temáticas do noticiário	Definição
Articulação política	notícia que apresente a negociação entre poderes, partidos, dentro de partidos, dentro do governo ou mesmo entre políticos profissionais
Avaliação de Governo	notícia que contenha a avaliação das ações de um governo estadual, federal ou municipal
Denúncia	notícia em que o jornal denuncia alguma pessoa, instituição ou acontecimento. É preciso que apresente indícios, em especial algum tipo de investigação prévia ou mesmo a comprovação da ilegalidade. Suspeitas e casos de imoralidade não entram nessa temática
Escândalo político	notícia que contenha caso midiático que tenha se tornado um escândalo político ³⁷
Evento	notícias relativas a shows, exposições, palestras etc.
Gente	notícias sobre um político ou agente político em específico. Também são classificadas nessa temática as mortes de políticos, uma vez que geralmente são carregadas do histórico da pessoa
História	notícias com conteúdo histórico
Justiça	notícias relativas a decisões do poder Judiciário ou disputas travadas nele

³⁷ A definição de escândalo político consta no segundo capítulo deste trabalho.

Legislação	notícias relacionadas a legislações, medidas provisórias aprovadas ou em discussão no parlamento
Mobilização social	notícias sobre ações políticas realizadas ou que serão realizadas por grupos ou por pessoas que não sejam políticos profissionais. As ações em geral são em torno de um grupo ou comunidade, como manifestação popular
Outros	notícias que ocupam menos de 1% do conteúdo em estudo incluem religião, internacional, assassinatos em geral, show de artistas etc.
Pesquisa	notícias que revelam resultados de pesquisas de comportamento, opinião, Censo do IBGE etc.
Política econômica	notícias relativas a economia: inflação, políticas cambiais e monetárias
Programa de governo	notícias sobre programas de governo estadual, federal ou municipal

Fonte: temáticas deste trabalho são baseadas na pesquisa Gênero e política no jornalismo Brasileira, de Miguel e Biroli (2008), adaptadas ao conteúdo desta pesquisa.

Uma vez definidas as temáticas, destacou-se o espaço ocupado por cada uma delas apresentadas no Quadro 1 no conteúdo em estudo (CERVI; MASSUCHIN; BRONOSKI, 2011; CERVI; MASSUCHIN, 2011; MIGUEL; BIROLI, 2008) com o propósito de conhecer quais ganham relevância no noticiário político do jornal (Tabela 1).

Tabela 1 - Espaço ocupado pelas temáticas que incluem a sociedade civil na editoria Poder

Temáticas	cm/coluna³⁸	Porcentagem
Política econômica	5.531	35,3%
Denúncia	1.970	12,6%
Mobilização social	1.354	8,6%
Outros	1.025	6,5%
Gente	979	6,2%
Evento	903	5,8%
Pesquisa	727	4,6%
História	621	4,0%
Programa de governo	532	3,4%
Legislação	495	3,2%
Escândalo político	482	3,0%

³⁸ A decomposição quantitativa do espaço do impresso ocupado pelas temáticas que incluem a sociedade civil foi procedida em cada uma das notícias estudadas. Foi utilizada a unidade de medida centímetro-coluna (cm x col.), muito utilizada pela publicidade e em pesquisas de comunicação com o propósito de conhecer o espaço que foi ocupado por cada notícia. Utilizou-se como referência o trabalho de Marques de Melo (1973) e a *Tabela de publicidade da Folha de S. Paulo* atualizada com a centimetragem do jornal.

Justiça	431	2,7%
Avaliação de governo	421	2,7%
Articulação política	212	1,4%
Total	15.683	100,0%

Fonte: pesquisa do autor.

Após a identificação dos espaços ocupados por cada uma das temáticas no conteúdo, conforme apresentado na Tabela 1, para a realização do estudo, observaram-se os principais valores-notícia – que estiveram presentes em cada uma delas. Essa relação pode ser conferida no Quadro 2.

Quadro 2 - Relação entre as temáticas e os principais valores-notícia

Temáticas	valores-notícia
Política econômica	atualidade; evolução futura do quadro grande significância do assunto para o leitor; critério relativo ao público (oferece serviço); identificação por parte do público; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento noticiável; enfoque da notícia com uso de por menores para torná-la exclusiva; expectativa em relação a cobertura do concorrente; identificação humana
Denúncia	atualidade; intenso; extraordinário; dramático; trágico; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; qualidade da história; identificação humana; bom material visual; enfoque da notícia com uso de por menores para torná-la exclusiva; impacto sobre a nação e o interesse nacional; expectativa em relação a cobertura do concorrente
Mobilização social	atualidade; número de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação; evento extraordinário; ineditismo
Outros	relevância e significatividade do acontecimento; atualidade; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento noticiável; trágico; ineditismo; equilíbrio no conjunto do noticiário
Gente	atualidade; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas; identificação humana; trágico; expectativa em relação a cobertura do concorrente; ineditismo; extraordinário; dramático; enfoque da notícia, com por menores, para torná-la exclusiva
Evento	atualidade; ineditismo; número de pessoas que o acontecimento envolve; notícias de serviço; notícia ligeira; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas

Pesquisa	atualidade; identificação humana; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; identificação social; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; expectativa em relação a cobertura do concorrente
História	atualidade; identificação humana; número de pessoas que o acontecimento envolve; qualidade histórica
Programa de governo	atualidade; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; número de pessoas que o acontecimento envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; expectativa em relação a cobertura do concorrente; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas
Legislação	atualidade; dramático; ineditismo; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; número de pessoas que o acontecimento envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; expectativa em relação a cobertura do concorrente
Escândalo Político	atualidade; dramático; ineditismo; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas; impacto sobre a nação; relevância em relação ao futuro do país; enfoque da notícia com uso de por menores para torná-la exclusiva; expectativa em relação a cobertura do concorrente
Justiça	atualidade; impacto sobre a nação e interesse nacional; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; expectativa em relação a cobertura do concorrente; ineditismo; identificação humana
Avaliação de governo	atualidade; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva
Articulação política	atualidade; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; número de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve

Fonte: pesquisa do autor.

Como é possível observar na Tabela 1, a sociedade civil se destaca intensamente nas notícias da temática Política econômica, representando mais de 35% das notícias, seguida de Denúncia (12,6%) e de Mobilização social (8,6%).

A maior incidência da temática Política econômica na editoria de Poder, que concentra principalmente notícias de política, se destacou no estudo. Notícias sobre o crescimento da inflação e as mudanças nas políticas econômicas e monetárias para contê-la estão relacionadas a essa temática.

A justificativa para a grande incidência da temática está em uma notícia publicada pela própria *Folha de S. Paulo*. (FOLHA..., 2011) Segundo a matéria, o jornal reorganizou a publicação de assuntos econômicos. A partir do dia 22 de março de 2011, parte do noticiário até então concentrado nas páginas de Mercado, passou a ser publicado nos cadernos Poder e Mundo. De acordo com a notícia, na editoria Poder passaram a ser publicados o desempenho da economia brasileira, a política econômica do Governo e as grandes disputas nacionais pela repartição do dinheiro dos impostos.

Dentre os assuntos da temática Política econômica, o que ganhou mais relevância no noticiário foi a inflação. Dentre as 59 notícias da temática Política econômica, 20 são sobre inflação, contando sempre com a análise de especialistas (analistas de mercado, professores e economistas). Nesse contexto, duas notícias de destacaram pela representatividade da sociedade civil. Em uma delas, sobre inflação na classe média, alguns economistas e uma pesquisa foram usados como fonte para esclarecer como o fenômeno da inflação interfere na vida das pessoas, especialmente da classe C (CARNEIRO, 2011a). Na notícia complementar à anterior, três donas de casa, uma de cada classe social (A/B, C e D), foram entrevistadas em um supermercado e relataram como sentiam a inflação em compras cotidianas (CARNEIRO, 2011b). O resultado foi uma matéria mais ilustrativa e próxima da realidade do leitor, porém incomum ao noticiário.

Nas duas notícias, assim como em diversas outras, foi possível detectar os valores-notícias: atualidade; evolução futura do quadro grande significância do assunto para o leitor; critério relativo ao público (por oferecer serviço) e em alguns casos identificação por parte do público; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva.

Na temática Denúncia, uma série de assassinatos de extrativistas no Norte do País, especialmente no Pará, destacou-se dentre os assuntos. Foram 13 notícias sobre as mortes, em que pessoas comuns, dentre elas parentes, amigos e vizinhos das vítimas, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição vinculada à Igreja Católica que apoia os moradores da região, expuseram os riscos e as condições de vida dos extrativistas. Isso também justifica o destaque que a instituição ganhou entre as fontes, exposta adiante nos Quadros 3 e 4.

A *Folha de S. Paulo* exibiu o conflito entre grandes donos de terra – muitas vezes acusados de desmatar a região e de serem os autores dos assassinatos –, assim como o descaso do Governo Federal com as condições de vida das comunidades de extrativistas e da Polícia Civil local com as mortes. A questão da reforma agrária foi abordada de maneira superficial. Houve poucas notícias com o posicionamento do Governo Federal, e quando apareceram,

providências eram prometidas. É importante destacar que a cobrança por investigações das mortes por parte do Governo Federal aos órgãos responsáveis surgiu somente após uma série de notícias publicadas pelo jornal. Este caso foi um dos poucos em que a empresa jornalística publicou notícias a partir da perspectiva dos cidadãos comuns. Ao mesmo tempo, o que se percebe é que o espaço oferecido pelo jornal ao assunto foi importante para que ele ganhasse relevância nacional. Nessa cobertura foi possível identificar os seguintes valores-notícia: atualidade; dramáticos; trágicos; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; qualidade da história; identificação humana; bom material visual; enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva.

Em uma denúncia sobre reconstrução de uma ponte e em outra sobre trabalho degradante no Programa³⁹ Minha casa Minha Vida, o jornal apresentou exemplos de consequências negativas à sociedade geradas por políticas públicas mal empregadas ou mal fiscalizadas. (FERREIRA, 2011; NAVARRO, 2011) No primeiro caso, além das fontes oficiais, pessoas que costumam passar pela ponte que apresenta problemas foram entrevistadas, mostrando as dificuldades de transitar no local. O espaço oferecido aos dois cidadãos comuns entrevistados é pequeno e aparece no fim da notícia, mas ao menos a perspectiva da sociedade foi representada. O caso do trabalho degradante também conta com um cidadão comum como entrevistado, mas ao contrário do anterior, ele ganha mais espaço e destaque para sua realidade. As notícias são relevantes por retratarem situações políticas próximas à realidade da sociedade, mas são incomuns no conteúdo estudado. De forma parecida com a cobertura citada anteriormente, nessas notícias observou-se os seguintes valores-notícia: atualidade; dramático; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; qualidade da história; identificação humana; bom material visual; enfoque da notícia, com uso de por menores, para torna-lá exclusiva.

Na temática Mobilização social os assuntos foram bastante diversos. Aqueles sobre as invasões dos sem-terra e a Marcha da Maconha foram os mais frequentes, embora haja cobertura sobre manifestações indígenas, greves e manifestações populares em geral. Com os sem-terra, que no mês de abril fizeram diversas invasões de terras ao realizar o movimento

³⁹ Lançado em 2009, durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Programa Minha Casa Minha Vida é do Governo Federal e consiste em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento, constituídos de apartamentos ou casas, que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem baixa renda familiar. As famílias a serem beneficiadas pelo Programa são indicadas e selecionadas pelo município ou Governo do Estado/Distrito Federal. Os imóveis são adquiridos pelas famílias beneficiadas por venda com parcelamento, conforme informações do site da Caixa Econômica Federal.

Abril Vermelho,⁴⁰ o jornal alterna momentos em que é crítico às ações com momentos em que abre espaço para o movimento se justificar. Em relação à Marcha da Maconha, em uma das matérias em que houve confronto com a Polícia Militar, o jornal foi mais crítico, ouvindo apenas a versão da polícia. Já em outras notícias, explora o bom humor presente no movimento. Embora o assunto represente uma manifestação de um grupo da sociedade, ainda que apresentadas no caderno de Poder, duas notícias sobre o movimento carregam a marca da editoria Cotidiano. Uma manifestação pelo metrô no bairro Higienópolis, em São Paulo, também é relatada com muito bom humor pelo jornal. As notícias citadas estão presentes a maioria dos valores-notícia identificados na temática: atualidade; número de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; e ineditismo.

Na temática Gente, os assuntos enfocam a vida de alguém, geralmente políticos ou de alguém que se envolve em uma questão política, ainda que momentaneamente. A maioria dos representantes da sociedade civil é formada por especialistas (professores, cientistas políticos) ou alguém que faz um relato sobre a vida de um político. A história de sequestro de um piloto por indígenas, junto ao avião que pilotava, chama a atenção entre os assuntos (TRAJANO, 2011). Entra nessa temática porque a notícia enfoca a história do piloto. Por uma insatisfação da comunidade indígena em relação à nomeação de uma servidora para ser assessora regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), um piloto ficou oito dias ilhado na reserva ianomâmi. Ele conseguiu fugir de madrugada, por distração dos índios. O fato é relevante pela questão política envolvida e a forma de protesto utilizada pelos indígenas. Além do piloto, os líderes da comunidade também foram ouvidos. Nesse caso, em específico, ficam evidentes os seguintes valores-notícia: atualidade; identificação humana; dramático; enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva; ineditismo; extraordinário.

Na temática Evento, os assuntos são variados. Dentre eles, ganha bastante espaço no noticiário a cobertura da festa do Dia do Trabalhador (1º de Maio), prevista para ocorrer no centro de São Paulo, assim como uma sabatina do prefeito de São Paulo Gilberto Kassab organizada e promovida pela *Folha de S. Paulo*. Uma entrevista com João Pedro Stedile, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também ganha bastante espaço no noticiário. A abordagem é a programação do Abril Vermelho e o movimento como um todo. Nesses casos observou-se a presença dos valores-notícia:

⁴⁰ O Abril Vermelho, é uma jornada de invasões em luta pela reforma agrária e pela punição dos responsáveis pela morte de 19 sem-terra pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996.

atualidade; ineditismo; número de pessoas que o acontecimento envolve; notícias de serviço; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas (LUCENA, 2011).

Por sua vez, a temática Outros concentra diversas notícias que não chegam a representar 1% do espaço no noticiário. Algumas delas não apresentam teor político, ainda que envolva a sociedade civil, como é o caso de matérias sobre acidente, violência e o assassinato de uma jovem. Em alguns momentos carregam as marcas de outras editorias acompanhadas do termo “em cima da hora”. Uma notícia sobre a São Paulo Fashion Week chamou a atenção pelo seu conteúdo totalmente focado em moda. Sobre o título, apresentava a marca da editoria Ilustrada no caderno de cultura da *Folha de S. Paulo* (ANGELO, 2011).

Segundo o editor de Poder do jornal, Ricardo Balthazar,⁴¹ o motivo para a entrada de conteúdo pertencente à outra seção em Poder é porque essa editoria e de Mundo são as últimas a serem finalizada – ou fechada no jargão jornalístico. Dessa maneira, notícias de outras editorias são publicadas no primeiro caderno com o sobretítulo “Em cima da hora” quando ocorrem tarde demais, depois do encerramento dos outros cadernos. Nem sempre as notícias com conteúdos de outras editorias continham a marca de suas editorias como sobretítulo. Casos como esse estariam relacionados a erros na edição, segundo Balthazar.

Em meio a uma grande diversidade de assuntos, na notícia destacada foi possível detectar os valores-notícia atualidade; relevância e significatividade do acontecimento.

As notícias que contém resultados de pesquisa em geral focam-se em dados e a relevância deles para o país. Contudo, na temática Pesquisa em que a sociedade civil está inclusa há algumas notícias que mesclam os dados com personagens, o que tende a humanizar e tornar as notícias mais compreensíveis. Uma delas revela uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que os jovens afirmam priorizar a formação educacional e por isso adiam a entrada no mercado de trabalho (SCHREIBER, 2011a). A notícia é completada por outra que diz que o fenômeno reduz a taxa de desemprego (SCHREIBER, 2011b). O que chamou a atenção é que o jornal utilizou cidadãos comuns, ou seja representantes da sociedade civil, para contar a história ao invés de trabalhar apenas com números presentes na pesquisa. O mesmo ocorre em notícia em que se apresenta o perfil do eleitor da classe C. Em uma das matérias, o jornal vai além dos números da pesquisa apresentada e usa cidadãos comuns como personagens da matéria ao procurar saber as qualidades que o eleitor valoriza em um candidato (ROLLI, 2011).

⁴¹ Em entrevista concedida à autora em São Paulo no dia 25 de mai. 2011, na sede da Folha de S. Paulo. Gravação disponível.

Nas notícias em destaque foram observados os valores-notícia atualidade; identificação humana; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; identificação social; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; expectativa em relação a cobertura do concorrente; e enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva.

A temática História conta com relatos de acontecimentos passados, mas que, em função de algum acontecimento novo, são retomados. A presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial é resgatada por meio de um livro que estava sendo lançado na época com relatos de brasileiros que serviram o país. As notícias abordam o despreparo do Brasil na guerra. O Massacre do Eldorado dos Carajás, no Pará, no qual 19 agricultores do MST foram assassinados por policiais é retomado a partir do relato de uma vítima sobrevivente (LUCHETE, 2011). Os dois assuntos se destacam nas seis notícias da temática. Dentre os valores-notícia detectados, constam nas notícias destacadas: atualidade; identificação humana; número de pessoas que o acontecimento envolve; qualidade histórica.

Obras e projetos do Estado – em operação ou não – estão presentes na temática Programa de governo. Apesar de ganharem pouco espaço dentre as notícias que incluem a sociedade civil, as coberturas acompanham o que está sendo feito ou deve ser feito. A mudança do programa de combate à miséria no país ganhou destaque no noticiário porque o Governo Dilma reduziu o valor de referência pelo qual o cidadão seria beneficiado pelo programa em relação à sua promessa de campanha. Segundo Magalhães (2011), durante a campanha Dilma Rousseff prometeu ajudar quem tivesse renda até um quarto do salário mínimo (R\$ 136 na época), mas o programa, após a presidente eleita, estava assumindo a renda de R\$ 70 como base para participação do programa. Esse caso contém diversos valores-notícia: atualidade; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; número de pessoas que o acontecimento envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; expectativa em relação a cobertura do concorrente; e grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas.

Em Legislação estão assuntos relativos a criação ou possíveis mudanças nas leis. Dentre as seis notícias da temática ganham destaque as discussões de leis de abrangência nacional, como o Plebiscito que foi criado para consultar a população sobre a possível cisão do Pará em três estados (CARUSO, 2011). A discussão do não cumprimento de uma lei que obriga que os eleitos cumpram promessas de campanha também ganha destaque dentre as notícias da temática (GAMA, 2011). Nas notícias citadas, percebeu-se a existência dos valores-notícia: atualidade; ineditismo; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional;

número de pessoas que o acontecimento envolve; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; assim como a expectativa em relação a cobertura do concorrente.

As decisões judiciais, as discussões sobre elas, assim como questões que envolvem juízes e a Justiça brasileira estão presentes na temática Justiça. Ganha destaque uma notícia sobre falha na segurança dos juízes federais. Segundo a matéria, um a cada oito deles vivem sob ameaça por julgarem assuntos que envolvem pessoas perigosas que ainda possuem poder entre os criminosos. A notícia é ampla e conta com juízes ameaçados e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) como fonte das notícias. Dentre os valores-notícia presente nos casos em destaque, detectou-se: atualidade; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; expectativa em relação a cobertura do concorrente.

A temática Escândalo político tem como foco a cobertura da acusação de enriquecimento ilícito contra o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci, que ficou conhecido pelos veículos de comunicação como Caso Palocci. Dentre o conteúdo que inclui a sociedade civil, foram constatadas seis notícias. As principais fontes do Caso Palocci que representam a sociedade civil são os especialistas (professores e economistas) que discutem a possibilidade de enriquecimento ilícito do ex-ministro da casa Civil Antonio Palocci e interpretam a relação do ministro com o Governo Dilma Rousseff, assim como a maneira como o mercado reagiria caso o ministro deixasse o cargo – a discussão ocorre antes da queda do ministro. Em apenas uma das notícias ficou registrado que os vizinhos do ministro (cidadãos comuns) foram procurados e confirmaram que Palocci morava no prédio em que havia comprado um apartamento milionário. Outro aspecto relevante para a pesquisa é que a cobertura do Caso Palocci contou com 95 notícias durante 21 dias no período em estudo e apenas seis delas (6,3%) contaram com a participação da sociedade civil. As demais contam como fonte parlamentares do governo e da oposição que discutem o futuro do então ministro, o Ministério Público, o Governo Federal, dentre outras. No caso Palocci, identificou-se como valores-notícia: atualidade; dramático; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas; impacto sobre a nação; relevância em relação ao futuro do país; enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva; expectativa em relação a cobertura do concorrente.

Na temática Avaliação de governo as notícias avaliaram a atuação de políticos em seus cargos. Uma notícia sobre debate entre ministra da Cultura Ana de Hollanda, artistas e representantes da classe na Assembleia Legislativa de São Paulo é um exemplo raro de discussão entre sociedade civil e governo (LONGMAN, 2011). O jornal destinou cerca de

meia página ao caso, ofereceu espaço para o discurso da ministra e manifestações de cidadãos comuns. Por outro lado, notícia sobre as renúncias fiscais do governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, aponta questões que são apresentadas como imorais pelo jornal (NOGUEIRA; MARTINS, 2011). Observou-se como valores-notícia nesses casos: atualidade; grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; enfoque da notícia, com uso de por menores, para torná-la exclusiva.

A temática Articulação política ganhou pouco espaço dentre o conteúdo que inclui a sociedade civil porque geralmente as notícias com esse tema ocorrem longe da avaliação da sociedade civil. Em geral os jornalistas descrevem relações, discussões, entraves ou acertos que são feitos de forma sigilosa. Contudo, alguns poucos casos ganharam visibilidade no conteúdo em estudo. Um teste do sistema público de ensino em Minas Gerais que relacionou o ex-presidente Lula a corrupção foi um deles. O assunto ganhou relevância e professores comentaram o caso, mas ficou evidente, segundo a notícia, a articulação contra a imagem do ex-presidente Lula (PT). A notícia também destacou que o governador Antonio Anastasia é do PSDB, partido de oposição do PT (VIZEU, 2011).

Em outra notícia entidades representantes dos gays tiveram espaço para protestar a articulação entre governo e Congresso que levou à suspensão da entrega dos “kits anti-homofobia” que seriam distribuídos em escolas públicas (PINHO, 2011). O objetivo dos kits era conscientizar os jovens sobre o respeito à opção sexual de cada pessoa. Por insatisfação de parlamentares da bancada evangélica e em função da ameaça de parlamentares de levarem o então ministro Antonio Palocci para depor na Câmara, o governo suspendeu a entrega dos kits, segundo a notícia.

Dessa maneira, nos dois casos destacados, foi possível observar os valores-notícia grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas; relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura; número de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve.

Após apresentar essas inúmeras ocasiões em que o jornal soube incluir a sociedade civil nas notícias, ampliando o debate e as perspectivas, é necessário apresentar ao menos dois contraexemplos: situações em que a *Folha de S. Paulo* não inclui a sociedade civil e poderia ter feito. Afinal, essas são as ocasiões que mais ocorrem, uma vez que como apontado anteriormente, apenas 17% das notícias incluem a sociedade civil.

Em uma notícia sobre a exposição de documentos da Ditadura no Arquivo Nacional, em Brasília, o jornal ouviu apenas o diretor-geral do Arquivo Nacional. Poderia ter oferecido

mais importância ao tema e consultado especialistas para discutir a importância desse acontecimento que foi considerado pelo diretor entrevistado como um importante passo para a Nova Lei Geral de Acesso à Informação, naquele momento em discussão no Senado e que por este motivo, em seguida ganharia espaço nas páginas do jornal (RÜTZSCH, 2011).

Em outra notícia, sobre protestos na capital Vitória (ES), o jornal aborda os protestos, as razões do mesmo e oferece espaço para um representante do governo estadual falar por meio de voz direta. A versão dos manifestantes não é apresentada e nem é afirmado que não se conseguiu contato com representantes do movimento. Coberturas como essa se repetem no noticiário político do jornal (BANDEIRA, 2011).

A partir da Tabela 1 é possível perceber que as temáticas que incluem a sociedade civil são bastante diversas, isso porque os assuntos presentes na editoria Poder no período estudado são diversificados, o que se torna uma das maiores dificuldades da pesquisa. Contudo, é justamente essa diversidade que possibilita entender o contexto em que a sociedade civil ganha espaço no noticiário político cotidiano da *Folha de S. Paulo*, por isso o esforço em trabalhar com várias temáticas.

Para melhor compreensão do contexto em que a sociedade civil é inserida no noticiário, foram investigadas, ainda, quais as fontes que mais se destacam. Segundo Traquina (2005, p. 190), “uma fonte é uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto”. E de acordo com os resultados da pesquisa apresentados na Quadro 3, destacam-se o Banco Central, o Governo Federal, o ministro da Fazenda Guido Mantega e algumas instituições vinculadas à política econômica. Isso reforça o resultado apresentado na Tabela 1, em que a temática Política econômica prevalece no recorte apresentado. Percebeu-se a presença de valores-notícia relacionados ao grau de importância da fonte e a disponibilidade do conteúdo.

Quadro 3 – As dez fontes mais frequentes das notícias que incluem a sociedade civil (total de notícias = 193)

Fontes das notícias que contêm a sociedade civil (mais frequentes)	Ocorrência das fontes
Banco Central	24
IBGE	16
Governo Federal	10
Fonte indeterminada	8
Ministro da Fazenda Guido Mantega	8
Consultoria LCA	7
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	7
Polícia Militar	7
Polícia Civil	6
Economista Carlos Thadeu de Freitas, da Confederação Nacional do Comércio (CNC)	6

Fonte: pesquisa do autor.

A concentração de notícias que incluem a sociedade civil na temática Política econômica evidencia uma questão importante: o momento em que a editoria de Poder da *Folha de S. Paulo*, voltada às notícias de política, mais consegue incluir a sociedade civil no noticiário é quando aborda temas de política econômica. Essa questão, assim como os demais resultados, será discutida no próximo capítulo. Diante dessa informação, sentiu-se a necessidade de investigar a influência dessa temática no contexto em estudo. Com isso, desconsiderou-se todas as notícias classificadas como política econômica e detectou-se que a presença da sociedade civil no noticiário cai dos 17% apresentados no Gráfico 1 para 12% em relação ao número total do *corpus* em estudo .

Da mesma maneira, ao usar como base o contexto descrito acima, em que as notícias com a temática Política econômica são excluídas do cenário, percebe-se que as fontes mais frequentes também sofrem alteração, oferecendo mais relevância a personagens diferentes daqueles com maior destaque no quadro anterior. Tal fato revela a importância daquela temática na inclusão da sociedade civil no conteúdo estudado, conforme pode ser conferido na Tabela 5.

Quadro 4 – As dez fontes mais frequentes das notícias que incluem a sociedade civil sem a temática Política econômica (total de notícias = 193)

Fontes de notícias que incluem a sociedade civil sem temática Política econômica	Ocorrências das fontes
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	7
Polícia Militar	7
Polícia Civil	6
Fonte indeterminada	6
Polícia Federal	5
Presidente Dilma Rousseff (PT-RS)	5
Governo Federal	4
IBGE	4
Presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Gabriel Wendy	4
Ministério Público	4

Fonte: pesquisa do autor.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição vinculada à Igreja Católica que apoia as pessoas que vivem no campo, se destaca entre as fontes em função da cobertura do jornal de assassinatos de extrativistas realizado no Norte do país, já discutida anteriormente. A Polícia Militar e Civil também ganham destaque por serem as fontes oficiais do caso acima e de situações de protestos e manifestações em que a sociedade também é utilizada como fonte. Governo Federal e a presidente Dilma Rousseff são fontes oficiais, que sempre aparecem com frequente relevância no noticiário. Ministério Público e Polícia Federal, na maior parte das vezes, estão relacionados às investigações e denúncias, enquanto a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) discute a paralisação de juízes federais. O IBGE aparece muitas vezes como fonte de pesquisas. Dessa forma, o grau de importância da fonte demonstrou-se um importante valor para a seleção da fonte.

Outra questão surgiu após a consolidação dos dados referentes às notícias que incluem a sociedade civil. Conforme apresentado anteriormente, especialistas em diversas áreas foram considerados como parte da sociedade civil no contexto do Gráfico 2. Eles representam professores, economistas, analistas, estudiosos, assim como pesquisadores de instituições não representativas do governo que apresentam pontos de vistas e análises no noticiário político.

Contudo, a grande incidência dessas fontes chamou a atenção e buscou-se saber como ficariam os resultados sem a participação deles. Também considerou-se a hipótese que os

especialistas, dentre os quais ganham destaque os economistas, poderiam se diferenciar dos demais representantes da sociedade em função de informações exclusivas ou a tendência a oferecer avaliações favoráveis aos interesses da empresa jornalística, em função de objetivos em comum, o que poderia gerar um viés nos resultados.

Dessa maneira, para atender também a uma definição mais específica de sociedade civil, como a apresentada por Young (2000) no primeiro capítulo deste trabalho, os casos em que os especialistas representaram a sociedade civil no noticiário político também foram excluídos, com o propósito de detalhar, de forma ilustrativa, os resultados obtidos. O resultado pode ser conferido no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Presença da sociedade civil no noticiário político, sem considerar os especialistas. Total de notícias = 1141



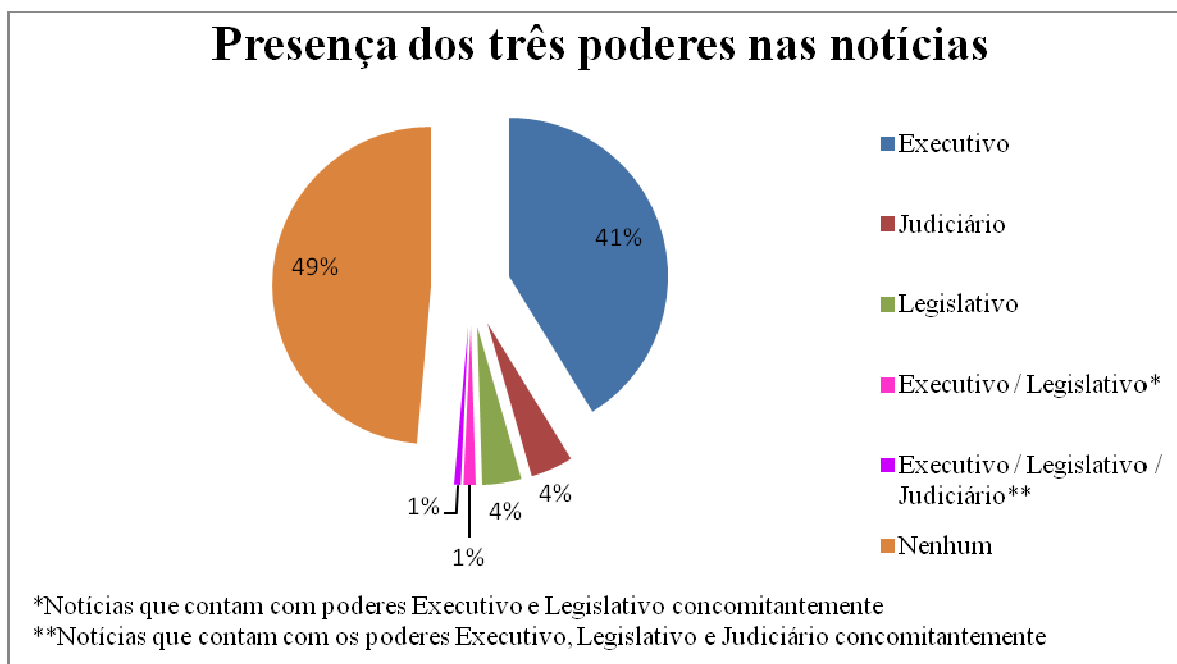
Conforme pode ser observado no gráfico, o isolamento das notícias que apresentavam os especialistas como representantes da sociedade teve relevância no resultado da pesquisa, uma vez que a participação da sociedade civil caiu de 17% (ao considerar os especialistas), como apresentado no Gráfico 1, para 10% (sem considerá-los) como mostra o Gráfico 2. Mais especificamente, dentre as 193 notícias que foram consideradas inicialmente como sociedade civil, 39% (ou 76 delas) são casos em que os especialistas representaram a sociedade civil.

Também é importante destacar que há uma relação entre a presença da temática Política econômica e a dos especialistas no conteúdo estudado. Isso porque 70% dos especialistas que representam a sociedade civil nos dados apresentados inicialmente são fontes de notícias da temática Política econômica. Dessa forma, se justifica a proximidade de resultados quando a temática é retirada do contexto e quando os especialistas são isolados.

Embora tenha-se conhecimento das diferenças de resultados em situações em que os especialistas são considerados sociedade civil e nas quais são excluídos, contudo neste trabalho, assim como em Gohn (2005) e Pereira (1995), será usada uma definição mais ampla de sociedade civil em que setores econômicos também estão presentes. Dessa forma, os especialistas também são considerados como sociedade civil no noticiário uma vez que permitem, por meio de seu conhecimento e desvinculação com o governo, uma discussão mais ampla sobre as temáticas políticas e políticas econômicas.

Ainda sobre as fontes das notícias, verificou-se na pesquisa que dentre os três poderes, o Executivo foi o que foi mais esteve presente no noticiário em termos de espaço dentre o conteúdo que inclui a sociedade civil. Embora, a maior parte desse conteúdo não contenha nenhum dos três poderes conforme é possível verificar no Gráfico 3.

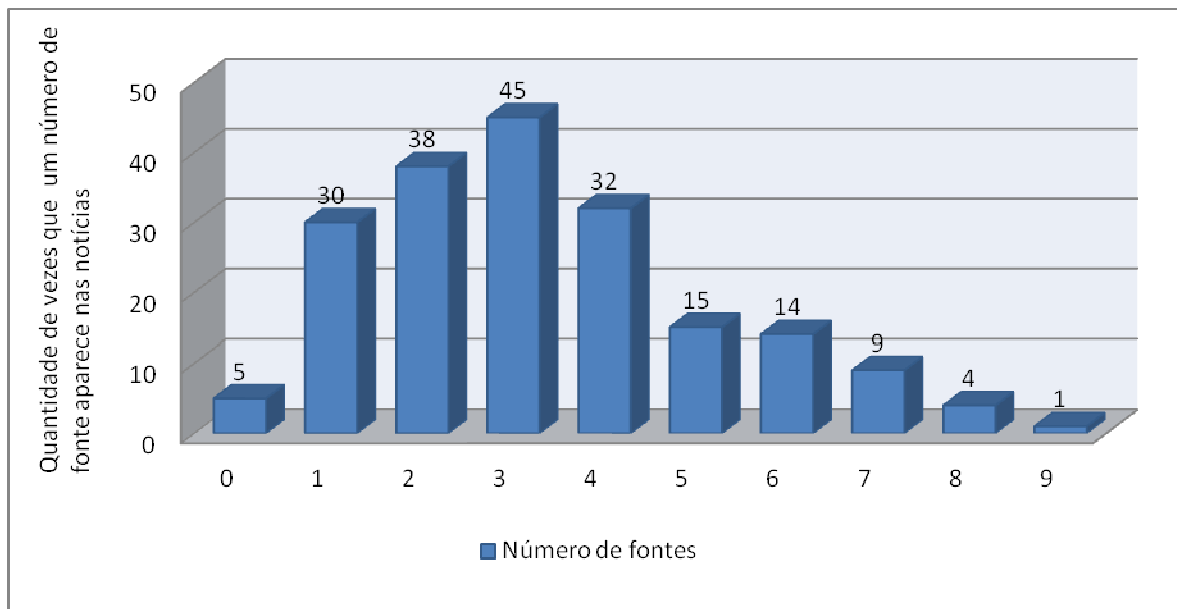
Gráfico 3 – Distribuição do espaço ocupado pelos três poderes no conteúdo que inclui a sociedade civil (n=193 notícias) na editoria Poder em cm x col. (espaço total = 15.683 cm x col.)



O resultado confirma o que a revisão bibliografia já havia apontado: que o noticiário político da *Folha de S. Paulo* tem grande foco nas questões que envolvem o poder executivo. Contudo, é importante destacar que houve uma diferença bastante representativa entre aquele e os outros dois poderes, embora trabalhem em conjunto em algumas situações retratadas por diversas notícias, como na aprovação de projetos de lei importantes ao governo no parlamento, assim como de medidas provisórias. O resultado está relacionado ao jornal usar

muitas informações fornecidas pelo Governo Federal, especialmente, como fonte de notícias. Essa questão também tem relação com os valores-notícia “grau de importância da pessoa envolvida” e “disponibilidade de conteúdo” ao jornalista. O poder Executivo demonstrou ter mais que os demais para o jornal especialmente em função desses dois valores. Com o propósito de compor o perfil do noticiário em estudo foram catalogados também os números de fontes que cada notícia apresentou, sejam elas entrevistados, sejam instituições que tenha fornecido informações que sirvam de base para o conteúdo divulgado. Essa informação ajuda a avaliar se há pluralismo no conteúdo estudado, mas o número de fontes não é o único aspecto avaliado na questão relacionada ao pluralismo, como será visto adiante.

Gráfico 4 - Número de fontes em cada notícia da editoria Poder que inclui a sociedade civil



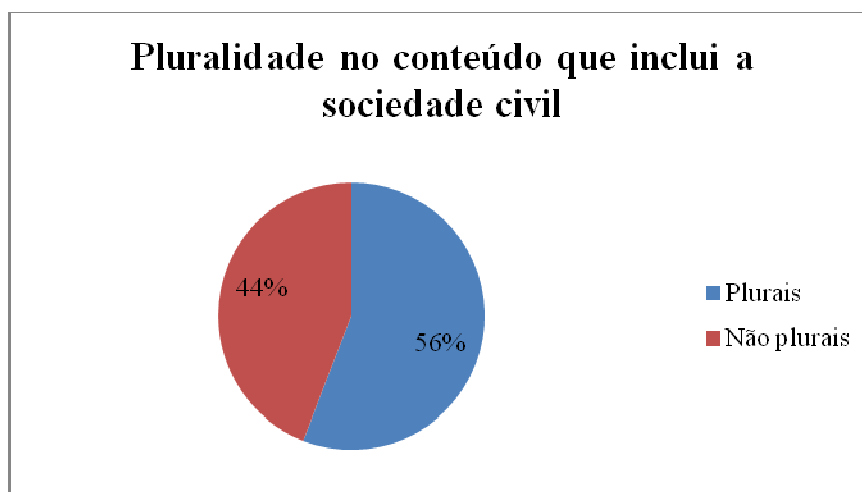
No conteúdo estudado verificou-se que a maioria das notícias que incluem a sociedade civil apresenta entre duas e quatro fontes, com o pico em três fontes, conforme pode ser conferido no Gráfico 4. O número de fontes indica que pode haver pluralidade nessas notícias, uma vez que elas não se restringem a um ponto de vista ou a perspectivas polarizadas. Contudo, é importante ressaltar que caso exista nas notícias a consulta a várias fontes de um grupo com mesma perspectiva, a pluralidade dos assuntos pode ser reduzida. Também é importante ressaltar que, conforme afirma Tuchman (1993), o jornalista tende a escolher as fontes de acordo com a opinião que busca defender nas notícias, o que também pode restringir a pluralidade das fontes.

Dessa forma, além do número de fontes, durante a pesquisa analisou-se, ainda, se as fontes apresentadas nas notícias eram suficientes para o debate do assunto abordado na notícia ou se o mesmo demandava mais discussão. Por exemplo, o caso de um desentendimento simples (sem brigas, ofensas ou escândalos) entre dois parlamentares poderia ser plural se trouxesse apenas o depoimento dos envolvidos, uma vez que essa é uma circunstância mais restrita a poucas pessoas. É evidente que se houver uma diversidade maior de fontes, a notícias se torna mais rica. Afinal, entende-se que quanto mais fontes relacionadas ao tema central da notícia, e mais diversas elas forem, mais complexa se torna a informação.

Como afirma o Grupo Folha no projeto de 1985, o melhor serviço público que um jornal pode fazer é tornar a realidade da sociedade plural transparente. “É reproduzir, em suas páginas, e na proporção mais exata possível, a forma pela qual as divergências se distribuem no interior da opinião pública”.

No caso de questões partidárias, membros do partido em questão são suficientes para satisfazer a maioria das discussões. O mesmo não se aplica para um Projeto de Lei, que em sua votação depende da avaliação de 513 deputados e mais 81 senadores. Há que se considerar, ainda, que as consequências dele podem influenciar na vida de toda a sociedade brasileira. Logo, uma discussão mais ampla, com perspectivas diferentes, incluindo diversos setores da sociedade se faz necessária, respeitando sempre a necessidade de haver alguma relação entre as fontes e o assunto em questão. A partir dessa avaliação, verificou-se que 56% do conteúdo que inclui a sociedade civil como centro ou fonte das notícias da editoria Poder da *Folha de S. Paulo* apresenta pluralismo, conforme apresentado no Gráfico 5.

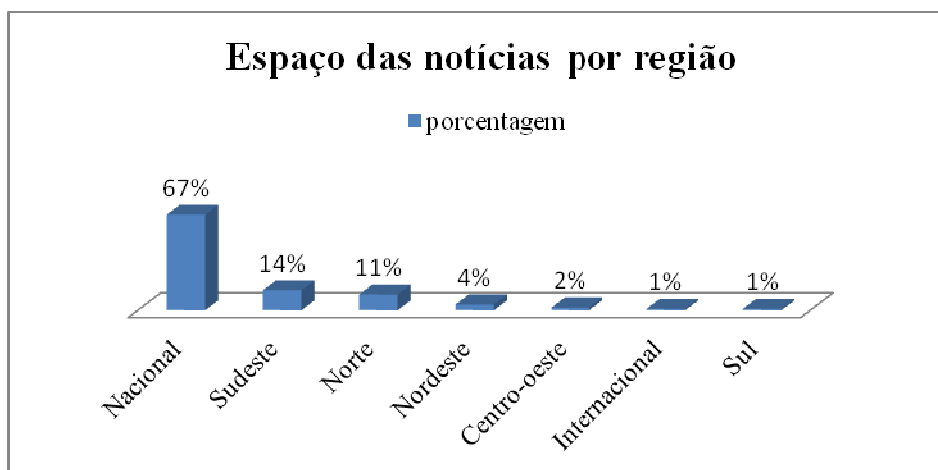
Gráfico 5 - Pluralidade no conteúdo que inclui a sociedade civil (n= 193 notícias)
em cm x col. (espaço total = 15.683 cm x col.)



Para completar o panorama do conteúdo estudado, as notícias foram classificadas de acordo com as regiões que suas temáticas abordaram. Por exemplo, em caso de assuntos relativos ao Rio de Janeiro e a São Paulo, a notícia foi classificada como Sudeste. Já em fatos ocorridos no Pará, a notícia foi categorizada como Norte. Entretanto, se num evento ocorrido em São Paulo a presidente Dilma Rousseff comenta um acontecimento de Santa Catarina, por exemplo, e a notícia era focada no acontecimento, ela foi classificada como Sul. Por outro lado, em assuntos de interesse de todo país, como decisões do Governo Federal sobre os programas contra a miséria, por exemplo, foram classificadas como Nacionais. Os assuntos relativos a outros países ou a relação do Brasil com outras nações, foram classificados como Internacionais.

Como pode ser visto no Gráfico 6, embora a *Folha de S. Paulo* esteja sediada em São Paulo, as notícias de política se concentram entre aquelas com enfoque nacional (67%). Isso ocorre porque o noticiário político do jornal se concentra bastante nas ações e decisões do Governo Federal e do Congresso Nacional.

Gráfico 6 - Espaço (cm x col.) ocupado pelas notícias de acordo com a procedência dos assuntos



As notícias a respeito da região Sudeste, a segunda mais recorrente no conteúdo estudado, representam 14% do conteúdo. Esse resultado demonstra que apesar da localização do jornal *Folha de S. Paulo*, as notícias relativas à política paulistana nas páginas de Poder são pouco representativas em relação à política nacional.

A região Norte aparece como a terceira mais representativa, apesar de representar apenas 11% do conteúdo. Isso ocorreu em função de uma cobertura ampla do jornal de alguns casos de assassinatos no campo no Norte do País, especialmente no Pará. O veículo acompanhou o caso com diversas notícias sobre o tema, conforme apontado anteriormente.

Nessa etapa buscou-se apresentar um perfil do noticiário político que inclui a sociedade civil para que se possam conhecer os valores-notícias utilizados na seleção das notícias da editoria Poder. A discussão de todos os resultados será apresentada no próximo capítulo. Em seguida, são apresentados os enquadramentos utilizados no conteúdo em estudo.

3.2.2 Enquadramentos da sociedade civil

Na segunda fase deste trabalho busca-se conhecer quais enquadramentos estão presentes nas notícias que incluem a sociedade civil com o propósito de conhecer os enfoques oferecidos ao conteúdo. Para isso, utilizou-se como base os modelos de enquadramento apresentados por Iyengar (1991), Semetko e Valkenburg (2000) e Porto (2004) apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

Em uma investigação sobre como a televisão cobre a política e influencia a opinião pública, Iyengar (1991, p. 14) propõe dois tipos de enquadramentos: os “enquadramentos episódicos”, que são focados em eventos específicos, e os “enquadramentos temáticos”, que destacam um nível de contexto analítico mais geral, que não se restringe apenas aos fatos.

Semetko e Valkenburg (2000) trabalharam com cinco modelos de *frames* em uma investigação do noticiário televisivo e impresso holandês durante a cobertura da reunião entre líderes europeus para finalizar um acordo sobre a união monetária, em 1997, na Holanda, conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Os autores trabalharam com os *frames* conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade, também utilizados nesta investigação.

Por sua vez, Porto (2004, p. 91-92) propõe dois modelos de enquadramento para análise de conteúdo: os “enquadramentos noticiosos” e os “enquadramentos interpretativos”, também apresentados no primeiro capítulo. E na presente pesquisa optou-se por trabalhar com o enquadramento noticioso do conteúdo. Optou-se por esses modelos de enquadramentos porque eles são focados nas escolhas, na seleção de aspectos relevantes por parte dos jornalistas e por acreditar que podem proporcionar uma maior abrangência e compreensão da forma como a sociedade civil é incluída cotidianamente no noticiário da editoria Poder do jornal *Folha de S. Paulo*.

Dessa forma, primeiro será apresentada a incidência dos *frames* no conteúdo como um todo, individualmente, e em seguida, a incidência de cada um dos enquadramentos nas temáticas presentes no conteúdo, apresentadas anteriormente. Na Tabela 2, é possível observar que o enquadramento Episódico se destaca no noticiário em estudo, presente em mais de 80% do conteúdo. O Temático, por sua vez, aparece em menos de 20%. Por terem sentidos opostos, a presença de um deles exclui a existência do outro.

Tabela 2 - Presença dos *frames* Episódico e Temático no conteúdo

<i>Frames</i>	cm/ col.	porcentual
Episódico	12.593	80,3%
Temático	3.090	19,7%
Total	15.683	100,0%

Fonte: pesquisa do autor.

Ao usar como base os *frames* propostos por Semetko e Valkenburg (2000), observou-se que o enquadramento Responsabilidade é o que mais aparece no conteúdo, o que reflete a tendência do noticiário de responsabilizar o Estado ou algum indivíduo pelos acontecimentos ou fatos, conforme pode ser conferido na Tabela 3. No conteúdo em estudo, 85% das notícias responsabilizou o Estado ou um indivíduo de forma negativa. Ou seja, algo ruim resultou da ação ou falta de ação do Estado ou indivíduo. Em apenas 15% dos casos alguém foi responsabilizado por algo que teve resultado apresentado pelo jornal como positivo à sociedade. O Governo – em maior parte Federal – foi o grande responsável pelos problemas sociais, segundo o conteúdo estudado.

Tabela 3 - Presença dos *frames* Conflito, Interesse Humano, Consequência Econômica, Moralidade e Responsabilidade

<i>Frames</i>	Espaço ocupado	Porcentual	Espaço total
Responsabilidade	12.588 cm x col.	80,3%	15.683 cm x col.
Conflito	9.852 cm x col.	62,8%	15.683 cm x col.
Consequência econômica	6.777 cm x col.	42,2%	15.683 cm x col.
Interesse humano	6.159 cm x col.	39,3%	15.683 cm x col.
Moralidade	3.557 cm x col.	22,7%	15.683 cm x col.

Fonte: pesquisa do autor.

Em seguida aparece o enquadramento Conflito, presente em 62,8% do conteúdo. A polaridade nas abordagens das notícias é uma das razões para maior representatividade desse frame. Em muitos casos, são colocados não apenas partidos políticos com pontos de vista opostos, mas também especialistas contrários a uma decisão ou proposta do Governo ou Congresso para discutir a questão.

Em função das diversas notícias de política econômica, o frame Consequências econômicas ganha também relevância. Em diversas notícias sobre a alta da inflação especialistas apontam as possíveis consequências das medidas tomadas pelo governo e como isso poderia ou não ampliar o controle da inflação. Por fim, aparecem os *frames* Interesse Humano (39,3%) e Moralidade (22,7%). São bem menos presentes no conteúdo, mas o Interesse humano aparece com características peculiares que serão discutidas adiante. O frame Moralidade é bem pouco presente e aparece muito vinculado a notícias sobre o homossexualismo, por meio de opinião de algumas fontes. Ao contrário da Tabela 2, os *frames* da Tabela 3 não são exclusivos, logo podem aparecer concomitantemente nas notícias. Ao relacionar os enquadramentos com as temáticas do noticiário é possível conhecer com mais detalhe como é enquadrado o conteúdo em estudo e em quais temas os *frames* são mais ou menos incisivos. Para isso, foi avaliada a presença ou ausência deles em cada notícia para compor o espaço ocupado por cada frame em cada temática, que serão apresentados nos itens a seguir.

Enquadramento Episódico – A partir da relação entre o espaço (em cm x coluna) ocupado pelas temáticas e o frame Episódico no conteúdo em estudo foi possível construir a Tabela 4.

Tabela 4 - Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Episódico. Percentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col. (total = 15.683 cm x col.)

Temáticas	Espaço ocupado pela temática	Incidência do frame Episódico na temática	Percentual da incidência do frame na temática
Política econômica	5531 cm x col.	4.616 cm x col.	83,5%
Denúncia	1.970 cm x col.	1.703 cm x col.	86,4%
Mobilização social	1.354 cm x col.	1.234 cm x col.	91,1%
Gente	979 cm x col.	608 cm x col.	62,1%
Evento	903 cm x col.	212 cm x col.	23,5%
Outros	1.025 cm x col.	833 cm x col.	81,3%
Pesquisa	727 cm x col.	701 cm x col.	96,4%

História	621 cm x col.	591 cm x col.	95,2%
Programa de governo	532 cm x col.	464 cm x col.	87,2%
Legislação	495 cm x col.	495 cm x col.	100,0%
Escândalo político	482 cm x col.	466 cm x col.	96,7%
Justiça	431 cm x col.	213 cm x col.	49,4%
Avaliação de governo	421 cm x col.	245 cm x col.	58,2%
Articulação política	212 cm x col.	212 cm x col.	100,0%

Fonte: pesquisa do autor.

Na Tabela 4 é possível perceber que o frame Episódico é bastante frequente em quase todas as temáticas, apresentando a maior incidência na temática Legislação (100%) e menor em Eventos (23,5%).

Esteve presente em todas as notícias da temática Legislação, o que mostra que no conteúdo estudado presente na editoria poder o jornal não se preocupou em contextualizar assuntos que envolveram leis. As notícias dessa temática deveriam contextualizar e esclarecer o leitor sobre novas leis ou mudanças ocorridas nelas, assim como polêmicas geradas por elas. Duas notícias abordam o projeto de lei que obriga que candidato eleito cumpra promessas de campanha, mas não trazem detalhes de como eles seriam punidos, como a sociedade é prejudicada com o descumprimento da lei etc. Embora discuta a questão com representantes da sociedade civil, as notícias foram focadas no fato, sem maior abrangência (CARUSO, 2011a).

O recorte episódico também é muito presente nas temáticas Política econômica, Denúncia, Mobilização Social, Pesquisa, História, Programa de Governo e Escândalo Político. Em todas elas a incidência do frame é maior de 80% do espaço. No primeiro caso, mostra que as notícias relativas à inflação, políticas monetárias e cambiais são mais focadas nos acontecimentos do momento. No período em estudo, o principal assunto foi a inflação e as medidas do governo para controlá-la. O jornal publicou diversas notícias nas quais especialistas comentavam o momento econômico que o país vivia, mas apenas 16,5% foram contextualizadas conforme será discutido adiante no item referente ao frame Temático.

As notícias da temática Denúncia também foram pouco contextualizadas (86,4% episódicas). Do total de 26 notícias dessa temática, 46,2% tratam do assassinato de extrativistas no Pará em função de disputa de terras. Contudo, a maior parte delas (oito) trata apenas das mortes e da situação atual que vivem os trabalhadores do campo. Apenas quatro

notícias contextualizam a disputa de terras no Norte do país explicando porque e desde quando elas existem, assim como se tem sido feito algo na região para acabar com esse tipo de morte. Um caso de irregularidade em obras do governo também se destacou. Em uma das notícias é relatado um caso no Rio Grande do Norte em que uma Ponte foi construída pela segunda vez no mesmo local (FERREIRA, 2011). Moradores da região são entrevistados e as dificuldades causadas pelo fato são abordadas. Entretanto, a notícia não contextualiza o fato com outras obras locais ou mesmo no país, nem se a má estruturação de obras públicas é um fato isolado, nem aborda os desvios de dinheiro em obras como uma questão que ocorre nacionalmente.

Na temática Mobilização Social o frame Episódico é muito evidente (91,1%), pois as notícias tendem a se concentrar apenas nos acontecimentos. No caso de manifestações populares, as notícias tratam rapidamente da causa, mas focam-se em relatar o fato e não o contexto que tem gerado certo tipo de mobilização social, também é restrita a abordagem sobre a maior ou menor mobilização e organização da sociedade civil na contemporaneidade.

Na temática Pesquisa os dados recebem maior relevância, embora o contexto seja importante para que os leitores compreendam o porquê do resultado da pesquisa. Na maior parte do conteúdo (96,4%) os números ou informações específicas são explorados em títulos e chamadas e as notícias se restringem a descrever o resultado das pesquisas comportamentais ou de opinião. Como as notícias estudadas incluem a sociedade civil, especialistas comentam os dados apresentados, mas sem abrangência de contexto.

Embora notícias de História pressuponham contextualização, a maioria das notícias (95,2%) dessa temática aborda um fato em específico. Uma notícia sobre Militares que pretendem censurar novela sobre repressão é um exemplo. Apresentada em curto espaço, não oferece contexto histórico nem discussão, que poderia ser ampla, sobre o assunto (MILITARES..., 2011). Outro caso é o anúncio de que os processos da ditadura ficariam disponíveis on-line. Ainda que histórica, a notícia restringe-se a descrever a novidade, sem contextualizar o porquê os documentos ainda não tinham sido divulgados etc. (MAGALHÃES, 2011).

Em Programa de governo, a metade das notícias é centrada na apresentação do programa e nos benefícios previstos para a população. O contexto em que esse programa será aplicado e a real necessidade dele por parte da população são contextualizações quase inexistentes no conteúdo em estudo (12,8%).

Dentre as seis notícias presentes na temática Escândalo político, cinco apresentam frame Episódico. Ou seja, a maioria das notícias que inclui a sociedade civil no Caso Palocci

é apresentada ao leitor com foco no acontecimento, no caso de corrupção ou sobre a novidade que surge no caso, sem contextualizar os fatos. As notícias tratam de aspectos do caso separadamente. Uma delas aborda a questão do conflito de interesses existente em o então ministro Antonio Palocci possuir uma consultoria e trabalhar em órgãos públicos ao mesmo tempo, outra aborda a reação dos mercados com a saída do ministro do cargo (CONSULTORIA..., 2011; CARNEIRO, 2011c). Elas são apresentadas e discutidas aos pedaços, como uma novela em que o leitor tem que acompanhar dia a dia ou se perde na história.

As temáticas Gente, Outros, Justiça e Avaliação de governo apresentam média incidência do frame Episódico, as quais aparecem em menos de 80% do conteúdo. Na temática Gente, em 62,1% das notícias são abordados assuntos pontuais e momentâneos sobre uma pessoa, por isso a tendência ao uso do frame Episódico. Notícias sobre a saúde da presidente e de políticos, novos rumos na vida do ex-presidente Lula, dentre outras questões, são comuns à temática.

Composto de grande diversidade de assuntos, a temática Outros relata casos de assassinatos cotidianos, plebiscito sobre voto em lista fechada, viagens internacionais da presidente Dilma Rousseff, acidente, realização de casamento coletivo gay, dentre outros. A abordagem factual dos temas também propicia a utilização do frame Episódico.

No caso da temática Justiça, as notícias abordam decisões judiciais ou processos em andamento. Apenas duas notícias englobam questões em envolvem a Justiça e suas demandas. Por isso, o recorte das notícias é voltado para a decisão do dia, muitas vezes apresentadas em pequenas notas nas páginas, sem discussão do assunto. Em notícia em que TJ investiga magistrados por baixa produtividade, inúmeras questões poderiam contextualizar o assunto, como a cultura de se trabalhar pouco no serviço público ou mesmo o déficit de funcionários no setor, dentre outras possibilidades. Contudo, a notícia é focada na investigação em específico (RONCAGLIA, 2011).

Embora apresente apenas quatro notícias e duas delas contenham frame Episódico, na temática Avaliação de governo as notícias relatam a atuação de um político em seu cargo, em um momento em específico. Quase não há contextualização sobre o histórico de atuação de políticos no cargo em situações anteriores, o que ajudaria ao leitor a ter uma referência.

Embora pareça contraditório, a temática Evento apresentou o menor índice de frame Episódico. Isso ocorreu porque nessa temática está presente também na agenda de eventos de instituições, notícias as quais ganharam contextualização. Nas notícias com enquadramentos

episódicos foram relatados fatos já ocorridos ou anunciaram comemorações que estavam próximas a ocorrer, como a Festa do Dia do Trabalhador.

Enquadramento Temático – Por ser oposto ao Episódico, o frame Temático é pouco frequente na maior parte das temáticas, sendo inexistente na temática Legislação (0%) e Articulação política (0%). A incidência maior, contudo, aparece em Evento (76,5%), como pode ser conferido na Tabela 5.

Tabela 5 - Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Temático. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col. (total = 15.683 cm x col.)

Temáticas	Espaço ocupado pela temática	Incidência do frame Temático na temática	Porcentual da incidência do frame na temática
Política econômica	5531 cm x col.	915 cm x col.	16,5%
Denúncia	1.970 cm x col.	267 cm x col.	13,6%
Mobilização social	1.354 cm x col.	120 cm x col.	8,9%
Gente	979 cm x col.	371 cm x col.	37,9%
Evento	903 cm x col.	691 cm x col.	76,5%
Outros	1.025 cm x col.	192 cm x col.	18,7%
Pesquisa	727 cm x col.	26 cm x col.	3,6%
História	621 cm x col.	30 cm x col.	4,8%
Programa de governo	532 cm x col.	68 cm x col.	12,8%
Legislação	495 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Escândalo político	482 cm x col.	16 cm x col.	3,3%
Justiça	431 cm x col.	218 cm x col.	50,6%
Avaliação de governo	421 cm x col.	176 cm x col.	41,8%
Articulação política	212 cm x col.	0 cm x col.	0,0%

Fonte: pesquisa do autor.

O frame Temático é bastante evidente no tema Evento porque, como afirmado antes, alguns assuntos relativos à agenda de instituições são abordados de forma mais contextualizada. Um exemplo é uma entrevista de duas páginas com João Pedro Stedile, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST). Além de discutir as questões do movimento a notícia destacou o Abril Vermelho, mês em que os sem

terra intensificam as invasões de terras improdutivas pelo país para lembrar o massacre ocorrido no Pará, em 1996, e a necessidade de reforma agrária no país (LUCENA, 2011).

Há, nas temáticas Gente (37,9%), Justiça (50,6%) e Avaliação de Governo (41,8%), média incidência do frame Temático. Ao tratar da vida atual de um ex-líder do MST, de um ex-líder do governo durante a descoberta de casos de corrupção no Governo Lula em 2005 – caso conhecido como ‘mensalão’ – e da morte de um político, as notícias da temática Gente apresentaram um contexto mais amplo. Na temática Justiça o frame é Temático nas questões relativas à segurança dos juízes federais e decisão a respeito de uso de grampos em julgamentos (STRUCK, 2011; COUTINHO, 2011). Em Avaliação de Governo, a discussão sobre a atuação da então recém-eleita presidente Dilma Rousseff por um especialista e a atuação do Governo Lula diante de entidades parceiras ocorrem de maneira mais ampla, o que levou a presença do frame Temático (MACHADO, 2011; LULA..., 2011).

As temáticas Política Econômica, Denúncia, Mobilização Social, Outros, Pesquisa, História, Programa de Governo e Escândalo Político apresentaram incidência do frame Temático menor que 20%. Em Política econômica três notícias relacionadas à inflação ganham frame Temático, por explicarem detalhadamente a situação econômica daquele momento, assim como por contextualizarem os acontecimentos. Com uma notícia de quase página inteira, explicou-se, por exemplo, porque a alta da gasolina representava em abril de 2011 uma pressão a mais sobre a inflação e quando isso passou a ocorrer (CARNEIRO, 2011d).

Em Denúncia, apenas duas notícias têm frame Temático. Ambas retratam mortes no campo, contudo com contexto, explicando desde quando as mortes acontecem, onde ocorre e a situação atual dos casos. Na temática Mobilização social, o frame Temático aparece ao tratar das dificuldades enfrentadas pelos índios no Parque do Xingu, a situação atual do parque e como ele era no passado. Em Outros, assuntos religiosos como a beatificação de Irmã Dulce e os novos desafios da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assim como um evento de moda ganham um pouco mais de contexto.

O resultado de uma pesquisa que explica alta renda em Niterói leva a temática Pesquisa a ter uma leve (3,6%) incidência do frame Temático. Relatos sobre a experiência do Brasil na 2ª Guerra Mundial também proporcionou um pouco mais de contexto à temática História. Em Programa de governo, o frame Temático está presente por meio de notícia que aborda a necessidade do país investir em energia (COIMBRA, 2011). Da mesma maneira, em Escândalo Político uma notícia que discute o não explicado enriquecimento do então ministro

Antonio Palocci leva a temática a ter um pouco mais de contexto. A temática Legislação e Articulação Política não apresentam o frame Temático (ENRIQUECER..., 2011).

Enquadramento Conflito – Conforme pode ser observado na Tabela 6, esse frame ganha destaque na temática História (100%) e apresenta índices mais baixos em Pesquisa (3,6%). É bastante evidente em História porque no conteúdo em estudo os assuntos mais comuns a essa temática foram guerras passadas, conflito atual – como a luta do MST – e busca pela divulgação de informações do período da ditadura militar.

Tabela 6 - Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Conflito. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col. (total = 15.683 cm x col.)

Temáticas	Espaço ocupado pela temática	Incidência do frame Conflito na temática	Percentual da incidência do frame na temática
Política econômica	5.531 cm x col.	2.484 cm x col.	44,9%
Denúncia	1.970 cm x col.	1.960 cm x col.	99,5%
Mobilização social	1.354 cm x col.	1.346 cm x col.	99,4%
Gente	979 cm x col.	504 cm x col.	51,7%
Evento	903 cm x col.	617 cm x col.	68,3%
Outros	1.025 cm x col.	601 cm x col.	58,6%
Pesquisa	727 cm x col.	26 cm x col.	3,6%
História	621 cm x col.	621 cm x col.	100,0%
Programa de governo	532 cm x col.	464 cm x col.	87,2%
Legislação	495 cm x col.	285 cm x col.	57,6%
Escândalo político	482 cm x col.	282 cm x col.	58,5%
Justiça	431 cm x col.	283 cm x col.	65,7%
Avaliação de governo	421 cm x col.	245 cm x col.	58,2%
Articulação política	212 cm x col.	134 cm x col.	63,2%

Fonte: pesquisa do autor.

Denúncia, Mobilização social e Programa de governo também são temáticas em que o Conflito é intenso. No caso de Denúncia, os assuntos dessa temática são naturalmente propícios ao frame Conflito. Os assassinatos de extrativistas se destacam no conteúdo, que conta também com casos de irregularidades em obras públicas, nos quais as notícias são apresentadas no formato acusação versus defesa. Da mesma maneira, o frame Conflito é

quase intrínseco à temática Mobilização social porque esta retrata, na maioria das vezes, a população lutando por direitos, questionando circunstâncias contra o Estado ou alguma instituição, ou ainda por ou contra decisão judicial ou legislação. Em Programa de governo, o conflito aparece saliente nos discursos, uma vez que são assuntos em que as notícias avaliam a situação de alguns programas, questionando decisões ou prazos do governo.

Política econômica (44,9%), Gente (51,7%), Evento (68,3%), Outros (58,6%), Legislação (57,6%), Escândalo político (58,5%), Justiça (65,7%), Avaliação de Governo (58,2%) e Articulação política (63,2%) apresentam média incidência do frame Conflito. No caso de Política econômica, o conflito está presente nos discursos dos especialistas que são contra algumas medidas do governo para controlar a inflação. Nas notícias os discursos são polarizados, contrapondo as ações do governo. Na temática Gente, o conflito está presente em notícias que abordam a vida de políticos como do deputado Jair Bolsonaro e do ex-governador do Rio de Janeiro Cesar Maia, em que atitudes deles são questionadas ou discutidas por fontes ouvidas pelo jornal.

A abordagem de temas polêmicos na temática Evento como ações do MST, a liberdade de imprensa e planos do então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab para a cidade e para o partido que estava fundando, o PSD, geram o frame Conflito, por apresentarem discursos divergentes nas notícias. Casos de assassinatos, o massacre de camponeses por policiais em Eldorado dos Carajás (PA) em 1996, a discussão de autorregulação dos jornais, a questão da insegurança dos juízes federais, dentre diversos outros assuntos, aumentam os índices de incidência do conflito na temática Outros.

Na temática Legislação, a discussão de projeto de lei que acaba com sigilo eterno de documentos – em tramitação no Congresso no período em estudo –, a lei que obriga o político eleito a cumprir promessas de campanha e a reprodução *in vitro* geraram polêmica no noticiário e por isso frame de Conflito nos discursos. No caso da temática Escândalo político, há naturalmente grande possibilidade de apresentar o frame Conflito por se tratar de notícias que acusam alguém de alguma irregularidade. Dessa forma, metade das notícias da temática é apresentada em ambiente polarizado que contém ao menos dois lados conflitantes.

De forma similar, na temática Justiça, as notícias relativas à decisão judicial oferecem à temática o frame Conflito, pois necessariamente partem de alguma disputa por razão. Em uma das notícias é discutida a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de invalidar as escutas da operação Castelo de Areia. Diversos pontos de vistas conflitantes foram apresentados, proporcionando ampla discussão do tema, contudo com um recorte conflitante. Outras notícias sobre decisões mais simples possuem a mesma saliência.

Em Avaliação de governo, as críticas à atuação de políticos com cargos no Estado e a defesa dos mesmos também são propícios ao frame Conflito. Na temática Pesquisa, o frame em discussão aparece por meio de uma notícia que ao tratar das desigualdades do país, discute a alta renda dos moradores de Niterói (RJ). Nela, os moradores da cidade reclamam da excessiva migração para a região que estaria reduzindo a qualidade de vida do local, enquanto um grande número de cariocas se muda para a cidade.

Na temática Articulação política o frame Conflito aparece em duas circunstâncias. Uma delas é a reclamação de entidades representantes dos gays pelo recuo do Governo Federal em distribuir kits anti-hemofobia nas escolas públicas (PINHO, 2011). O recuo foi justificado pela notícia como uma negociação entre Governo e parlamentares da bancada evangélica para que o então ministro Antônio Palocci, acusado de enriquecimento ilícito no período, não fosse convocado para depor no Congresso. O outro caso aborda uma avaliação aplicada aos alunos da rede pública de Minas Gerais. Nela uma questão relaciona o ex-presidente Lula e sindicalistas à corrupção. Na notícia há uma discussão conflituosa sobre o assunto (VIZEU, 2011).

Enquadramento Interesse humano – Esse frame apresenta maior evidência na temática História (98,7%) e é inexistente em Articulação política, Programa de Governo e Escândalo político, conforme pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 - Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Interesse Humano. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col. (total = 15.683 cm x col.)

Temáticas	Espaço ocupado pela temática	Incidência do frame Interesse Humano na temática	Porcentual da incidência do frame na temática
Política econômica	5.531 cm x col.	375 cm x col.	6,8%
Denúncia	1.970 cm x col.	1.803 cm x col.	91,5%
Mobilização social	1.354 cm x col.	1.148 cm x col.	84,8%
Gente	979 cm x col.	626 cm x col.	63,9%
Evento	903 cm x col.	554 cm x col.	61,4%
Outros	1.025 cm x col.	345 cm x col.	33,7%
Pesquisa	727 cm x col.	71 cm x col.	9,8%
História	621 cm x col.	613 cm x col.	98,7%
Programa de governo	532 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Legislação	495 cm x col.	210 cm x col.	42,4%
Escândalo político	482 cm x col.	0 cm x col.	0,0%

Justiça	431 cm x col.	284 cm x col.	65,9%
Avaliação de governo	421 cm x col.	130 cm x col.	30,9%
Articulação política	212 cm x col.	0 cm x col.	0,0%

Fonte: pesquisa do autor.

Na maior parte do conteúdo de História são relatados fatos com a presença de personagens, por isso a grande incidência desse frame. Duas notícias sobre os soldados brasileiros na 2ª Guerra Mundial e outra sobre uma menina fotografada em plena ditadura militar no Brasil se recusando a cumprimentar o General Figueiredo ilustram alguns dos casos publicados (MIOTO, 2011; MAGENTA, 2011).

O *frame* Interesse Humano é também bastante saliente na temática Denúncia (91,5%) porque o caso dos assassinatos de extrativistas no Pará, um dos assuntos mais frequentes, baseou-se no relato da vida das vítimas e dos moradores da região que se sentiam ameaçados. Em casos de obras públicas em situação irregular, o conteúdo também se baseou no relato de personagens para ilustrar como a falta de fiscalização gerou prejuízos a cidadãos brasileiros. No caso de Mobilização social, um grande número de notícias conta com personagens e questões que tocam a vida dos cidadãos, conforme a definição de Semetko e Valkenburg (2000), por isso o frame Interesse humano ganhou relevância.

As temáticas Gente (63,9%), Evento (61,4%), Outros (33,7%), Legislação (42,4%), Justiça (65,9%) e Avaliação de governo (30,9%) apresentaram média evidência do frame Interesse humano. A temática Gente, apresenta tendência ao frame Interesse humano, uma vez que aborda a vida de pessoas que pertencem ou pertenceram ao campo político. A exceção é centrada em notícias que abordam mais questões políticas do que a própria vida dos agentes políticos. No caso de Evento, notícia sobre uma sabatina realizada pela *Folha de S. Paulo* com o então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, citada anteriormente, contou com personagens que participaram do evento e fizeram avaliações das discussões. Outra notícia – também já citada anteriormente – aborda a realidade do MST a partir de entrevista com um dos coordenadores, João Pedro Stedile (KASSAB..., 2011).

Na temática Outros, casos de assaltos, assassinatos, casamento gay coletivo dentre outras questões contaram com o relato da vida de pessoas, o que tornou a temática mais humanizada. Em Legislação, um único caso, sobre fertilização *in vitro*, também citado na discussão do frame anterior, contou com o Interesse humano, por meio do relato da vida de personagens que passaram pelo procedimento, tiveram três filhos e gostariam de levar apenas

duas para casa. Em Justiça, casos de decisões ou processos judiciais que envolvem a vida de pessoas de forma direta contêm o frame Interesse Humano. Uma delas trata de processo da família do jornalista Joel Silveira que busca provar que ele foi à Guerra junto às tropas brasileiras e resgatar a indenização a que ele teria direito e foi suspensa quando ele ainda era vivo (STRUCK, 2011). No caso de Avaliação de governo, em notícia sobre discussão da ministra da Cultura Ana de Hollanda com a classe cultural sobre decisões tomadas pelo governo no setor contou com personagens e assuntos que tocam a vida das pessoas, por isso contou com o frame em discussão.

Em Política econômica, notícias sobre a inflação que contaram com personagens ofereceram, ao menos, uma leve incidência (6,7%) do frame Interesse humano à temática, geralmente composta de especialistas em economia, representantes do governo e resultados de pesquisa como fontes. Os personagens ilustraram as notícias de forma a humanizar o conteúdo e esclarecer como algumas questões econômicas influenciam na vida do consumidor e contribuinte.

Na temática Pesquisa houve pouca incidência do frame Interesse Humano. Dentre as notícias que apresentaram um recorte mais humanizado, uma delas aborda resultado de pesquisa que aponta que jovens brasileiros estão estudando mais antes de entrar no mercado de trabalho. Além dos dados, o caso conta com história de um personagem (SCHREIBER, 2011).

Enquadramento Consequência econômica – Em função da proximidade de enfoques, o frame Consequência econômica apresenta maior incidência na temática Política econômica (98%), contudo devido a sua especificidade em questões econômicas, apresenta inexistência nas temáticas Articulação política, Gente, Evento, História, Legislação e Justiça, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8 - Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Consequência Econômica. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col. (total = 15.683 cm x col.)

Temáticas	Espaço ocupado pela temática	Incidência do frame Cons. econômica na temática	Porcentual da incidência do frame na temática
Política econômica	5.531 cm x col.	5.421 cm x col.	98,0%
Denúncia	1.970 cm x col.	54 cm x col.	2,7%
Mobilização social	1.354 cm x col.	78 cm x col.	5,8%
Gente	979 cm x col.	0 cm x col.	0,0%

Evento	903 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Outros	1.025 cm x col.	90 cm x col.	8,8%
Pesquisa	727 cm x col.	529 cm x col.	72,8%
História	621 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Programa de governo	532 cm x col.	376 cm x col.	70,7%
Legislação	495 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Escândalo político	482 cm x col.	114 cm x col.	23,7%
Justiça	431 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Avaliação de governo	421 cm x col.	115 cm x col.	27,3%
Articulação política	212 cm x col.	0 cm x col.	0,0%

Fonte: pesquisa do autor.

Esse *frame* é bastante evidente na temática Política Econômica em função dos assuntos abordados nela. Em geral, especialistas comentam a situação da política cambial, política monetária e medidas tomadas pelo governo para conter a inflação, em alta no período em estudo, abordando as consequências econômicas das medidas para o país.

No caso de Pesquisa, os dados e números apresentados em notícias sobre o nível de desemprego, por exemplo, são diversas vezes também interpretados por especialistas, prevendo as consequências econômicas no cenário brasileiro. O caso da temática Programa de governo é parecido, uma vez que as notícias avaliam os planos de governo e de que forma interferem na economia positiva ou negativamente, especialmente aqueles que lidam com a renda dos brasileiros. O uso de especialistas também é comum a esse conteúdo.

Há uma baixa incidência do *frame* Consequências econômicas nas temáticas Denúncia (2,7%), Mobilização Social (5,8%), Outros (8,8%), Escândalo político (23,7%) e Avaliação de governo (27,3%). No caso de Denúncia, uma matéria que aborda novo modelo para licitações da Copa faz avaliações sobre questões econômicas como consequência, gerando o *frame* em questão para a temática (CASTILHO, 2011). Em Mobilização social, notícia sobre manifestação popular contra mudanças nas regras da previdência social propostas pelo governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, apresenta as consequências econômicas das mudanças para os cofres públicos (BÄCHTOLD, 2011).

Na temática Outros, duas notícias distintas trazem o *frame* Consequência econômica. Uma delas aborda os altos preços das grifes brasileiras que levam consumidores em alta renda

a comprar roupas no exterior, e outra aborda a troca de favores entre políticos com cargo no Estado e empresários (ANGELO, 2011; FRANCO, 2011). Em Escândalo Político, notícias que abordam a avaliação dos investidores estrangeiros sobre o Caso Palocci trazem as possíveis consequências econômicas do caso de corrupção para os negócios no país. Por sua vez, em Avaliação de governo, caso sobre as renúncias fiscais oferecidas pelo Governo de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro a empresários oferece o frame Consequência econômica à temática.

Moralidade - O enquadramento Moralidade apresenta maior evidência na temática Articulação política (100%) e é inexistente em Política Econômica, Pesquisa e Programa de Governo, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 - Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Moralidade. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col. (total = 15.683 cm x col.)

Temáticas	Espaço ocupado pela temática	Incidência do frame Moralidade na temática	Porcentual da incidência do frame na temática
Política econômica	5.531 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Denúncia	1.970 cm x col.	1.656 cm x col.	84,0%
Mobilização social	1.354 cm x col.	176 cm x col.	13,0%
Gente	979 cm x col.	246 cm x col.	25,1%
Evento	903 cm x col.	312 cm x col.	34,6%
Outros	1.025 cm x col.	42 cm x col.	4,1%
Pesquisa	727 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
História	621 cm x col.	8 cm x col.	1,3%
Programa de governo	532 cm x col.	0 cm x col.	0,0%
Legislação	495 cm x col.	311 cm x col.	62,8%
Escândalo político	482 cm x col.	396 cm x col.	82,2%
Justiça	431 cm x col.	63 cm x col.	14,6%
Avaliação de governo	421 cm x col.	135 cm x col.	32,1%
Articulação política	212 cm x col.	212 cm x col.	100,0%

Fonte: pesquisa do autor.

O recorte de Moralidade está presente em todas as notícias da temática Articulação política porque as notícias mostram as negociações entre políticos, mas em todos os casos

presentes, elas permeiam em questões morais, seja pelo discurso seja pelas ações das fontes. Uma das notícias aborda a escolha do pastor Bel como suplente do senador Lobão Filho – internado no período em estudo após grave acidente – na Casa legislativa (BALLOUSSIER, 2011). Na notícia, um cunhado do pastor foi consultado como fonte e além de abordar questões religiosas, afirmou que as relações entre homens e mulheres são constituídas não pelos homens, mas por Deus.

Em Denúncia o *frame* Moralidade é evidente em 84% do conteúdo, especialmente em notícias relativas à corrupção, a casos de irregularidade e ao assassinato de extrativistas no Pará. No último caso, a notícia mostra como o valor da vida tem sido comparado ao das terras em disputa na região. Por tratar de atos de corrupção, a temática Escândalo político também contém grande incidência (82,2%) do *frame* Moralidade. Todas as notícias da temática contam com a mensagem de que corruptos devem ser punidos.

As temáticas Legislação (62,8%), Evento (34,6%) e Avaliação de governo (32,1%) apresentam média incidência do *frame* Moralidade. Em Legislação, notícia sobre reprodução *in vitro* que aborda o desejo dos pais de trigêmeos de deixar uma das crianças no hospital contém o recorte de Moralidade, em que o comportamento dos pais é questionado. A discussão do projeto que obriga políticos eleitos a cumprirem promessas de campanha também traz o *frame* de Moralidade, com a mensagem de que isso deveria ser um compromisso moral natural dos políticos.

Em Evento, notícia sobre sabatina com o prefeito de São Paulo Gilberto Kassab conta com o *frame* Moralidade quando o entrevistado aborda a questão das drogas na cidade. Deixa a mensagem de que a sociedade foi vencida na batalha contra as drogas. As verbas e cargos concedidos pelo Governo Lula a entidades parceiras são questionadas na temática Avaliação de governo, e um dos recortes usados na abordagem é o de Moralidade, devido à sugestão de trocas de favores presente na notícia.

Gente (25,1%), Justiça (14,6%), Mobilização social (13%), Outros (4,1%) e História (1,3%) apresentam pequena evidência do *frame* Moralidade. A conduta do deputado Jair Bolsonaro, que demonstrou preconceito contra negros e homossexuais em entrevista a um programa de televisão, e a atuação como empresário de um ex-líder do governo no período que surgiram as denúncias de corrupção no governo Lula, em 2005 no caso conhecido como Mensalão, foram tratados com *frame* Moralidade na temática Gente.

Em um dos casos da temática Justiça, um servidor promete questionar sua exoneração na Justiça porque foi demitido por ter feito parte de um filme erótico no passado. A notícia questiona o conservadorismo do governo do Paraná (SERVIDOR..., 2011). Em Mobilização

social, o frame Moralidade se manifesta por meio da manifestação de evangélicos Marcha para Jesus para São Paulo, assim como por meio de notícia sobre a invasão da Câmara de Vereadores de Natal por manifestantes que protestavam contra denúncias de corrupção contra a prefeita da cidade.

Em História, a tentativa de censura por parte do Militares de novela que aborda a repressão é tratada com frame Moralidade. Na temática Outros, o pedido dos partidos de oposição para que a realização de favores de empresas privadas a políticos com cargos eletivos se torne ilegal também recebe o recorte de Moralidade.

Enquadramento Responsabilidade – O frame Responsabilidade é bastante frequente na maioria das temáticas, apresentando 100% de incidência em Programa de Governo, Legislação e Avaliação de Governo, principalmente por relacionar a responsabilidade dos acontecimentos ao Estado. O enquadramento é menos incisivo na temática Pesquisa (25%), como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 - Relação entre as temáticas do conteúdo em estudo e o frame Responsabilidade. Porcentual com base no espaço ocupado pelas notícias em cm x col. (total = 15.683 cm x col.)

Temáticas	Espaço ocupado pela temática	Incidência do frame Responsabilidade na temática	Porcentual da incidência do frame na temática
Política econômica	5531 cm x col.	4.910 cm x col.	88,8%
Denúncia	1.970 cm x col.	1.881 cm x col.	95,5%
Mobilização social	1.354 cm x col.	1.095 cm x col.	80,9%
Gente	979 cm x col.	318 cm x col.	34,8%
Evento	903 cm x col.	797 cm x col.	88,3%
Outros	1.025 cm x col.	630 cm x col.	61,5%
Pesquisa	727 cm x col.	182 cm x col.	25,0%
História	621 cm x col.	343 cm x col.	55,2%
Programa de governo	532 cm x col.	532 cm x col.	100,0%
Legislação	495 cm x col.	495 cm x col.	100,0%
Escândalo político	482 cm x col.	466 cm x col.	96,7%
Justiça	431 cm x col.	384 cm x col.	89,1%
Avaliação de governo	421 cm x col.	421 cm x col.	100,0%
Articulação política	212 cm x col.	134 cm x col.	63,2%

Fonte: pesquisa do autor.

Todos os assuntos abordados na temática Programa de Governo atribuem responsabilidade ao governo sobre aspectos que são destacados como deficientes ou negativos nos programas apresentados, por isso o *frame* em discussão é bastante evidente. O mesmo ocorre com a temática Avaliação de governo, em que são apresentadas críticas contra ações do governo e políticos que ocupam cargos no Estado e esses políticos e o governo são responsabilizados pelos problemas apontados. Em Legislação, as discussões em torno de Projetos de Leis, leis ou problemas causados por elas são atribuídos ao Congresso ou parlamentares em específico.

Escândalo Político (96,7%), Denúncia (95,5%), Justiça (89,1%), Mobilização Social (80,9%), Política econômica (88,8%) e Evento (88,3%) também apresentam bastante incidência do *frame* Responsabilidade, conforme pode ser conferido na Tabela 9. No caso de Escândalo Político, o governo é responsabilizado por contar com um caso de corrupção na equipe de confiança, especialmente um cargo tão importante quanto o de ministro da Casa Civil. Até a possibilidade de recuo de investimentos no país por falta de confiança é abordada nas notícias. Em Denúncia, os assassinatos de extrativistas no Pará contam com o *frame* Responsabilidade ao abordar a ausência do Estado na região e a falta de competência ou simplesmente atenção na investigação das mortes. No caso de irregularidade em obras do governo ocorre algo parecido, uma vez que a falta de fiscalização por parte do Estado leva a desvios de dinheiro e maus tratos a funcionários.

Na temática Justiça, problemas em decisões judiciais e deficiências relativas ao Judiciário atribuem responsabilidade a esse poder. Apenas uma das notícias atribui responsabilidade ao Executivo ao questionar a falta de investimento na segurança de juízes federais ameaçados por julgarem casos que envolvem criminosos de alta periculosidade (STUCK, 2011). Em Mobilização social, a responsabilidade das insatisfações presentes em manifestações e atos da sociedade civil é geralmente atribuída ao Estado. A greve dos juízes federais, as invasões dos sem terras que lutam pela reforma agrária, a manifestação de cidadãos no bairro Higienópolis, em São Paulo, pelo metrô na região são exemplos de atribuições de responsabilidade dos problemas sociais ao governo, seja em instância federal, estadual ou municipal.

A responsabilidade pelas consequências das medidas tomadas pelo Banco Central para controlar a inflação – alta no período do estudo – foram atribuídas ao Governo Federal na temática Política econômica. Quase que diariamente alguma notícia da temática questionou e responsabilizou o Governo pela alta dos preços para o consumidor e a alta de juros. Na temática Evento, o prefeito de São Paulo Gilberto Kassab foi responsabilizado por problemas

enfrentado pelos cidadãos na cidade de São Paulo. Em outra notícia blogueiros responsabilizaram o Estado pela falta de um marco regulatório da mídia durante evento do Governo Federal (BLOGUEIROS..., 2011).

Nas temáticas Articulação política (63,2%), Outros (61,5%), História (55,2%) e Gente (32,5%), o frame Responsabilidade aparece com média evidência. Em Articulação política, o governo foi responsabilizado pelo recuo na distribuição de kits anti-homofobia nas escolas públicas, conforme citado anteriormente. A articulação entre governo e parlamentares da base evangélica para que o então ministro Antonio Palocci não fosse chamado para depor na Câmara dos Deputados foi a justificativa apresentada pela notícia como responsável pelo recuo. Em Outros, nos assuntos relacionados à violência a responsabilidade foi atribuída ao Estado e por não oferecer suficiente segurança. No caso do massacre de sem terras em Eldorado dos Carajás ocorrido em 1996, a responsabilidade foi atribuída a um coronel da polícia, mas a defesa dele negou que tenha ordenado que os policiais atirassem. Na temática História, uma das notícias foge um pouco do padrão ao usar o *frame* Responsabilidade (MAGALHÃES, 2011). Relata que os processos da ditadura ficarão *on-line* e responsabiliza positivamente a Igreja Católica por ter guardado os documentos no período do regime militar, o que possibilitou a existência deles na contemporaneidade e o sua consequente disponibilização *on-line*.

Em Gente, uma notícia relata isolamento de ex-governador Cesar Maia de seu grupo político e atribui responsabilidade ao próprio político. Segundo a notícia, ele teria se afastado dos aliados, saiu do partido que fazia parte, o DEM, e se aproximou de um inimigo político de décadas. Esse é um dos poucos casos em que a responsabilidade é atribuída a um indivíduo. Na maioria dos casos do conteúdo em estudo o Estado é o responsável pelos problemas, conforme foi constatado também em estudos utilizados como referências para este trabalho e que serão discutidos na próxima seção.

Na temática Pesquisa, moradores de Niterói responsabilizam o crescimento da cidade, apresentado em números, pelo trânsito e problemas que passam a enfrentar no cotidiano devido ao maior número de pessoas na cidade. A infraestrutura não oferecida pelo Estado está por trás da crítica ao crescimento.

Este capítulo buscou apresentar os resultados obtidos na pesquisa empírica realizada no noticiário político da *Folha de S. Paulo* no período consecutivo de três meses, o que resultou em um *corpus* de 1.141 notícias. Dentre os principais resultados, observou-se que a sociedade civil está presente – como personagem ou como centro das discussões – em 17% das notícias. A partir disso, constatou-se que dentre as 14 temáticas observadas no conteúdo

estudado, as que mais se destacaram foram Política econômica, Denúncia e Mobilização social. Ainda nesse universo, foram destacados os principais valores-notícias de Hall e colaboradores (1993), Lage (1982) e Wolf (1987) presentes nas temáticas.

Em um segundo momento da pesquisa, investigou-se os enquadramentos presentes nas notícias da editoria Poder que incluem a sociedade civil. E obteve-se como resultado a prevalência do frame Episódico sobre o Temático, assim como o destaque para o frame Responsabilidade, seguido de Conflito, Consequência econômica. Os *frames* Interesse humano e Moralidade foram menos frequentes no resultado.

A discussão dos resultados dos enquadramentos presentes no conteúdo e dos resultados obtidos na pesquisa do perfil do noticiário da editoria Poder, apresentado anteriormente, será apresentada no próximo capítulo.

DISCUSSÃO DO PERFIL NOTICIOSO ESTUDADO

Neste capítulo serão discutidos os resultados obtidos na pesquisa que investiga a participação da sociedade civil no noticiário político da *Folha de S. Paulo* e, nessa perspectiva, o cumprimento por parte do jornal ao que se propôs no Projeto Folha no espaço relativo às notícias. Conforme explicado no capítulo anterior, este trabalho não avalia as colunas, ombudsman ou análises publicadas pelo jornal.

Esta seção segue a ordem de apresentação do capítulo anterior. Primeiramente, serão discutidos os resultados observados no perfil do noticiário e os valores-notícia nele presentes, como referência os autores Hall e colaboradores (1993), Lage (1982) e Wolf (1987).

Em seguida, serão discutidos os enquadramentos utilizados no noticiário a partir dos modelos de *frames* de Iyengar (1991), Semetko e Valkenburg (2000) e Porto (2004). Ao longo de cada parte serão respondidas duas das questões de pesquisa apresentadas no capítulo anterior. A terceira questão de pesquisa será respondida na conclusão.

4.1 VALORES-NOTÍCIA DO CONTEÚDO

A presente pesquisa detectou que a sociedade civil é pouco representada no noticiário político da *Folha de S. Paulo*. Essa avaliação já havia sido sugerida pela revisão de literatura (GOMES, 2008a, 2009; MAIA, 2008; MIGUEL, 2002; PORTO, 2007; WAISBORD, 2009a, 2009b, dentre outros) e observou-se que a pouca representatividade da sociedade civil ocorre especialmente no caso de notícias sobre política.

Porto (2007) fez uma pesquisa que investigou a relação entre os principais programas da TV Globo e o processo pelo qual os brasileiros fazem sentido de tema e eventos políticos. O pesquisador identificou que no Jornal Nacional os atores mais frequentes no noticiário foram os cidadãos comuns (32%). O autor justifica a grande representatividade com uma entrevista concedida a ele pelo editor-chefe do telejornal, William Bonner, em que o jornalista afirma que estavam ocorrendo mudanças no telejornalismo da emissora. Por isso, a orientação recebida para a produção do telejornal era enfatizar menos na conversa dos políticos e

oferecer mais espaço aos cidadãos comuns. A orientação foi confirmada por Evandro Carlos de Andrade, então diretor da Central Globo de Jornalismo – falecido em 2001 –, e por Mário Marona, então chefe do jornalismo da Globo em Brasília.

Contudo, em uma pesquisa posterior, sobre os atores políticos do Jornal Nacional, Gomes (2009, p. 199) detectou que o programa jornalístico, ao distribuir suas quotas de fala e de menções a atores da política nacional, privilegia “atores da esfera política formal e o centro do poder nacional, em Brasília”. Em seus resultados, o autor constatou que nenhum ator político sem cargo ou mandato superou 1,0% da quota de sonoras, declarações ou menções no período da mostra. Ao justificar a discrepância entre os resultados de sua pesquisa e de Porto (2007), Gomes (2009) afirma que a tendência encontrada pelo outro pesquisador não se manteve ou foi revertida.

No presente trabalho, a reduzida participação da sociedade civil no conteúdo noticioso estudado está relacionada, dentre outras questões, ao fato de que ela recebe menos importância dentre os valores-notícia, segundo conceitos de Hall e colaboradores (1993), Lage (1982) e Wolf (1987). O fato de a sociedade civil, em geral, não ser representada por um indivíduo ou instituição que apresente um grau ou nível hierárquico elevado, como aponta Wolf (1987), ao contrário do Estado, que perde espaço quando o disputa com figuras dos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário ou ainda que discutam as mudanças na Economia, no bolso do leitor/consumidor/ contribuinte.

Por isso, com exceção das notícias sobre Política econômica, foram os aspectos intensos, extraordinários, dramáticos e trágicos (HALL et al., 1993; LAGE, 1982) que mais destacaram a sociedade civil em casos como o assassinato de extrativistas no Pará – que recebeu especial cobertura, conforme apontado anteriormente –, assim como o sequestro de um avião por índios e as notícias que marcaram os 15 anos do Massacre de 19 sem terras em Eldorado dos Carajás, em 1996, o que também explica a relevância da temática Denúncia no noticiário.

Os assuntos relacionados à Política econômica se destacaram, contudo, em função da relevância e significatividade da alta da inflação quanto à evolução futura do quadro para a economia do país e dos leitor/consumidor/ contribuinte (WOLF, 1987). Além desse valor-notícia, o tema conta ainda com a grande significância do assunto para o leitor, uma vez que interfere diretamente na sua vida, ou melhor, no seu bolso, assim como impacta sobre a economia da nação, dentre outros valores-notícia detectados. Segundo aponta Hall e colaboradores (1993), quanto maior o número de valores-notícias em um acontecimento, maior o potencial noticioso da informação.

Além disso, conforme apresentado no capítulo anterior, no dia 22 de março de 2011, parte do noticiário até então concentrado nas páginas de Mercado, passou a ser publicado nos cadernos Poder e Mundo. A justificativa apresentada pelo jornal para a mudança foi que a reorganização possibilitará aprofundar a cobertura dos assuntos econômicos, ampliando o didatismo e o espaço dos textos analíticos. Sugere-se, com isso, que essa preocupação maior do jornal em cobrir bem e claramente as questões políticas pode ser um reflexo do aquecimento da economia brasileira, que pode ter levado os leitores a se importarem mais com assuntos econômicos, e conseqüentemente, o jornal. Com isso, essa questão também pode estar relacionada ao valor-notícia relativo ao público, em que as notícias prestam algum serviço ao leitor e possibilitam uma identificação por parte do público, o que ocorreu em algumas notícias com personagens. Ainda sobre essa questão, é importante ressaltar que conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho, a *Folha de S. Paulo* realiza frequentes pesquisas para conhecer o perfil e o gosto do leitor. Com isso, pode-se esperar que mudanças no interesse do leitor sejam refletidas no conteúdo do jornal.

A menor incidência da temática Escândalo político no conteúdo em estudo é desproporcional à quantidade de valores-notícia nela presentes, uma vez que há diversos valores-notícia em uma só notícia – como drama, ineditismo, alto nível hierárquico dos envolvidos, impacto sobre a nação, relevância em relação ao futuro do país em alguns aspectos, dentre outros. Contudo, isso ocorreu porque do total de 95 notícias – da amostra geral de 1.141 sobre o Caso Palocci publicadas durante 21 dias – apenas seis notícias incluíram a sociedade civil, representada em maioria por especialistas. Isso mostra que o reduzido espaço da temática no estudo está relacionado ao recorte aqui trabalhado. Ou seja, a sociedade civil participou apenas de uma pequena parcela das discussões presentes nas notícias de escândalo político.

O mesmo ocorreu com a temática Articulação política, que no contexto geral aparece com 91 notícias, mas no recorte da pesquisa passa a contar com apenas três. De forma geral, a combinação de valores-notícia e inclusão da sociedade civil levou à distribuição das notícias entre as demais temáticas, em que cada uma apresentou um espaço inferior a 7% do noticiário.

A diferença entre os cenários em que especialistas são considerados como parte da sociedade civil (17%) e em que são desconsiderados é significativa (10%). O mesmo ocorre quando os assuntos da temática Política econômica são isolados, o que também muda bastante o contexto das principais fontes das notícias, conforme apresentado no capítulo anterior. Entretanto, neste trabalho optou-se por considerar os dois casos por acreditar que estudiosos,

pesquisadores, professores, economistas etc., desde que não são vinculados ao Estado, representam também uma parcela da sociedade civil, seguindo a definição mais ampla de Gohn (2005) e Pereira (1995) do conceito apresentado no capítulo 1 deste estudo. Os dois cenários foram apresentados de forma ilustrativa para que se conheça a importância dos dois aspectos destacados no contexto.

Miguel (2002, p. 163) afirma que os veículos de comunicação são muito importantes para o reconhecimento social das sociedades contemporâneas, uma vez que é o “local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associada a diversos grupos e interesses presentes na sociedade”. Contudo, destaca que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade da sociedade em seus espaços, o que gera consequências significativas ao exercício da democracia. Por considerar que os *media* passou a desempenhar um papel essencial para a política e no modo de se fazer política na contemporaneidade, o autor acredita que é necessário oferecer espaço nos *media* às diferentes vozes presentes na sociedade, de forma equânime, para que participem do debate político.

Maia (2008, p. 191) acredita que “há, indubitavelmente, diversas barreiras que impedem a participação igualitária na comunicação estruturada pelos *media*”. Para a autora, a participação da sociedade civil no debate público, mediado pelos veículos de comunicação, é importante porque esse público geralmente acrescenta questões de justiça ou de valor cultural às proposições de conhecimento técnico e amplia a definição dos problemas.

A imprensa precisa cultivar e manter vínculos fortes com a sociedade para que funcione como uma verdadeira plataforma de manifestação dos interesses dos cidadãos, acredita Waisbord (2009a, p. 1). Com isso, aponta o autor, a imprensa poderá “alimentar a cidadania, cobrir perspectivas múltiplas, relatar as questões que afetam uma ampla diversidade de públicos e facilitar o diálogo civil e a participação dos cidadãos”. Para o autor, esse cenário fica comprometido nas democracias latino-americanas contemporâneas porque os estados e mercados têm mais poder de influência sobre a imprensa do que a sociedade civil.

Na presente pesquisa, observou-se que o reduzido espaço oferecido à sociedade civil no noticiário gera um cenário em que esse ator político é apresentado ao público com menor importância do que os demais. Em relação às fontes presentes nas notícias, detectou-se neste trabalho que as institucionais vinculadas aos governos Federal (especialmente), Estadual e Municipal protagonizaram o conteúdo em estudo. Segundo Wolf (1987), há uma tendência de que as fontes oficiais correspondam melhor às necessidades organizativas das redações. O autor explica que isso ocorre porque as fontes institucionais preenchem alguns requisitos importantes para se tornarem referências aos jornalistas. Dentre os requisitos Gans (1979,

apud WOLF, 1987, p. 199) destaca quatro: os incentivos; o poder das fontes; a capacidade delas de fornecer informações credíveis; e a proximidade social e geográfica das fontes em relação aos jornalistas – este classificado como fator determinante.

Wolf (1987) afirma que a capacidade de fornecer informações credíveis é maior para aqueles que podem programar a sua atividade de maneira que satisfaça a necessidade contínua que os veículos de comunicação têm de cobrir eventos agendados anteriormente. Essa característica tende a ser mais comum às instituições que possuem porta-voz, como as oficiais e os grupos de poder. Em relação à conveniência e oportunidade do uso de uma determinada fonte pelo jornalista, o autor afirma que o profissional centra-se em alguns fatores para alcançar a eficiência, ou seja, que o produto informativo seja finalizado dentro de prazos e meios limitados. Os fatores, segundo o pesquisador, são: 1) oportunidade antecipada revelada; 2) produtividade; 3) credibilidade; 4) garantia; 5) respeitabilidade.

Dessa maneira, o autor explica que as fontes credíveis, que ofereçam informações verídicas e que não obrigue o jornalista a checar as informações, tendem a ser utilizadas outras vezes. No caso da produtividade, significa que a fonte oferece informação suficiente para fazer a notícia sem que os veículos de informação tenham que recorrer a outras fontes. Esse, segundo o pesquisador, é mais um dos motivos de que as fontes oficiais prevalecem. Ao não ter que recorrer a outras fontes, os jornalistas poupam tempo e investimentos.

A garantia está relacionada à credibilidade, pois uma vez que o jornalista não pode checar a informação, vai confiar nas informações fornecidas pela fonte, se confiável, afirma Wolf (1987). Por sua vez, a questão da respeitabilidade está relacionada à necessidade que o jornalista tem de consultar fontes oficiais ou que representem posições institucionais e autoridade, por presumir que essas são mais credíveis. Traquina (2005) destaca alguns recursos que as fontes devem possuir para impor seus acontecimentos e problemáticas na agenda dos jornalistas: 1) capital econômico; 2) capital institucional (o grau de institucionalização da fonte); 3) capital sociocultural na forma de autoridade, “saber” e credibilidade; e 4) a sua estratégia e táticas de comunicação. Diante de tais características, os autores afirmam que as fontes oficiais assumem uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina.

No presente trabalho, observou-se que além das fontes oficiais, alguns especialistas são bastante utilizados como fontes da temática Política econômica eram citados de forma recorrente, de acordo com o tema de abordagem. Houve um rodízio de fontes dentro de um grupo pequeno de economistas que avaliaram a alta da inflação e as medidas tomadas pelo

Governo Federal para controlá-la. Como afirma Wolf (1987) e Traquina (2005), as fontes credíveis tendem a se tornar regulares.

Notou-se, ainda, que as fontes relacionadas às questões de política econômica também se destacaram no noticiário. Essa questão ficou clara quando as fontes relacionadas à temática foram isoladas e o contexto das fontes que mais aparecem no noticiário foi bastante modificado. Uma das justificativas para essa questão é que aquela temática ocupou muito mais espaço no noticiário da editoria Poder do que as demais, conforme apresentado na pesquisa. A outra é que muitas das notícias dessa temática foram apresentadas como uma espécie de discussão, em que um grupo de especialistas participou com frequência. O espaço diferenciado ocupado pela temática no conteúdo da editoria Poder já foi discutido anteriormente.

Wolf (1987) faz uma avaliação que se aproxima dos resultados obtidos neste trabalho. Segundo o autor, a rede de fontes que os veículos de comunicação estabelecem como instrumento essencial ao seu funcionamento reflete a estrutura social e de poder existente, assim como se organiza com base nas exigências dos procedimentos produtivos.

Uma vez que se percebeu o oficialismo no conteúdo em estudo, buscou-se saber qual dos três Poderes se destacou no noticiário. Conforme apresentado no capítulo anterior, o Poder Executivo obteve destaque preponderante nas notícias (sozinho, apareceu em 41% do total) em relação ao Legislativo (4%) e Judiciário (4%), considerando que 49% das notícias não apresentou nenhum dos poderes. Os poderes Executivo e Legislativo apareceram ao mesmo tempo em 1% das notícias e os três poderes apareceram concomitantemente também em 1% do total. Esse resultado está relacionado à noticiabilidade do Executivo. Por ser o centro administrativo do Estado, e por isso tomar decisões que influenciam direta ou indiretamente na vida dos cidadãos, o Executivo também recebe mais atenção dos veículos de comunicação. Isso porque apresentam um grande fluxo de informações e capacidade de agendar os veículos de comunicação com fatos que apresentam relevância, com credibilidade, autoridade, respeitabilidade, garantia e principalmente produtividade, de forma que os jornalistas podem utilizar as informações sem ter que consultar outras fontes (WOLF, 1987).

No conteúdo em estudo o Executivo foi utilizado como fonte de dados para informações relativas à economia, como as medidas tomadas pelo governo para conter a inflação, taxa de câmbio, índices de desemprego; assim como ao perfil da população, por meio de pesquisas realizadas por institutos, como o IBGE, dentre outras circunstâncias. O Executivo também foi cobrado por atitudes em relação aos casos de denúncia de irregularidades em obras públicas, no caso dos assassinatos de extrativistas no Pará – devido à

falta de segurança na região –, assim como em relação ao Caso Palocci, em que se cobrou uma medida do Governo em relação às suspeitas de corrupção do então ministro Antonio Palocci.

As notícias relacionadas ao poder Legislativo foram em maior parte concentradas na temática Legislação, em que a criação, modificação e proposição de Leis foram discutidas. O poder Legislativo também esteve presente em algumas discussões do Caso Palocci, em que políticos, líderes de bancadas, foram consultados para avaliar o caso de corrupção e propor uma solução. O Judiciário, por sua vez, se concentrou em notícias sobre decisões judiciais mais polêmicas e que influenciam o contexto social como um todo. Até a limitação do número de acontecimentos no âmbito desses dois poderes, os leva a ter um espaço bem mais reduzido no noticiário que o Executivo.

O número de fontes utilizadas no conteúdo em estudo também foi uma questão investigada para se traçar o perfil das notícias que incluem a sociedade civil em seu contexto. Dessa forma, observou-se que a maior parte das notícias concentra entre duas e quatro fontes, com o pico em três fontes, o que indica uma tendência ao pluralismo. Para verificar se o maior número das fontes reflete, de fato, pluralismo das notícias, analisou-se se cada notícia continha pluralidade nos discursos, se as fontes refletem pontos de vistas diversos e verificou-se que 56% delas são plurais no conteúdo em estudo. Ou seja, a maior parte das notícias que incluem a sociedade civil contém diversas perspectivas sobre os assuntos abordados. Contudo, é importante ressaltar que o recorte utilizado – a participação da sociedade civil (17%) do total de notícias avaliadas – propicia o pluralismo porque antes da inclusão de um representante da sociedade geralmente há ao menos uma outra fonte oficial. Logo, o pluralismo constatado não abrange toda a amostra (1.141 notícias), mas o recorte trabalhado.

Na avaliação de Maia (2008, p. 175), “o pluralismo das sociedades modernas contribui para uma melhor distribuição de custos e riscos entre poderes oficiais e os extraoficiais do sistema político, proporcionando também um ambiente informativo policêntrico, plural e controverso”. Dessa maneira, a autora afirma que as teorias pluralistas da democracia defendem que é preciso garantir uma competição justa entre os grupos, como o propósito de que todos tenham chances iguais de expressar seus interesses e possam se fazer representar.

Por fim, para fechar o perfil do conteúdo em estudo e os valores-notícia nele presentes, destacaram-se as regiões em que as coberturas jornalísticas são enfocadas, como o propósito de se conhecer como a cobertura é distribuída geograficamente. Nos resultados observou-se que a maior parte das notícias políticas (67%) é nacional, com base nas informações do Governo Federal, Congresso e da Justiça (em seu âmbito central). A região sudeste, onde a

Folha de S. Paulo está localizada, porém, é responsável pelo enfoque de 14% do conteúdo em estudo. Ou seja, no contexto da pesquisa, o noticiário político do jornal é pouco focado na política local. E as decisões do Governo Estadual e as disputas internas de partido ganharam destaque dentre os assuntos locais.

Essa característica contradiz um dos valores-notícia de Lage (1982). Segundo o autor, a proximidade do acontecimento tende a oferecer maior importância do que um conteúdo composto de informações geograficamente distantes. O autor afirma que se obterá uma resposta de audiência numericamente positiva se forem abertos espaços e tempo aos assuntos locais. Faz a ressalva, porém, de que a proximidade vai variar tanto com o comércio, quanto com as trocas culturais ou populacionais.

Segundo a última pesquisa Perfil do Leitor da Folha, a região onde o jornal mais circula é na cidade de São Paulo (39%), seguida do interior do Estado de São Paulo (30,5%). Os outros estados representam 22,3% da circulação do jornal e a região metropolitana do estado de São Paulo representa 8,2% (SUA EXCELÊNCIA..., 2011).

Uma possível explicação à contradição observada é que apesar da maior concentração do público do jornal estar na cidade de São Paulo, observou-se que o valor-notícia “importância das informações para a nação” se sobressai à questão da geografia (WOLF, 1987). Outro ponto a ser considerado é que por mais que o jornal *Folha de S. Paulo* seja sediado em São Paulo, tenha a maior parte de seu público nessa cidade e tenha a maior parte de seu conteúdo focado naquela cidade e no Estado, em especial por meio das editorias Cotidiano e Ilustrada – ou seja, é um jornal local –, ele tem circulação nacional, por isso busca também atender a um público mais amplo, na intenção de ser um jornal nacional.

Nesta seção, buscou-se discutir os resultados obtidos no capítulo anterior e conhecer os valores-notícia utilizados pela *Folha de S. Paulo* em seu conteúdo. Dessa forma, propôs-se a responder à primeira questão de pesquisa apresentada no capítulo anterior: “quais os principais valores-notícia utilizados cotidianamente na editoria Poder para a seleção das notícias?”

Como pôde ser observado, o jornal atende, de forma geral, aos valores propostos por Hall e colaboradores (1993), Lage (1982) e Wolf (1987), com algumas contradições geradas pelo recorte da pesquisa na sociedade civil e pela prevalência de um valor-notícia sobre outro. Dessa forma, foi possível conhecer um perfil do jornal a partir dos aspectos estudados, em que se observou, a partir das fontes mais presentes, um forte oficialismo e a partir do enfoque das notícias por região, um conteúdo político voltado às informações nacionais.

Na próxima seção, serão discutidos os enquadramentos das notícias que incluem a sociedade civil no noticiário da editoria Poder.

4.2 ENQUADRAMENTOS DAS NOTÍCIAS

Para facilitar a compreensão, a discussão dos enquadramentos da sociedade civil na editoria Poder da *Folha de S. Paulo* será apresentada conforme a ordem dos *frames* mais evidentes, abordando em cada um deles a forma que estiveram presentes nas temáticas, conforme apresentado na Tabela 4 .

De acordo com o resultado da segunda fase da pesquisa apresentado na seção anterior, o conteúdo em estudo é fortemente episódico, o que significa que na maioria das vezes o contexto das notícias não é apresentado, o foco está nos fatos. Segundo Iyengar (1991), o enquadramento episódico leva as pessoas a não considerarem fatores sociais mais amplos e as levaram a atribuir responsabilidade pelos problemas políticos e sociais a indivíduos. Dessa forma, as tomadas de decisões ou não de líderes políticos pode ficar obscurecida. Ou seja, sem o contexto das notícias fica mais difícil para o leitor compreender o real motivo de alguns acontecimentos.

Na pesquisa de Iyengar (1991), que contou com experimentos controlados e *surveys*, o enquadramento episódico do tema pobreza reduziu o apoio por parte do público a programas de assistência social, mas aumentou indiretamente o apoio a líderes que afirmavam querer resolver o problema pobreza. Ao avaliar o enquadramento episódico no presente trabalho, percebe-se que a presença desse frame na maioria das temáticas pode proporcionar uma compreensão superficial ou distorcida do noticiário político e do papel da sociedade civil na política, podendo esta também ser compreendida como algo episódico.

Ao avaliar nesta pesquisa a incidência dos cinco *frames* de Semetko e Valkenburg (2000), foi obtido o mesmo resultado que os autores obtiveram em sua investigação em termos de incidência dos *frames* no conteúdo. Os autores detectaram em sua pesquisa que o *frame* atribuição de Responsabilidade foi o mais comum, seguido de Conflito, Consequências econômicas, Interesse humano e Moralidade.

Os autores apontam uma questão importante que também foi verificada na presente pesquisa. Embora no trabalho deles tenha havido uma grande incidência do *frame* episódico, o *frame* atribuição de responsabilidade também esteve muito presente no noticiário responsabilizando o governo por problemas sociais. A questão contraria o argumento de Iyengar (1991), apresentado anteriormente, de que o *frame* episódico tende a encorajar o

público a atribuir responsabilidades de problemas sociais aos indivíduos. O estudo de Semetko e Valkenburg (2000) mostrou que a televisão pode ser episódica e ao mesmo tempo enquadrar o governo como responsável por problemas sociais. Por isso, acreditam que embora a televisão deva utilizar o *frame* episódico em vários países, a forma que a responsabilidade é enquadrada nas notícias, é influenciada pela cultura política e o contexto social no qual a notícia é produzida. No conteúdo estudado da *Folha de S. Paulo*, a maioria das notícias atribuiu a responsabilidade dos problemas sociais ao Governo, especialmente o Federal, uma vez que conforme apresentado na primeira parte da pesquisa, notícias nacionais têm mais espaço no conteúdo estudado.

Ao fazerem um trabalho de comparação entre jornais impressos e televisivos, os autores detectaram que o *frame* de responsabilidade foi utilizado nos impressos mais sérios. Mas na televisão não houve diferenças entre os veículos. Contudo, o programa mais sensacionalista estudado pelos autores apresentou esse *frame* de forma menos significativa. Também nesse aspecto a presente pesquisa apresenta resultado semelhante ao dos autores, uma vez que a *Folha de S. Paulo* é um jornal sério que pode ser considerado sóbrio e também apresentou o *frame* de responsabilidade bastante evidente, o que, segundo os autores, leva a crer que há uma tendência dos veículos desse perfil a adotar esse *frame*.

Conforme apresentado na Tabela 4, o *frame* Responsabilidade se destacou no presente estudo em assuntos que abordam avaliação das atividades de alguns políticos assim como de programas de governo e legislações. Escândalos políticos e casos de Denúncia também contaram com grande frequência do enquadramento. O enfoque oferecido pelo jornal de apontar erros e responsabilizar os “culpados” se assemelha à proposta de Quarto Poder de Albuquerque (2005), na qual o autor afirma que os veículos de comunicação brasileiros passaram a reivindicar, após o fim do regime militar (1985) “o exercício de um papel político mais destacado na vida política brasileira, como fiadoras últimas do bom funcionamento da democracia e das instituições políticas brasileiras” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 1). Assemelha-se também à proposta do Projeto Folha, de defender a qualquer custo os interesses do leitor (NASSIF, 2003). Esse enfoque também pode ser atribuído à imagem que o jornalista tem de si mesmo. Segundo Lima (2006, p. 12), a autoimagem do jornalista “é a de profissionais que se consideram mandatários da missão de fiscalizar os governo e denunciar publicamente seus desvios”.

Ao abordar o *frame* Conflito, Semetko e Valkenburg (2000) observaram que esse também foi mais evidente em jornais sérios. Quanto mais sérios, mais apresentavam esse *frame*. Os mais sensacionalistas dos jornais apresentavam o *frame* de forma menos frequente.

Os autores destacam que Cappella e Jamieson (1997) sugerem que por causa da ênfase no conflito, os veículos de comunicação têm sido criticados por induzir o público ao cinismo e a não confiar nos líderes políticos. Além disso, o *frame* foi um dos mais comuns dentre vários outros identificados em estudos de Neuman e colaboradores (1992) realizados em notícias dos veículos de comunicação do Estados Unidos. Salientar o conflito entre duas ou mais partes, incluindo o Estado ou não, foi também uma abordagem bastante utilizada pela *Folha de S. Paulo* no conteúdo estudado neste trabalho.

Conforme observado na Tabela 4, as temáticas História, Denúncia, Mobilização social e Programa de governo apresentaram grande incidência do enquadramento Conflito. Neles discursos conflitantes estiveram bastante presentes, assim como em alguns casos de Mobilização social a notícia apresentou o conflito de forma literal. Além das temáticas abordarem assuntos que naturalmente retratam disputas por razões, e por isso contêm conflito em sua essência – o caso de História especificamente por ter relatado assuntos referentes a guerras passadas ou conflitos atuais –, segundo Semetko e Valkenburg (2000), esse tipo de enquadramento tem o objetivo de captar o interesse da audiência.

Em estudo sobre a cobertura do lançamento do Euro como moeda única na Europa, em 1999, Vreese, Peter e Semetko (2001) observaram que o *frame* Conflito foi o mais comum nas notícias sobre política econômica, em geral. O contexto mudava quando a cobertura era específica sobre o Euro, porque o *frame* Consequência econômica ganhava mais relevância. No presente estudo, contudo, a temática Política econômica teve a incidência de 44,9% de Conflito, longe de ser um dos *frames* mais comum à temática. A diferença de resultados pode estar relacionada ao contexto das coberturas do conteúdo em estudo. No caso da cobertura do Euro, envolvia uma circunstância mais ampla, com interesses de diversas nações e as relação culturalmente existente entre elas, e no caso da cobertura cotidiana da editoria Poder da *Folha de S. Paulo*, apenas um país estava envolvido, apesar das diversas questões abordadas. Ainda assim, o *frame* Conflito obteve média incidência na temática e ficou evidente na apresentação polarizada dos assuntos em que a opinião dos especialistas era contraposta às decisões econômicas do Estado.

O *frame* Consequências econômicas também foi mais evidente entre os mais sérios e sóbrios jornais impressos no estudo de Semetko e Valkenburg (2000). Na presente pesquisa, o grande espaço ocupado pela temática Política econômica propiciou a presença desse *frame*, que esteve presente na quase totalidade das notícias da temática. No noticiário observou-se uma grande preocupação do jornal com a inflação e as medidas tomadas pelo governo para controlá-la. O assunto contou com a avaliação de especialistas, que normalmente apontavam

as possíveis consequências das medidas tomadas pelo governo. Assim como ocorreu na pesquisa de De Vreese, Peter e Semetko (2001), citada anteriormente, quando o contexto das notícias em estudo era mais delimitado em questões econômicas – como ocorreu com as discussões sobre o Euro na pesquisa dos autores – o *frame* consequência econômica tornou-se predominante nas discussões sobre o crescimento da inflação na presente pesquisa.

Por ser um *frame* específico sobre questões econômicas, não esteve presente em diversas temáticas que não apresentavam relação com o assunto, como Justiça, Legislação, História, Evento e Gente.

Semetko e Valkenburg (2000) notaram que na pesquisa deles o enquadramento de Interesse humano foi muito mais presente na televisão do que pelo impresso. Além disso, esteve mais presente entre os jornais impressos mais sensacionalistas. Da mesma maneira, na televisão, quanto mais sensacionalista o programa, mais presente esse *frame*. No presente trabalho, percebeu-se que *frame* Interesse humano foi pouco presente nas notícias, talvez por abordar o noticiário de um jornal sério, segundo a terminologia dos autores. As temáticas que apresentaram maior incidência desse *frame* foram História, Denúncia e Mobilização Social, uma vez que todas relatam fatos que incluem cidadãos comuns como personagens.

Os autores afirmam, ainda, que o enquadramento é usado com o propósito de dramatizar e captar o interesse da audiência. De forma semelhante, em estudo de manipulação experimental sobre os efeitos dos enquadramentos jornalísticos nos pensamentos e memória dos leitores, Valkenburg, Semetko e De Vreese (1999) observaram que o *frame* Interesse humano pode ter consequências negativas na memória do leitor. A partir do experimento, os pesquisadores notaram que quando leitores eram submetidos a notícias de crimes com esse enquadramento, não conseguiam lembrar dos detalhes do acontecimento. O mesmo não ocorreu no caso de notícias sobre o Euro. Segundo os autores, a diferença de efeitos pode estar relacionada à intensidade do drama presente nas histórias, uma vez que a notícia em que uma pessoa era submetida a um assalto era naturalmente mais emotiva.

Os resultados dos autores, conforme destacam, contradizem a afirmação convencional de que uma abordagem jornalística humanizada é uma maneira eficaz de apresentar a informação estatística. Ressalvam, ainda, que os resultados das pesquisas deles também lançam dúvidas sobre os argumentos de alguns pesquisadores anteriores como Davis e Robinson (1986) de que o conteúdo das notícias que desperta emoções fortes podem aumentar a aprendizagem.

Contudo, no presente trabalho, percebeu-se que a presença do *frame* Interesse humano não tornou o noticiário sensacionalista ou apelativo. Na maioria dos casos, as histórias foram

humanizadas por meio dos personagens, que ajudaram a ilustrar melhor uma circunstância, deixando mais claro como algumas políticas ou a falta delas influencia a vida dos cidadãos.

Apenas três notícias apresentadas em formato de depoimento se destacaram por serem um pouco mais dramáticas. Uma delas foi o relato de uma vítima sobrevivente do dia em que ocorreu o assassinato dos 19 sem terra em Eldorado dos Carajás (PA). A riqueza de detalhes e a característica naturalmente emotiva do depoimento gerou um *frame* dramático. O mesmo ocorreu nos outros dois depoimentos. Contudo, como o *frame* Interesse humano não foi fortemente explorado no conteúdo em estudo – assim como ocorreu na pesquisa de Valkenburg, Semetko e De Vreese (1999) com as notícias sobre o Euro – e o noticiário de política dos veículos de comunicação é composto em maioria por fontes oficiais e políticos profissionais – conforme destacado em pesquisas de Porto (2007) e Gomes (2009) e apresentado na primeira fase deste trabalho –, observou-se que o uso de personagens, especialmente cidadãos comuns, permitiu aproximar a realidade do noticiário da realidade do leitor, sem excesso de drama.

O enquadramento de Moralidade foi pouco encontrado em todos os jornais holandeses estudados por Semetko e Valkenburg (2000) e a televisão usou mais esse *frame* que o impresso. No presente trabalho, o *frame* também foi pouco comum às notícias. Se destacou nas temáticas Articulação política, Denúncia e Escândalo políticos. Nos três casos, a questão da corrupção e de descoberta de ilegalidades esteve presente e a recomendação moral era de que os atos ilícitos deveriam ser desmascarados e punidos. Segundo os autores, esse *frame* pode aparecer na apresentação de uma questão a partir de doutrinas religiosas ou prescrições morais. O discurso de um entrevistado deixando uma mensagem moral crítica de como se comportar pode ser uma forma de recorte de Moralidade, dizem os pesquisadores. Isso ocorreu em poucas as notícias do conteúdo em estudo, em que a avaliação moral de uma questão por parte de um ou mais entrevistados foi evidenciada na notícia.

De forma geral, Semetko e Valkenburg (2000) perceberam que os mais sóbrios e sérios jornais impressos e os mais complexos e densos programas de televisão eram similares no uso frequente de *frames* de atribuição de responsabilidade e de conflito. Por outro lado, o mais sensacionalista impresso e o programa de televisão mais leve apresentaram ênfase nos *frames* de Interesse humano. Os autores perceberam uma tendência maior da televisão em humanizar as notícias, conforme já esperavam. No presente trabalho, uma característica semelhante foi observada em relação às temáticas. Quanto mais *hard* e institucional as notícias de uma temática, maior a evidência do *frame* Responsabilidade e quanto mais leves e planejadas as notícias de uma temática, maior a possibilidade do recorte Interesse humano.

Dessa forma, nesta seção buscou-se discutir os resultados obtidos na pesquisa e responder à segunda questão de pesquisa: Como a *Folha de S. Paulo* enquadra a sociedade civil cotidianamente na política?

Como apresentado ao longo dessa discussão, o enquadramento Episódico prevalece no conteúdo estudado diante do Temático, o que significa que a *Folha de S. Paulo*, no presente estudo, focou seu conteúdo nos fatos e não em contextualizar o leitor dos acontecimentos. Em relação aos demais *frames*, o jornal tende a atribuir bastante responsabilidade ao governo quanto aos problemas sociais, apesar de oferecer um enquadramento episódico. O conflito também é um recorte incisivo nas notícias, o que segundo a discussão aqui apresentada pode gerar desconfiança nos leitores em relação aos políticos. Devido à grande incidência das notícias de Política Econômica na editoria Poder, o enquadramento consequências econômicas também é bastante presente. Isso mostra também que as questões econômicas são de grande importância para o jornal. Por outro lado, os *frames* Interesse humano e Moralidade foram menos utilizados, apresentando pouca personalização das notícias e menos ainda difusão de valores morais.

5 CONCLUSÃO

O objeto de análise deste estudo é a participação da sociedade civil no noticiário político cotidiano da *Folha de S. Paulo* e a partir dessa perspectiva, investigou-se o cumprimento do veículo quanto às proposições presentes no Projeto Folha. A escolha da temática é reflexo de uma preocupação científica quanto a distribuição dos espaços entre os atores políticos nas notícias de política e a tendência da cobertura desses temas ser voltada para as instituições governamentais e aos políticos profissionais. Além disso, considerou-se a importância do jornal para a sociedade brasileira a partir da década de 1980, quando foi instituído o Projeto Folha, dentre outras mudanças no periódico.

Neste trabalho, considera-se o fato de que a sociedade civil brasileira tem se tornado cada vez mais ativa e organizada, especialmente após a Constituição de 1988, quando se estabeleceram as bases do sistema democrático e o papel da sociedade civil foi redesenhado. Avalia-se, ainda, que há cada vez mais ONGs, associações, instituições cívicas e fóruns de discussão distribuídos pela sociedade brasileira se organizando e se manifestando em busca de direitos, mudanças, dentre outras questões sociais (GOHN, 2005). Essas organizações também têm buscado se estruturar, por meio de ações voltadas para os *media*, para obter a atenção dos veículos de comunicação às suas causas (SILVA, 2002). Contudo, apesar desse quadro, percebe-se que o noticiário político dos jornais não refletem cotidianamente as demandas sociais. Pelo contrário, eles são focados nos fóruns e fontes presentes nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – ou seja, nas instituições oficiais.

Conforme demonstrado no segundo capítulo deste trabalho, o jornalismo brasileiro sofreu diversas transformações na forma de produzir e apresentar a notícia ao longo de sua história e a *Folha de S. Paulo*, em alguns momentos, contribuiu para as mudanças. Em um primeiro momento, com as ideias inovadoras de José Nabantino Ramos – um dos proprietários do jornal entre 1945 e 1962 – na administração e organização do jornal. E mais tarde, a partir da década de 1980, com as mudanças realizadas na estrutura, na técnica e no conteúdo do veículo, realizadas a partir do Projeto Folha. Foram transformações importantes que se tornaram um dos marcos da história do jornalismo brasileiro. Isso porque levaram o periódico a se profissionalizar, tornar-se uma empresa jornalística, com um público, diretrizes administrativas e de conteúdo bem definidos. As mudanças foram bem aceitas pelos leitores e tornou-se um modelo para os demais jornais, que também buscavam se adaptar a uma realidade social na qual a democracia se estabelecia.

Por abordarem a sociedade civil – em alguns momentos como leitor do jornal – e o pluralismo, alguns aspectos das diversas versões do Projeto Folha serão destacados a seguir, demonstrando a importância que passou a ser oferecida pelo jornal a essas questões e os integrando aos resultados da pesquisa. É importante destacar, mais uma vez, que os resultados e interpretações presentes neste trabalho estão relacionados às notícias publicadas pelo jornal no período em estudo e não ao seu conteúdo opinativo (análises, colunas e ombudsman). Isso porque parte da mesma premissa presente no projeto Folha: de que as notícias representam a parte mais importante do jornal.

Conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho, por meio da primeira versão do Projeto Folha (1981), o jornal *Folha de S. Paulo* se comprometeu, dentre outras questões, a oferecer ao leitor informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos.

Por informação correta o projeto afirma que se trata da descrição de tudo aquilo que é capaz de afetar a vida e os interesses que se acredita serem dos leitores. Sobre pluralidade de opiniões a respeito dos fatos, trata-se da “publicação de textos, artigos, depoimentos, entrevistas etc. que, tomadas em seu conjunto, funcionem como uma reprodução mais ou menos fiel da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade” (GRUPO FOLHA, 1980a). Por meio dessa afirmação percebe-se uma ambiguidade do jornal, em quem a “reprodução mais ou menos fiel” da diversidade de opiniões pode ser aplicada de diversas maneiras pelo veículo de comunicação, sem que sua linha editorial seja questionada.

Contudo, ao longo dos anos outras seis versões do projeto surgiram e novas proposições foram feitas. Dessa maneira, nos projetos subsequentes os compromissos com a pluralidade e em refletir os interesses da sociedade civil são reforçados, de outras formas. Na versão de 1985, o Projeto afirma que as edições do jornal devem conter informações úteis ao esclarecimento e vida prática do leitor. Devem explorar assuntos relacionados com a vida real e imediata de quem compra e lê o jornal. O Projeto afirma, ainda, que na área da Política, o jornal precisava tornar os fatos que ocorrem no plano do Estado e dos partidos cada vez mais transparentes, para estabelecer uma ponte de comunicação desimpedida entre a esfera pública e a sociedade civil.

Ainda segundo a versão de 1985, o projeto Folha afirma que o pluralismo também está relacionado com o fato de que essa é a heterogeneidade da base de leitores. Ressalva que a preocupação com o pluralismo combina essa dimensão mercadológica com outra, de caráter editorial, que reflete o respeito pela diversidade, assim como reconhece o quanto as diversas verdades são frágeis. Apresenta, ainda, a “convicção de que o encaminhamento dos problemas

econômicos e sociais num país como o Brasil exige e pressupõe a convivência dos opostos, aliás enraizada na tradição local pela coexistência de moderno e arcaico, progresso e atraso, civilização e miséria” (GRUPO FOLHA, 1980c).

Na versão de 1988, reafirma os conceitos propostos até então, propondo que sejam a eles adicionados esforço de criatividade, de sofisticação, de imaginação e de crítica levados a seu ponto extremo de inteligência e arte para se diferenciarem da concorrência que seguiam os passos traçados pelo jornal.

Por fim, na versão de 1997, afirma que é necessário espelhar a contradição da sociedade brasileira – composta pela divisão entre um setor integrado e um setor excluído – e contribuir para que ela seja transposta, por meio da integração de suas características na sociedade de mercado e na democracia política. O projeto afirma que essa é provavelmente a principal tarefa do jornalismo do período da publicação da versão.

Apesar de destacar essas questões no Projeto Folha, na hora de representar a pluralidade dos discursos, incluindo a sociedade civil no contexto, o jornal, no conteúdo em estudo que se refere às notícias de política, foi bastante restrito no espaço oferecido a esses atores políticos. Na realidade, refletiu a estrutura de poder estabelecida na sociedade e as notícias se apoiaram, no conteúdo em estudo, no *status quo* (TRAQUINA, 2005).

Por meio da pesquisa apresentada no terceiro capítulo deste trabalho foi possível, ainda, realizar um perfil do noticiário político do jornal quando inclui a sociedade civil, respeitando as restrições do período contínuo estudado e dos acontecimentos que se deram naquele período. Contudo, é possível perceber – por meio do espaço que ocupa cada uma das temáticas e as fontes que ganharam visibilidade – os assuntos e enquadramentos os quais a sociedade civil tende a ganhar mais relevância.

O destaque da temática Política econômica, a grande participação da sociedade civil nesses assuntos, somadas às mudanças ocorridas na Editoria Poder – no sentido de incluir mais notícias com conteúdo econômico – revelam uma preocupação maior do jornal em cobrir assuntos econômicos e explicar bem o tema para o leitor. Essa questão pode estar relacionada ao crescimento econômico que o país vive na segunda década do século XXI, mas também ao compromisso do jornal em atender o leitor como consumidor e contribuinte. Percebe-se ainda, a partir dessa questão, a dificuldade ou desinteresse do jornal em incluir a sociedade civil no noticiário político, uma vez que a pesquisa demonstrou que sem as fontes relacionadas ao conteúdo político econômico, a participação da sociedade civil no noticiário da editoria Poder reduzia significativamente.

Por meio da temática Escândalo político observa-se a baixa participação da sociedade civil na discussão de assuntos relativos à corrupção. A discussão sobre o assunto ocorre, mas no âmbito dos políticos profissionais, aqueles com cargo no Governo, líderes no Congresso e presidentes dos partidos opositores aos acusados. Poucos especialistas em política são consultados para discutir a questão nas notícias dessa temática, o que nega, em partes, o pluralismo ao qual se propôs a *Folha de S. Paulo*.

Os assuntos que envolvem os atores políticos profissionais, em especial com cargos de autoridade, ganham mais relevância no noticiário. Essa é outra importante questão que aparece no resultado da investigação: o oficialismo presente nas fontes das notícias. A observação de que os veículos de comunicação tendem a recorrer mais às fontes oficiais também foi uma questão apontada pelas referências teóricas e confirmada nesta pesquisa, com espaço de destaque às instituições vinculadas ao Governo Federal.

Dentro do recorte da sociedade civil, contudo, o pluralismo demonstra-se presente tanto em números de fontes quanto em termos de diversidades dos discursos. Isso porque a sociedade civil, em geral, estava presente junto a alguma outra fonte, normalmente oficial.

Em relação à região de enfoque das notícias, na qual a pesquisa demonstrou-se nacional, o Projeto Folha (1985) afirma que “a Folha não é uma publicação local nem nacional, mas uma publicação de base local com repercussão nacional, como se transitasse hoje de um estágio para o outro”. E o jornal continua a ser local, com distribuição nacional. Dessa maneira, o jornal não contraria ao que se propõe, uma vez que continua a abordar assuntos de repercussão nacional. Contraria apenas um dos valores-notícia de Lage (1982) – conforme apontado no capítulo anterior – em que os assuntos locais ganham mais relevância no noticiário.

É relevante, também, fazer uma avaliação dos enquadramentos utilizados pelo jornal diante das proposições do Projeto Folha. Em relação ao *frame* Episódico, o jornal parece contradizer a versão de 1985 do Projeto, em que como citado anteriormente, afirma que as edições devem ser esclarecedoras para o leitor, na sua vida concreta e prática, o que pressupõe contexto, ou melhor, um *frame* Temático.

A grande incidência do *frame* Responsabilidade está relacionada com a proposta do Projeto Folha (1986) de manter uma atitude de verificação constante do grau de eficiência dos mecanismos estatais na aplicação dos recursos públicos. Ainda na versão anterior, o Projeto afirmava: “devemos fiscalizar o exercício da política no sentido de contribuir para que se elevem a sua qualidade e a sua clareza” (GRUPO FOLHA, 1980c). O problema aparece quando essa fiscalização recai e se transforma em denunciamento, levando ao quadro escândalos

políticos, em que a falta de contexto e de continuidade da cobertura dos fatos prejudica a compreensão do leitor.

O *frame* Conflito também reflete proposições do projeto Folha (1985). Nessa versão, afirma-se que é necessário que o jornal seja insistente na cobrança de compromisso dos políticos, considerando que a política é representação de interesses concretos e por isso o jornal acredita ser natural que esse seja um terreno de conflitos, como um espelho artificial da sociedade. Contudo, conforme apresentado no quarto capítulo, Semetko e Valkenburg (2000) alertam que esses enquadramentos podem induzir ao cinismo público e a falta de confiança nos líderes políticos.

Em relação ao *frame* Consequência econômica, o Projeto (1985) também faz menção ao que seria desejável. Afirmava ser preciso aprofundar a investigação de bastidores na área da macroeconomia assim como as implicações geradas nela por fatos aparentemente isolados. Dessa forma, a incidência desse enquadramento e assim como da temática Política econômica se relacionam e justificam.

A reduzida incidência do *frame* Interesse humano, por sua vez, também contradiz a proposta do Projeto Folha (1985). Nessa versão do projeto, afirma-se que os textos devem fugir de especulações para buscar imagens e exemplos da vida cotidiana, usando o leitor como ponto de referência para isso. Conforme afirmado no quarto capítulo, a presença do *frame* Interesse humano em algumas notícias não tornou o noticiário sensacionalista, contudo, de forma positiva, aproximou a realidade da política da realidade do leitor. Dessa forma, sugere-se que o uso comedido desse *frame* em notícias de política, visando aproximar o leitor do assunto em discussão, pode ser benéfico para a compreensão do leitor.

Em relação ao *frame* Moralidade, o projeto como um todo não faz menção clara sobre a defesa de aspectos morais. Pelo contrário, propõe-se, em diversas versões, a não ser preconceituoso e nem fazer campanha por linchamentos morais (GRUPO FOLHA, 1980a).

Diante do contexto, é possível responder à seguinte questão pesquisa apresentada do terceiro capítulo: O jornal cumpre aquilo que se propôs no Projeto Folha em relação a incluir a sociedade civil nas notícias por meio do pluralismo?

De acordo com a pesquisa realizada neste trabalho é possível perceber que no universo do noticiário político o jornal cumpre em partes ao que propõe. Inclui a sociedade civil, mas por oferecer-lhe um espaço reduzido, leva a concluir que deixou de ser realmente plural diversas vezes na editoria Poder. Ao contrário do que se propôs no Projeto Folha (1985), o jornal não cultivou, no conteúdo político estudado, “a audácia, a sensibilidade e a vontade editorial necessárias para explorar caminhos diferentes dos convencionais”. Reservou-se a

reproduzir a estrutura social e de poder existentes, em que a sociedade civil, por geralmente não representar uma autoridade ou alto cargo institucional, apresenta menos valor-notícia. Ainda em relação a esse aspecto, percebeu-se, a partir dos valores-notícia e das temáticas mais frequentes no conteúdo em estudo, que no universo das notícias de política o jornal está viciado na rotina de produção jornalística, cultivando com frequência os mesmos valores de relevância, sem ousar muito nos assuntos cotidianos, o que o afasta do propósito de explorar os caminhos diferentes dos convencionais, propostos no passado. Segundo Wolf (1987), isso é causado pelo valor-notícia relacionado à expectativa da cobertura do concorrente que leva um jornal a selecionar uma notícia por achar que os concorrentes também o farão. E as expectativas recíprocas entre os meios de comunicação, segundo o autor, desencorajam as inovações na seleção das notícias e das fontes.

Observa-se, a partir do referencial teórico e dos resultados apresentados neste trabalho, que embora inúmeras sejam as críticas ao jornalismo político atual, o veículo em estudo não apresenta um noticiário político realmente plural e próximo à realidade do leitor, conforme reconhece Ricardo Balthazar, editor de política da *Folha de S. Paulo* no segundo capítulo deste trabalho. A autora desta dissertação sugere que isso ocorre porque o formato estabelecido se tornou lucrativo, ainda que por diversas vezes a qualidade não corresponda ao que os próprios jornalistas esperam da profissão. Como visto, ainda que se proponha a oferecer algo diferenciado ao leitor, a empresa demonstra desinteresse em arriscar em mudanças no conteúdo político – apostando mais nas gráficas –, visto que transformações exigem investimentos e caso não sejam bem aceitas pelo público leitor, podem gerar prejuízos.

A partir das questões aqui apresentadas é possível afirmar que a principal contribuição dessa dissertação está em levantar a discussão sobre a reduzida participação da sociedade civil no noticiário político de uma das principais referências em jornalismo impresso do Brasil. Observamos, ainda, que essa restrição de espaços contraria o compromisso do jornal com seus leitores de oferecer um conteúdo com perspectivas plurais e que atendam os interesses do cidadão, documentado por meio do Projeto Folha.

É importante ressaltar, contudo, que neste trabalho detectou-se que o jornal não atende por completo ao compromisso do Projeto Folha no universo das notícias de política. Isso não impede que na análise de todo o conteúdo do jornal, incluindo o conteúdo opinativo (análises, colunas e ombudsman) a *Folha de S. Paulo* consiga incluir a sociedade civil de forma mais equânime ou apresentar um quadro de maior ou menor pluralidade. Essa seria

outra pesquisa. Como afirmado anteriormente, a presente pesquisa é focada no conteúdo da editoria Poder.

Além disso, também é importante ressaltar que muitos partidos políticos brasileiros, ao deixarem os ideais de lado, reduziram também sua representatividade perante a sociedade civil. Essa, segundo Young (2000) e Gohn (2005), tem buscado se organizar e obter representação na política por meio de instituições e movimentos independentes do processo eleitoral. Por isso, o presente trabalho é centrado nessa representatividade (crescente) da sociedade civil.

Este trabalho oferece, ainda, contribuições para a área de Comunicação ao apresenta os principais recortes e saliências oferecidos ao conteúdo que inclui a sociedade civil de maneira cotidiana. Dessa maneira, a importância do presente estudo está também relacionada com a definição de enquadramento de Entman (1993) – apresentada no primeiro capítulo deste trabalho – em que o autor afirma que a maneira pela qual as informações são apresentadas pelos veículos de comunicação influencia ou pode influenciar na forma através da qual o público as compreende.

Se os movimentos sociais, o cidadão comum e mesmo os especialistas (estudiosos da área, como cientistas políticos e especialistas em economia, comunicação etc.) recebem espaço restrito na política do jornal perante os políticos profissionais, o veículo de comunicação diz aos seus leitores que acredita que o segundo grupo de atores políticos é mais importante que o primeiro para a política. Uma vez que a sociedade civil tem sua voz pouco representada, o noticiário político do jornal torna-se um ambiente pouco democrático, o que contraria as ambições da própria *Folha de S. Paulo*.

Conforme abordado no segundo capítulo deste trabalho, na versão de 1984 do Projeto é afirmado: “O melhor serviço público que um jornal não partidário pode fazer é tornar essa realidade transparente; é reproduzir, em suas páginas, e na proporção mais exata possível, a forma pela qual as divergências se distribuem no interior da opinião pública” (GRUPO FOLHA, 1980b). Contudo, conforme apresentado no terceiro capítulo deste trabalho, isso não foi verificado no conteúdo estudado da editoria Poder. Pelo contrário, observou-se uma desproporcionalidade de participação dos atores políticos, com desvantagem para sociedade civil, o que leva a crer que em assuntos políticos ela é vista pelo veículo com menos importância. A razão pode estar na rotina produtiva, na linha editorial do jornal ou mesmo na cultura do jornalista. Isso não é questionado, nem será discutido neste trabalho.

A consequência disso é uma contradição entre o que o jornal se propõe a fazer: romper com a falta de variedade nas fontes e nos assuntos abordados, propor um conteúdo plural, em que as demandas da sociedade possam ser representadas, como se fosse uma verdadeira esfera pública. E o que realmente faz no seu conteúdo político: enfoca-se em notícias de oficiais e de denúncias de corrupção, contextualiza pouco os assuntos, discute as temáticas abordadas no noticiário sempre com as mesmas fontes – de preferência oficiais e políticos profissionais –, reduz a participação da sociedade civil, refletindo pouco as demandas e perspectivas dela no noticiário político.

É relevante destacar, ainda, que no espaço restrito no qual a sociedade civil esteve presente no conteúdo político, foram mais comuns no noticiário de política as notícias que incluíam a sociedade civil como fonte do que aquelas que incluíam as suas demandas, em que ela era o foco da notícia. Casos de manifestações sociais e de denúncias de ações irregulares que resultava em danos graves à sociedade que se destacaram pela intensidade do movimento, grande número de pessoas envolvidas ou gravidade da situação ganharam espaço no noticiário político, mas representaram minoria no conteúdo em estudo.

Compreende-se, neste trabalho, que a partir da seleção – por parte do veículo de comunicação – dos assuntos que são mais importantes e dos recortes utilizados por eles nas notícias, é apresentado ao leitor o que é política. Se o jornal oferece mais destaque ao papel e opinião dos políticos profissionais, assim como cobre menos as organizações e movimentos sociais no noticiário, está dizendo ao leitor que a sociedade civil não é relevante para a política e que essa se reduz a políticos profissionais, assuntos relativos ao governo, legislações e ilegalidades. Se a perspectiva, o papel participativo e transformador da sociedade na política fica encoberto, o conteúdo do jornal torna-se distorcido e reprodutor de uma imagem oficialista e, em muitos casos, negativa do que é política.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Claudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- ABREU, A. A. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- ABREU, Alzira Alves. Jornalismo cidadão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 24-40, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ALBUQUERQUE, Afonso. As três faces do quarto poder. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 18., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Compós, 2009.
- ALBUQUERQUE, Afonso. A mídia como poder moderador: uma perspectiva comparada. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 17., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Compós, 2008.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Another “Fourth Branch”: press and political culture in Brazil. *Journalism v. 6, n. 4*, p. 486-504, 2005.
- _____. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística política. In: RUBIM, Antonio Albino; BENTZ, Ione Maria; PINTO, Milton José (Org.). *Produção e recepção dos sentidos mediáticos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- ALMEIDA, Gilberto W. Lógica econômica na TV: o eventual papel político da TV. In: LAURINDO, Rosemeri; TEIXEIRA, Tattiana. *Temas em comunicação e culturas contemporâneas*. Salvador: Graphite, 1998.
- ALTMAN, Fábio. *Jornalistas Mino Carta, Carta Capital, e editor executivo da Veja, Fábio Altman falam de angústia e mudança*. 2011. Painel 2 do Media On. Disponível em: <<http://www.mediaon.com.br/video/painel-6/>>. Acesso em: 01 mai. 2012.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- AMARAL, Márcia Franz. Desdém ou superexposição. Observatório de Imprensa, 11 maio 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/desdem_ou_superexposicao>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- AMARAL, Luiz. *Técnicas de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- AMARAL, Márcia Franz. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Intercom, 2006.
- AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo: inoperância explicativa. *Revista Em Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p.133-146, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/66/26>. Acesso em: 02 abr. 2012.

ANGELO, Vitor; LEMOS, Nina. Fashionistas trocam marcas brasileiras por peças pechinchadas em viagens ao exterior. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 Jun. 2011. Poder, p. A18.

ANJ – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS. *Maiores jornais do Brasil*. 2010. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

BANDEIRA, Luiza. Governador do ES enfrenta onda de protestos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2011. Poder, p. A12.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. Pastor do MA deve assumir vaga de Lobão no Senado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 Mai. 2011. Poder, p. A7.

BLOGUEIROS 'progressistas' pedem novo marco regulatório da mídia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2011. Poder, p. A6.

BÄCHTOLD, Felipe. Tarso enfrenta greves e protestos de aliados contra pacote financeiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 2011. Poder, p. A8.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa do Brasil: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política I*. 11.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BREED, Warren. Controlo social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 152-166.

PEREIRA. Luiz Carlos Bresser. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 36, p. 85-104, 1995.

BUCCI, Eugênio. *A imprensa e o dever da liberdade*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

CAMPBELL, Donald T.; FISKE, Donald W.. Convergent and ant Validation by the Multitrait-multimethod Matrix. *Psychological Bulletin*, Vol. 56 (2), Mar 1959, p. 81-105.

CAPPELLA, J.; JAMIESON, K.. *Spiral of cynism*. New York: Oxford university Press, 1997.

CARNEIRO, Mariana. Classe média tem inflação mais branda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08. mai. 2011a. Poder, p. A10.

CARNEIRO, Mariana. Aumentos têm peso diferente em cada bolso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 mai. 2011b. Poder, p. A10.

CARNEIRO, Mariana. Bancos estrangeiros lamentam saída de ex-ministro do cargo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2011c. Poder, p. A9.

CARNEIRO, Mariana. Alta da gasolina representa pressão a mais na inflação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 2011d. Poder, p. A10.

CARUSO, Felipe. Projeto quer obrigar candidato eleito a cumprir promessa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 abr. 2011a. Poder, p. A18.

CARUSO, Felipe. Lei para obrigar que promessas saiam do papel é descumprida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2011b. Poder, p. A9.

CARTA, Mino. *Jornalistas Mino Carta, Carta Capital, e editor executivo da Veja, Fábio Altman falam de angústia e mudança*. 2011. Painel 2 do Media On. Disponível em: <<http://www.mediaon.com.br/video/painel-6/>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

CASTILHO, Araripe; FERREIRA, Flávio. Dilma defende novo modelo para licitações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 2011. Poder, p. A4.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. O debate sobre o meio ambiente no jornal *Folha de São Paulo* entre 1992 e 2008. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 19, out. 2011.

CERVI, Emerson Urizzi ; MASSUCHIN, Michele G. ; BRONOSKI, Bruna . Meio ambiente e *Folha de São Paulo*: a construção de notícias no periódico diário. *Revista Iniciacom*, v. 3, p. 1-1, 2011.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1996.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para a teoria da ação jornalística*. São Paulo. Summus, 2007.

CONSULTORIA pode gerar um 'conflito de interesses'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 mai. 2011. Poder, p. A6.

COIMBRA, Leila. País precisará investir R\$ 1 trilhão em energia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2011. Poder, p. A10.

COUTINHO, Felipe; FERREIRA, Flávio. Decisão marca virada em uso de grampos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 abr. 2011. Poder, p. A6.

CORREIA, João Carlos; FERREIRA, Gil Baptista; ESPÍRITO SANTO, Paula do (Org.). *Conceitos de comunicação e política*. Covilhã: LabCom Books, 2010.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAGNINO, Evelina. Sociedad Civil, participación, ciudadanía: De que estamos hablando?. *Erasmus - Revista para el Diálogo Intercultural*, Buenos Aires, v. 6, n. 2, p. 205-306, 2004.

DÁVILA, SÉRGIO. Informação exclusiva de cara nova. *Folha On Line*, São Paulo, 22 maio 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/739057-informacao-exclusiva-de-cara-nova.shtml>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

DÁVILA, SÉRGIO. Campeão de audiência. *Folha On Line*, São Paulo, 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/949033-campeao-de-audiencia.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

DAVIS, Dennis K.; ROBINSON, John P.. News story attributes and comprehension. In: ROBINSON, J. P.; LEVY, M. R. (Ed.). *The main source: Learning from television news*. Beverly Hills: CA. Sage, 1986. p. 179-210.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986.

DE VREESE, Claes H.; PETER, Jochen; SEMETKO; Holli a.. Framing politics at the launch of the euro: a cross-national comparative study of frames in the news. *Political Communication*, v. 18, p. 107-122, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. Rolex de Huck dá lição de jornalismo. *Folha On line*, 08 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/gilbertodimenstein/ult508u334694.shtml>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

DRUCKMAN, James N. The implications of framing effects for citizen competence. *Political Behavior*, v. 23, n. 3, Sep. 2001.

EFRON, Edith. *The News Twisters*. Los Angeles: Nash Publishing, 1971.

EPSTEIN, Edward Jay. *News from Nowhere*. Television and the News. New York: Random House, 1974.

ENRIQUECER sem explicação pode configurar crime. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 2011. Poder, p. A4.

ENTMAN, Robert. Framing toward a clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Código de ética dos jornalistas brasileiros da federação Nacional dos Jornalistas. 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011.

FERREIRA, Flávio. Ponte construída pela segunda vez sobre o mesmo rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 abr. 2011. Poder, p. A6.

FOLHA une política e economia no 1º caderno. *Folha.com*, 20 mar. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/891856-folha-une-politica-e-economia-no-1-caderno.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2012.

- FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GALLUCCI, Mariângela. *STF derruba Lei de Imprensa*. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stf-derruba-lei-de-imprensa,363661,0.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2012.
- GAMA, Paulo. Aprovação de plebiscito não assegura cisão do Pará. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2011. Poder, p. A11.
- GAMSON, William et al. Media Images and the Social Construction of Reality. *Annual Review of Sociology*, v. 18, p. 373-393, 1992.
- GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, Jul. 1989.
- GANS, H. Deciding What's News. *A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time*. New Yorque: Pantheon Books, 1979.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching*. Bekerley: University of California Press, 1980.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Boston. Northeastern University Press, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOLDING, P.; ELLIOTT, P. *Making the News*. Londres: Longman, 1979
- GOMES, Wilson. Audioesfera política e visibilidade pública: os atores políticos no jornal Nacional. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org). *Televisão e realidade*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. IN: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008a.
- GOMES, Wilson. Mapeando a audioesfera política brasileira; os soundbites políticos no Jornal Nacional. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 17., São Paulo. *Anais...* São Paulo: Compós, 2008b.
- _____. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRUPO FOLHA. *Manual de redação*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- _____. *1981: a Folha e alguns passos que é preciso dar*. Um tipo de jornal. 1980a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1981.shtml>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

_____. 1984: a Folha depois da campanha diretas-já. Credibilidade exige responsabilidade. 1980b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1984.shtml>

_____. 1985: novos rumos. Depois da redemocratização. 1980c. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1985.shtml>

_____. 1986: a Folha em busca da excelência. Para estar em primeiro lugar. 1980d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1986.shtml>

_____. 1988. A hora das reformas. Aprendendo com as falhas. 1980f. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1988.shtml>

_____. 1997: caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático. 1997. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1997.shtml>>. Acesso em: 05 abr. 2012.

GUREVITCH, Michael; BLUMBER, Jay G. A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e estórias* (Org.). Lisboa: Vega, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre a factividade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos *media* noticioso. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

HADDAD, NAIÉF. Reforma visual facilita a leitura e aumenta identidade entre os cadernos. *Folha On Line*, São Paulo, 22 Mai 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/739055-reforma-visual-facilita-a-leitura-e-aumenta-identidade-entre-os-cadernos.shtml>>. Acesso em: 07 Abr. 2011.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e estórias* (Org.). Lisboa: Vega, 1993.

HERMAN, Edward S. A diversidade de notícias: ‘marginalizando’ a oposição. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e estórias* (Org.). Lisboa: Vega, 1993.

HERSCOVITZ, Heloiza G. . Análise de Conteúdo em Jornalismo: Uma Receita para Sair do Gueto Metodológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO SBPJOR, 3., 2005. *Anais...* Florianópolis, 2005.

HUDEC, Vladimir. *O que é o jornalismo?* Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

IYENGAR, Shanto. *Is anyone responsible?* Chicago: university of Chicago Press, 1991.

_____. Television news and citizens’ explanations of national affairs. *American Political Science Review*, v. 81, n. 3, p. 815-831, Sept. 1987.

JAMBEIRO, Othon et al. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.

JICK, Todd. D. Mixing Qualitative and quantitative methods: triangulation in action. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n. 4. p. 602-611, Dec. 1979.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. *Choices, values, and frames*. *American Psychologist*, v. 39, n. 4, p. 341-350, 1984.

KASSAB não descarta apoio à reeleição de Dilma em 2014. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jun. 2011. Poder, p. A8.

KRISTOL, Irving. Business and the 'New Class'. *Wall Street Journal*, 19 May 1975, p. A8.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LEITOR da Folha é ultraqualificado, mostra pesquisa. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

LIMA, Venício A. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOGMAN, Gabriela. Sob pressão, Ana de Hollanda diz que fica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mai. 2011. Poder, p. A8.

LUCENA, Eleonora de. Turma do agronegócio só pensa na conta bancária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2011. Poder, p. A12-13.

LUCHETE, Felipe. Não tiro o massacre da cabeça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2011. Poder, p. A10.

LULA distribui verbas e cargos para entidades. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2011. Poder, p. A10.

MACHADO, Uirá. 'Excesso de adesão é problema para Dilma', diz analista *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 abr. 2011. Poder, p. A9.

MAIA, Rousiley. Visibilidade midiática e deliberação pública. IN: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo. Paulus, 2008.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 303-340, jul./dez. 2009.

MAGALHÃES, João Carlos. Plano de combate à miséria terá como alvo 16 milhões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 mai. 2011. Poder, p. A4.

MAGALHÃES, João Carlos. Processos da ditadura ficarão online. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 mai. 2011. Poder, p. A11.

- MAGENTA, Matheus. Menina de foto Histórica reaparece após três décadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 2011. Poder, p. A8.
- MARQUES, José de Melo. *Comunicação social: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of Communication*, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.
- MATTOS, Sérgio. *Imparcialidade é mito: reflexões e autocrítica sobre a mídia*. Lauro de Freitas: Editora Unibahia, 2001.
- MATTOS, Sergio. *Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.
- MCCOMBS, Maxwell; LLAMAS, Juan Pablo; LOPEZ-ESCOBAR, Esteban; REY, Frederico. Candidate Images in Spanish Elections: second-level agenda-setting effects. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 74, n. 4, p. 703-717, winter. 1997.
- MCQUAIL, Denis. *Mass Communication Theory: an introduction*. Beverly Hills: Sage Publication, 1987.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDINA, Cremilda. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- MIOTO, Ricardo. Pracinhas foram à 2ª Guerra sem preparo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 abr. 2011. Poder, p. A10.
- MIOTO, Ricardo. Guerra foi primeira experiência fora do Brasil para a maioria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 abr. 2011. Poder, p. A10.
- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. *Revista FAMECOS*, v. 36, 2008, p. 24-39.
- MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.
- MILITARES tentam censurar novela sobre repressão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2011. Poder, p. A10.
- MOLOTOCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.

- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MONTEIRO, Bianca Alighieri Luz . Jornalismo público na contramão do sensacionalismo. Observatório da Imprensa, Nível nacional, 18 set. 2007. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_publico_na_contramao_do_sensacionalismo
- MORAIS, F. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Impress, 1980.
- NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003.
- NAVARRO, Silvio. Minha Casa Minha Vida tem trabalho degradante. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 2011. Poder, p. A4.
- NEUMAN, W. Russell; JUST, Marion R.; CRIGLER, Ann N. *Common knowledge*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- NOGEIRA, Ítalo; MARTINS, Marco Antônio. Renúncias fiscais de Cabral vão de boate a cabeleireiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jun. 2011. Poder, p. A4.
- OS MINISTROS que caíram durante o Governo Dilma. *Estadão*, São Paulo, 14 set. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/os-ministros-que-cairam-durante-o-governo-dilma,146906.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2012.
- PINHO, Angela; GALLO, Ricardo. Entidades criticam retrocesso do governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2011. Poder, p. A8.
- PORTO, Mauro. Interpretando o mundo da política: perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). 13., 1999, Caxambu-MG. *Anais...* Caxambu-MG, 19 a 23 out. 1999.
- _____. Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro. E-papers, 2007.
- _____. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- _____. Interpretando o mundo da política: perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 1999. Caxambu/MG. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1999.
- _____. A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, *Cadernos do CEAM*, v. 2, n. 6, p. 11-32, 2001.

QUADROS, Claudia Irene de. Jornalismo Público, rádio e internet: uma combinação possível? *Comunicação e Espaço Público*, v. 5, n. 1, 2005.

REESE, Stephen D. The Framing Project: a bridging model for media research revisited. *Journal of Communication*, v. 57, n. 1, p. 148-154, 2007.

RETROSPECTIVA 2011: Ana de Hollanda enfrenta polêmica frente ao Ministério da Cultura. *Estadão*, São Paulo, 18 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,retrospectiva-2011-ana-de-hollanda-enfrenta-polemica-frente-ao-ministerio-da-cultura,812656,0.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

ROLLI, Claudia. Eleitor é jovem e vê educação como prioridade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai. 2011. Poder, p. A4.

RONCAGLIA, Daniel. TJ investiga magistrados por baixa produtividade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 2011. Poder, p. A10.

ROSCHO, Bernard. *Newsmaking*. Chicago. The University of Chicago Press, 1975.

ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

RÜTZSCH, Rodrigo. Documentos da ditadura são expostos no Arquivo Nacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 abr. 2011. Poder, p. A9.

SOUSA, Wilker. O jornalismo do século 21. *Revista Cult*, São Paulo, jun. 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/06/o-jornalismo-do-seculo-21/>>.

SCHEUFELE, Dietram. Agenda-Setting, priming, and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication. *Mass Communication & Society*, v. 3, p. 297-316, 2000.

SCHEUFELE, Dietram. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.

SCHREIBER, Mariana. Jovem prioriza formação e adia entrada no mercado de trabalho. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A10. 09 de mai. 2011a. Poder.

SCHREIBER, Mariana. Fenômeno reduz taxa de desemprego. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A10. 09 mai. 2011b. Poder.

SEMETKO, Holli A.; VALKENBURG, Patti M. Framing European Politics: a content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, v. 50, p. 93-109, Spring, 2000.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

SERVIDOR exonerado por fazer filme erótico quer receber indenização. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 2011. Poder, p. A13.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. *Mil dias: os bastidores da revolução de um jornal*. São Paulo: Trajetória, 1988.

_____. *O adiantado da hora: influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo público: o social como valor-notícia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 11., 2002, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Compós, ECO/UFRJ, 2002.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo e Interesse Público. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15., 2006. Bauru. *Anais...* Bauru: Compós, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa – perspectivas luso-brasileiras*. Porto: UFP, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

STRUCK, Jean-Philip; CARUSO, Felipe. 1 em cada 8 juízes federais criminais vive sob ameaça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 mai. 2011. Poder, p. A4.

STRUCK, Jean-Philip. Família de correspondente de guerra agora precisa provar que ele foi à guerra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 Mai. 2011. Poder, p. A12.

SUA EXCELÊNCIA, o leitor, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. Poder, p. A12 e 13.

TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles. *Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research*. Thousand Oaks: Sage, 2003.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

THOMPSON, John. *O escândalo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TRAJANO, Andrezza. Fuga na Selva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 2011. Poder, p. A10.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e estórias* Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, Gaye. *A study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

_____. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

VALKENBURG, Patti M.; SEMETKO, Holli A.; DE VREESE, Claes H. The Effects of News Frames on Readers' Thoughts and Recall. *Communication Research*, v. 26, n. 5, Oct., p. 550-569, 1999.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rouseley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011.

VIZEU, Rodrigo. Teste em Minas liga Lula a corrupção; petistas reagem. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 abr. 2011. Poder, p. A8.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

WAISBORD, Silvio. A sociedade civil pode mudar o jornalismo? *Brazilian Journalism Research*. v. 2, n. 1, 2009a.

_____. Press and the public sphere in contemporary Latin America. In: NORRIS, Pippa (Ed.). *Public Sentinel: News Media and Governance Reform*. Washington: World Bank, 2009b.

WHITE, David Manning. O *gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. New York: Oxford, 2000.